

# Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social

VOLUME 4

Natália de Lima Gasque  
Fernando da Cruz Souza  
Anderson Rodolfo de Lima  
Guery Tã Baúte e Silva  
Nelson Russo de Moraes  
Gilson Porto Jr.  
(Orgs.)



Na leitura e estudo deste volume, somos convidados a vivenciar o significado e o sentido/sentir da palavra convergência em relação aos processos de comunicação, democracia e gestão social. Experimentar essa convergência é percorrer o olhar em um tecido rico de estampas confeccionado na expressão de cada capítulo. E certamente os fios que interligam cada um deles é a visão dos autores sobre a importância de processos de democracia e gestão social orientados por referenciais de aprendizagem e troca de saberes dados pela comunicação entre os atores destes capítulos. É um verdadeiro bordado coletivo, único e singular. E cada um de nós é convidado a seguir a direção para um ponto comum entre essas áreas, orientados por caminhos construídos nos campos cultivados pela comunicação, democracia e gestão social em terrenos férteis e prósperos da interdisciplinaridade.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Margarida Theodoro Caminhas  
Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - FCAV  
Universidade Estadual Paulista – UNESP (Câmpus de Jaboticabal)



**Convergências entre os Campos da  
Comunicação, Democracia e Gestão Social**

Série  
**Comunicação,  
Jornalismo e  
Educação**



**Diretor da série:**

**Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

**Comitê Editorial e Científico:**

**Prof. Dr. João Nunes da Silva**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

**Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mata**  
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

**Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes**  
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

**Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva**  
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

**Prof. Dr. Rogério Christofoletti**  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

**Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista**  
Universidade de Caxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

**Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge**  
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

**Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

**Prof. Dr. Fagner da Silva Soares**  
CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória  
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

**Dr. Luís Francisco Munaro**  
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

**Dr. José Manuel Peláez**  
Universidade do Minho, Portugal

**Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes**  
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do  
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

# **Convergências entre os Campos da Comunicação, Democracia e Gestão Social**

Volume 4

Organizadores

**Natália de Lima Gasque**  
**Fernando da Cruz Souza**  
**Anderson Rodolfo de Lima**  
**Guery Tã Baúte e Silva**  
**Nelson Russo de Moraes**

**Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior**



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Lucas Margoni

**Arte de Capa:** Logan Simonson @somonson\_design

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Série Comunicação, Jornalismo e Educação – 40

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

GASQUE, Natália de Lima *et al.* (Orgs.)

Convergências entre os Campos da Comunicação, Democracia e Gestão Social - Volume 4 [recurso eletrônico] / Natália de Lima Gasque *et al.* (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

284 p.

ISBN - 978-65-5917-050-0

DOI - 10.22350/9786559170500

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Comunicação. 2. Democracia. 3. Gestão Social. 4. Políticas Públicas. 5. Gestão Ambiental. I. Título. II. Série.

CDD: 177

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade 177

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

### **REITOR**

Dr. Sandro Roberto Valentini

### **VICE-REITOR**

Dr. Sérgio Roberto Nobre

### **Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE**

#### **Diretor**

Dr. Pedro Fernando Cataneo

#### **Vice-Diretor**

Dr. Mário Mollo Neto

#### **Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social**

Dr. Nelson Russo de Moraes – UNESP – Líder

Dra. Ana D’Arc Martins de Azevedo – UEPA e UNAMA – Vice-líder

Dr. Renato Dias Baptista – UNESP

Dra. Angélica Góis Morales – UNESP

Dr. Eduardo Festozo Vicente – UNESP

Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior – UFT

Dra. Suzana Gilioli da Costa Nunes – UFT

Dr. Fernando Barnabé Cerqueira – FAG

Dr. Alceu Zoia – UNEMAT

#### **Equipe de Editorial Técnico – GEDGS/RedeCT**

Fernando da Cruz Souza – UNESP

Me. Anderson Rodolfo de Lima – UFSCar

Me. Maria Laura Foradori – Universidad Nacional de Córdoba

Natália Lima Gasque – UNESP

### **Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS**

(e-mail: [gedgsunesp@gmail.com](mailto:gedgsunesp@gmail.com))

### **Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e**

**Comunidades Tradicionais – RedeCT** (e-mail: [redect.pesquisa@gmail.com](mailto:redect.pesquisa@gmail.com))

Av. Domingos da Costa Lopes, 780 – CEP 17.602-496 – Jardim Itaipú – Tupã – SP





# Sumário

<b>Prefácio .....</b>	<b>11</b>
Ana Margarida Theodoro Caminhas	
<b>Capítulo 1 .....</b>	<b>20</b>
<b>O exercício da cidadania no vínculo contratual: delineamentos da comunicação face ao princípio da função social</b>	
Guilherme Cestari Dadario	
Gabriel Cunha Salum	
Natália Dadario	
<b>Capítulo 2 .....</b>	<b>44</b>
<b>Implantação da rastreabilidade pelos fornecedores de Frutas, Legumes e Verduras (FLV) de um varejo em Tupã-SP</b>	
João Guilherme de Camargo Ferraz Machado	
<b>Capítulo 3 .....</b>	<b>76</b>
<b>Microrganismos encontrados na análise do queijo: uma revisão integrativa</b>	
Liberta Lamarta Favoritto Garcia Neres	
Júlio César Ibiapina Neres	
Aluísio Vasconcelos de Carvalho	
<b>Capítulo 4 .....</b>	<b>101</b>
<b>O enfrentamento da mulher rural na busca pela igualdade de gênero</b>	
Evellyng Munique Zago dos Santos	
Giovana Lorenzi Pinto	
Jéssica Dayane Nunes Pessoa	
Natália Troccoli Marques da Silva	
Angélica Góis Morales	
<b>Capítulo 5 .....</b>	<b>129</b>
<b>Desenvolvimento sustentável nos territórios indígenas: uma perspectiva panorâmica</b>	
Natália de Lima Gasque	
Ariane Taísa de Lima	
Renato Dias Baptista	

<b>Capítulo 6</b> .....	<b>150</b>
<b>Gestão de pessoas em uma empresa de manufatura: análise e estratégias de melhorias para os subsistemas de recrutamento &amp; seleção e desenho de cargos</b>	
João Augusto Rodrigues	
Fernando da Cruz Souza	
Caroliny dos Santos Hamada	
Daniele Guastalli Miranda	
Renato Dias Baptista	
<b>Capítulo 7</b> .....	<b>175</b>
<b>Itinerário de comunidade à sociedade: um resgate multidisciplinar da interação sociedade e natureza no extremo oeste paulista</b>	
Silvia Cristina Vieira Gomes	
Rodrigo Fernando Marandola	
Renan Pereira Zambianqui	
Angélica Góis Morales	
<b>Capítulo 8</b> .....	<b>199</b>
<b>Memória e museus enquanto forma de comunicação social</b>	
Nelson Russo de Moraes	
Valquíria Cristina Martins	
Fábio Andrade Dias	
Francielli Gonçalves Rodrigues	
<b>Capítulo 9</b> .....	<b>220</b>
<b>Cooperativismo como modelo organizacional e instrumento de geração de renda para comunidades tradicionais</b>	
Claudio Antônio Tavares	
<b>Capítulo 10</b> .....	<b>244</b>
<b>Limites e possibilidades de trabalhadores que exercem em pequena escala a produção de leite no Município de Tupã</b>	
Guery Tã Baute e Silva	
Yara Barretto Oliveira	
Julia Maria Carmo	
Erica dos Santos Nogueira	
Ioly Gomes Fernandes Sacilotto	
<b>Capítulo 11</b> .....	<b>262</b>
<b>O papel das diversas tendências pedagógicas e os desafios da gestão da sala de aula</b>	
Fábio Andrade Dias	
<b>Índice de assuntos e temáticas</b> .....	<b>285</b>

## Prefácio

Ana Margarida Theodoro Caminhas <sup>1</sup>

*“Todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana” (Edgar Morin)*

Na leitura e estudo deste volume, somos convidados a vivenciar o significado e o sentido/sentir da palavra convergência em relação aos processos de comunicação, democracia e gestão social. Experimentar essa convergência é percorrer o olhar em um tecido rico de estampas confeccionado na expressão de cada capítulo. E certamente os fios que interligam cada um deles é a visão dos autores sobre a importância de processos de democracia e gestão social orientados por referenciais de aprendizagem e troca de saberes dados pela comunicação entre os atores destes capítulos. É um verdadeiro bordado coletivo, único e singular. E cada um de nós é convidado a seguir a direção para um ponto comum entre essas áreas, orientados por caminhos construídos nos campos cultivados pela comunicação, democracia e gestão social em terrenos férteis e prósperos da interdisciplinaridade. E poderemos fazer, cada um de nós, uma colheita, ao saborear a leitura de onze textos apresentados no livro *Convergências entre os Campos da Comunicação, Democracia e Gestão Social*, volume 4.

Somos convidados a vivenciar o sentido da comunicação proposto por Paulo Freire: ação comum entre sujeitos e atores que gera síntese em

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Economia, Administração e Educação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Unesp, Jaboticabal, SP. Coordenadora do Projeto de Extensão Cultivaeco (Educação Ambiental, Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável na Educação Básica), com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Unesp. Participante do Grupo de Pesquisa do CNPq Agroecologia e Economia Feminista. Doutora em Aquicultura pelo Centro de Aquicultura da Unesp (CAUNESP), Mestre em Educação pela Unicamp. Licenciada em Ciências Biológicas pela Unesp, Botucatu.

uma dinâmica dialética. E nesta dinâmica há o envolvimento de saberes de atores de diferentes áreas do conhecimento, os quais, em cada capítulo nos convidam a refletir sobre a importância da comunicação como ação inter e transdisciplinar, geradora de cidadania local e planetária. Assim, os processos de comunicação relatados neste livro poderão contribuir para que ações no contexto local e/ou global promovam intercâmbios de experiências e saberes delineados na fluidez de uma comunicação entre os diversos e inúmeros sujeitos envolvidos em processos de gestão social e educação. É como se fossemos convidados a olhar um caleidoscópio rico em mosaicos coloridos por diversos tons de saberes.

No capítulo 1, é proposta uma reflexão sobre o exercício da cidadania no vínculo contratual e como se dão os delineamentos da comunicação. Guilherme Cestari Dadario, Gabriel Cunha Salum e Natália Dadario propõem uma análise do curso das relações contratuais frente ao mercado de consumo, de modo a evidenciar a importância da aplicação da cidadania pelos contratantes, tendo como instrumento a comunicação. É estabelecido, assim, um nexu interdisciplinar entre a ciência jurídica e o processo comunicacional na maneira de conduzir os atos que envolvem negócios. E que nesta esfera possam ser conciliados os anseios de fornecedores e consumidores envolvidos em uma negociação através de referenciais jurídicos viabilizados por processos de comunicação geradores de consenso entre as partes envolvidas.

A implantação da rastreabilidade pelos fornecedores de frutas, legumes e verduras de um varejo em Tupã, São Paulo, foi apresentada por João Guilherme de Camargo Ferraz Machado, no Capítulo 2. O autor define como rastreabilidade o conjunto de processos capazes de pontuar e avaliar a manutenção da qualidade destes alimentos ao longo de sua cadeia produtiva. E que, para tanto, implicará na observação rigorosa de parâmetros de qualidade de frutas, verduras e legumes, desde o seu processo produtivo na propriedade rural, passando pelos meios de transportes e armazenamento utilizados, até chegar à distribuição e ser disponibilizado para venda. A rastreabilidade desses alimentos objetiva que alimentos de

qualidade cheguem à mesa dos consumidores, visto que indicadores de segurança alimentar devem ser cumpridos na sua cadeia produtiva. Neste capítulo, são avaliados até que ponto as ações de 14 fornecedores da cidade de Tupã, São Paulo (produtores rurais, atravessadores e processadores/distribuidores), que comercializam frutas, legumes e verduras conseguem promover a segurança e a qualidade dos alimentos. Entendendo-se que para isso, esses atores devam se orientar pelo cumprimento da Instrução Normativa Conjunta nº 02 (Ministério da Agricultura, Pecuária/MAPA e Abastecimento e a Agência de Vigilância Sanitária/ANVISA), estabelecida em fevereiro de 2018, a fim de que haja obrigatoriedade de identificação de informações sobre a origem e produção desses alimentos. Sem dúvida, trata-se de uma investigação do delineamento de processos de gestão e comunicação envolvidos no cumprimento desta norma. O autor chama a atenção para perspectivas de contribuições das universidades, institutos de pesquisa, entidades de classe e órgãos ligados à agricultura nas esferas municipal, estadual e federal a fim de que a rastreabilidade da frutas, verduras e legumes seja implementada e gere qualidade para os consumidores.

Uma revisão integrativa sobre os microrganismos encontrados na análise do queijo, no Capítulo 3, propõe mais uma vez o exercício da interdisciplinaridade e o poder saber/aprender sobre algo na dádiva de uma leitura. Júlio César Ibiapina Neres nos conta sobre a interação entre elementos socioculturais e biológicos que se inserem na história desse importante alimento. Além disso, pontua a ocorrência dos principais grupos de bactérias encontrados nos queijos, como os coliformes. Neste sentido, há vários relatos de doenças transmitidas por alimentos em decorrência do consumo de produtos de origem animal. A presença de tais microrganismos torna-se preocupante e carece de atenção na produção de queijos. A existência de bactérias do grupo coliformes nos queijos torna-se uma preocupação atual devido ao surgimento de eventuais surtos de infecções alimentares e podem contaminar diferentes tipos de queijos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) criou leis e

normas que esclarecem os requisitos e procedimentos para a produção de queijos. Diante disso, a análise microbiológica dos queijos é imprescindível, uma vez que ainda se encontra uma gama de bactérias patogênicas que influenciam a qualidade do produto e interfere diretamente na saúde pública. A correta orientação aos produtores desde o início da cadeia produtiva torna-se um processo relevante para minimizar os impactos e garantir a qualidade desses alimentos à população e eventuais prejuízos econômicos para os produtores.

Que pautas configuram o enfrentamento da mulher rural na busca pela igualdade de gênero? O capítulo 4 é uma revisão bibliográfica que apresenta a atuação da mulher no meio rural e sua representatividade, além de descrever as subjetividades do gênero feminino na agricultura brasileira. Além de exercer seus “papéis de mãe-pai/esposa e dona do lar”, as mulheres do cenário agrícola brasileiro buscam se organizar em cooperativas, participar de instituições, inserir-se no mercado de trabalho, desempenhando inúmeras atividades que antes eram atribuídas aos homens. Há aquelas que além de realizar atividades agrícolas, acumulam outras no contexto doméstico. Evellyng Munique Zago dos Santos, Giovana Lorenzi Pinto, Jéssica Dayane Nunes Pessoa, Natália Troccoli Marques da Silva e Angélica Góis Morales, autores dessa revisão, também descrevem os avanços e retrocessos das políticas públicas em face da desigualdade de gênero na esfera agrícola. Destacam como referencial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5 da Agenda 2030 que busca “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” norteia as premissas deste estudo. Entende-se assim, conforme esse objetivo, que erradicar todas as formas de discriminação de mulheres e meninas além de ser um direito humano básico, é crucial para a aceleração do desenvolvimento sustentável. Visto que o empoderamento de mulheres e meninas engendra um efeito multiplicador na construção da sustentabilidade. É um capítulo em que retrocessos e conquistas nas políticas públicas agrícolas se alternam na realidade agrícola e o

fortalecimento das mulheres em uma prática vitoriosa quanto a essa legislação é incentivado, a fim de que a atuação feminina no campo seja reconhecida com o seu devido e merecido valor.

Uma perspectiva panorâmica do desenvolvimento sustentável nos territórios indígenas é apresentada no Capítulo 5. Os últimos anos revelaram mudanças significativas com a evolução do pensamento ambientalista. E os territórios indígenas são a partir da dimensão social, ambiental e econômica da sustentabilidade. Esses povos originários têm sido contemplados por este conceito e suas dimensões? Há possibilidades de que os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 sejam cumpridos quando os territórios indígenas são delimitados? Estes questionamentos são propostos pelos autores desse artigo, Natália de Lima Gasque, Ariane Taísa de Lima e Renato Dias Baptista. Interessante verificar como estes autores nos oferecem um histórico do conceito de desenvolvimento sustentável como um ponto de partida para responder estas questões. Estes pesquisadores pontuam a importância da gestão territorial como forma de garantir o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas. É legítimo garantir os direitos dos povos indígenas! Encontramos neste capítulo questões bastante fundamentadas para que diferentes atores sociais colaborem com a garantia dos direitos humanos e sustentáveis destes povos.

A gestão de pessoas em uma pequena empresa de manufatura do estado de São Paulo configura o estudo de caso descrito no Capítulo 6 por *João Augusto Rodrigues, Carolyn dos Santos Hamada, Fernando da Cruz Souza, Daniele Guastali Moreno e Renato Dias Baptista*. São analisadas as estratégias de recrutamento, seleção de pessoas, desenho de cargos (atribuição de funções) na prática da organização estudada. Sendo que essas variáveis são avaliadas de acordo com referenciais teóricos da área de gestão de pessoas. É investigado, assim, se o desenho de cargos e o processo seletivo se encontram alinhados, além de procurar verificar até que ponto a empresa preza pela adequação dos funcionários à hierarquia, o que será revelado na análise das técnicas de seleção e contratação de colaboradores.

Este estudo de caso leva em consideração a mudança paradigmática no mundo organizacional e do trabalho: as pessoas, antes consideradas como recursos, passam a ser consideradas parceiras. Isto implica em considerar tanto os cargos isolados, como o trabalho em equipe. Considera-se também se preocupar com regras e regulamentos, mas com os resultados. Enfim, a ênfase deixa de ser dada à simples execução de tarefas, passando a serem privilegiados o comprometimento, a ética, a responsabilidade e, sobretudo, a inteligência e o talento. Estas características dos perfis dos integrantes da equipe devem ser consideradas na sua gestão e processos seletivos.

No Capítulo 7, Silvia Cristina Vieira Gomes, Rodrigo Fernando Marandola, Renan Pereira Zambianqui e Angélica Góis Morales, No Capítulo Silvia Cristina Vieira Gomes, Rodrigo Fernando Marandola, Renan Pereira Zambianqui e Angélica Góis Morales descrevem uma pesquisa realizada no extremo oeste paulista, no Distrito de Varpa (com enfoque no *lócus* da Fazenda Palma), hoje inserido em terras do município da Estância Turística de Tupã, que trata de um resgate multidisciplinar da interação sociedade e natureza. O turismo rural existente na Fazenda Palma com oferta de cenários, instalações e vivências no campo possibilitam uma experiência dinâmica para o estudo proposto sobre as relação sociedade-natureza a partir de referenciais multidisciplinares. Também foi realizado um resgate histórico do local de estudo e traçado perspectivas de interação a estratégias de conservação dos recursos naturais, desenvolvimento rural sustentável, saúde ambiental e qualidade de vida dados em um contexto de agronegócio não agrícola. Os autores consideram que a adoção de práticas de gestão ambiental, além de proteger o meio ambiente e garantir a permanência do empreendimento turístico ao longo dos anos, pode contribuir para a educação ambiental de hóspedes, funcionários e proprietários vizinhos.

Os museus enquanto forma de comunicação social constituem o tema do capítulo 8, escrito por Nelson Russo de Moraes, Valquíria Cristina Martins, Fábio Andrade Dias e Francielli Gonçalves Rodrigues. Estes autores



questionam o discurso existente no senso comum em que as instituições museológicas e seus acervos são relacionados exclusivamente ao passado. São descritos museus de importância histórica e pedagógica da cidade de Tupã, São Paulo. O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre se volta para a preservação e difusão de coleções histórica e etnográfica indígena. O Solar Luiz de Souza Leão foi a residência do fundador de Tupã até a sua morte, em 1980, constitui Patrimônio Histórico do Município de Tupã, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). É um espaço que destinado ao acesso da população à história da cidade. O Museu Histórico Janis Edbergs é conhecido por seu valor etnográfico, pois expressa em seu acervo a história dos imigrantes vindos da Letônia para o Brasil e a formação da comunidade leta que se instalou na região da Alta Paulista, fundando Varpa, em 1922, distrito do município de Tupã, São Paulo. Por meio das histórias voltadas à tradição tropeira da região e do grande acervo de objetos da época presente no Museu dos Tropeiros, os visitantes podem lembrar um pouco de suas raízes e apreciar um marco da cidade de Tupã e região, ajudando a preservar a história do município. O Museu da Cachaça é único do município de Tupã que é de propriedade privada, pertencente ao Sr. Delfino Golfeto, empresário no setor específico de produção e comercialização de bebidas destiladas e da rede de franquias “Água Doce Cachaçaria”. Neste acervo é proposta uma revisitação à toda história da bebida aguardente, além da explanação sobre o processo de produção e antigos engenhos coloniais. Há também neste museu, uma coleção de mais de duas mil garrafas de cachaças de diferentes tipos, padrões, marcas e embalagens de diferentes períodos históricos. Assim, ao contextualizarem estas instituições, é possível compreender o importante e atual papel dos museus nos processos educativos pertinentes à formação histórica de uma comunidade.

O cooperativismo foi analisado no Capítulo 9 por Claudio Antônio Tavares como modelo organizacional e instrumento de geração de renda para as comunidades tradicionais de Leta de Varpa (Tupã/SP) Geraizeiros

da Matinha (Guaraí/TO) e Lajeado (Dianópolis/TO). O autor ressalta que o cooperativismo fortalece a relação social bem como as questões produtivas, venda, distribuição e melhora a renda de seus associados. Também nos alerta para as questões burocráticas implicadas na formação de uma cooperativa, bem como a exigência nas questões administrativas e financeiras, as quais acabam dificultando a administração por conta das exigibilidades. A partir deste contexto de aproximação entre as comunidades tradicionais e as organizações burocráticas, neste estudo é proposta uma pergunta “quais são as potencialidades e os desafios para a convergência teórico-cultural orientada a mais ampla utilização do cooperativismo como modelo organizacional para comunidades tradicionais?” É necessário que haja um trabalho efetivo por parte dos órgãos que regem o cooperativismo para que seja melhorado as exigibilidades, dessa forma poderíamos ter mais cooperativas em comunidades tradicionais em aldeias indígenas, fortalecendo o cooperativismo e melhorando as questões sociais nas comunidades.

Os limites e possibilidades de trabalhadores que exercem em pequena escala a produção de leite no município de Tupã, São Paulo, constituem o tema do Capítulo 10, de autoria de Guery Tã Baute e Silva, Yara Barretto Oliveira, Julia Maria Carmo, Erica dos Santos Nogueira e Ioly Gomes Fernandes Sacilotto. Estes pesquisadores demonstram as peculiaridades da produção leiteira neste município. Desta forma, caracterizam o atual cenário da pecuária leiteira nacional e do local estudado, a fim de identificar as principais dificuldades da produção de leite. A partir deste estudo de caso, os autores apontam para a necessidade de intervenções institucionais que auxiliem os produtores de leite para incentivar a produção e impedir que ocorra escassez desse produto no mercado.

O papel das diversas tendências pedagógicas e os desafios da gestão da sala de aula são apontados por Fábio Andrade Dias no Capítulo 11. Nesse trabalho, são analisados os resultados da revisão bibliográfica referente à prática docente, a partir das tendências e correntes educacionais existentes no país e suas influências para o resultado final da formação dos futuros

profissionais da educação, sejam elas mais conservadoras ou mais progressistas. E, conseqüentemente, é avaliada a disparidade entre o estudo teórico da graduação dos professores e a realidade do ambiente escolar, mais propriamente da sala de aula. A partir desta análise, o autor discute a atual situação das salas de aula e quais as posturas que, frente a realidade, podem colaborar para que o professor consiga desenvolver um bom trabalho e uma boa gestão da sala. Segundo os autores pesquisados neste capítulo, é imprescindível que o educador se atenha a observar algumas dimensões que permitirão o desenvolvimento de um trabalho mais eficiente dentro da sala de aula. Ter consciência da armadilha histórica que leva ao desgaste e até mesmo à desistência de muitos professores e, a partir disso, a atenção às dimensões que permitem um melhor dia a dia da classe, quais sejam: o relacionamento interpessoal e a organização da coletividade da sala de aula, além do trabalho com o conhecimento, permitirão ao professor, gerir adequadamente seu trabalho, bem como, a sua sala de aula. Estes fatores poderão despertar em seus alunos o comprometimento com a educação.

Apresentados os capítulos que compõem o Volume 4 – Convergências entre os Campos da Comunicação, Democracia e Gestão Social, convidamos o leitor para que descubra as belas interconexões dos estudos realizados nesta obra. É um chamado interdisciplinar que nos convoca a exercitar a nossa cidadania na gestão democrática e dialógica. Boa leitura!

Novembro de 2020.

## Capítulo 1

### **O exercício da cidadania no vínculo contratual: delineamentos da comunicação face ao princípio da função social <sup>1</sup>**

*Guilherme Cestari Dadario <sup>2</sup>*

*Gabriel Cunha Salum <sup>3</sup>*

*Natália Dadario <sup>4</sup>*

#### **1. Introdução**

O contrato, um acordo de vontades estabelecido livremente por indivíduos que buscam conferir efeitos jurídicos em prol da consecução de determinados fins, cumpre um papel fundamental ao longo da trajetória humana. Apesar de intimamente ligado ao âmbito do Direito Privado, isto é, na relação entre pessoas particulares, tornou-se difícil de compreendê-lo destituído da análise de diversos outros elementos que se encontram nos demais ramos jurídicos (NADER, 2018), bem como se alastra além da esfera do Direito, tal como é possível verificar, por exemplo, nas correlações concernentes à desigualdade que perduram na sociedade capitalista, sendo este um evidente vetor para a impossibilidade de que se possa empregar de fato o Princípio da Função Social do Contrato.

---

<sup>1</sup> Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

<sup>2</sup> E-mail: guilhermecestaridadario@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9102379157484460>.

<sup>3</sup> E-mail: gabriel\_salum@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2926856561310637>

<sup>4</sup> E-mail: nataliadadario@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8579917795283734>.

Este princípio é compreendido claramente como uma maneira de buscar a limitação da autonomia privada contratual no sentido de fazer com que o contrato não seja utilizado como um instrumento capaz de ocasionar ao contratante qualquer ônus que lhe seja demasiadamente inopinado e dispendioso, mas sim fazer com que o interesse da coletividade seja garantido (TARTUCE, 2018).

Assim, é preciso esclarecer que a questão jurídica apresentada, apesar de encontrar-se presente no ordenamento em vigor, não deve ser interpretada puramente sobre a letra fria da lei e ainda acreditar que está sendo devidamente cumprida no corpo social, haja vista que a intervenção jurisdicional do Estado se fez necessária para assegurar tal finalidade ao longo dos anos, considerando para tanto, segundo Timm (2007), o novo panorama traçado pela Constituição Federal de 1988, cuja base cidadã acarretou em efeitos significativos ao Direito Privado, tal como a criação da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como a criação de um novo Código Civil em 2002

Neste sentido, a primeira expectativa que se vislumbra é o fato de que não existe o devido cumprimento esperado pela norma, de modo que o próprio Poder Judiciário necessitar intervir nas relações de modo a reestruturar o vínculo contratual ou ainda rescindi-lo para que seja atendido de modo satisfatório o interesse coletivo. Timm (2007) explica que o contrato constitui atualmente um objeto de cunho social, isto é, um instituto jurídico que ultrapassa as barreiras do âmbito privado, devendo prevalecer os interesses da coletividade sobre o mesmo, fato este que enseja a interferência por parte do Poder Judiciário nas hipóteses de contratação destinada a favorecer uma das partes em detrimento da outra, sendo necessário portanto a revisão de suas cláusulas pelo Estado, apto assim a sanar ou pelo menos minimizar os efeitos desta contratação.

Considerando a estrutura social em tela, é preciso desvencilhar o contexto fático do entendimento jurídico, a fim de que se possa evidenciar onde se encontram os vícios que ocasionam o não atendimento da função social do contrato (VENOSA, 2003).

Dentre estes, a comunicação surge como um fator primordial à referida problematização, uma vez que o teor comunicacional entre os contratantes, bem como o *modus operandi* do Poder Público em buscar alertar e fiscalizar tais violações aos direitos dos particulares, gera uma alteração significativa ao presente cenário, seja para um avanço, ou um retrocesso, constatação que pode ser realizada mediante a análise do caso concreto.

Nota-se assim que a comunicação, conforme apresentado por Romanenko (2016), finda no exercício da mobilização social, de modo a gerar impactos nos ideais e nas condutas praticadas pelo indivíduo.

Desta forma, nesta pesquisa objetiva-se demonstrar o real curso das relações contratuais frente ao mercado de consumo, de modo a evidenciar a importância da aplicação da cidadania pelos contratantes como um modelo de operação para a concretização do princípio da função social, tendo como instrumento a comunicação.

Para um melhor entendimento do tema, o presente capítulo foi subdividido em três seções. A primeira configura-se por esta breve introdução que contextualiza o assunto tratado. A segunda compreende o liame principal do assunto, descrevendo inicialmente o aspecto do princípio da função social do contrato frente à teoria geral dos contratos emanada ao longo do histórico do Direito Civil; seguido das considerações concernentes à função social do contrato e respectiva cidadania envolvida neste âmbito; e ao final, destaca-se a aplicação da comunicação como instrumento primordial para a efetivação da função social do contrato. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais do capítulo.

## **2. Desenvolvimento**

Este tópico objetiva apresentar a trajetória e sistemática adotada pelo Direito Contratual, as circunstâncias das relações consubstanciadas entre os indivíduos que almejam estabelecer atos negociais e as consequências

de tais tratativas. Enfatiza-se neste viés o papel da comunicação como mecanismo crucial ao atendimento da função social.

## **2.1 Aspectos histórico-jurídicos dos contratos e o caráter individualista do direito civil brasileiro até o início do milênio**

Na tradição jurídica moderna, nas esferas do direito privado e do direito público, a ideia de contrato faz referência a um acordo de vontades, livremente estabelecido por dois ou mais indivíduos, com a pretensão de conferir determinados efeitos jurídicos a certos atos, relacionamentos ou estados firmados entre os envolvidos nessa verdadeira modalidade de pacto negocial, o que vincula juridicamente os celebrantes. Logo, é possível dizer que uma das finalidades essenciais das relações contratuais é realização de modificações no plano material dos contratantes - por meio da produção de novos efeitos legais almejados pelas partes - envolvendo, frequentemente, obrigações de caráter patrimonial.

O conceito contemporâneo de contrato é um

[...] acordo de vontades que visa a produção de efeitos jurídicos de conteúdo patrimonial. Por ele, cria-se, modifica-se ou extingue-se a relação de fundo econômico. Embora previsto e regulado no Direito das Obrigações, os contratos não se referem, necessariamente, aos negócios jurídicos entre credor e devedor; estendem-se a outras províncias jurídicas, como ao Direito das Coisas, Direito de Família, Direito das Sucessões, Direito Administrativo, Direito Internacional (...). Pelo contrato as partes apenas podem criar obrigações para si próprias (NADER, 2018, p. 7).

Historicamente, a moderna concepção de contrato é tributária do Direito Romano, elemento esse fundamental para a compreensão da prevalência de seu sentido originariamente privativo ao longo do tempo no ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo, ao menos até o advento da nova ordem constitucional fundada com a Constituição Federal de 1988 e com o chamado Novo Código Civil de 2002.

No que se refere à dimensão jurídica da visão de mundo marcadamente pragmática dos romanos, é preciso salientar um aspecto que a particulariza e a difere de outros grupos e sociedades do mundo antigo: eles não se pautavam na busca por um propósito ideal de justiça, como acontecia com os gregos, mas visavam padrões práticos de solução de conflitos e regulação social (CASTRO, 2014; MASCARO, 2019).

Assim que, nos primórdios de Roma, quanto ao sistema do *ius civile* do direito Romano, o direito ainda não tem como destinatário final a figura do indivíduo, mas antes a coletividade – o corpo social composto pelas famílias romanas - a fim de restarem atendidos diferentes litígios e reivindicações sociais (VENOSA, 2015).

Ademais, especificamente a respeito da noção de contrato típica dessa fase inicial do direito civil romano, Pereira (2019, p. 6) afirma que:

O Direito Romano estruturou o contrato, e todos os romanistas a ele se reportam sobre a base de um acordo de vontades a respeito de um mesmo ponto. O confronto com o direito moderno pode não acusar, ao primeiro súbito, maior disparidade. Uma aproximação mais chegada e uma perquirição mais aguda apontam, entretanto, sensível diferença, que vai articular-se na noção mesma do ato, naquele sistema jurídico. Ali, como nas sociedades antigas, a convenção por si só não tem o poder criador de obrigações [...] Uma vez celebrado, com observância estrita ao ritual, o contrato gerava obrigações, vinculava as partes e provia o credor da actio, fator da mais lúdima essencialidade, sem o qual não haveria direito, já que este era nada, se não fosse munido da faculdade de reclamação em juízo.

É possível observar que a dinâmica das relações contratuais dessa época não é correspondente às concepções hoje existentes relativas ao conteúdo teórico e legislativo das regulamentações contratuais. Isso porque a vontade de firmar um negócio, *de per si*, não era capaz de produzir um vínculo obrigacional, sendo indispensável para tanto a rígida observância da tipicidade da forma contratual, quer dizer, o estrito cumprimento da previsão normativa acerca de todo o procedimento obrigacional tratado no corpo do acordo firmado.



Em outras palavras, nas fases iniciais do Direito Romano, a mera e simples manifestação de vontade não tinha o condão de gerar direitos e deveres obrigacionais entre os contratantes. Até o período de Justiniano, o Direito Romano restringia a noção de *contractus* somente aos chamados contratos típicos, opondo-se dessa maneira ao *pactum*, o qual se traduzia em qualquer manifestação de vontade desprovida da aptidão de originar qualquer tipo de vínculo obrigacional (ALVES, 2019). Assim, foi fundamental no período histórico em questão a previsão legal da forma contratual a fim de orientar os parâmetros necessários para constituir a vinculação pretendida pelos indivíduos que ajustavam tratos entre si.

Com o decorrer do tempo, após sucessivas transformações e diferentes fases desde os primeiros tempos do Direito Romano até meados do século XX, a compreensão moderna do Direito Civil denota uma concepção de direito fundamental dentro do amplo âmbito privado, conduzindo a maneira da pessoa no seu ser e agir no seu aspecto social. Constitui um ramo jurídico destinado à compreensão das relações entre indivíduos, sujeitos de direitos e obrigações, sobretudo com relação às questões concernentes ao patrimônio do indivíduo (REALE, 2002; AMARAL, 2018).

No Brasil foi promulgado em 1916 o Código Civil também chamado “Código Beviláqua” com o intuito de homenagear o jurista responsável por sua formulação, estando vigente até o início desse milênio quando foi sucedido pelo Código Civil de 2002 ou Novo Código Civil. Num contexto histórico-jurídico fortemente influenciado pelo Código Napoleônico de 1803/1805 (Código Civil Francês) no mundo ocidental, o direito civil brasileiro teve como característica fundamental um caráter marcadamente individualista com ênfase na regulação da propriedade e na liberdade de contratar (GONÇALVES, 2019).

Destarte, sem perder de vista também o recente passado colonial e monárquico em que inexistia uma autêntica cultura jurídica nacional, a codificação brasileira de meados do século XX refletia a mentalidade jurídica europeia da época de modo que não era o direito um instrumento de incremento da dignidade, da cidadania e do bem-estar social, mas antes

um eficiente mecanismo de manutenção do status quo, em outras palavras, o direito civil brasileiro visava atender aos interesses egocêntricos das classes e dos grupos sociais que detinham o poder político e econômico, o que incluía, conseqüentemente, a esfera dos contratos.

## **2.2 Reflexos da constitucionalização do direito civil brasileiro na esfera contratual e a sua respectiva função social**

A partir da segunda metade do século XX, após uma longa era marcada por guerras e militarismos, extremismos e polarização políticos, crises econômicas e violação sistemática de direitos humanos, disseminou em parte significativa dos países ocidentais a figura do chamado *Estado Constitucional de Direito*, que encontra seu fundamento máximo na dignidade humana.

No Brasil, com a redemocratização nos anos 1980, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, a qual prevê em seu texto uma visão voltada para a cidadania em seus fundamentos (BRASIL, 1988, art. 1º):

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Assim, é possível compreender que o espírito democrático da época restou consubstanciado na norma fundamental, que restabeleceu expressamente os direitos fundamentais inerentes a qualquer cidadão.

Segundo Barroso (2019), a democracia, de acordo com a Constituição em vigor, está galgada justamente na atuação governamental voltada para a promoção dos interesses da parcela vulnerável da nação brasileira, incluindo assim não apenas o respeito às liberdades públicas dos indivíduos,

mas também a ação efetiva em garantir ao grupos cuja expressividade seja deficitária no campo da política e dos direitos sociais uma maior abrangência no estabelecimento de métodos capazes de minorar a desigualdade extrema e predominante entre as classes sociais no país.

Contudo, conquanto tivessem mudado certos valores essenciais da ordem social e jurídica, subsistia no Direito Civil brasileiro pelo Código de 1916 o conservantismo clássico das instituições de direito privado do século XIX, contrastando no fim do Século XX diante da primazia do interesse público e social consoante os novos constitucionalismos. Tal estado de coisas gerou conflitos jurídicos ante o descompasso a partir de então existente entre princípios e normas constitucionais e disposições de direito civil para regulação da vida comum no âmbito das relações privadas (REALE, 2002).

Ante a dificuldade em conciliar a prevalência de valores como a dignidade humana e a cidadania com o sentido individualista, patrimonial e privatístico da legislação civil codificada vigente à época, uma reforma do direito civil passou a ser vista como inevitável e essencial (SCHREIBER, 2019).

Essa almejada modernização do direito civil brasileiro finalmente teve lugar com a promulgação no dia dez de janeiro de 2002 através da Lei nº 13.105, o então denominado Novo Código Civil. A reformulação da nova legislação civil nos moldes dos constitucionalismos contemporâneos permitiu tratar com prioridade direitos e garantias fundamentais de modo a coibir abusos entre os particulares, vale dizer, “o sentido social é filosofia marcante no novo estatuto, em reação ao individualismo do velho Código, calcado ainda em ideias do século XIX” (VENOSA, 2003 p. 31). Portanto, o caráter nitidamente social, ético e operacional constituíram princípios paradigmáticos do Novo Código Civil para a interpretação e a aplicação da legislação civil no país.

Na sistemática do Novo Código Civil os contratos estão enquadrados como uma espécie de negócio jurídico, podendo ser bilaterais ou plurilaterais, com a finalidade de criar, modificar ou até mesmo extinguir os

direitos e deveres relacionados aos bens do contratante, restando regulada sua existência legal, suas condições de validade e sua eficácia nos termos do artigo 104 e seguintes da referida legislação infraconstitucional (DINIZ, 2013; TARTUCE, 2018; GONÇALVES, 2019; NUCCI, 2019).

Portanto, um novo paradigma jurídico-humanista, republicano e democrático - tem procurado reformular princípios, preceitos e institutos de direito civil à luz dos ditames constitucionais da Carta Magna de 1988, que não conciliam mais com a arcaica natureza do código revogado (ROSENVALD *et al.*, 2019).

É assim que uma das características mais importantes da teoria civilista contemporânea à luz da constitucionalização do Direito Civil é a aplicação do princípio da função social à esfera contratual, rompendo com o paradigma usual de que o objetivo central dos contratos é basicamente satisfazer a vontade daqueles que se valem dele, consistindo num mero meio de materialização da vontade dos indivíduos, seja qual for o teor dessas manifestações de vontade e interesse.

Mesmo assim, na prática, devido à natureza privada dos atos negociais firmados pelos cidadãos sujeitos de direitos, é possível ainda hoje que determinadas disposições contratuais possam prejudicar um lado dos pactuantes, muitas das vezes pelo simples número excessivo de cláusulas aliado à falta de informações claras e comunicação efetiva entre os contratantes a respeito do objeto e condições do instrumento contratual, tal como ocorre com os contratos de adesão.

Muito embora tais situações incorram em possíveis abusos e injustiças, a antiga sistemática civilista brasileira tendia a privilegiar a liberdade em contratar, independentemente da onerosidade gerada por cláusulas abusivas. O tradicional princípio jurídico do *pacta sunt servanda* - literalmente o contrato faz lei entre as partes - enaltecia a rigidez do contrato celebrado com a manutenção de possíveis disposições legais abusivas.

Por esse motivo que a ideia de função social dos contratos, preconizada pela atual sistemática civilista inscrita no movimento mais geral de constitucionalização do Direito, tem contribuído sobremaneira no sentido

de mitigar o caráter outrora absoluto da liberdade contratual e do *pacta sunt servanda*, coibindo abusos e afastando ilegalidades.

Neste mesmo sentido, acerca da atenuação do *pacta sunt servanda*, Gomes (2019) afirma que mesmo presente ainda em diversos ordenamentos jurídicos, tal princípio está sendo empregado de maneira menos abrupta, ou seja, revelando uma incidência não absoluta frente aos negócios jurídicos que são realizados, de modo a observar uma clara remodelação no entendimento jurídico civilista acerca da obrigatoriedade do cumprimento integral das disposições contratuais desprovida de quaisquer ressalvas.

Logo, a função social dos contratos não pretende eliminar ou comprometer a autonomia de vontade dos contratantes ou a força obrigatória de cumprimento do objeto pelas condições pactuadas, mas moderar as cláusulas contratuais com a finalidade de assegurar equilíbrio entre as partes no decorrer da contratação, bem como após a sua celebração.

Portanto, no entendimento contemporâneo de Cassetari (2018), é possível enxergar no princípio da função social dos contratos um marco fundamental na teoria geral dos contratos, impondo parâmetros para regulação da responsabilidade contratual sem anular ou inviabilizar outros princípios tradicionais, como é o caso da autonomia da vontade privada e a obrigatoriedade do cumprimento do contrato, resguardando, assim, os interesses do contratante que se encontra em posição vulnerável, além de impedir que possíveis reflexos nocivos do negócio celebrado possam ser transmitidos à coletividade.

### **2.3 A importância da comunicação para a efetividade da função social dos contratos**

Esta seção apresenta a relação consistente entre os contratos e a comunicação, introduzindo assim aspectos comunicacionais relevantes para

o instituto jurídico e embasando o estudo interdisciplinar como vetor preponderante para se chegar em um ideal de cidadania junto aos atos negociais.

A comunicação pode ser facilmente vislumbrada como um preponderante fator na elaboração do vínculo contratual. Compreendida como uma fonte de conexão para a informação, nota-se que a retórica faz-se comum perante os objetivos almejados pelo interlocutor, que figura como responsável pela transmissão da informação ao ouvinte (SANT'ANNA; ROCHA JÚNIOR; GARCIA, 2015).

Neste sentido, é preciso esclarecer desde já que a persuasão, a qual encontra-se intimamente ligada ao mercado de consumo atual, já era prevista pelos gregos há milênios, como pelo filósofo Aristóteles, que acreditava no poderio comunicacional como forma de promover a veracidade das alegações diante do fascínio ocasionado pela esplêndida habilidade comunicativa do interlocutor, ainda que não completamente coesa (ARISTÓTELES, 1964).

O raciocínio acima é de fácil compreensão no campo contratual, ao destacar dentre os pressupostos para a existência do contrato, a manifestação de vontade, que pode ser entendida como a declaração prestada pelo contratante para a produção dos efeitos pretendidos no ato negocial (GONÇALVES, 2016).

Este requisito configura-se como elemento essencial na contratação, uma vez que a intenção em conceber o vínculo contratual, ou seja, o interesse que se mostra pela assinatura do instrumento nele consubstanciado, pressupõe o *animus* do indivíduo na eficácia do negócio celebrado, tal como descreve Diniz (2013, p. 31) “[...] num contrato, as partes contratantes acordam que se devem conduzir de determinado modo, [...], combinando seus interesses, constituindo, modificando ou extinguindo obrigações”. Portanto, não se é possível a criação de um contrato desprovido da manifestação da vontade.

Entretanto, acerca desta conjuntura, finda-se na importante classificação de contratos paritários e contratos de adesão, sendo que cada qual reflete em uma ideia de comunicação distinta.

Na hipótese de existir uma simetria entre os indivíduos envolvidos na relação, no sentido de negociar as cláusulas contratuais, constitui-se um contrato paritário. Gonçalves (2016) compreende que diante de uma contratação livre, isto é, em que os contratantes estejam em plenas condições de negociar sobre o conteúdo e demais cláusulas que estarão contidas no corpo do instrumento a ser firmado, estaremos nos referindo ao contrato paritário, o qual demonstra maiores possibilidades negociais para todos aqueles que desejam contratar, e assim uma discussão mais justa e igualitária.

Neste sentido, havendo uma isonomia entre os sujeitos envolvidos, é possível visualizar uma comunicação interativa entre os mesmos, de modo a permitir o diálogo e o questionamento de determinadas ideias propostas pelo outro antes de consolidar determinado resultado. Esta compreensão de comunicação é defendida por Habermas (1981), de modo a admitir a equivalência no direito de estabelecer posicionamentos, o que ocasiona em uma interação dinâmica no contrato em razão de sua modulação por ambos os contratantes.

Por exemplo, alguém que resolve vender o seu automóvel ao seu vizinho. Há uma vasta flexibilidade nos acordos possíveis a serem entabulados neste caso, sendo uma relação completamente distinta do indivíduo que busca uma concessionária de veículos para criar um negócio, pois nesta há uma nítida limitação na forma de contratar.

Justamente com relação à última hipótese supracitada que se encontra caracterizado o contrato de adesão. Segundo Gonçalves (2016), tal espécie contratual, comum aos tempos contemporâneos em que a sociedade de consumo massificada se faz presente, é vista pela preponderância da vontade de um dos indivíduos frente ao outro, consoante o fato de que as cláusulas já se encontram previamente confeccionadas pelo contratante

que ofertará à coletividade, cabendo ao indivíduo pertencente ao corpo social apenas o ato de aceitar ou negar tais condições apresentadas. Tartuce (2016, p. 600) conceitua contrato de adesão como “aquele em que uma parte, o estipulante, impõe o conteúdo negocial, restando à outra parte, o aderente, duas opções: aceitar ou não o conteúdo desse negócio”.

Assim, tal característica rígida remete à ideia de uma comunicação persuasiva, conforme apontava Aristóteles, considerando o quão imprescindível é o modo do agente interlocutor em apresentar o conteúdo do objeto contratual de modo a convencer o ouvinte, ora aderente, a celebrar a oferta apresentada. Tanto verifica-se como real e presente na esfera consumerista, que a Lei nº 8.078/1990, reconhecida como Código de Defesa do Consumidor, definiu neste sentido:

Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (BRASIL, 1990, art. 54).

Tendo em vista este entendimento, é verificada uma limitação do aderente em negociar as tratativas junto ao aderido (DINIZ, 2013), o que faz com que o interlocutor, ora fornecedor do produto ou serviço, se sobressaia no momento de firmar o ato negocial em detrimento do ouvinte, que figura como consumidor na relação jurídica.

Na compreensão de que vivemos na era da modernidade líquida (BAUMAN, 2001), isto é, em um período no qual a durabilidade das relações e do apego aos bens não são bem vistos, o mundo está voltado aos prazeres momentâneos, fazendo com que o mercado de consumo desempenhe um papel sacramental nesta filosofia de vida, principalmente ao analisar o assunto sob o viés social, no sentido de que existem classes em que não são dotados de poderio econômico para alcançar os anseios consumeristas que a mídia apresenta.

Nesta óptica filosófica, a realidade está deveras viciada no desejo ininterrupto de comprar, uma vez que a vida ideal a ser alcançada encontra-



se consubstanciada no poderio econômico em provar dos bens e ser tentado a suportar uma vivência desprovida destas supostas necessidades.

Neste diapasão, verifica-se que a própria sistemática do mundo contemporâneo fortalece a atuação do mercado do consumo, considerando para tanto que o indivíduo possui os anseios que os meios midiáticos trazem à tona. Assim, a prática dos contratos de adesão, e, logo, o uso da comunicação com a finalidade de persuasão, tal como já previa Aristóteles na Grécia Antiga, tornam-se cotidianos.

Face às constatações narradas acima, é preciso articular ainda certas especificidades da comunicação no que tange o contrato, de modo que será possível asseverar o quão necessária se mostra na geração de efeitos entre os contratantes, bem como entre o Poder Público e os consumidores, sendo estes os vulneráveis da relação jurídica consumerista.

Compreendido que o mundo encontra-se em um período de plena conectividade, e, que o consumo e o capital tornaram-se os pilares para a garantia de uma suposta felicidade (BAUMAN, 2001), o sistema organizacional das instituições que almejam o lucro tomaram rumos maliciosos, figurando o contrato e a comunicação como instrumentos capazes de alcançar a efetividade comercial, ainda que em detrimento de outrem.

Verifica-se que dentro de uma organização que almeja lucros, todos os seus colaboradores funcionam como componentes de uma engrenagem cujas atribuições possuem uma determinada finalidade maior. O corpo administrativo, o qual controla a organização empresarial, define essas atribuições a fim de garantir o exercício da atividade econômica, podendo ser compreendida como “unidade coletiva de ação formada para perseguir fins específicos e é dirigida por um poder que estabelece a autoridade, determina o status e o papel de seus membros” (CARDOSO, 2006, p. 1126).

Assim, visando estrategicamente a gestão organizacional, a comunicação torna-se um agente capaz de acelerar a produção e, desta forma, desenvolver comportamentos que surgem para o envolvimento e interação daqueles que atuam junto ao procedimento de captação econômica.

No âmbito do capitalismo contemporâneo, o processo de indução a comprar um produto ou serviço pode ser facilmente identificado nas publicidades, as quais comumente são enganosas ou abusivas, sendo ambas utilizadas como meio comunicacional cabal para iludir o consumidor, ou mesmo coagi-lo, de modo que o convence a efetuar a respectiva compra do produto ou serviço (NUNES, 2018). O próprio Código de Defesa do Consumidor prevê estas práticas dentre o rol de práticas abusivas, proibindo-as expressamente:

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança (BRASIL, 1990, art. 37).

O contrato adentra na problemática acima justamente como mecanismo de selar a negociação que a comunicação tratou anteriormente de estabelecer de modo desmedido, consoante às práticas abusivas destacadas. Havendo a manifestação de vontade, isto é, a simples assinatura ou mesmo um *click* (em contratos eletrônicos), compreende-se que há uma conduta do contratante, ora consumidor, consistente no anseio pela celebração do ato negocial (GONÇALVES, 2016).

Entretanto, com a busca de equilibrar a disparidade existente entre os contratantes nos contratos de consumo, considerando neste caso que as ofertas são destinadas à coletividade, foi preciso legislar visando a proteção do consumidor. Sendo assim, foram ocasionadas consequências ao fornecedor, tendo em vista que este pode utilizar todos os artifícios de manipulação a fim de persuadir a parte vulnerável em realizar o ato negocial (NUNES, 2018).

Acerca desta perspectiva na órbita comunicacional, entende-se que na realidade, por meio da evolução da comunicação organizacional, deveria haver uma amplificação da ética comercial dentro da sistemática interna da organização (CURVELLO, 2012), a fim de equilibrar os meios de informação e persuasão, bem como reavaliar a utilização dos meios adotados para que assim seja possível obter resultados positivos desprovidos da maleficência social oriundas dos pactos negociais.

A questão primordial desta compreensão volta-se para a postura que é assumida pela organização, pois almejando tão somente os benefícios institucionais monetários em detrimento da destinação condigna para os demais interessados da atividade exercida, não se demonstra possível admitir uma postura estratégica (BUENO, 2009).

Compreendendo preliminarmente que a comunicação pública tem como objetivo zelar pelo interesse comum dos cidadãos, no posicionamento de Habermas (1984) é indubitável que no âmbito público a sociedade culmina por contribuir com a construção de ideias que favoreçam a coletividade por intermédio do compartilhamento de suas respectivas convicções, uma vez que os reflexos das experiências privadas, quando empenhadas para a efetivação de valores públicos, contribuem para a formação democrática de uma nação, tal como discorre López (2012, p. 246), que enxerga a comunicação pública como diversos métodos que podem ser aplicados por agentes na intervenção da vida em sociedade, com o intuito de assim aprimorar a convivência entre os diversos nichos sociais no tocante a ampliação da participação comunitária junto aos processos políticos, objetivando atender aos anseios do bem comum.

A notória intervenção social e estatal apresentada pela ciência da comunicação no âmbito público pode ser constatada também na seara jurídica no que diz respeito aos contratos, uma vez que certos princípios norteadores do instituto contratual surgem com um finalístico apreço pela ordem democrática desta relação jurídica. Dentre estes princípios, é possível referenciar: princípio da onerosidade excessiva, o princípio da função social do contrato e o princípio da supremacia da ordem pública.

Contrapondo-se a obrigatoriedade absoluta do cumprimento contratual, o princípio da onerosidade excessiva, ou também denominado como princípio da revisão dos contratos, surgiu ao longo da Idade Média, quando foi observado que situações externas ao vínculo entre os negociantes interferiam em seu cumprimento, de maneira que estes tornavam-se demasiadamente onerados diante do infortúnio (GONÇALVES, 2016).

Desta forma, existe hoje o entendimento pacificado de que a jurisdição estatal, por intermédio do Poder Judiciário, de acordo com este fundamento principiológico, bem como de outros dispositivos do ordenamento vigente, possui o poderio de revisar forçosamente as cláusulas estabelecidas entre os contratantes, possibilitando criar uma equidade diante de acontecimentos que não eram previstos e que extraordinariamente surgiram, os quais acabaram por onerar de forma desproporcional àquela contratada (BIERWAGEN, 2003).

Por sua vez, a função social do contrato, princípio este que surgiu face ao idealismo da constitucionalização do Direito Civil (ROSENVALD *et al.*, 2019), foi compreendido assim pela interface dos efeitos gerados pela Constituição Federal de 1988 ao posterior Código Civil de 2002.

Assim, notou-se que o conservador entendimento de força obrigatória do vínculo contratual estava obsoleto diante da sistemática voltada para o desenvolvimento e proteção social adotada pela nova Constituição, tanto que assim ocorreu a previsão pelo constituinte de proteção do consumidor (MARQUES, 2009), o que findou posteriormente na criação da Lei 8.078/1990, famigerado Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

(...)

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

V - defesa do consumidor (BRASIL, 1988, art. 5º)

A maneira de frear o antiquado princípio “*pacta sunt servanda*” (o contrato faz lei entre as partes) foi em atribuir ao contrato a função social, tal como anteriormente pela Carta Magna em 1988 foi ratificada a função social da propriedade, sendo que em ambos a noção de individualidade concedeu espaço à coletividade, cabendo assim a todos utilizarem os institutos para o bem comum (ROSENVALD *et al.*, 2019).

Desta maneira, foi limitada a liberdade contratual para que o ato negocial não continuasse sendo utilizado como instrumento passível de imposição da vontade de um contratante sobre o outro, de modo a consagrar assim:

[...] a função social dos direitos civis, da propriedade e dos negócios jurídicos (atos e contratos de natureza civil ou econômico-empresarial), a fim de que se conciliem as exigências do todo coletivo com os citados poderes conferidos aos indivíduos (princípio da solidariedade social) (REALE, 2002, p. 360).

Cabe ainda destacar a supremacia da ordem pública, que é verificada atualmente como um elemento estrutural de organização da sociedade, nos termos previstos em lei (GONÇALVES, 2016). Pondera-se assim, como cláusula geral para toda a compreensão jurídica, não somente relativo ao contrato, que o interesse particular do indivíduo não pode prevalecer de modo prejudicial sobre a vontade do corpo social, uma vez que a sua conduta não deve colidir com os anseios sociais (AGUIAR JÚNIOR, 2003; PEREIRA, 1999).

Corroborando com esta visão, o Código Civil, dispôs no parágrafo único do art. 2035: “Nenhuma convenção prevalecerá se contrariar preceitos de ordem pública, tais como os estabelecidos por este Código para assegurar a função social da propriedade e dos contratos” (BRASIL, 2002, art. 2035).

A acepção da comunicação pública pode ser compreendida portanto, no campo jurídico, mediante o dirigismo contratual do Estado, que, segundo Gonçalves (2016), faz com que as normas promulgadas possuam como manancial a ordem pública com a finalidade de assegurar a defesa dos interesses sociais, o que faz inculir como fator preponderante ao interesse público em alcançar uma real democracia (LÓPEZ, 2012).

É importante apontar ainda que a supremacia da ordem pública está substancialmente atrelada ao Direito Público (PIETRO, 2017), tendo em vista que não é plausível a manutenção do exercício governamental desprovido da intenção de manter o interesse público, ainda que sendo necessário limitar os interesses individuais.

Justamente ao se falar em valorização do interesse público, é que se compreende que o cidadão detém o papel, junto ao Estado, de pressionar as organizações por intermédio da desenvoltura cultural cívica e comunicacional face aos anseios sociais, consoante o fato de que a comunicação pública desempenha uma função democrática frente à questão da cidadania, cuja eficácia possui como um dos fatores principais a participação da população (MATOS, 2012).

A respeito dessa compreensão, é possível vislumbrar as agências reguladoras, que, nas palavras do administrativista Mello (2013, p. 174) são: “autarquias sob regime especial, ultimamente criadas com a finalidade de disciplinar e controlar certas atividades”.

Ilustra-se assim o dirigismo estatal em regular o exercício dos serviços públicos prestados pelos particulares, bem como a participação ativa dos cidadãos na esfera pública. É preciso ressaltar que tais entidades são canais de comunicação entre o Estado e os consumidores (BRANDÃO, 2012), os quais podem efetuar as suas reclamações em busca de uma solução, e o Estado, que atua como agente controlador das exacerbações efetuadas pelas prestadoras de serviços.

Por meio desta conjuntura, há a oportunidade do cidadão arguir a sua posição perante uma instituição que possui o condão de regulamentar

a relação contratual, sendo esta forma de expressão um papel da comunicação para gerar cidadania e, por consequência, desfazer as amarras existentes que oprimiam o indivíduo prejudicado (DUARTE, 2012).

### **3. Considerações finais**

A proposta do estudo esteve pautada em adentrar na sistemática dos contratos de consumo massificado atual, bem como na dinâmica da comunicação organizacional e pública, buscando desta forma estabelecer um nexo interdisciplinar entre a ciência jurídica e o processo comunicacional.

No decurso das leituras houve a viabilidade de percorrer o universo do Direito Contratual atrelado ao princípio da função social do contrato em suas variadas perspectivas compreendidas no esboço da Constituição Federal de 1988, bem como do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor. Atenta-se assim a problemática encarada ao contrato consumerista e a aferição da sua função social, de modo a observar a relevância da comunicação frente a esta espécie de pacto, seja em análise a marcante comunicação dentro das instituições entre o fornecedor e o consumidor, ou ainda na intermediação estatal que regulamenta e fiscaliza as atividades econômicas.

Neste sentido, é possível compreender que o papel desempenhado pela comunicação no campo contratual está principalmente voltado a maneira de conduzir os atos negociais. Em consequência, a temática encontra-se em ininterrupto debate pelo ordenamento jurídico brasileiro, o que faz compreender que este princípio é primordial para a manutenção do ideal de cidadania na esfera negocial.

Com efeito, evidencia-se a extrema relevância desta pesquisa pela pouca produção científica sobre o assunto em uma visão interdisciplinar, que leva em consideração a comunicação efetiva como um instrumento de democracia nos contratos. Ademais, o estudo contribui por se tratar de um tema contemporâneo para a sociedade atual e ainda traz benefícios ao

apresentar o assunto à comunidade acadêmica, com vista ao debate do tema.

Para pesquisas futuras sugere-se analisar a comunicação nas outras espécies contratuais, tais como os contratos de natureza trabalhista, contratos empresariais e contratos administrativos.

## Referências

AGUIAR JÚNIOR. **Projeto do Código Civil**: as obrigações e os contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

ALVES, J. C. M. **Direito Romano**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

AMARAL, F. **Direito Civil**: Introdução. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. São Paulo: Difel, 1964.

BARROSO, L. R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Tradução de Plínio Augusto de Souza Dentzien.

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. (org). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº 1988, de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 16 maio. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990**. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm)>. Acesso em: 16 mai. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)>. Acesso em: 16 mai. 2020.



BUENO, W. C. **Comunicação empresarial: políticas e estratégias**. São Paulo: Saraiva, 2009. 338 p.

BIERWAGEN, M. Y. **Princípios e regras de interpretação dos contratos no novo Código Civil**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CARDOSO, O. O. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1123 - 1144, 2006.

CASSETARI, C. **Elementos de Direito Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CASTRO, F. L. **História do Direito Geral e Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

CURVELLO, J. J. A. A dimensão interna da comunicação na administração pública. In: DUARTE, J. (org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DUARTE, M. Y. M. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, J. (org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, O. **Contratos**. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil 1 Esquematizado: parte geral, obrigações, contratos (parte geral)**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro: Parte Geral**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

HABERMAS, J. **Theorie des kommunikativen handelns**. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1981. v. 2.

LÓPEZ, J. C. J. Proposta geral de comunicação pública. In: DUARTE, J. (org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

- MARQUES, C. L. Introdução ao Direito do Consumidor. In: BENJAMIN, A. H. V.; MARQUES, C. L.; BESSA, L. R. **Manual de direito do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- MASCARO, A. L. **Introdução ao estudo do direito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MATOS, H. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, J. (org). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MELLO, C. A. B. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2013.
- NADER, P. **Curso de Direito Civil - Volume 3: Contratos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- NUCCI, G. S. **Instituições de Direito Público e Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- NUNES, R. **Curso de Direito do Consumidor**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- PEREIRA, C. M. S. **Lesão nos contratos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- PEREIRA, C. M. S. **Instituições de Direito Civil: Contratos**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- REALE, M. **Lições preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- ROMANENKO, Y. O. Place and role of communication in public policy. **Actual Problems in Economics**; Kiev, v. 2, n. 176, p. 25-32, 2016.
- ROSENVALD, N. *et al.* **Código civil comentado: Doutrina e jurisprudência**. 13. ed. Barueri: Manole, 2019.
- RULLI NETO, A. **Função social do contrato**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- SANT'ANNA, A.; ROCHA JÚNIOR, I.; GARCIA, L. F. D. **Propaganda: teoria, técnica, prática**. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SCHREIBER, A. **Manual de Direito Civil Contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

TARTUCE, F. **Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TIMM, L. B. Direito, Economia e a função social do contrato: em busca dos verdadeiros interesses coletivos protegíveis no mercado do crédito. **Revista Páginas de Direito**, Porto Alegre, v. 7, n. 571, 2007.

VENOSA, S. S. (Org.). **Novo Código Civil: Texto comparado**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VENOSA, S. S. **Direito Civil**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

## Capítulo 2

# Implantação da rastreabilidade pelos fornecedores de Frutas, Legumes e Verduras (FLV) de um varejo em Tupã-SP <sup>1</sup>

*João Guilherme de Camargo Ferraz Machado* <sup>2</sup>

### 1 Introdução

A prática da rastreabilidade é cada vez maior nas cadeias agroalimentares internacionais devido aos recorrentes incidentes ligados à segurança dos alimentos e crescente demanda dos consumidores, principalmente nos países de maior desenvolvimento. Silva (2005) e Nicoloso e Silveira (2013) destacaram que diversas mudanças ocorreram na produção e na comercialização de alimentos, com destaque para a expansão do mercado mundial e para as recorrentes contaminações nos produtos alimentícios, responsáveis por aumentar a preocupação acerca da qualidade dos produtos comercializados e pela necessidade de conhecer a origem e os processos empregados na sua produção.

A preocupação com a qualidade e com a segurança dos alimentos vem aumentando consideravelmente entre os consumidores e está relacionada, quase sempre, aos incidentes de contaminações de alimentos ocorridos no

---

<sup>1</sup> Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

<sup>2</sup> Livre-docente pela UNESP. Doutor em Engenharia de Produção pela UFSCar. Docente da FCE/UNESP Tupã e do PGAD/UNESP. Pesquisador do Centro de Pesquisa em Administração e Agronegócio (CEPEAGRO) e do Grupo de Pesquisa Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional (ICIO). E-mail: [jg.machado@unesp.br](mailto:jg.machado@unesp.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8648672926501949>. Rua Domingos da Costa Lopes,780. Jardim Itaipu 17602-496 – Tupã/SP.

mundo nos últimos 30 anos, resultando em intoxicações, infecções e até a morte de pessoas. Dentre eles, encontram-se: contaminação dos ovos com salmonela e a crise da “vaca louca” (encefalopatia espongiforme bovina - BSE), ambas na Inglaterra; os focos de febre aftosa em diversos países; a contaminação de frangos e suínos pela dioxina, na Bélgica; a gripe aviária em países orientais, e a contaminação por salmonelas nos produtos à base de amendoim nos Estados Unidos e no Canadá, em 2009, entre outros (SILVA, 2005; GALLIANO; OROZCO, 2011).

Esses episódios evidenciaram a necessidade de sistemas de rastreabilidade, chamando a atenção das empresas alimentares e dos responsáveis pelas políticas públicas em vários países, uma vez que as ações e legislações específicas são geralmente adaptadas a cada realidade. Segundo Song *et al.* (2008), a preocupação dos diferentes agentes da cadeia produtiva vem desde a produção rural, passa pelo elo de processamento e chega até o varejo. Refere-se à segurança do alimento e dos possíveis riscos à saúde e, quando somados à necessidade de informações corretas e transparentes demandadas pelos consumidores, resultam cada vez mais na popularidade da rastreabilidade dos alimentos amparada por atributos de credibilidade e transparência de informações, incluindo o reconhecimento da indústria de alimentos e daqueles que são responsáveis pela proposição de políticas.

Atualmente, o varejo de alimentos possui uma importância maior dentro do orçamento familiar, sendo responsável por prover bens de consumo, além dos alimentos consumidos no dia-a-dia. Por esse motivo, duas tendências são percebidas: uma delas referente à concentração das compras no setor varejista (supermercados) e outra relacionada à crescente preocupação pelo consumo de alimentos saudáveis, especialmente as frutas, verduras e os vegetais frescos (BARBOSA; BEZERRA, 2017).

Neste sentido, esses autores relataram que os supermercados vêm se preocupando com a venda de produtos frescos, em especial as frutas, legumes e verduras (FLV), por serem produtos importantes para atrair os consumidores às lojas, do ponto de vista estratégico, justificando a atenção

dada a estas seções, instaladas em locais de destaque, utilizando apelos de cor e boa aparência.

Zhu (2017) verificou que a qualidade dos produtos, em especial os FLV, tem sido considerada um fator-chave que influencia as decisões de compra dos consumidores. Entretanto, existem poucas pesquisas quantitativas que identificam os benefícios dos sistemas de rastreabilidade para fornecer aos participantes da cadeia.

Além disso, Silva *et al.* (2008) destacaram que, devido sua posição privilegiada de estar sempre em contato com o consumidor final, o varejo de alimentos tem sido estudado com maior frequência, o que facilita a captação dos desejos e preferências desse grupo, que vem mudando seu comportamento em termos de hábitos de vida, saúde e preocupação com meio ambiente, entre outros.

Neste sentido, os autores destacaram que o grupo dos FLV é ainda pouco estruturado e, por isso, demanda ações para ampliar o entendimento entre varejistas e produtores rurais, garantindo o atendimento às necessidades do consumidor final de forma adequada. Essa constatação reforça a urgência para que o setor produtivo defina ações para o atendimento das necessidades dos varejistas, dada sua posição estratégica de contato direto com o consumidor final.

A publicação da Instrução Normativa Conjunta nº 02 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), em fevereiro de 2018, estabeleceu a obrigatoriedade de identificação de todos os itens vegetais (no próprio alimento ou qualquer forma de embalagem), visando identificar quem os produziu e possibilitar o acesso às informações obrigatórias que precisam a ser registradas e documentadas, para fins de rastreabilidade e *recall* por parte das autoridades competentes (MAPA, 2018).

De acordo com a INC nº 02, os produtores devem seguir um calendário progressivo de produtos para atender à norma e seus diferentes prazos para a implementação da rastreabilidade, sendo que o primeiro conjunto de produtos estava apto a ser fiscalizado desde 8 de agosto de

2018 pelo próprio MAPA ou pelas Vigilâncias Sanitárias locais (RASTREABILIDADE..., 2018a).

Diante do exposto e da percepção de que são poucos os varejos de pequeno e médio portes que comercializam FLV e não apresentam os dados de rastreabilidade aos consumidores, pergunta-se: “como os produtores de FLV e varejistas de alimentos vêm se organizando para atender a INC 02/2018?” Entende-se ser imprescindível a realização de estudos sobre o tema, buscando entender o processo como um todo, para orientar os pequenos produtores rurais, geralmente o agente mais fraco na cadeia produtiva, no atendimento da normativa.

Nesse sentido, este capítulo buscou entender como o processo de rastreabilidade de FLV, em atendimento à INC 02/2018, tem sido implementado pelos produtores rurais e/ou atravessadores que comercializam seus produtos para o varejo de alimentos. Para isso, foi necessário verificar o estágio de atendimento à normativa e a motivação para adoção de tais práticas, identificando e caracterizando os procedimentos adotados pelos produtores.

O capítulo está organizado em cinco tópicos, incluindo esta introdução. Na segunda seção, são abordados temas relevantes para o entendimento da problemática proposta, como a rastreabilidade, com destaque para os FLV e sua importância para o varejo de alimentos. Na terceira seção, é apresentada a situação dos produtores rurais, atravessadores e processadores/distribuidores que atendem os varejos de Tupã-SP, a partir dos resultados de um estudo realizado em 2019. Por fim, a quarta parte apresenta as considerações finais e encerra o estudo.

## **2 Referencial teórico**

### **2.1 A rastreabilidade dos alimentos**

A rastreabilidade é a capacidade de rastrear um lote de um produto e seu histórico ao longo de toda uma cadeia de produção ou em parte dela.

Isso inclui o registro e o monitoramento desde o processo produtivo na propriedade rural, o processamento primário e/ou secundário, incluindo os meios de transportes e armazenamento utilizados, até chegar à distribuição e ser disponibilizado para venda, chamada de rastreabilidade da cadeia. Por outro lado, se o processo ocorre internamente, tem-se a rastreabilidade interna, aplicada em uma dessas etapas da cadeia, como por exemplo, na etapa de produção rural (MOE, 1998).

De acordo com Nantes e Machado (2005, p.373), “a crise da BSE foi considerada o principal gatilho para o surgimento do conceito de rastreabilidade” na cadeia produtiva da carne bovina, uma vez que “a possibilidade de contaminação dos consumidores europeus levou os agentes públicos e privados a se organizarem não só para erradicar a enfermidade, como também para impedir sua disseminação”.

O rastreamento de produtos é essencial para proteger o consumidor em caso de não conformidade e para retirar do mercado produtos potencialmente perigosos. Na União Europeia (UE), a legislação determina que as empresas deste setor são as principais responsáveis pela segurança do alimento e devem possibilitar o rastreamento de todos os produtos alimentares processados ou não. Esta obrigação de rastreabilidade dos alimentos aplica-se a todas as fases de produção, processamento e distribuição (incluindo o importador, o varejista, os restaurantes ou outras operações similares de serviços alimentares). Assim, quando os clientes imediatos não são os consumidores finais, as empresas são obrigadas a identificar os produtos para o varejo, rotulando-os adequadamente para facilitar o processo de rastreabilidade (SCHAARSCHMIDT *et al.*, 2018).

De acordo com Galliano e Orozco (2011), a adoção de sistemas de rastreabilidade tornou-se prioridade para as empresas na maioria das cadeias produtivas em diferentes setores, incluindo as indústrias agroalimentares, tendência pautada pela necessidade permanente de garantia da qualidade e a segurança dos alimentos, do cumprimento de compromissos contratuais e dos regulamentos, além das exigências dos consumidores.



Quando aplicada de forma isolada, a rastreabilidade reduz seu potencial de uso, garantindo apenas a identificação de origem, deixando de lado a garantia de outros atributos de qualidade. Por outro lado, quando ela é associada a um certificado de conformidade, seguindo regras pré-estabelecidas garantidas pelo o órgão certificador (certificação de terceira parte), por exemplo, a rastreabilidade tornar-se uma importante ferramenta para programas de gestão e de garantia da qualidade, ampliando o potencial de uso e benefícios oferecidos (VINHOLIS, 2013).

Uma outra visão para o processo de rastreabilidade, segundo Rensende Filho (2006) e Pouliot (2008), refere-se ao seu uso pela indústria de alimentos ou mesmo ao longo de uma cadeia produtiva qualquer como estratégia de enfrentamento da concorrência e de diferenciação da oferta entre as empresas ou cadeias produtivas coordenadas. Neste caso, a implantação da rastreabilidade contribui para proteger a reputação da empresa ou da marca, além de garantir a origem dos produtos ofertados, contemplando os interesses dos clientes e promovendo a oferta de alimentos seguros, buscando proteger a saúde dos mesmos, agregando valor ao produto comercializado.

A importância da qualidade e segurança dos alimentos perecíveis tem sido amplamente comentada pela literatura, sendo necessário cada vez mais o estabelecimento de um sistema de rastreabilidade que forneça informações transparentes de qualidade e segurança ao longo das cadeias de fornecimento de alimentos, informações que busquem reduzir o desperdício de alimentos em todas as cadeias de suprimentos (ZHU, 2017).

Schaarschmidt *et al.* (2018) retrataram o caso do rastreamento de ervas e especiarias culinárias, em que a Comissão do Codex Alimentarius (CAC) recomenda registros que identifiquem a fonte (ou número de lote) das matérias-primas recebidas e vinculem os produtos finais aos lotes iniciais. Além desses dados de rastreamento do produto, as informações sobre a segurança dos alimentos devem ser documentadas e frequentemente informadas ao próximo comprador para confirmar a conformidade com os padrões.

A maneira como essa informação é relatada ao longo da cadeia pode variar fortemente, segundo os autores, desde a transmissão dos dados por meio de documentos em papel ou no formato eletrônico, entregues por e-mail. Destacando os sistemas eletrônicos, esses permitem uma leitura automática dos dados, facilitando a documentação, o processamento e a geração de relatórios de informações.

De acordo com Moe (1998), existem duas formas principais de gerenciar as informações ao longo da cadeia produtiva utilizando a rastreabilidade completa. No primeiro caso, as informações são armazenadas em cada uma das etapas da cadeia, seguindo junto com o produto apenas as informações de identificação do mesmo, sendo que o produto pode ser rastreado ao voltar aos elos anteriores da cadeia. No segundo caso, a informação segue o produto ao longo de toda a cadeia e é implementada caso seja necessário disponibilizar alguma informação das etapas iniciais da cadeia ao consumidor final, ou ainda, comunicar características especiais de um produto.

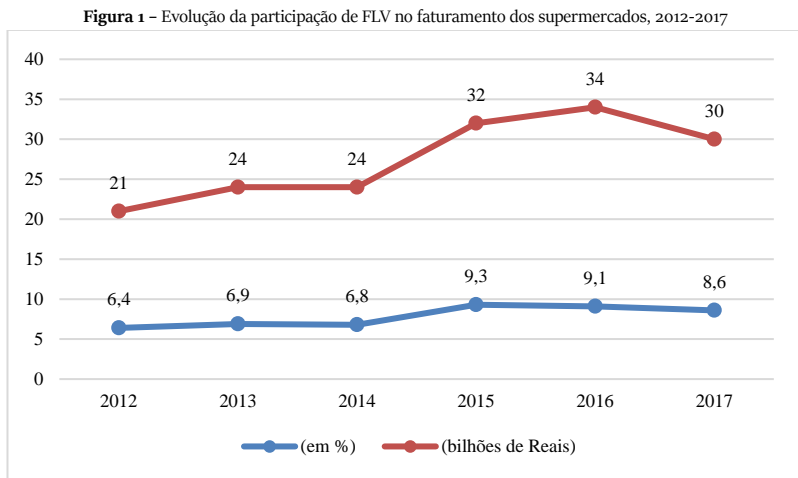
## **2.2 A importância dos FLV para o varejo de alimentos**

De acordo com Passador *et al.* (2006), a venda de FLV em supermercados era vista, inicialmente, apenas como uma estratégia para atrair os consumidores ao ponto-de-venda. Por isso, mesmo com margens baixas, os mesmos representavam um importante papel na consolidação de um novo hábito de compra, além de promover a fidelização do consumidor à loja. Sua importância aumentou a partir do momento que as feiras-livres apresentaram uma queda no volume de FLV comercializado, resultado direto das mudanças no comportamento dos consumidores.

Assim, o setor de FLV passou a ter um papel importante nas receitas dos varejos e, ao longo dos anos, a demanda de consumidores que buscam esse canal de distribuição tem aumentado, competindo diretamente com feiras livres e outros canais (SILVA; PIRES, 2016). De acordo com Paula (2018), a venda de FLV aumentou sua contribuição na receita do setor na

primeira metade da década de 2010, mas vem apresentando anos seguidos de retração, com queda na participação desde 2016.

Cabrini (2017) apontou que a redução do faturamento em 2016 foi resultado da queda no poder aquisitivo dos brasileiros e do maior valor agregado desses itens *in natura*, o que não caracteriza uma tendência para o setor. A Figura 1 apresenta a evolução da participação dos FLV no faturamento dos supermercados, entre 2012 e 2017.



Fonte: Milan (2018).

Atualmente, o setor de FLV é relevante para o setor supermercadista, pois é um dos principais responsáveis pelo movimento de pessoas nas lojas, em busca de produtos frescos e saudáveis para satisfazer suas necessidades de consumo (SANTOS, 2018). Segundo Nunes Filho (2016), além da seção de FLV gerar tráfego e rentabilidade para as lojas, essa vem passando por um período de reestruturação, fomentado por questões de segurança do alimento, as quais são cada vez mais valorizadas pelos consumidores e órgãos governamentais.

Silva e Pires (2016) afirmaram que a fidelização dos clientes gerada pelo setor de FLV tem grande importância para o faturamento geral dos supermercados e, além da importância econômica, Lermen (2017) ressaltou que as transformações pelas quais o setor vem passando quanto à

segurança alimentar devem refletir no uso de tecnologias e na implantação da rastreabilidade na cadeia produtiva e no sistema de distribuição, além de promover cada vez mais debates sobre a qualidade e a exposição de FLV nas lojas.

Mais recentemente, em função da pandemia do Covid-19, o setor de FLV apresentou um crescimento de aproximadamente 20%, segundo uma pesquisa da Produce Marketing Association no Brasil (PMA Brasil), e os consumidores se mostraram mais preocupados com a validade (71%) e a segurança dos produtos frescos (80%). A procura de FLV foi maior pelo comércio eletrônico, especialmente nos primeiros meses de distanciamento social (FRAGA, 2020).

Uma pesquisa realizada pela revista Super Varejo, em 2018, apontou que os brasileiros costumam comprar FLV em três ou quatro canais, sendo no supermercado a ocorrência da maior frequência de compras. A feira livre é a opção que disponibiliza qualidade superior e variedade de produtos, enquanto os mercadinhos de bairro e os hipermercados completam a lista de canais de compra. Apesar do supermercado ser a alternativa mais prática, pela proximidade, conveniência e comodidade, as feiras livres se destacam pelo *mix* de produtos, preços e qualidade. Entretanto, as pessoas não conseguem frequentá-las, em função da falta de tempo (ENTENDA..., 2020).

### **2.3 A rastreabilidade aplicada aos FLV**

A preocupação com o consumo de alimentos frescos e saudáveis aumenta na mesma proporção em que crescem as preocupações dos consumidores com a saúde, resultando em maior atenção aos aspectos nutricionais dos alimentos e à qualidade do que é consumido, aumentando, conseqüentemente, a venda de FLV (PASSADOR *et al.*, 2006). Esse cenário tem sido cada vez mais frequente no chamado “novo normal” decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19), conforme verificado por diferentes institutos de pesquisa (KANTAR, 2020; NIELSEN, 2020).

As atitudes, comportamentos e hábitos de compra dos consumidores estão mudando, e muitas dessas mudanças permanecerão após a pandemia. As pessoas estão comprando com mais consciência e buscando por alimentos mais seguros, independentemente da forma como realizam a compra (varejo físico ou eletrônico). Isso significa um novo olhar para produtos e marcas, exigindo mais qualidade e segurança, abrindo um importante espaço para a implantação de sistemas de rastreabilidade que possam levar informações confiáveis aos consumidores.

Segundo Nunes Filho (2016), ter o seu produto rastreado é, do ponto de vista do produtor, uma maneira dele se fidelizar como fornecedor no mercado e gerenciar melhor o seu negócio, enquanto para o varejo, a rastreabilidade é uma garantia de negociar apenas com fornecedores que seguem boas práticas de produção, oferecendo aos seus clientes alimentos seguros, estando apto a atender as determinações da Anvisa expressas na RDC 24/2015, acerca do recolhimentos de produtos que possam trazer riscos ao consumo.

Ao tornar obrigatória a rastreabilidade nas cadeias produtivas de vegetais frescos destinados ao consumo humano, a INC 02/2018 estabeleceu um cronograma para grupos de culturas. Para Fiori *et al.* (2018, p. 1),

[...] a rastreabilidade é um conjunto de procedimentos que permite acompanhar a movimentação de um produto ao longo da sua cadeia de comercialização, desde sua origem, por meio de registros e anotações, permitindo assim obter informações sobre as técnicas de produção e os insumos agrícolas utilizados nas etapas de produção e no pós-colheita.

De acordo com Paripassu (2019), essa normativa, em vigor desde fevereiro de 2018, já apresenta algumas culturas com o prazo de regulamentação vencido (Quadro 1). A INC 02/2018 estabeleceu a necessidade de implementação da rastreabilidade em toda a cadeia produtiva (do produtor ao varejo) e determinou o arquivamento dos registros das práticas de campo dos últimos 18 meses anteriores à colheita realizada sejam arquivados.

**Quadro 1** – Prazos vigentes para a rastreabilidade dos FLV, de acordo com a INC 02/2018

Grupos	180 dias (em vigor desde ago./2018)	360 dias (em vigor desde fev./2018)	720 dias (em vigor a partir de fev./2020)
<b>Frutas</b>	Citros; Maça; Uva	Melão; Morango; Coco; Goiaba; Caqui; Mamão; Banana; Manga	Abacate; Abacaxi; Anonáceas; Caju; Cupuaçu; Kiwi; Maracujá; Melancia; Romã; Açaí; Acerola; Amora; Ameixa; Caju; Carambola; Figo; Framboesa; Marmelo; Nectarina; Nêspera; Pêssego; Pitanga; Pêra; Mirtilo
<b>Raízes, tubérculos e bulbos</b>	Batata	Cenoura; Batata doce; Beterraba; Cebola; Alho	Cará; Gengibre; Inhame; Mandioca; Mandioquinha-salsa; Nabo; Rabanete; Batata Yacon
<b>Hortaliças folhosas e ervas aromáticas frescas</b>	Alface; Repolho	Couve; Agrião; Almeirão; Brócolis; Chicória; Couve-flor	Couve chinesa; Couve-de-bruxelas; Espinafre; Rúcula; Alho Poró; Cebolinha; Coentro; Manjeriço; Salsa; Erva-doce; Alecrim; Estragão; Manjerona; Sálvia; Hortelã; Orégano; Mostarda; Acelga; Repolho; Couve; Aipo; Aspargos
<b>Hortaliças não folhosas</b>	Tomate; Pepino	Pimentão; Abóbora; Abobrinha	Berinjela; Chuchu; Jiló; Maxixe; Pimenta; Quiabo

Fonte: Brasil (2018); Paripassu (2019).

Embora a INC 02/2018 continue válida, o MAPA e a ANVISA prorrogaram alguns dos prazos compulsórios da rastreabilidade e dos registros agrícolas para os vegetais (BETTA, s/d). De acordo com Londero (s/d), apesar de possuírem diferenças conceituais, na prática os registros agrícolas e a rastreabilidade são informações que se complementam:

[...] Registrar todas as atividades de produção e mapear o caminho pelo qual o produto percorreu são as ações que possibilitam a diferenciação dos produtores preocupados com a segurança do alimento que é produzido em suas propriedades. [...] Enquanto a rastreabilidade permite controlar o fluxo do produto (ou seja, dados da origem, processamento e destino), os registros agrícolas apresentam um nível a mais de informação, pois além das informações básicas, também é possível ter acesso ao processo produtivo daquele alimento em questão (LONDERO, s/d).

A decisão conjunta do MAPA e da ANVISA, publicada na INC 01/2019 alterou o Artigo 1º da INC 02/2018, em seu anexo III, mantendo a vigência dos prazos do primeiro grupo de alimentos que entrou em vigor em agosto

de 2018 (citros, maçã, uva, batata, alface, repolho, tomate e pepino) e prorrogando por um ano os prazos para os outros dois grupos. O motivo principal do adiamento, segundo Betta (s/d), foi a dificuldade existente para a regulamentação e liberação de alguns defensivos agrícolas para determinadas culturas com suporte fitossanitário insuficiente (chamadas de *minor crops*).

Com isso, os novos prazos vigentes para a rastreabilidade dos FLV, de acordo com a INC 02/2018 passaram a ser: grupo 1: imediata, grupo 2: a partir de agosto de 2019 e grupo 3: a partir de agosto de 2020, enquanto os novos prazos vigentes para os registros agrícolas passaram a ser: agosto de 2019, agosto de 2020 e agosto de 2021, respectivamente (Quadro 2).

**Quadro 2** - Prazos vigentes para a rastreabilidade dos FLV, de acordo com a INC 02/2018

Grupos	Rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva, exceto o disposto no Art. 8º	Vigência plena para o grupo	Rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva, exceto o disposto no Art. 8º	Vigência plena para o grupo	Rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva, exceto o disposto no Art. 8º	Vigência plena para o grupo
	Imediata	01/08/2019	01/08/2019	01/08/2020	01/08/2020	01/08/2021
Frutas	Citros; Maçã; Uva		Melão; Morango; Coco; Goiaba; Caqui; Mamão; Banana; Manga		Abacate; Abacaxi; Anonáceas; Cacao; Cupuaçu; Kiwi; Maracujá; Melancia; Romã; Açaí; Acerola; Amora; Ameixa; Caju; Carambola; Figo; Framboesa; Marmelo; Nectarina; Nêspera; Pêssego; Pitanga; Pêra; Mirtilo	
Raízes, tubérculos e bulbos	Batata		Cenoura; Batata doce; Beter-raba; Cebola; Alho		Cará; Gengibre; Inhame; Mandioca; Mandioquinha-salsa; Nabo; Rabanete; Batata Yacon	
Hortaliças folhosas e ervas aromáticas frescas	Alface; Repolho		Couve; Agrião; Almeirão; Brócolis; Chicória; Couve-flor		Couve chinesa; Couve-de-bruxelas; Espinafre; Rúcula; Alho Poró; Cebolinha; Coentro; Manjerição; Salsa; Erva-doce; Alecrim; Estragão; Manjerona; Sálvia; Hortelã; Orégano; Mostarda; Acelga; Repolho; Couve; Aipo; Aspargos	
Hortaliças não folhosas	Tomate; Pepino		Pimentão; Abóbora; Abobrinha		Berinjela; Chuchu; Jiló; Maxixe; Pimenta; Quiabo	

Fonte: Brasil (2019).

Na prática, o produtor rural e o atravessador, devem registrar os insumos agrícolas aplicados na produção ou durante o pós-colheita e mantê-los por 18 meses, além de realizar registros, controle e identificação visando a rastreabilidade, conforme estabelecido na INC 02/2018, considerados os prazos adiados. Já os canais de distribuição (atacadistas e varejistas), precisam seguir os novos prazos e obrigações estabelecidos na INC 02/2018 (BETTA, s/d).

De acordo com a normativa, o registro deve ser feito por lote, antes de ser enviado para comercialização, incluído informações acerca dos insumos utilizados na fase de produção e o destino da produção. O permissionário do Ceasa ou o atacadista de frutas e hortaliças devem, em seguida, registrar cada produto e variedade, quem forneceu cada lote e para qual varejo ou serviço de alimentação foi comercializado. Estes, por sua vez, precisam registrar de quem adquiriu os diferentes lotes de cada produto e variedade disponibilizado na gôndola ou utilizado na preparação da refeição (HORTIBRASIL, 2018).

A intenção dos formuladores de políticas para o setor é que essa normativa, além de refletir uma tendência do mercado de FLV nos últimos anos, desenvolva a cadeia produtiva de FLV no Brasil, melhorando os processos e a gestão da atividade agrícola a partir de relações mais transparentes e a comercialização de produtos de maior qualidade e valor agregado (PARIPASSU, 2019).

Para o pequeno produtor, os desafios na produção de FLV incluem a ausência de rótulos na embalagem dos produtos e o não registro dos insumos utilizados. Eles agem dessa forma, na maioria das vezes, devido a inexistência de agrotóxicos registrados para a cultura que produzem. Os desafios também estão presentes nos mercados atacadistas, que lidam com um produto perecível que requer um curto tempo para comercialização, relacionam-se com uma diversidade de fornecedores, produtos e variedades, e lidam com um grande número de clientes varejistas e de serviços de alimentação (HORTIBRASIL, 2018).



A INC 02/2018 aumentou a pressão dos varejistas (compradores) sobre os produtores rurais que produzem culturas sem agrotóxicos registrados para os alvos biológicos, situação da maioria das frutas e hortaliças. Com isso, as grandes redes e até mesmo dos atacadistas e atravessadores, podem auxiliar na promoção da regularização do registro e utilização do agrotóxico, exigindo que seus fornecedores utilizem insumos já registrados ou disponibilizando a eles uma relação dos agrotóxicos já registrados para cada cultura (por alvo biológico). Se ainda for necessário, esses agentes compradores podem elaborar uma lista dos alvos biológicos e dos ingredientes ativos utilizados com ou sem registro, em conjunto com produtores e técnicos, para, em seguida, solicitar a extensão de uso ou registro (RASTREABILIDADE..., 2018b).

Pelas transformações que visa implementar nos diferentes elos da cadeia produtiva de FLV, a chamada “normativa da rastreabilidade” é considerada um grande avanço para o setor de FLV, exigindo um grande investimento dos agricultores, beneficiadores e atacadistas, no que se refere à organização administrativa, registros e controles (HORTIBRASIL, 2018). Neste sentido, para atender à rastreabilidade estabelecida pela INC 02/2018, Fiori *et al.* (2018, p.1) sugeriram “a anotação das aplicações de, pelo menos, estes produtos, como agrotóxicos, adubos foliares, hormônios e maturadores, sejam de origem química ou biológica”.

A utilização de um Caderno de Campo para atender à rastreabilidade, segundo os autores, possibilita anotações diárias e detalhadas, desde o dia do plantio até o momento da colheita de qualquer cultura. Nele, os produtores podem anotar informações relacionadas ao uso de máquinas e equipamentos (e suas respectivas revisões), o início do plantio, quando ocorreu pragas e doenças, qual agrotóxicos foi aplicado (e quando), resultados de análises de solo e tecido vegetal, a datas de adubações, irrigação e fertirrigação, registros climáticos e o controle diário da colheita, por exemplo.

A quantidade de informações seria melhor registrada e mais bem utilizada com o auxílio de um computador, *tablet* ou *smartphone*, utilizando

algum software ou aplicativo para tais registros e gestão da produção. Entretanto, Fiori *et al.* (2018) afirmam que o Caderno de Campo possibilita um monitoramento detalhado da rotina produtiva, e mesmo versões resumidas ou ampliadas são aceitáveis, desde que mantida sua finalidade.

Em um estudo com alimentos orgânicos comercializados no varejo, Gelbcke *et al.* (2018) observaram que embora haja diferenças entre os estabelecimentos, de forma geral, os produtos só chegam às gôndolas dos supermercados se cumprirem uma série de exigências como embalagem com código de barras, rastreabilidade e selo de certificação de orgânicos. Tais exigências obrigam a incorporação de novas tarefas aos produtores, sem que haja uma maior apropriação da renda na cadeia de abastecimento, ou seja, na verdade, essas exigências tiram parte dos ganhos destes produtores, que passam a ser aplicados em serviços técnicos de inspeção e classificação dos processos e dos produtos.

Por outro lado, os programas de rastreabilidade também podem fornecer evidências que apoiam o agricultor, caso um comprador faça uma reclamação contra seus produtos. Boys e Fraser (2018) apresentaram relatos de produtores com problemas com compradores que alegaram ter adquirido um produto estragado, e que na verdade havia estragado depois que ser manipulado indevidamente, mas como não havia um sistema de rastreabilidade em vigor que possibilitasse ao produtor acusado verificar a data em que o produto foi entregue e determinar se o comprador falhou na manipulação do mesmo, ele teve que assumir o prejuízo.

Em outro caso, os autores apontaram o caso de um agricultor que foi forçado a descartar milhares de dólares em alface após um boato na Califórnia, em que a alface do produtor não estava contaminada, mas os consumidores não a comprariam devido a temores de contaminação. Em ambas as situações, um sistema de rastreabilidade possibilita identificar a responsabilidade frente a deterioração ou contaminação dos alimentos, isentando o produtor de prejuízos desnecessários.

Por fim, Boys e Fraser (2018) ressaltaram que em geral, a implementação da rastreabilidade se torna benéfica porque dá confiança ao consumidor e tranquilidade para produtores e vendedores.

### **3 A situação dos produtores rurais, atravessadores e processadores/distribuidores que atendem os varejos de Tupã-SP**

O objetivo do estudo e sua abrangência regional o definem como uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa. Para esse estudo, foram selecionados 14 fornecedores, entre produtores rurais, atravessadores e processadores/distribuidores, que comercializam FLV com os varejos da cidade de Tupã, no estado de São Paulo. A escolha da amostra foi definida de forma intencional, não probabilística, e atendendo a alguns critérios, como: (i) acesso e disposição para cooperar com a pesquisa; e (ii) produzir e comercializar qualquer pelo menos um dos produtos indicados na INC 02/2018, cujos prazos de regularização estivessem vencidos na ocasião da coleta dos dados.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em profundidade com os fornecedores, durante o mês de março de 2019, utilizando um roteiro com perguntas semiestruturadas, de forma a caracterizar o produtor e a atividade desenvolvida, bem como o conhecimento sobre a INC 02/2018 e as práticas adotadas para cumprir com o estabelecido pela normativa. O roteiro seguiu uma ordem lógica para cobrir os mesmos assuntos e possibilitar uma análise comparativa realizada posteriormente, facilitando o entendimento da problemática.

Os dados obtidos possibilitaram caracterizar a amostra e discutir sobre o envolvimento deles com a INC 02/2018. Visando preservar o sigilo das informações, os fornecedores foram identificados por números (1, 2, 3, 4 etc.).

### 3.1 Características dos entrevistados

A amostra foi formada por 57,1% de produtores rurais, 28,6% de atravessadores, 7,1% de processadores/distribuidores, e 7,1% de produtores rurais e atravessadores, que precisam complementar a produção adquirindo de outros produtores. No que se refere à profissão, 57,1% são agricultores, 21,4% comerciantes, 14,3% autônomos, e 7,1% são agricultores e comerciantes.

As principais características demográficas e socioeconômicas da amostra são apresentadas na Tabela 1.

**Tabela 1** - Características demográficas e socioeconômicas da amostra

Idade (anos)		Renda (R\$)		Grau de instrução	
Faixa etária	(%)	Renda mensal familiar	(%)	Escolaridade	(%)
18-25	0,0	1.000,00 - 2.500,00	0,0	Ensino básico incompleto	7,1
26-35	14,3	2.500,00 - 4.500,00	28,6	Ensino básico completo	14,3
36-45	42,8	4.500,00 - 6.000,00	0,0	Ensino médio incompleto	7,1
46-55	14,3	6.000,00 - 10.000,00	14,3	Ensino médio completo	35,7
56-65	28,6	10.000,00 - 20.000,00	42,8	Ensino superior incompleto	7,1
+ de 66	0,0	+ de 20.000,00	0,0	Ensino superior completo	28,6
		Não sabe	14,3		

\*Podem estar em mais de uma fase, de acordo com os produtos comercializados.

Fonte: dados da pesquisa.

Os entrevistados eram, na maioria do sexo masculino (92,8%), casados (64,3%), com idade entre 36 e 45 anos (42,8%), renda média familiar entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00 (42,8%), e com o ensino médio completo (71,4%), dos quais 28,6% continuaram os estudos até completar o ensino superior.

A Tabela 2 apresenta algumas informações sobre a propriedade rural e a atividade dos fornecedores entrevistados.

**Tabela 2** - Tamanho da propriedade, produto principal, tempo de atuação na atividade, número de funcionários atuantes na atividade

Tamanho da propriedade (ha)	(%)	Produtos principais	(%)	Tempo na atividade (anos)	(%)	Número de funcionários	(%)
Até 2	14,3	Hortaliças folhosas	42,8	0 - 4	0,0	1 - 3	28,6
2 - 5	14,3	Hortaliças não folhosas	14,3	5 - 9	14,3	4 - 6	57,1
5 - 10	7,1	Frutas	35,7	10 - 14	21,4	7 - 9	0,0
10 - 25	21,4	Raízes e tubérculos	7,1	15 - 19	35,7	10 - 12	7,1
Não sabe	7,1	Outros	0,0	+ de 20	28,6	13 - 15	7,1
Não se aplica	35,7						

Fonte: dados da pesquisa.

Como alguns dos fornecedores não eram produtores rurais, a variável “tamanho da propriedade” não se aplicou à 35,7% dos entrevistados. Os fornecedores comercializavam, na maioria dos casos, hortaliças folhosas (42,8%) e frutas (35,7%), sendo a maioria deles produtores rurais e, no caso das frutas, 60% dos fornecedores eram atravessadores.

Quase dois terços dos fornecedores (64,3%) atuam há mais de 15 anos na atividade e apenas 28,6% dos entrevistados disseram não possuir mão-de-obra contratada na condução da atividade, sendo 14,3% produtores rurais, 7,15% atravessadores e 7,15% processadores/distribuidores.

No que se refere à Instrução Normativa Conjunta n.º 02/2018, verificou-se que um grande número de fornecedores não está atendendo ao disposto. A posição dos fornecedores em relação à INC 02/2018 é apresentada na Tabela 3.

**Tabela 3** - Posição em relação à INC 02/2018\*

Fase / data	(%)
Fase 1 / agosto de 2018	64,3
Fase 2 / fevereiro de 2019	85,8
Fase 3 / fevereiro de 2020	50,0

\*Podem estar em mais de uma fase, de acordo com os produtos comercializados.

\*\* Na ocasião da pesquisa, não era dada como certa a prorrogação dos prazos.

Fonte: dados da pesquisa.

A maioria dos entrevistados comercializa mais de um produto, portanto, estão sujeitos às diferentes fases e datas para adoção das práticas de rastreabilidade. Com isso, observou-se 93% dos fornecedores já deveriam estar atendendo à normativa, seja na fase 1 ou fase 2. A partir dessa constatação, verificou-se o grau de envolvimento dos fornecedores com a INC 02/2018, apresentado a seguir.

### **3.2 Envolvimento dos fornecedores com a INC 02/2018**

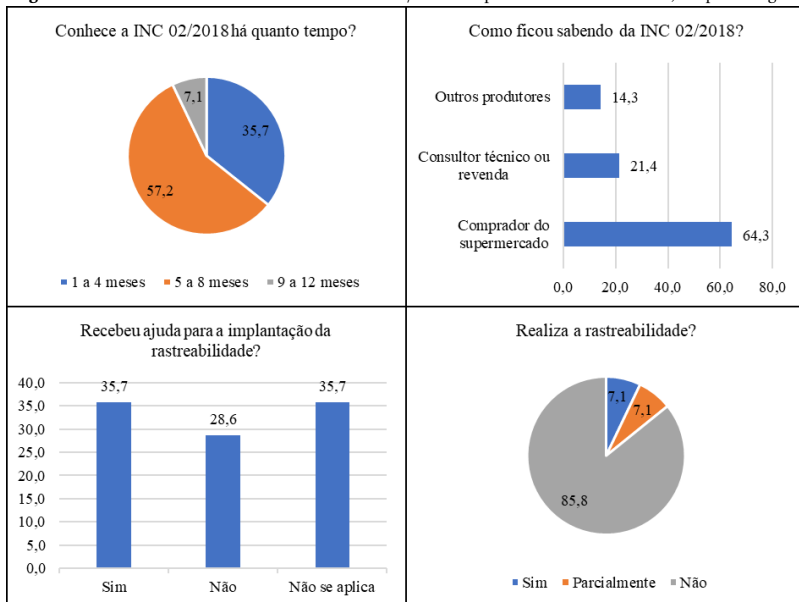
Todos os fornecedores entrevistados já conheciam as INC 02/2018, mas apenas 35,7% deles obteve algum tipo de ajuda para colocar em prática a rastreabilidade, embora ainda não a tenham implementado. Outros 35,7% eram atravessadores, processadores e/ou distribuidores e, por isso, entendem que não é responsabilidade deles a implantação da rastreabilidade, mas sim dos produtores rurais, que devem repassar as informações no momento da comercialização da produção. A Figura 1 apresenta os resultados referentes ao conhecimento da normativa e sobre as práticas relacionadas à rastreabilidade.

A maioria dos fornecedores (85,8%) não adotou qualquer prática de rastreabilidade até o momento, alegando que a indústria de insumos ainda não oferece produtos registrados para muitas das culturas estabelecidas na normativa e, por isso, não querem se comprometer ao registrar no caderno de campo o uso de produtos não indicados para a cultura. Outra justificativa para a não adoção da rastreabilidade é que os varejistas ainda não estão cobrando essas informações dos fornecedores, apenas informando sobre a necessidade.

O fornecedor 1 alegou que não encontrou ajuda para implementar a rastreabilidade, apesar das dúvidas que surgiram. Por isso, procurou por informações disponíveis, mas segundo ele, encontrou apenas materiais focados na cadeia produtiva, com o atravessador intermediando a negociação com o varejo, e nenhum material instruindo como proceder no caso da venda direta entre produtor e varejo. Algum tempo depois, buscou

ajuda com o engenheiro agrônomo de uma empresa especializada no ramo de horticultura da cidade e, a partir disso passou a realizar uma rastreabilidade parcial, adotando algumas práticas de registro de insumos e de data do plantio, anotadas em um caderno de campo, além de regularizar o uso de agrotóxicos compatíveis com a cultura produzida.

**Figura 1** – Conhecimento do fornecedor sobre a INC 02/2018 e as práticas de rastreabilidade, em porcentagem



Fonte: dados da pesquisa.

O produto que o fornecedor 4 comercializa ainda não faz parte daqueles que já deveriam estar adequados à INC 02/2018 e, conseqüentemente, sujeitos à fiscalização. Entretanto, como participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e fornece para a prefeitura, que utiliza seus produtos na merenda escolar das escolas municipais, o produtor precisou adequar sua propriedade para atender a uma rígida fiscalização sanitária e, por isso, os produtos que fornece aos supermercados são, segundo ele, de alta qualidade.

O fornecedor 6 participa de um grupo de WhatsApp®, o “HF – Tomate”, por onde também ficou sabendo da INC 02/2018 e participou de

um curso ministrado em Campinas, junto com o engenheiro agrônomo de uma empresa especializada no ramo de horticultura da cidade. Apesar disso, não realiza qualquer prática relacionada à rastreabilidade dos produtos que comercializa e, disse que ainda utiliza agrotóxico não registrado para cultura que produz.

Além de não encontrar ajuda para implementar a rastreabilidade, o fornecedor 8 não realiza qualquer prática relacionada à rastreabilidade dos produtos que comercializa, principalmente por desconhecer como proceder para atender a normativa. Este fornecedor processa produtos, muitas vezes adquiridos em supermercados, e os comercializa embalados com alguns supermercados da cidade. Por isso, entende que as informações deveriam chegar até ele, desconhece de quem seria a responsabilidade de registrar as informações e como ele, enquanto agente intermediário do processo, daria sequência no cumprimento da normativa.

O fornecedor 12 atua como produtor rural e atravessador, pois precisa adquirir frutas de outros produtores por não produzir o suficiente para atender o mercado. Assim, enquanto produtor, ainda não adota práticas de rastreabilidade, embora anote algumas informações referentes à produção em um caderno de campo, como data do plantio, ocorrência de pragas e doenças, aplicação de defensivos e adubações, além de dados de fertirrigação. Também vem recebendo ajuda da prefeitura, da Emater e de um engenheiro agrônomo contratado para implantação da rastreabilidade. Vale ressaltar que o fornecedor vem fazendo investimentos para ampliar a produção da fruta para deixar de comprar de terceiros e não precisar depender deles no que se refere ao atendimento da normativa.

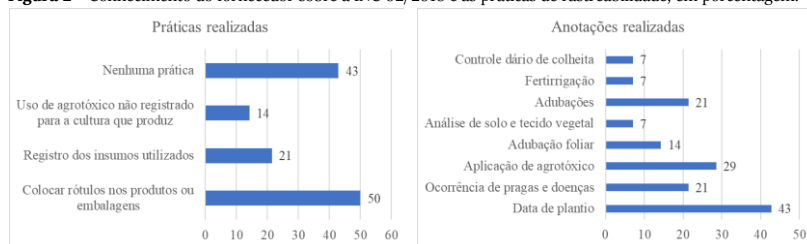
Na função de atravessador, o fornecedor 14 não consegue fazer a rastreabilidade por não receber as informações do elo anterior, afetando o seu controle. Apesar de não registrar, sabe de quem comprou e para quem comercializou, geralmente quando são negociados volumes maiores. Por enquanto, não teve nenhum negócio desfeito por causa da INC 02/2018, seja com fornecedores seja com varejistas, os quais ainda não cobram as informações dele.



A partir do entendimento de que a rastreabilidade é um processo em que são registradas informações para que possam ser recuperadas quando necessário, esses registros podem ser realizados em um caderno de campo, preenchido à mão, utilizando planilhas ou programas específicos, como *softwares* de gestão ou, ainda, aplicativos para *smartphone*.

Entretanto, os resultados mostraram que apenas 35,7% dos entrevistados realizam algum tipo de anotação e, para isso, utilizam um caderno de campo para registrar as informações relativas à produção. A Figura 2 apresenta as práticas e as anotações realizadas pelos fornecedores e produtores rurais.

**Figura 2** - Conhecimento do fornecedor sobre a INC 02/2018 e as práticas de rastreabilidade, em porcentagem.



Fonte: dados da pesquisa.

Quase metade dos fornecedores entrevistados não adotam práticas de anotações sobre a atividade exercida, seja na agricultura ou desempenhando o papel de atravessador, o que acarreta no descumprimento da normativa. Dentre as práticas mais comuns estão a disponibilidade de rótulos nos produtos e embalagens, atendendo ao obrigatório, como nome do produtor, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), Inscrição Estadual, dados nutricionais e código de barras. Apesar de ainda não realizar qualquer prática relacionada à rastreabilidade, um dos fornecedores sinalizou que vem desenvolvendo um *QR Code*, com o auxílio de um profissional, para incluir no rótulo dos produtos que comercializa.

O fornecedor 1 utiliza um aplicativo disponibilizado pelo MAPA, chamado Agrofite – Sistemas de Agrotóxicos Fitossanitários, que constitui-se em uma ferramenta para consulta a um banco de dados dos produtos agrotóxicos registrados no órgão, com informações complementares dos

Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente, por meio da ANVISA e do IBAMA, respectivamente. Seus produtos são comercializados em embalagens com rótulos que possuem dados obrigatórios, como nome do produtor, CNPJ, Inscrição Estadual, dados nutricionais e código de barras.

Apesar de ainda não realizar qualquer prática relacionada à rastreabilidade dos produtos que comercializa, o fornecedor 2 registra em um caderno de campo informações como data do plantio, insumos utilizados, aplicações de agrotóxicos, adubações. O produtor informou não saber se os insumos que utiliza na produção são registrados para a cultura que produz e que não recebeu qualquer auxílio para implantação das práticas de rastreabilidade a fim de atender à normativa. Seus produtos são comercializados em embalagens com rótulos que possuem dados obrigatórios, como nome do produtor, CNPJ, Inscrição Estadual, dados nutricionais e código de barras.

O fornecedor 3 ainda não realiza qualquer prática relacionada à rastreabilidade com vistas ao atendimento da INC 02/2018, mas seus produtos possuem rótulos com dados como responsabilidade técnica, tabela nutricional e código de barras. O produtor se queixou da dificuldade de encontrar o agrotóxico/defensivo adequado para as hortaliças que produz, no sentido de atender à normativa e ressaltou que não recebeu qualquer auxílio para implantação das práticas de rastreabilidade.

O fornecedor 5 comentou a necessidade de registro dos agrotóxicos para a cultura que produz, tendo em vista a aquisição dos insumos adequados a cada cultura, como parte do atendimento à normativa, e que, para isso, precisou do auxílio de um escritório de contabilidade.

O fornecedor 7 passou a adotar práticas de rastreabilidade, anotando dados do plantio, como data, ocorrência de pragas e doenças, aplicação de defensivos e adubações, além de dados de análises de solo e da colheita realizada. Todas as informações coletadas são registradas em um caderno de campo. Seus produtos possuem rótulos com as informações obrigatórias, como nome do produtor, CNPJ, Inscrição Estadual, dados nutricionais e código de barras.

O fornecedor 13 utiliza um caderno de campo para anotar a data de plantio apenas, pois alega ter o conhecimento de cabeça, devido a experiência de vários anos atuando na atividade. Os produtos que comercializa recebem rótulos e embalagens, contendo código de barras, tabela nutricional e responsabilidade técnica.

Nenhum fornecedor repassa qualquer tipo de informação de rastreabilidade ao varejo, alegando que ainda não foram cobrados, apenas notificados. Por isso, não tiveram negócios desfeitos por não estarem atendendo à INS 02/2018.

O fornecedor 2 informou ter sido orientado pela Casa da Agricultura a esperar que as empresas de defensivos adequem seus produtos às diferentes culturas, sob pena de se autoincriminar caso registre o uso de agrotóxicos não registrados para a cultura que produz.

Dentre os atravessadores, os fornecedores também não estão cobrando quaisquer informações de rastreabilidade dos produtores que lhes fornecem. Por enquanto, os atravessadores não tiveram negócios desfeitos por causa da INC 02/2018, seja com fornecedores seja com varejistas que, assim como com os produtores rurais, ainda não cobram as informações dos atravessadores ou dos distribuidores/produtores.

Anteriormente produtor, o fornecedor 10 trabalha atualmente como atravessador e afirmou não haver produto registrado para aplicação na cultura que ele trabalha e, por isso, não cobrou as informações de rastreabilidade dos produtores que lhe fornecem. O fornecedor 11 entrega seus produtos em restaurantes da cidade, além dos supermercados, e também precisa repassar as informações de rastreabilidade aos estabelecimentos, em atendimento à normativa. Entretanto, não vem repassando estas informações por não as receber dos produtores de quem compra, da mesma forma que os outros entrevistados.

Devido a cobrança mais intensa por parte dos supermercados da cidade de Marília-SP, o fornecedor 14 cobrou, na mesma época em que tomou conhecimento da normativa, os produtores (que tem acesso), os

representantes comissionados<sup>3</sup> e os atacadistas<sup>4</sup> para que lhe fornecessem as informações de rastreabilidade, sem sucesso até o momento.

#### **4 Considerações finais**

Este capítulo buscou apresentar como o processo de rastreabilidade de FLV tem sido implementado pelos produtores rurais e/ou atravessadores que comercializam seus produtos com o varejo de alimentos ou restaurantes, em atendimento à INC 02/2018. Os resultados do estudo realizado em março de 2019, quando ainda não era dada como certa a prorrogação dos prazos da INC 02/2018, mostraram que, de modo geral, os fornecedores estavam cientes da nova regra, mas não a colocaram em prática por motivos que vão desde o desconhecimento acerca da rastreabilidade, passando pelo desconhecimento da responsabilidade pelas informações, pela disponibilidade restrita de insumos registrados para uso nas diferentes culturas, até a ausência de cobrança por parte do varejo – principalmente, os de pequeno e médio portes não pertencentes a uma rede – e dos restaurantes.

A questão da segurança do alimento é relevante e deve ser considerada por todas as etapas das cadeias produtivas, incluindo a produção rural, processamento, distribuição e comercialização dos alimentos. Para isso, os respectivos agentes precisam estabelecer os procedimentos adequados para a implantação da rastreabilidade, monitorando e controlando cada etapa do processo para assegurar a qualidade dos produtos e o cumprimento da legislação, refletindo em uma maior confiança no produto por parte do consumidor.

A partir da normativa, todos os FLV devem ser identificados de maneira única, de forma que os produtores ou responsáveis sejam

---

<sup>3</sup> Representantes comissionados são agentes remunerados com comissões sobre as vendas ou compras, que não assumem a posse da laranja na maioria de suas transações, se envolvendo em apenas algumas etapas da negociação enquanto agem em nome de um cliente (PRETE; CARDOSO, 2011).

<sup>4</sup> Já os atacadistas, na cadeia produtiva da laranja, são os barracões que selecionam e comercializam parte da produção para indústria e parte para supermercados, feiras, CEASA etc. (PRETE; CARDOSO, 2011).

prontamente reconhecidos, **sob pena do detentor ser considerado o responsável em caso de fiscalização, respondendo pela qualidade e segurança desses produtos.** Essas fiscalizações, que deverão ser realizadas nos varejos de alimentos e nos restaurantes, poderão trazer problemas para toda a cadeia produtiva, uma vez que boa parte das coletas realizadas nesses locais, a fim de verificar a existência ou não de resíduos agrotóxicos não permite identificar a origem dos FLV, criminalizando o produto e todos aqueles que o produzem, por ocasião da divulgação dos resultados.

A adoção da rastreabilidade na cadeia produtiva de FLV deve ser encarada como uma possibilidade de melhoria para todos os agentes, possibilitando uma gestão mais eficiente da produção, a partir da gestão de estoques, fácil recuperação das informações, da redução dos custos de *recall*, entre outros.

A partir dessas considerações, acredita-se que sejam necessárias ações para que a rastreabilidade seja implementada pelos fornecedores de FLV em atendimento à INC 02/2018. Na verdade, entende-se que ações devam ser direcionadas para dois eixos, contemplando: (i) a realização de campanhas informativas, orientando e incentivando sobre a adoção das práticas de rastreabilidade no contexto do fornecedor (produtor rural, atravessador e/ou distribuidor); e (ii) uma comunicação integrada e adequada sobre a origem dos produtos, utilizando diferentes mídias, visando esclarecer o consumidor final acerca da importância das informações dos FLV no contexto do varejista.

A responsabilidade dessas ações deve recair, no primeiro caso, sobre Universidades, Institutos de Pesquisa, entidades de classe e órgãos ligados à agricultura nas esferas municipal, estadual e federal, e, no segundo, serem coordenadas e implementadas pela iniciativa privada, entidades de classe e órgãos ligados à vigilância sanitária nas esferas municipal, estadual e federal.

## Referências

- BARBOSA, T. F. G.; BEZERRA, J. E. **Uma análise do setor varejista de frutas, legumes e verduras - FLV nos supermercados Extra em Fortaleza-CE.** 2017. In: SEMINÁRIO
- BRASIL. Instrução normativa conjunta nº 1, de 15 de abril de 2019. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 02 mai. 2019, Seção 1, p. 3. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instru%C3%87%C3%83o-normativa-conjunta-n%C2%BA-1-de-15-de-abril-de-2019-86232063>. Acesso em: 03 ago. 2020.
- BETTA, B. INC 02/2018: A rastreabilidade para hortifrúti, e agora, o que acontecerá? **Paripassu** (s/d) [online]. <https://www.paripassu.com.br/blog/inc-02-2018-sera-prorrogada/>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- COMÉRCIO, CONSUMO E CULTURA NAS CIDADES, 3. Anais... Sobral-CE, Disponível em: <http://docplayer.com.br/49036861-Uma-analise-do-setor-varejista-de-frutas-legumes-e-verduras-flv-nos-supermercados-extra-em-fortaleza-ce.html>. Acesso em: 05 mar. 2019.
- BOYS, K.; FRASER, A. M. Linking small fruit and vegetable farmers and institutional food-service operations: marketing challenges and considerations. **Renewable Agriculture and Food Systems**, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1742170518000030>. Acesso em: 08 jan. 2019.
- CABRINI, G. Ações para driblar a crise. Ranking 2017, Análises Especiais. **SUPERHIPER**, ano 43, n. 489, p. 92-, abril de 2017. Disponível em: : <http://www.abras.com.br/superhiper/edicoes-antiores/>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **The Academy of Management Review**, v. 14, n.4, p. 532-550, 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/258557>. Acesso em: 05 mar. 2019.
- ENTENDA o cenário de FLV para o ano de 2020. **Super Varejo**, 09 de março de 2020 [online]. Disponível em: <https://www.supervarejo.com.br/materias/entenda-o-cenario-de-flv-para-2020>. Acesso em: 01 ago. 2020.

- FIORI, A. A.; KRAMER, D. P. S.; SEMIS, J. B.; FRANCO, L. R.; EWERT, M. A. Cartilha prática sobre rastreabilidade e rotulagem para o produtor rural. **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral**, outubro de 2018. 16p. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/portal/themes/unify/arquivos/produtos-e-servicos/acervo-tecnico/CartilhaRastreabilidadeeRotulagem.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- FRAGA, A. Setor de frutas e hortaliças cresceu 20% no varejo durante a pandemia. **Globo Rural**, 24 de julho de 2020 [online]. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Hortifruti/noticia/2020/07/setor-de-frutas-e-hortalicas-cresceu-20-no-varejo-durante-pandemia.html>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- GALLIANO, D.; OROZCO, L. The determinants of electronic traceability adoption: a firm-level analysis of French agribusiness. **Agribusiness**, v. 27, n.3, p. 379-397, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/agr.20272>. Acesso em: 08 jan. 2019.
- GELBCKE, D. L.; ROVER, O. J.; BRIGHTWELL, M. das G. S. L.; SILVA, C.A. da; VIEGAS, M. da T. A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis – SC – Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 539-560, 2018. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/1133>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- GÖBEL, C.; LANGEN, N.; BLUMENTHAL, A.; TEITSCHIED, P.; RITTER, G. Cutting food waste through cooperation along the food supply chain. **Sustainability**, v. 7, n. 2, p. 1429-1445, 2015. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/7/2/1429>. Acesso em: 03 mar. 2019.
- HAIR, JUNIOR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2006. 471p.
- HORTIBRASIL. O desafio da rastreabilidade. **HORTIESCOLHA**, 08 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.hortibrasil.org.br/>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- KANTAR. Brasil é o segundo país mais preocupado com a pandemia de Covid-19. **Kantar Ibope Media (Especial)**, 03 de abril de 2020 [online]. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/brasil-e-o-segundo-pais-mais-preocupado-com-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 03 ago.2020.

- LERMEM, J. P. **Comportamento do consumidor de hortifrutis**. 2017. 138p. Monografia (Graduação em Administração). Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1959>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- LONDERO, T. Sou produtor e uso o Rastreador: estou atendendo à INC 02? **Paripassu**, 2020 [online]. Disponível em: <https://www.paripassu.com.br/blog/rastreador-inc-02/>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- MALHOTRA, N. K. *et al.* **Introdução à Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- MAPA. *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Publicação da IN conjunta DAS/MAPA ANVISA N° 02/2018 da rastreabilidade. Notícias, 15 de fevereiro de 2018 [online]. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/inspecao/produutos-vegetal/pasta-destaques-dipov/norma-para-a-rastreabilidade-de-frutas-e-hortalicas>. Acesso em: 09 jan. 2019.*
- MILAN, M. Balanço anual RAMA 2018. **ABRAS Brasil**, 2018. Disponível em: <http://abras.com.br/rama/indicadores/>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- MOE, T. Perspective on traceability in food manufacture. **Trends in Food Science & Technology**, Londres, v.9, n.5, p.211-214, 1998. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0924-2244\(98\)00037-5](https://doi.org/10.1016/S0924-2244(98)00037-5). Acesso em: 17 mar. 2018.
- NANTES, J. F. D.; MACHADO, J. G. de C. F. Segurança dos alimentos e rastreabilidade: o caso da carne bovina no Brasil. In: BATALHA, M.O. (Org.) **Gestão do agronegócio: textos selecionados**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. 465p.
- NICOLOSO, C. da S.; SILVEIRA, V.C.P. Rastreabilidade bovina: histórico e reflexões sobre a situação brasileira. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.6, n.1, p.79-97, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/2136>. Acesso em: 02 mar. 2019.
- NIELSEN. Como o brasileiro se prepara para vida restritiva imposta pela Covid-19. **Nielsen**, 19 de março de 2020 [online]. Disponível em: <https://www.nielsen.com/br/pt/insights/article/2020/como-o-brasileiro-se-prepara-para-vida-restritiva-imposta-pela-covid-19/>. Acesso em: 03 ago.2020.



NUNES FILHO, R. Especial FLV. **SUPERHIPER**, ano 42, n. 483, p. 59-76, setembro de 2016. Disponível em: <http://www.abras.com.br/superhiper/edicoes-anteriores/>. Acesso em: 17 fev. 2019.

PARIPASSU. INC 02/2018: A rastreabilidade para hortifruti, e agora, o que acontecerá? **Paripassu**, 13 de fevereiro de 2019 [online]. Disponível em: [https://www.pari-passu.com.br/blog/inc-02-2018-sera-prorrogada/?utm\\_campaign=blog\\_post\\_inc\\_02\\_-\\_prorrogacao&utm\\_medium=email&utm\\_source=RD+Station](https://www.pari-passu.com.br/blog/inc-02-2018-sera-prorrogada/?utm_campaign=blog_post_inc_02_-_prorrogacao&utm_medium=email&utm_source=RD+Station). Acesso em: 13 fev. 2019.

PAULA, L. de. Consumidor mais cauteloso. Ranking 2018, Análises Especiais. **SUPERHIPER**, ano 44, n. 501, p.88-90, abril de 2018. Disponível em: : <http://www.abras.com.br/superhiper/edicoes-anteriores/>. Acesso em: 17 fev. 2019.

PASSADOR, J. L.; LIMA FILHO, D. de O.; SPANHOL, C. P.; RODRIGUES, F. da S.. SABES, J. J. S. Desempenho de vendas no varejo: Estudo de percepção dos consumidores sobre distintos formatos de comercialização de frutas, legumes e verduras. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO – SIMPEP, 2006. Anais... Bauru-SP, p. 1-7, novembro de 2006. Disponível em: [http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais\\_13/artigos/82.pdf](http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/82.pdf). Acesso em: 05 mar. 2019.

POULIOT, S. **Traceability and food safety**: liability, reputation and willingness to pay. 2008. 179p. Dissertation (PhD in Agricultural and Resource Economics), University of California, Davis, ProQuest: UMI Dissertations Publishing 2008. Disponível em: <http://search.proquest.com/docview/304699259>. Acesso em: 04 mar. 2019.

PRETE, M. D.; CARDOSO, J. K. Análise dos canais de comercialização dos produtores de laranja: o caso dos produtores do município de Jales/SP. Revista Eletrônica de Agro-negócio – REAGRO, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.fatecjaxes.edu.br/reagro/index.php/edicoes/volume-1-n-1-jan-jun-2011>. Acesso em: 19 mar. 2019.

RASTREABILIDADE do FLV. **Revista Super Varejo**, 10 de outubro de 2018a [online]. Disponível em: <http://www.supervarejo.com.br/rastreabilidade-do-flv/>. Acesso em: 08 jan. 2019.

RASTREABILIDADE e registro de agrotóxicos. **HORTIBRASIL**, 25 de novembro de 2018b. Disponível em: <https://www.hortibrasil.org.br/2016-06-03-10-47-53/1418-rastreabilidade-e-registro-de-agrotóxicos.html>. Acesso em: 17 fev. 2019.

REGIONAL BRASIL. Instrução normativa conjunta nº 2, de 07 de fevereiro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 fev. 2018, Seção 1, p. 26-149. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/2915263/doi-10.1016/doi-10.1016-02-08-instrucao-normativa-conjunta-inc-n-2-de-7-de-fevereiro-de-2018-2915259](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/2915263/doi-10.1016/doi-10.1016-02-08-instrucao-normativa-conjunta-inc-n-2-de-7-de-fevereiro-de-2018-2915259). Acesso em: 03 ago. 2020

RESENDE FILHO, M.A. **Essays on economics of cattle and beef traceability**. 2006. 126p. Dissertation (Phd in Applied Economics), University of Minnesota, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/34909172\\_Essays\\_on\\_economics\\_of\\_cattle\\_and\\_beef\\_traceability](https://www.researchgate.net/publication/34909172_Essays_on_economics_of_cattle_and_beef_traceability). Acesso em: 04 mar. 2019.

SANTOS, J. A. P. dos. **Estudo de perdas em hortifrúteis no ramo supermercadista**. 2018. 37p. Relatório de Estágio Supervisionado (Curso de Engenharia de Produção). Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, Lages-SC, 2018. Disponível em: <http://revista.uniplac.net/ojs/index.php/engproducao/article/view/3834>. Acesso em: 05 mar. 2019.

SCHAARSCHMIDT, S.; SPRADAU, F.; MANK, H.; HILLER, P.; APPEL, B.; BRÄUNIG, J.; WICHMANN-SCHAUER, H.; MADER, A. Reporting of traceability and food safety data in the culinary herb and spice chains. **Food Control**, v. 83, p. 18-27, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foodcont.2016.11.029>. Acesso em: 09 jan. 2019.

SILVA, A.; LISBOA, R. S.; SOUZA, R. S.; ARBAGE, A. P. O varejo de frutas, legumes e verduras (FLV) na região central do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DA SILVA, M. F.; PIRES, C. de O. Avaliação das perdas no setor de FLV de um atacarejo na cidade de São Paulo. **South American Development Journal Society**, v. 2, n. 4, p.1-19, 2016. Disponível em: <http://www.sadsj.org/index.php/revista/issue/view/4>. Acesso em 05 mar. 2019.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008. **Anais...** Rio Branco, AC, julho de 2008. Disponível em: <https://ageconse-arch.umn.edu/record/112755/files/52.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2019.

SILVA, R. O. P. Rastreabilidade nas cadeias de carnes. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2005. Disponível em: <http://www.iesa.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2509>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SONG, M.; LIU, L.; WANG, Z.; NANSEKI, T. Consumers' attitudes to food traceability system in china - evidences from the pork market in Beijing. **Journal of the Faculty of Agriculture**, Kyushu University, v.53, n.2, p.569-574, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2324/12875>. Acesso em: 06 nov. 2013.

VINHOLIS, M. de M. B. **Fatores determinantes da adoção da certificação SISBOV/TRACES na pecuária de corte do estado de São Paulo**. 2013. 231p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2013. Disponível em: [http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=5986](http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5986). Acesso em: 13 fev. 2014.

YIN, R. N. **Estudos de caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p.

ZHU, L. Economic analysis of a traceability system for a two-level perishable food supply chain. *Sustainability*, v. 9, n. 5, 682, 2017, 16p. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su9050682>. Acesso em: 08 jan. 2019.

## Capítulo 3

### **Microrganismos encontrados na análise do queijo: uma revisão integrativa <sup>1</sup>**

*Liberta Lamarta Favoritto Garcia Neres <sup>2</sup>*

*Júlio César Ibiapina Neres <sup>3</sup>*

*Aluísio Vasconcelos de Carvalho <sup>4</sup>*

#### **1 Introdução**

A produção de queijos no mundo não tem uma data específica quanto se refere a sua origem. Porém, destaca-se como um progresso ao conseguirem conservar os constituintes do leite por mais tempo, conhecimento repassado até hoje (ZACARCHENGO et al., 2013).

Entretanto, é importante ressaltar que os egípcios foram essenciais nesse cenário, pois à medida em que criavam gado e utilizavam o leite e seus derivados, porventura o queijo, compreendendo seu real potencial alimentício e proteico, além de outros importantes propriedades inorgânicas como cálcio, fósforo, zinco, iodo, selênio, vitaminas e oligoelementos (REIS et al, 2013; FREITAS FILHO et al., 2009). Por isso, o leite e seus

---

<sup>1</sup> Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

<sup>2</sup> E-mail: [liberta.neres@iescfag.edu.br](mailto:liberta.neres@iescfag.edu.br) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0563097731032602> Endereço: Instituto Educacional Santa Catarina - IESCFAG, Av. JK, 2541 - Setor Universitário, CEP 77700-000 - Guaráí - TO.

<sup>3</sup> E-mail: [julio.neres@iescfag.edu.br](mailto:julio.neres@iescfag.edu.br) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9493252013144748>. Endereço: Instituto Educacional Santa Catarina - IESCFAG, Av. JK, 2541 - Setor Universitário, 77700-000 - Guaráí/TO.

<sup>4</sup> E-mail: [aluísio.carvalho@iescfag.edu.br](mailto:aluísio.carvalho@iescfag.edu.br) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5200758055263996>. Endereço: Instituto Educacional Santa Catarina - IESCFAG, Av. JK, 2541 - Setor Universitário, 77700-000 - Guaráí/TO.

derivados são conhecidos como alimentos mais antigos descritos na história humana (ABIQ, 2014; FOX et al., 2000).

Porém, alguns autores revelam que o queijo surgiu de maneira acidental, ao ser transportado em recipientes feitos com estômagos de animais, onde o leite, por meio da atividade enzimática gerou a coagulação através da fermentação da lactose, formando dois subprodutos (Soro e o Queijo). Os agentes causadores pela coagulação do leite para produção de queijos são conhecidos como coalho de bezerro, pode ser extraído do quarto estômago de bezerras em lactação (ALBUQUERQUE, 2009; VISOTTO et al., 2011; SEBRAE, 2008).

As enzimas do coalho, quimosina e pepsina, são proteínas importantes na fabricação do queijo utilizadas atualmente no processo (CHALITA, et al. 2009). Devido à presença destas enzimas coagulantes, apresentam composições diferentes em quantidade e qualidade (NEELAKANTAN et al., 1999; SEBRAE, 2008).

Os colonizadores portugueses em terras brasileiras tiveram grande êxito, devido a criação de gado, com isso, foi possível investir também nos seus subprodutos tendo a produção do queijo tipicamente artesanal no século XVIII em terras mineiras, os exploradores começaram a desenvolver variedades do queijo destacando, sobretudo, o queijo frescal de Minas (REBELO, 1983; DIAS, 2010; SILVA, 2010).

Partindo dessa premissa, o queijo é um produto fresco ou maturado, ou seja, a partir da separação do soro do leite ou de soros lácticos coagulados pela ação física do coalho, de enzimas específicas (BRASIL, 1996). Entre os derivados do leite, o queijo torna-se um produto popular, inserido em todas classes sociais, devido ao alto consumo e ao mesmo tempo é considerado um transmissor de patógenos e, em especial, os artesanalmente, por serem na maioria das vezes, produzidos a partir de leite cru e não sofreram processos de maturação (FEITOSA et al., 2003; MELO, ALVES & COSTA, 2009).

Porém, é de suma importância que esses produtos estejam em condições favoráveis para o consumo, apresentando qualidade satisfatória nas

propriedades físicas, químicas e biológicas e reduzir o número de contaminação do leite, principalmente na matéria prima (OLIVEIRA, 2016; VISOTTO et al., 2011).

Neste sentido, Zoccal et al., (2011) relata que as condições referentes a má qualidade do leite cru e as condições sanitárias dos estabelecimentos responsáveis por sua produção elencam as dificuldades enfrentadas para solucionar a situação ao passo em que a uma parcela destes estabelecimentos estão em condições precárias.

Essa problemática reflete na qualidade dos queijos produzidos no Brasil por não se adequarem as normativas, não atenderem os padrões de segurança alimentar comprometendo, muitas vezes, agravos à sanidade humana (CASTRO et al., 2014; FERREIRA et al., 2013).

Assim, o controle da qualidade possui grande importância para atividade leiteira, já que está associada à estrutura em laboratorial, equipamentos adequados para a execução dos processos, veículos de transporte adaptados ao produto e a capacitação dos empregados/colaboradores por meio dos treinamentos.

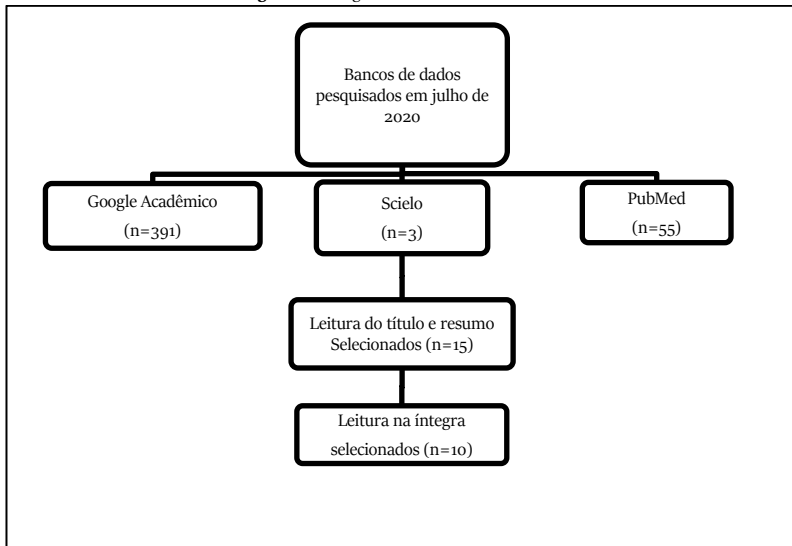
Na metodologia para produção do queijo, estes fatores são de extrema importância, por se tratar da utilização de leite cru, técnicas de Boas Práticas de Higienização e produção mal feitas ou inexistentes, a observância do tempo mínimo de maturação revela a qualidade do produto final (PINTO et al., 2009; MARTINS et al., 2013; TEODORO et al., 2013).

Pautado nisso, este trabalho tem por objetivo geral verificar as produções científicas em relação ao levantamento sanitário de vários tipos de queijos, os achados microbiológicos em diferentes localidades, bem como a discussão sobre a legislação vigente. Deste modo, os objetivos específicos configuram-se em Relatar a prevalência de organismos patogênicos em diferentes localidades; identificar as bactérias encontradas nos diferentes queijos; Relatar a conformidade com a legislação pertinente.

## **2 Metodologia**

Tratou-se de um estudo de revisão integrativa a partir do levantamento de artigos nas principais bases de dados eletrônicas Google Acadêmico, PubMed e SciELO, no mês de julho de 2019, com o intuito de compartilhar diferentes estudos realizados sobre um tema em comum a partir de observações não relatadas nos trabalhos publicados, dando uma nova abordagem crítica e prática sobre o problema relatado, adotado conforme a metodologia de Sá et al., (2020) com modificações. Para verificar a ocorrência dos principais grupos de bactérias encontrados nos queijos, independentemente do tipo, utilizou-se os descritores em português e inglês: “queijo”, “bactérias”, “coliformes totais”, “coliformes termotolerantes” e “análise microbiológica” com operador booleano “AND”. Para afunilar os resultados, retirando a análise do leite e seus derivados ou processos semelhantes a fabricação dos queijos com o uso dos mesmos produtos, foram utilizados como critérios de inclusão: estudos realizados com queijos (e seus diferentes tipos) publicados na íntegra entre os anos de 2016 e 2020, nos idiomas português e inglês e que abordaram a análise microbiológica. Para evitar outras análises que pudessem se desviar dos objetivos e que obtivessem resultados mais diretos, excluiu-se desse estudo os artigos de revisão de literatura, Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias, teses, textos incompletos e trabalhos duplicados.

Figura 1. Fluxograma da revisão de literatura



Fonte: adaptado de Sá et al., (2020).

### 3 Resultados e discussão

O estudo foi construído por meio da análise de 10 artigos na íntegra que atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos. A seleção dos artigos de interesse transcorreu em três fases:

- 1) pesquisa nas bases de dados, onde foram encontrados 449 artigos contendo os descritores selecionados, destes, 434 foram descartados.
- 2) leitura dos títulos e resumos das publicações selecionadas; após a leitura na íntegra dos 15 trabalhos selecionados úteis para a pesquisa, somente 10 foram selecionados.
- 3) leitura das publicações selecionadas na segunda fase. Destes artigos, 07 foram publicados na base de dados Google Acadêmico, e 02 no SciELO e 01 na PubMed.

Foi observado que existem inúmeros trabalhos relatando a incidência de microrganismos em quantidades elevadas fora do padrão da legislação brasileira nos queijos comercializados em decorrência da falta de higiene na cadeia produtiva (Tabela 1).



**Tabela 1.** Ocorrência de microrganismos em queijos comercializados nas regiões do Brasil.

<b>Autores</b>	<b>Local do Estudo</b>	<b>Resultado</b>
Saleh et al., 2019	Duque de Caxias/RJ	Observou nas amostras a presença de 52,6% de coliformes termotolerantes acima do estabelecido na legislação vigente, todas confirmativas para <i>Escherichia coli</i> e todas as amostras com contagens de <i>Staphylococcus</i> coagulase positiva superior ao permitido em legislação.
Prates et al., 2017	Rio Grande do Sul	As amostras de leite cru foram as que apresentaram os maiores níveis de contaminação para coliformes termotolerantes, estafilococos coagulase positiva (excedeu o limite permitido) e <i>Salmonella</i> spp.
Queiroz et al., 2017	Botucatu, São Paulo	A análise demonstrou a presença de coliformes acima do permitido pela legislação em 36% das amostras durante a primeira análise e, na segunda, com 44%, 10% não atendiam ao padrão exigido por lei quanto a estafilococos coagulase positiva, e 14%, na data de expiração da validade. <i>Salmonella</i> foi apenas observada em uma amostra próxima à data de produção, enquanto <i>L. monocytogenes</i> somente em uma amostra na data de expiração da validade.
Ribeiro Júnior et al., 2019	Paraná e Maranhão	Entre os 205 isolados de <i>E. coli</i> do leite cru, 9,75% foram identificados com os fatores de virulência de <i>Escherichia coli</i> enteropatogênica, principalmente (90%) em amostras do Paraná. Do total de isolados das amostras de queijo, 97,4% vieram dos queijos Minas Frescal ilegais, dos quais 1,8 e 2,7% foram identificados com <i>Escherichia coli</i> enteropatogênica e Shiga-toxigênica, respectivamente; nenhum enterohemorrágico foi detectado.
Leite et al., 2020	Cuiabá-MT	Foram encontrados valores impróprios para coliformes e estafilococos coagulase positiva. Não foram encontrados <i>Salmonella</i> nas amostras examinadas.
Pitta et al., 2016	Montes Claros, Minas Gerais	Os resultados obtidos mostraram que apenas uma das 30 amostras encontrava-se adequada de acordo com os parâmetros estabelecidos em relação às contagens de <i>E. coli</i> . Nenhum dos queijos analisados encontrava-se adequado em relação às contagens de coliformes totais e <i>S. aureus</i> .
Bomfim et al., 2020	Vitória da Conquista-Bahia	Em todas as amostras apresentaram contagem para coliformes totais acima do limite aceitável. <i>Staphylococcus</i> coagulase positiva e <i>Escherichia coli</i> foram isolados em 87,5% e 62,5% das amostras, respectivamente. Não foi detectada a presença de <i>Listeria monocytogenes</i> e <i>Salmonella</i> sp.
Pereira et al., 2017	São Rafael, Rio Grande do Norte	Todas as amostras apresentaram elevadas contagens de <i>Staphylococcus aureus</i> , estando em desconformidade com o padrão exigido pela legislação brasileira para este grupo microbiano. Foi constatado ausência de <i>Salmonella</i> sp. nas amostras avaliadas.
Santos et al., 2019	Maceió-AL	Presença de coliformes termotolerantes, através das provas bioquímicas foi constatada presença de <i>E. Coli</i> nas duas marcas e <i>Salmonella</i> sp. em uma delas.
Neres et al., 2019	Guaraí-TO	Em 97,5% das amostras foi confirmada a presença de <i>Escherichia coli</i> e em 2,5% foi identificada a existência de <i>Klebsiella pneumoniae</i> .

Fonte: os autores

Dentre os produtos e subprodutos advindos do leite, o queijo artesanal representa o maior consumo pelos brasileiros tem se destacado pelo preço baixo e fácil produção devido serem fabricados a partir de leite cru (APOLINÁRIO, 2014; FEITOSA et. al., 2003). Devido ao grande valor nutricional e alto teor de proteico, os laticínios representam uma alta demanda, além de ter em sua constituição vitaminas e sais minerais, o consumo do leite torna-se imprescindível para manutenção funcional do organismo (MUNIZ et al., 2013).

O nível de contaminação e a composição da população bacteriana está associada a saúde do rebanho, utensílios utilizados e equipamentos que demandam constante monitoramento desde a ordenha, processamento do leite, além da refrigeração. O quantitativo de bactérias encontradas e a correta identificação determina as condições higiênicas da fazenda de onde procedeu a ordenha do leite, aquelas em, por meio da análise microbiológica detecta uma quantidade significativa, é considerado insatisfatório por não atender a legislação competente (BRITO et al., 2011; SILVA, 2010).

Neste sentido, há vários relatos de doenças transmitidas por alimentos (DTAs) em decorrência do consumo de produtos de origem animal, como exemplo o leite cru e derivados pelas populações humanas, ao mesmo tempo veiculadas pela transmissão de bactérias patogênicas nos alimentos (DWIVEDI et al., 2011; SAFE FOOD, 2014; CRUZ, 2012).

Segundo Silva Junior (2014) há 250 tipos de DTAs descritos e, dentre elas, uma parcela significativa é causada por microrganismos causadores de doenças atuando de forma grave na saúde pública elevando os riscos da população em doenças e seus agravos (LITTLE et al., 2012). O queijo, devido ao grande consumo, torna-se um importante reservatório de microrganismos de relevante interesse para saúde e em particular os artesanais (SILVA et al., 2013).

As bactérias são agentes etiológicos que estabelecem relação com as DTAs, os estudos apontam a *Escherichia coli* como indicadora de contaminação dos queijos frescos no Brasil e no mundo, além de outras bactérias patogênicas encontradas nesses produtos (WINK, 2012). Assim, o queijo

produzido artesanalmente com leite cru tem sido apontado por diversos trabalhos com a presença desses microrganismos de origem bacteriana considerados agentes etiológicos relacionados com a ocorrência de DTAs (DORES et al., 2013; WINK, 2012).

A presença de tais microrganismos torna-se preocupante e carece de atenção na produção de queijos. A ocorrência de *Listeria monocytogenes*, *Staphylococcus aureus*, *Salmonella* spp., *Klebsiella* ssp. e *E. coli* denota a possível intoxicação alimentar (BRITO et al., 2011).

A presença de bactérias do grupo coliformes nos queijos torna-se uma preocupação atual devido ao surgimento de eventuais surtos de infecções alimentares e podem contaminar diferentes tipos de queijos. As bactérias do grupo coliformes é caracterizada pelo formato de bacilo, pertencem à família Enterobacteriaceae, não formam esporos, aeróbicos ou anaeróbicos facultativos, Gram negativo, capazes de fermentar a lactose com produção de gás sob a temperatura de 37°C em 24-48 horas, quando coliformes totais (OLIVER et al., 2008; LISITA et al., 2009; CHAURET, 2011; VAN ELSAS et al., 2011), e a 45°C quando coliformes termotolerantes, também conhecidos como coliformes fecais (BRASIL, 2011; OLANIRAN et al., 2011; TORTORA et al., 2012; MARTINS & REIS, 2012).

Outro grupo encontrado nas pesquisas microbiológicas refere-se aos Coliformes totais, são representados pelos microrganismos do gênero ***Escherichia***, ***Enterobacter***, ***Citrobacter*** e ***Klebsiella*** e responsáveis por transmitirem várias doenças, essas bactérias são encontradas nos ambientes naturais sob a vegetação, nos solos ou mesmo na água, podem ser encontradas no trato gastrointestinal de animais, no homem por exemplo e em vários alimentos (GRECHI, 2005; BETTEGA, 2006; MADIGAN et al., 2010; TORTORA et al., 2012).

As bactérias oriundas do trato gastrointestinal de animais e humanos, denominadas coliformes termotolerantes, possuem características dos coliformes totais, além disso, são também representantes não fecais suprimidos pela pasteurização. Dessa forma, a presença de tais bactérias

representa um forte indicador de contaminação, comprovadas pela ausência de práticas de higienização e sanitização fora dos padrões exigidos por lei comprometendo a qualidade de alimentos em seu processamento (VON SPERLING, 2011), ainda, a presença de *Escherichia coli* é vista em grandes proporções na população bacteriana intestinal humana (MADIGAN et al., 2010).

Entretanto, as bactérias pertencentes ao grupo coliforme encontradas contaminando os queijos são responsáveis por sua deterioração causando fermentações anormais e estufamento precoce dos produtos (MORIEL et al., 2012). A ocorrência de *Escherichia coli* representa o principal agente causador de contaminação do grupo dos coliformes termotolerantes e ao grande grupo dos coliformes totais (GORDON, 2013; OMS, 2014; VON SPERLING, 2011).

Podendo crescer em meio complexo a 44° - 45°C em 24 - 48 horas, os microrganismos do gênero *Escherichia* possui representantes que podem causar doenças e não patogênicas, fermentam a lactose e manitol produzindo o gás e ácido, a partir do triptofano (TORTORA et al., 2012; ALLGAYER et al., 2015; BRITO et al., 2011; FENG et al., 2011).

Algumas linhagens de *E. coli* pode causar disenterias, diarreias, colites hemorrágicas, disenterias, infecções de bexiga e dos rins, septicemia, pneumonia e meningite, muitas vezes, nas populações vulneráveis, como as crianças (POLLINI et al., 2012, BAPTISTA, 2013).

Encontrado no trato gastrointestinal, a *E. coli* é um dos microrganismos encontrados abundantemente no trato gastrointestinal, é responsável por infecções de vários tipos, dentre elas a sépsis, no trato urinário e intestinais (MOURA et al., 2012; ALLGAYER et al., 2015).

As linhagens de *Escherichia coli* associadas a doenças transmitidas por alimentos (DTAs) são disseminadas em detrimento das práticas de higienização, realizadas de maneira inadequada nos ambientes de fabricação do produto, por via fecal-oral e pelas mãos contaminadas por manipuladores de alimentos suscetíveis à infecção como carnes, hortaliças, leite e

água não tratada. Além disso, com menor intensidade, pode ocorrer transmissão de pessoa para pessoa, principalmente em locais em que a higienização é escassa (FERENS e HOVDE, 2011; VAN ELSAS et al., 2011; FORSYTHE, 2013). Clark (2010) ainda ressalta sobre o surgimento ou mesmo ocorrência de espécies multirresistentes aos fármacos devido ao contato com os agentes químicos, otimizando algumas linhagens. De acordo com Hauser (2010), há relatos de infecções intra-abdominais, gastroenterite e pneumonias adquiridas em hospitais em decorrência da contaminação por *E. coli*.

A bactéria *Klebsiella pneumoniae* pertence à família Enterobacteriaceae, possui como característica a capacidade de ser anaeróbico facultativo e oportunista, Gram-negativa, oxidase negativa, fermenta glicose, reduz nitrato, indol negativo, tríplice açúcar ferro (TSI) positivo com produção de gás, utiliza o citrato como fonte de carbono e também hidrolisa a uréia, formando gás (HAUSER, 2010; VUOTTO et al., 2014).

Dentre as características peculiares, essas bactérias se diferenciam das demais enterobactérias devido a capacidade de fixação de nitrogênio atmosférico no ambiente, além da capacidade de descarboxilação de aminoácidos formando aminas (CLARK, 2010; **HLOPE e MCKERROW, 2014**).

A espécie está associada, em indivíduos imunossuprimidos, a infecções oportunistas gerando prejuízos à saúde pública pela capacidade de ser resistente aos antimicrobianos elevando os casos de mortalidade e morbidade (TSAI et al., 2014; GARBATI e AL GODHAIR, 2013; MOAYEDNIA et al., 2014).

Dessa forma, é necessário a aplicação de políticas públicas que atuem sensibilização das etapas mais importantes da cadeia produtiva, através das ações implementadas é possível melhorar a qualidade da matéria prima e a técnica de processamento do queijo artesanal tornando-o destaque no mercado como um produto de boa qualidade, tanto do ponto de vista higiênico-sanitário quanto na padronização e a adoção de boas práticas de ordenha durante a obtenção do leite (SILVA et al., 2011).

A RDC nº 12 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde (MS), editada em 2 de janeiro de 2001, institui o padrão mínimo e máximo para atestar a qualidade dos produtos alimentares dentre os critérios microbiológicos de acordo com cada alimento (ou grupo) para aceitabilidade no registro para sua comercialização nas empresas responsáveis, além de orientar quanto fiscalização por parte dos agência responsável. Para queijos que se enquadram-no grupo muita alta umidade (>55%), dentre eles, incluindo os queijos de coalhos e os Minas Frescal, delimita uma tolerância de  $5,0 \times 10^2$  NMP/g para coliformes termotolerantes  $5,0 \times 10^2$  NMP/g para estafilococos coagulase-positiva, e ausência de *Salmonella spp.* e *L. monocytogenes* em 25 g do produto (BRASIL, 2001).

O queijo de coalho, bastante apreciado, é feito artesanalmente, dessa maneira, o Dicionário Larousse da Língua Portuguesa descreve como “é elaborado segundo os métodos tradicionais, individuais”, e “o que é feito através de meios rudimentares, às vezes sem qualquer método; que apresenta feitura grosseira” (ANDRADE, 2012).

Dentre as suas características está a massa branda ou mole e elástica, outrora apresenta textura compacta ou macia, e coloração variada desde o branca ou amarelado com sabor deleitável ligeiramente ácido, de médio a muito alta umidade o que lembra bastante um queijo coagulado de acordo com Brasil (2001) e SEBRAE, (2008).

Portanto, o queijo artesanal é considerado um produto tradicional por está ligado a uma identidade sociocultural e gastronômica que gera renda a centenas de famílias no Brasil, principalmente os pequenos produtores (DORES & FERREIRA, 2012; CHALITA, 2012).

Menezes (2011) associa a produção de queijo artesanal a uma importante interligação entre a agricultura familiar, já que o produto é produzido em sua maioria por esse público. Ainda, um dos problemas atuais é que a venda ainda está associada ao mercado informal, vendido em feiras livres devido não atenderem a legislação e suas especificações (FERREIRA et al., 2011).

No que tange as normativas sobre a produção de queijos, o produtor precisa ter licença para operar todas as etapas de fabricação do produto em seu empreendimento. Tal etapa é importante para a preservação do ambiente por evitar que resíduos possa poluir, além de que atende as resoluções inerentes a União, Estados e Municípios de acordo com sua competência para licenciar.

Em se tratando de produtos de origem animal, o direcionamento quanto aos procedimentos desde a sua fabricação à comercialização é dada pelo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA, de 29 de março de 1952 (BRASIL, 1952). Este decreto atua em território nacional estabelecendo as normas e direcionamentos quanto a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal com um rigor em sua qualidade, identidade regional, inocuidade e sua integralidade quanto aos produtos e sanidade dos consumidores exercidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos estabelecimentos registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Federal (DECRETO 30.691/52).

O queijo artesanal, por ter um alto grau de manipulação, além de sua matéria prima, o leite cru, tem suas regulamentações redigidas a partir Portaria nº 146, de 07 de março de 1996, com atualização para sua comercialização e produção a partir de 2002 para produtos lácteos com responsabilização do MAPA em todas as etapas. A partir desse documento, torna-se como etapa obrigatória a pasteurização do leite ou tratamento térmico equivalente após sua higienização (BRASIL, 1996).

Em seguida, pela representatividade que os queijos possuem e sua importância, regulamentou por meio da instrução normativa 51 de 2002, pelo MAPA, uma atualização para a regulamentação técnica que abrange a produção, identidade e qualidade dos Leites tipo A, B, C, Leite Pasteurizado e Leite Cru Refrigerado, além de orientar a coleta e transporte dos produtos mencionados.

Quanto aos aspectos legais, é inegável a relevância dessa instrução normativa quanto aos requisitos mínimos quanto à produção, identidade

e qualidade do leite categorizado como tipo A para o comércio nacional, sendo importante diferenciar conceitualmente os diferentes tipos de leites para sua efetiva eficácia (BRASIL, 2002).

Nesse intuito, a instrução normativa 51/02 descreve o leite bovino como produto da ordenha completa e ininterrupta, sendo este coletado em animais saudáveis, alimentados de acordo com os preceitos do bem estar animal. O leite pasteurizado tipo A depende do teor de gordura, sendo este integral, padronizado, semidesnatado ou desnatado com as especificações industriais em Granjas leiteiras com as prescrições atuais.

Após a criação das leis e normas citadas acima, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, publicou em 16 de dezembro de 2011, a Instrução Normativa nº 57 (IN 57), esclarecendo os requisitos, procedimentos para a produção de queijos a partir do leite cru. Essa IN 57 orienta que queijos feitos artesanalmente necessita de maturação por um período inferior a 60 dias (BRASIL, 2011).

O texto descreve como requisitos (BRASIL, 2011) que a maturação em menor período (até 60 dias) sendo obrigatório estudos técnicos que comprovem não haver comprometimento da qualidade e inocuidade do produto em detrimento do tempo de produção; Poderá ser definido novo período de maturação através da avaliação e estudos evidentes exercido pelo comitê técnico científico do MAPA; Atestando a sanidade dos animais nas propriedades rurais que executam a ou fornecem matéria prima para a produção dos queijos deverão passar por certificação quanto a ausência de brucelose e tuberculose; Ter em seu planejamento e monitoramento um Programa de Controle de Mastite, realizando periodicamente análises do leite em laboratório credenciado pelo MAPA da Rede Brasileira da Qualidade do Leite; Ter um Programa de Boas Práticas de Ordenha e Fabricação efetivo além do tratamento da água usada no processo, como a cloração e controle da potabilidade.

Neste sentido, a produção do queijo artesanalmente tem sido discutido em diversos trabalhos na literatura brasileira por se tratar de um



produto bastante consumido pela população, fazer parte da identidade regional e sua difusão no mercado informal (BADINI et al., 1996; BARBOSA et al., 2009). Há uma grande produção científica atestando em diversas análises a ocorrência de microrganismos e, sobretudo, bactérias patogênicas do grupo coliforme totais e os termotolerantes, usadas como bioindicadores da qualidade do queijo quanto as higiene alimentar (GASPAROTTO, ROCHA & GRECELLÉ, 2008), presença do indicador específico de contaminação *Escherichia coli*, gerando preocupação quanto aso procedimentos adotados quanto a sanitização do produto (SILVA et al., 2011; MELO et al., 2013; MENESES et al., 2012).

#### **4 Considerações finais**

O presente trabalho permitiu verificar que a análise microbiológica dos queijos é imprescindível uma vez que ainda se encontra uma gama de bactérias patogênicas que influenciam a qualidade do produto e interfere diretamente na saúde pública. A legislação e seus órgãos reguladores são ferramentas importantes para que os alimentos sejam ofertados e comercializados com segurança e sanidade para os consumidores, além disso, a fiscalização evidencia um processo crucial na evitabilidade de potenciais doenças na comunidade que se beneficia com o produto.

A correta orientação aos produtores desde o início da cadeia produtiva torna-se um processo relevante para minimizar os impactos e garantir a qualidade desses alimentos à população e eventuais prejuízos econômicos para os produtores. A adoção de práticas sanitárias remete um processo minucioso e que requer constante monitoramento por parte de quem vende e de quem fiscaliza. A adoção da análise microbiológica como rotina é um fator primordial para atestar a qualidade do produto, além de demonstrar a preocupação que o produtor tem com o produto e com o consumidor.

## Referências

- ABIQ - Associação Brasileira das Indústrias de Queijos. **Avanços e perspectivas da indústria brasileira de queijos**. 2014. Disponível em: <http://www.abiq.com.br>. Acesso em: 10 de maio. 2018.
- ALBUQUERQUE, H. N. **Condições higiênico-sanitárias do comércio informal de alimentos na Rua Maciel Pinheiro, Campina Grande-PB**. IV Congresso de Pesquisa e Inovação da rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica Belém-PA, 2009. Disponível em: <[http://connepi2009.ifpa.edu.br/connepianais/artigos/\\_19\\_3\\_2643\\_1262.pdf](http://connepi2009.ifpa.edu.br/connepianais/artigos/_19_3_2643_1262.pdf)>. Acesso em: 27/06/2018.
- ALLGAYER, A. N.; SCHIRMER, H.; CASTELAN, J. A. Agreement of results of the BD Phoenix system and manual biochemical tests in the identification of Enterobacteriaceae from clinical samples. *Clin Biomed Res*, vol. 35, n. 01, 2015. pp.43-48.
- ANDRADE, Á. F. **Avaliação da Qualidade do Queijo Artesanal Produzido e Comercializado na região de Gurupi – TO**. 2012 TCC (graduação) – Curso de Agronomia da Universidade federal do Tocantins, Gurupi, 2012.
- APOLINÁRIO, T. C. C.; SANTOS, G. S.; LAVORADTO, A. A. Avaliação da qualidade microbiológica do queijo Minas Frescal produzido por laticínios do estado de Minas Gerais. *Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes*, Juiz de Fora, v. 69, n. 6, p. 433-442, 2014.
- BADINI, K. B.; NADER FILHO, A.; AMARAL, L. A.; GERMANO, P. M. L. Risco à saúde representado pelo consumo de leite cru comercializado clandestinamente. *Rev. Saúde Pública*, v. 30, n. 6, p. 549-552, 1996.
- BAPTISTA, M. G. F. M. **Mecanismos de Resistência aos Antibióticos**. Dissertação de Mestrado – Curso de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa. 2013. 42f.
- BARBOSA, S. B. P., JATOBA, R. B.; BATISTA, A. M. V. **A Instrução Normativa 51 e a Qualidade do Leite na região nordeste e nos estados do Pará e Tocantins**. In: Congresso Brasileiro de Qualidade do Leite, 3.2008, Recife. *Anais...* Recife: CCS. Gráfica e editora, p. 25-32. 2009.

- BARRETO, C. F.; FERREIRA, T. C. Análise microbiológica de condimentos comercializados na feira central de Campina Grande – PB. **Agropecuária científica no seminário**. v. 9, n. 2, p. 83-87, 2013.
- BEZERRA, J. D. C. Avaliação da qualidade do queijo “coalho” artesanal fabricado em Jucati-PE. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 6, n. 8, p. 35-49, 2009.
- BETTEGA, J. M. P. R.; MACHADO, M. R.; PRESIBELLA, M.; BANISKI, G.; BARBOSA, C. A. Métodos analíticos no controle microbiológico da água para consumo humano. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 30, n. 5, p. 950-954, 2006.
- BOMFIM, A. P.; COSTA, D. B.; SILVA, I. M. DE N.; ARAÚJO, I. C. S.; ANDRADE, R. A.; GALVÃO, R. S.; CERQUEIRA, V. V.; REIS, J. N.; SANTOS, M. S. DOS. Qualidade microbiológica e caracterização da resistência antimicrobiana de bactérias isoladas de queijos Coalho comercializados em Vitória da Conquista-Bahia. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 27, p. e020015, 11 fev. 2020.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 12, de 02/01/2001a. Regulamento Técnico Sobre os Padrões Microbiológicos para Alimentos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, p.1-54. Brasília: 2001.
- BRASIL. **Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952**. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – RIISPOA. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, DF, 7 jul. 1952. Seção 1, p. 10785.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. **Instrução Normativa nº 57, de 15 de dezembro de 2011**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 dez. 2011.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. **Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011. Altera o regulamento técnico de identidade e qualidade de leite cru refrigerado**. Brasília, DF, 29 dez. 2011. Seção 1, p. 13.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 146, de 7 de março de 1996**. Aprova os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade dos Produtos Lácteos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 mar. 1996. Seção 1, p. 3977.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Instrução Normativa n.51, de 18 de Setembro de 2002**. Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade, Qualidade, Coleta e Transporte de Leite. Brasília; 2002. 48p. (Instrução Normativa n.51, 2002).

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Instrução Normativa n.51, de 18 de Setembro de 2002**. Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade, Qualidade, Coleta e Transporte de Leite. Brasília; 2002. 48p. (Instrução Normativa n.51, 2002).

BRASIL. **Portaria nº 146 de 7 de março de 1996**. Aprova o regulamento técnico de identidade e qualidade dos queijos. Diário Oficial da União. Brasília, 11 de março de 1996.

BRITO, L.G.; VIEIRA JUNIOR, J.R.; ROCHA, R.B.; FIGUEIRO, M.M.; SILVA, W.C.; CARVALHO, G.L.O.; SILVA, J.A.; SOUZA, G.N. Avaliação da qualidade composicional e da saúde da glândula mamária de rebanhos bovinos localizados na bacia leiteira de Ji-Paraná e Rolim de Moura. (**Comunicado Técnico**) Rondônia: Embrapa, Porto Velho, 2011.

BRITO, L.G.; VIEIRA JUNIOR, J.R.; ROCHA, R.B.; FIGUEIRO, M.M.; SILVA, W.C.; CARVALHO, G.L.O.; SILVA, J.A.; SOUZA, G.N. Avaliação da qualidade composicional e da saúde da glândula mamária de rebanhos bovinos localizados na bacia leiteira de Ji-Paraná e Rolim de Moura. (**Comunicado Técnico**) Rondônia: Embrapa, Porto Velho, 2011.

CASTRO, K.A.; LIMA, S.K.A.; AZEVEDO P.A.I.; ORSINE, J.V.C. Efeito da contagem de células somáticas sobre a qualidade dos queijos prato e mussarela. **Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 1237-1250, 2014.

CHALITA, M.A.N. O consumo de queijo como referência para a análise do mercado de qualidade do produto. **Revista de Economia e sociologia Rural**, Piracicaba, v.50, n.3, p.545-562, 2012.

CHALITA, M.A.N.; SILVA, R.O.P.; PETTI, R.H.V.; SILVA, C.R.L. Algumas considerações sobre a fragilidade das concepções de qualidade no mercado de queijos no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, n. 6, 14 p., 2009.

CHAURET, C. Survival and control of *Escherichia coli* O157: H7 in foods, beverages, soil and water. **Virulence**, v. 2, n. 6, p. 593-601, 2011.

CLARK, D.P.; MADIGAN, M.T.; MARTINKO, J.M.; DUNLAP, P.V.; **Microbiologia de Brock**. 12<sup>a</sup>. Ed. Editora Artmed, Porto Alegre, RS, v. 1160, 2010.

CRUZ, F.T. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais**: um estudo sobre a qualidade dos alimentos a partir do caso do queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra-SC. 2012. 292 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DIAS, N.L. **Identificação de *Staphylococcus aureus*, avaliação do seu potencial enterotóxico e resistência a metilina pela técnica de PCR em amostras de leite da microrregião de Sete Lagoas – MG**, Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) – Escola de Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. 53 f. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/>>. Acesso em: 22 maio.2018.

DORES, M.T.; DIAS, R.S.; ARCURI, E.F.; NOBREGA, J.E.; FERREIRA, C.L.L.F. Enterotoxigenic potential of *Staphylococcus aureus* isolated from artisan Minas cheese from the Serra da Canastra, MG, Brazil. **Food Science and Technology**, v.33, n.2, p.271-275, 2013.

DORES, M.T.; FERREIRA, C.L.L.F. Queijo Minas artesanal, tradição centenária: ameaças e desafios. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v.2, n.2, p.26-34, 2012.

DWIVEDI, H.P.; JAYKUS, L.A. Detection of pathogens in foods: the current state-of-the-art and future directions. **Clinical Reviews in Microbiology**, v. 37, n. 1, p. 40-63, 2011.

FEITOSA, T.; BORGES, M.D.F.; NASSU, R.T.; AZEVEDO, E.D.F.; MUNIZ, C.R. Pesquisa de *Salmonella* sp., *Listeria* sp. e microrganismos indicadores higiênico-sanitários em queijos produzidos no estado do Rio Grande do Norte. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v. 23, n. 3, 2003.

FEITOSA, T.; BORGES, M.D.F.; NASSU, R.T.; AZEVEDO, E.D.F.; MUNIZ, C.R. Pesquisa de *Salmonella* sp., *Listeria* sp. e microrganismos indicadores higiênico-sanitários em queijos produzidos no estado do Rio Grande do Norte. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v. 23, n. 3, 2003.

FENG, P.; WEAGANT, S.D.; JINNEMAN, K. Diarrheagenic *Escherichia coli*. In: **Chapter 4A**, Bacteriological Analytical Manual online. Food and Drug Administration –

- FDA/CFSAN, 2011. Disponível em: <<http://www.fda.gov/Food/ScienceResearch/LaboratoryMethods/BacteriologicalAnalyticalManualBAM/ucmo70o8o.htm>>. Acesso em: 15 abril 2018.
- FERENS, W.A.; HOVDE, C.J. *Escherichia coli* O157: H7: animal reservoir and sources of human infection. **Foodborne pathogens and disease**, v. 8, n. 4, p. 465-487, 2011.
- FERREIRA, J.S.; CERQUEIRA, E.S.; CARVALHO, J.S.C.; OLIVEIRA, L.C.; COSTA, W.L.R.; ALMEIDA, R.C.C. Conhecimento, atitudes e práticas em segurança alimentar de manipuladores de alimentos em hospitais públicos de Salvador, Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 37, Supl. 1, p. 35- 55, 2013.
- FERREIRA, R.M.; SPINI, J.D.C.; CARRAZZA, L.G.; SANT'ANA, D.S.; OLIVEIRA, M. T.; ALVES, L. R.; CARRAZZA, T. G. Quantificação de coliformes totais e termotolerantes em queijo Minas Frescal artesanal. **PUBVET**, v. 5, p. Art. 1019-1026, 2011.
- FONSECA PEREIRA, T.M.; GÓIS, V.A.; PAIVA SOARES, K.M.; SOUZA, L.B.; SOUSA, J.A. *Staphylococcus aureus* e *Salmonella* sp. em queijos de coalho artesanais produzidos em São Rafael, Rio Grande do Norte. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 12, n. 2, p. 358-361, 2017.
- FORSYTHE, S.J. **Microbiologia da segurança dos alimentos**. Artmed Editora, 2013. p.496.
- FOX, P.F.; GUINEE, T.P.; COGAN, T.M.; MCSWEENEY, P.L.H. **Fundamental of cheese Science**. Gaithersburg: NA Aspen Publication, 2000. 587p.
- FREITAS FILHO, J.R.; SOUZA FILHO, J.S.; OLIVEIRA, H.B.; ANGELO, J.H.B.; GARBATI, M. A.; AL GODHAIR, A. I. The Growing Resistance of *Klebsiella pneumoniae*; the Need to Expand Our Antibiogram: Case Report and Review of the Literature. **African journal of infectious diseases**, v. 7, n. 1, p. 8-10, 2013.
- GASPAROTTO, P.H.G.; ROCHA, C.S.; GRECELLÉ, C.B.Z. Quantificação de coliformes totais e fecais pela técnica do NMP em amostras de água do município de Ji-Paraná. **Ciência & Consciência**, v. 2, 2008.

GORDON, D. M. The ecology of *Escherichia coli*. In: DONNENBERG, M. (Ed.) ***Escherichia coli*: Pathotypes and Principles of Pathogenesis**. 2<sup>a</sup> ed. Londres: Academic Press, 2013. pp. 3-14.

GRECHI, S.Q. **Avaliação da eficiência de métodos rápidos usados para detecção de coliformes totais e coliformes fecais em amostras de água, em comparação com a técnica de fermentação em tubos múltiplos** (dissertação). Araraquara: Faculdade de Ciências Farmacêuticas, 2005.

HAUSER, R. **Antibióticos na prática clínica**. São Paulo: Artimed, 2010. p. 4.

HLOPE, S.T.; MCKERROW, N.H. Hospital-acquired *Klebsiella pneumoniae* infections in a paediatric intensive care unit. **South African Journal of Child Health**, v. 8, n. 4, p. 125-128, 2014.

JÚNIOR, J.R.; SILVA, F.F.; LIMA, J.B.A; OSSUGUI, E.H.; JUNIOR, P.T.; CAMPOS, A. C.L.P.; BELOTI, V. Molecular characterization and antimicrobial resistance of pathogenic *Escherichia coli* isolated from raw milk and Minas Frescal cheeses in Brazil. **Journal of dairy science**, v. 102, n. 12, p. 10850-10854, 2019.

LEITE, J.N.; SOUZA OLIVEIRA, T.; NARITA, I.M.P.; LANZARIN, M.; RITTER, D.O. Análise microbiológica de queijo curado ralado comercializado no mercado do porto no município de Cuiabá-MT/Microbiological analysis of grated cured cheese commercialized in the port market in the municipality of Cuiabá-MT. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 10448-10460, 2020.

LISITA, M.O.; PORTO, E.; CRUZ, A.G.; FARIA, J.A.F.; SANT'ANA, A.S. Monitoramento Microbiológico no Processamento do Queijo Minas Frescal. **Revista Leite & Derivados**, São Paulo, v. 110, n. 17, p. 82-9, 2009.

LITTLE, C.L.; AMAR, C.F.L.; AWOFISAYO, A.; GRANT, K.A. Hospital-acquired listeriosis associated with sandwiches in the UK: a cause for concern. **Journal of Hospital Infection**, London, v. 82, p. 13-18, 2012.

MADIGAN, M.T.; MARTINKO, J.M.; DUNLAP, P.V.; CLARK; D.P. **Microbiologia de Brock**. Traduzido de Brock Biology of Microorganisms. 12<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

- MARTINS, E.S.; REIS, N.E.V. Determinação de coliformes e **Staphylococcus** coagulase positiva em queijo Minas frescal. *Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial*, Paraná, v.06, n.02, p. 842-851, 2012.
- MARTINS, J.M.; LEMPK, M.W.; FELÍCIO, B.A.; PINTO, M.S.; BRANDI, I.V. Qualidade Minas artesanal: aspectos produtivos, físico-químicos, microbiológicos e legislação. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.34, n.273, p.90-98, 2013.
- MELO, A.C.M.; ALVES, L.M.C.; COSTA, F.N. Avaliação da qualidade microbiológica do queijo tipo Minas Padrão comercializado na cidade de São Luís, MA. **Arquivos do Instituto Biológico**, São Paulo, v. 76, n. 4, p. 547-51, 2009.
- MELO, F.D., DALMINA, K.A., NUNES PEREIRA, M., VARGAS RAMELLA, M., THALER NETO, A., KNACKFUSS VAZ, E., & FERRAZ, S. M. Avaliação da inocuidade e qualidade microbiológica do queijo artesanal serrano e sua relação com as variáveis físico químicas e o período de maturação. **Acta Scientiae Veterinariae**, v. 41, p. 1152, 2013.
- MENESES, R.B.D.; CARDOSO, R.D.C.V.; GUIMARÃES, A.G.; GÓES, J.Â.W.; SILVA, S. A.D.; ARGÔLO, S.V.O comércio de queijo de coalho na orla de Salvador, Bahia: trabalho infantil e segurança de alimentos. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 3, p. 381- 392, 2012.
- MENEZES, S.S.M. Queijo de coalho: tradição cultural e estratégia de reprodução social na região nordeste. **Revista de Geografia (UFPE)**, v. 28, n. 1, p. 2011.
- MILANI, M.P. **Qualidade do leite em diferentes sistemas de produção, anos e estações climáticas no noroeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2011. 69 f.
- MOAYEDNIA, R.; SHOKRI, D.; MOBASHERIZADEH, S.; BARADARAN, A.; FATEMI, S.M.; MERRIKHI, A. Frequency assessment of  $\beta$ -lactamase enzymes in *Escherichia coli* and *Klebsiella* isolates in patients with urinary tract infection. **Journal of research in medical sciences: the official journal of Isfahan University of Medical Sciences**, v. 19, n. Suppl 1, p. S41, 2014.
- MORIEL, D.G.; ROSINI, R.; SEIB, K.L.; SERINO, L.; PIZZA, M.; RAPPUOLI, R. *Escherichia coli*: great diversity around a common core. **MBio**, v. 3, n. 3, p. e00118-12, 2012.



- MOURA, M.D.R.S.D.; MELLO, M.J.G.D.; CALÁBRIA, W.B.; GERMANO, E.M.; MAGGI, R.R.S.; CORREIA, J.D.B. The frequency of *Escherichia coli* and its sensitivity to antimicrobials in children aged under five years admitted to hospital for treatment of acute diarrhea. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 12, n. 2, p. 173-182, 2012.
- MUNIZ, L.C.; MADRUGA, S.W.; ARAÚJO, C.L. Consumo de leite e derivados entre adultos e idosos no Sul do Brasil: um estudo de base populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 3515-3522, 2013.
- NEELAKANTAN, S.; MOHANTY, A.K.; KAUSHIK, J.K. Production and use of microbial enzymes for dairy processing. **Current Science**, p. 143-148, 1999.
- NERES, L.L.F.G.; NERES, J.C.I.; CARVALHO, A.V.; CERQUEIRA, F.B.; SANTANA, D. L.; PEREIRA, T.A.; KOZUSNY-ANDREANI, D.I. Perfil de sensibilidade microbiana in vitro de cepas de *Escherichia coli* e *Klebsiella pneumoniae* isoladas de queijo artesanal. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 10, n. 3, p. 20-29, 2019.
- OLANIRAN, A.O.; NAICKER, K.; PILLAY, P. Toxigenic *Escherichia coli* and *Vibrio cholerae*: Classification, pathogenesis and virulence determinants. **Biotechnology and Molecular Biology Review**, v. 6, n.4, p. 94-100, 2011.
- OLIVEIRA, J. **Uso de critérios para avaliação da qualidade microbiológica de um laticínio**. 2016. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Engenharia de Alimentos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2016. 52 f.
- OLIVER, C.; MORENO, J.; MISTIER, L.; LELA, P. **Características físico-químicas e microbiológicas de queijos minas frescal e mussarela**. Pirassununga. **Rev Hig Alimentar**, 2008. Disponível em: <<http://www.bichoonline.com.br/artigos/ha0002.htm>>. Acesso em: 09 abril. 2018.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS (WORLD HEALTH ORGANIZATION– WHO). **ANTIMICROBIAL RESTANCE: Global Report on Surveillance**. WHO Library Cataloguing-in-Publication Data: Genebra, Switzerland. 2014.
- PINTO, M.S.; FERREIRA, C.L.L.F.; MARTINS, J.M.; TEODORO, V.A.M.; PIRES, A.C. S.; FONTES, L.B.A.; VARGAS, P.I.R. Segurança alimentar do queijo Minas artesanal do

- Serro, Minas Gerais, em função da adoção de boas práticas de fabricação. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 342-347, out./dez. 2009.
- PITTA, W.T.; LIMA, T.S.; VIEIRA, P.; CABRINI, C.C.; CUNHA, A.L.F.S.; PINTO, M.S. Análise microbiológica em queijos artesanais comercializados no mercado municipal de Montes Claros, estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 14, n. 3, p. 91-91, 21 dez. 2016.
- POLLINI, S.; MARADEI, S.; PECILE, P.; OLIVO, G.; LUZZARO, F.; DOCQUIER, J.D.; ROSSOLINI, G.M. FIM-1, a new acquired metallo- $\beta$ -lactamase from a *Pseudomonas aeruginosa* clinical isolate from Italy. **Antimicrobial agents and chemotherapy**, p. AAC. 01953-12, 2012.
- PRATES, D.D.F.; WÜRFEL, S.R.; GOLDBECK, J.C.; LIMA, A.S.D.; LOPES, G.V.; SILVA, W.P.D. Microbiological quality and safety assessment in the production of moderate and high humidity cheeses. **Ciência Rural**, v. 47, n. 11, 2017.
- QUEIROZ, M.M.; ROSSI, B.F.; CASTILHO, I.G.; RALL, V.L.M. Avaliação higiênico-sanitária de queijos Minas frescal comercializados na cidade de Botucatu, São Paulo. **Arquivos do Instituto Biológico**, v. 84, 2017.
- REBELO, A.G. **Queijos**: notas sobre queijos regionais da Beina. Lisboa: coleção Agros, 1983. 220p.
- REIS, C.B.M.; BARREIRO, J.R.; MESTIERI, L.; PORCIONATO, M.A.F.; SANTOS, M.V. Effect of somatic cell counted mastitis pathogens on Milk composition in Gyr cows. **Veterinary Research**, Cambridge, v.9, p.67, 2013.
- SÁ, A.L.F.; PAZ, J.C.; BARROSO, K.S.N.; SALVIANO, F.A.P.; DA SILVA LEANDRO, R. I.; MARTINS, A. B. T. O uso dos óleos essenciais na cicatrização de feridas. **Saúde Coletiva (Barueri)**, n. 52, p. 2064-2071, 2020.
- SAFE FOOD. **The problem of antimicrobial resistance in the food chain**. 2014. Disponível em: <<http://www.safefood.eu/SafeFood/files/8a/8abb9354-4cc2-49a4-b586-bf0008eb8cf.pdf>>. Acesso em 11 de maio de 2018.

SALEH, Mariana Marques et al. Avaliação microbiológica de queijo Minas Frescal comercializado no município de Duque de Caxias/RJ. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal: RBHSA**, v. 13, n. 1, p. 78-88, 2019.

SEBRAE. **Queijos nacionais**. Estudo de mercado Sebrae/ESPM. Série mercado. São Paulo: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2008, 34 p.

SILVA JUNIOR, E.A. **Manual de Controle Higiénico-sanitário em Serviços de Alimentação**. 7. ed. São Paulo: Varela, 2014. 693p.

SILVA SANTOS, N.; MORILLA, D.P.; SANTOS SOUSA, J.; FREITAS, A.J.D.; FREITAS, J.D., LIMA FREITAS, M. Avaliação da qualidade microbiológica de queijos do tipo coalho comercializados em Maceió-AL/Evaluation of the microbiological quality of rennet-type cheeses commercialized in Maceió-AL. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 9271-9281, 2019.

SILVA, J.F.; MELO, B.A.; LEITE, D.T.; CORDEIRO, M.F.R.; PESSOA, E.B.; SILVA, L. C.C.; BELOTI, V.; TAMANINI, R.; D'OVÍDIO, L.; MATTOS, M.R.; ARRUDA, A.M.C.T.; PIRES, E.M.F. Rastreamento de fontes de contaminação microbiológica do leite cru durante a ordenha em propriedades leiteiras do Agreste Pernambuco. **Ciências Agrárias**, v. 32, n. 1, p. 267-276, jan./mar. 2011.

SILVA, P.H.C. **Qualidade do leite produzido e beneficiado no Distrito Federal (BRASIL) quanto à adequação à Instrução Normativa nº 51/2002**. Dissertação (Mestrado em Ciências Animais) – Universidade de Brasília, 2010. 81f.

TEODORO, V.A.M.; MACHADO, G.M.E.M; TEIXEIRA, S.A.; TELLES, S.S.;

PEREIRA, D.A. Importância da implementação de boas práticas na produção de leite para a fabricação de queijos artesanais de Minas Gerais. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.34, n.273, p.17-29, 2013.

TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. **Microbiologia**. Porto Alegre: ArtMed, 2012, 894p.

TSAI, M.H.; CHU, S.M.; HSU, J.F.; LIEN, R.; HUANG, H.R.; CHIANG, M.C.; HUANG, Y.C. Risk Factors and Outcomes for Multidrug-Resistant Gram-Negative Bacteremia in the NICU. **Pediatrics**, p. peds. 2013-1248, 2014.

VAN ELSAS, J.D.; SEMENOV, A.V.; COSTA, R.; TREVORS, J.T. Survival of *Escherichia coli* in the environment: fundamental and public health aspects. **The ISME journal**, v. 5, n. 2, p. 173, 2011.

VISOTTO, R.G.; OLIVEIRA, M.A.; PRADO, S.P.T.; BERGAMINI, A.M.M. Queijo Minas Frescal: perfil higiênico-sanitário e avaliação da rotulagem. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, São Paulo, v. 70, n. 1, p. 8-15, 2011.

VON SPERLING, M. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 3ª Edição, Belo Horizonte – MG, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

VUOTTO, C.; LONGO, F.; BALICE, M.P.; DONELLI, G.; VARALDO, P.E. Antibiotic resistance related to biofilm formation in *Klebsiella pneumoniae*. **Pathogens**, v. 3, n. 3, p. 743-758, 2014.

WINK, M. Medicinal Plants: A Source of anti-parasitic secondary metabolites. **Molecules**, v. 17, n. 11, p. 12771-12791, 2012.

ZACARCHENCO, P. B.; SILVA, R. P.; BUENO, C. R. F.; AMARAL, A. M. P. **Tecnologias para industrialização do soro de leite**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO LEITE, 12., 2013, Porto Velho. Anais... Porto Velho: EMBRAPA Rondônia, 2013.

ZOCCAL, R.; ALVES, E.R.; GASQUES, J.G. **Diagnóstico da Pecuária de Leite Nacional**. 2011. Disponível em: <[http://www.cnpqg.embrapa.br/nova/Plano\\_Pecuaria\\_2012.pdf](http://www.cnpqg.embrapa.br/nova/Plano_Pecuaria_2012.pdf)>. Acesso em: 10 abril 2018.

## Capítulo 4

### O enfrentamento da mulher rural na busca pela igualdade de gênero <sup>1</sup>

*Evellyng Munique Zago dos Santos* <sup>2</sup>

*Giovana Lorenzi Pinto* <sup>3</sup>

*Jéssica Dayane Nunes Pessoa* <sup>4</sup>

*Natália Troccoli Marques da Silva* <sup>5</sup>

*Angélica Góis Morales* <sup>6</sup>

#### 1 Introdução

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) trabalhou em conjunto com governantes do mundo todo para discutir uma ambiciosa agenda global que atuasse para cessar com a pobreza, proporcionar a todos os cidadãos melhorias e bem-estar, salvaguardar o meio ambiente e encarar as mudanças climáticas. A agenda ainda propôs ações que eliminassem a desigualdade de gênero e a violência e promovessem a

---

<sup>1</sup> Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

<sup>2</sup> E-mail: [evellyng.zago@unesp.br](mailto:evellyng.zago@unesp.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8716381326488360>. Endereço: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Engenharia de Tupã.

Rua Domingos da Costa Lopes, 780, Jardim Itaipu 17602496 - Tupã, SP - Brasil

<sup>3</sup> E-mail: [giovannalorenzip@gmail.com](mailto:giovannalorenzip@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2418148227304934>.

<sup>4</sup> E-mail: [jessica.pessoa@unesp.br](mailto:jessica.pessoa@unesp.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7010450809423719>.

<sup>5</sup> E-mail: [nati\\_tms@hotmail.com](mailto:nati_tms@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0228082450948150>.

<sup>6</sup> Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP). Pós-doutorado na Universidad Nacional de Córdoba/Argentina. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Mestra em Educação Ambiental (FURG). Graduada em Ciências Biológicas (UNESP). Líder do Grupo de Pesquisa PGEA/UNESP. Docente do PGAD/UNESP. E-mail: [ag.morales@unesp.br](mailto:ag.morales@unesp.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6150713282196250> Rua Domingos da Costa Lopes, 780, Jardim Itaipu 17602-496 - Tupã/SP.

valorização da mulher nos âmbitos econômico e social. Dentre os 17 objetivos desta agenda de desenvolvimento sustentável (ODS), está o item número 5, denominado “igualdade de gênero” (ONU BRASIL, 2020).

A igualdade refere-se à equidade em bases legais, deveres e oportunidades para todos, sem depender da relação de nascerem homens ou mulheres. A isonomia deve ser levada em consideração reconhecendo a diversidade dos gêneros e, para que ela seja alcançada, é preciso englobar as particularidades de todas as “[...] mulheres negras, indígenas, quilombolas, lésbicas e bissexuais, pessoas trans, entre outras” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020a).

A Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA, 2017) apontou que, no ano de 2017, as mulheres representavam 51,7% da população brasileira e, desse quantitativo, 7,7% delas viviam na zona rural, sendo que, dessas mulheres, apenas 19% apresentaram-se como as administradoras da propriedade (IBGE, 2017). Conforme Heredia e Cintrão (2006), as mulheres desempenham inúmeras atuações no campo, pois, além do trabalho doméstico, colaboram nos cultivos, cuidam do quintal e de animais de pequeno porte, destinados à alimentação da família.

Esses dados justificam-se pelo cenário subjogado em que se encontra a mulher. Embora seu papel seja fundamental, presume-se como hipótese para esta pesquisa que ainda exista uma invisibilidade da mulher do campo e que essa falta de reconhecimento seja uma questão de democracia e justiça, além de estar relacionada à equidade de gêneros. Entretanto, à duras penas, as mulheres têm conquistado seu espaço na luta por seus direitos, o que as têm transformado em sujeitas de suas histórias, sobretudo, mostrando o quão fundamentais são para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Quanto à finalidade da pesquisa foi utilizada a modalidade descritiva de cunho exploratório, com propósito de verificar a atuação da mulher no meio rural, sua representatividade e seu desenvolvimento nas propriedades rurais dentro do contexto brasileiro. A metodologia para elaboração

do trabalho foi baseada no procedimento técnico-científico de revisão bibliográfica e documental. Em relação à abordagem, a pesquisa teve caráter qualitativo, na busca de retratar as subjetividades do gênero feminino no agronegócio brasileiro.

No que concerne o termo “gênero feminino”, o presente estudo tratou do sexo feminino a partir da classificação dos dados do IBGE, considerando os sexos feminino e masculino conforme o nascimento da criança. Este trabalho não almejou contemplar as questões de grupos específicos como transexuais, indígenas ou quilombolas, por exemplo. Considera-se que esses grupos são indubitavelmente relevantes, porém, não são objetos de estudo deste trabalho.

Em face deste debate emergente, com base no quinto intento da agenda global 2030, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender as formas de luta da mulher rural por seus direitos e igualdade de gênero, tendo como viés as mulheres rurais no recorte geográfico do Brasil. Para tanto, aspira-se de maneira específica a caracterizar o papel da mulher no campo, verificar ações realizadas ao longo do tempo para promover o desenvolvimento da produtora rural brasileira e retratar sua busca por empoderamento.

Dentro do objetivo denominado “igualdade de gênero”, os pontos a serem abordados serão os expressos pelos detalhes 5a e 5c. O primeiro aborda o acesso feminino “a reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020a). Já o segundo ponto, 5c, enquadra a adoção de políticas e “legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas em todos os níveis” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020b).

O presente capítulo está segmentado nos tópicos de revisão de literatura denominados: o desempenho da mulher no campo e suas

particularidades; avanços e retrocessos: políticas públicas em face da desigualdade de gênero; e por fim, engajadas e empoderadas: uma construção coletiva, contemplando cada um dos objetivos específicos pautados. Em seguida, encontram-se as considerações finais consumando as interpretações e análises das autoras e possibilitando melhor entendimento da temática.

## **2 Revisão de literatura**

As metas da ONU (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020a) foram estipuladas para todos os países e para verificar o cenário do Brasil no objetivo que busca “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, se faz necessário compreender a dinâmica e a inserção da mulher rural neste país.

### **2.1 O desempenho da mulher no campo e suas particularidades**

O agronegócio tem uma grande contribuição na economia brasileira. De acordo com as Nações Unidas (2020), o faturamento anual brasileiro totaliza 55,2 bilhões de reais abrangendo milhões de agricultores e agricultoras familiares e, neste setor, as mulheres desempenham um papel fundamental.

Nesse cenário, a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO, 2020) ressalta que desfrutar as mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e reconhecimentos são apenas algumas das inúmeras lutas da mulher no campo. Há uma análise crescente que os direitos das mulheres à propriedade rural aumentam seu bem-estar e empoderamento, e propiciam a equidade de gênero.

As populações rurais brasileiras divergem das urbanas em uma série de circunstâncias que influenciam a qualidade de vida, como aspectos demográficos e socioeconômicos, nível de escolaridade e renda média mensal (PNAD, 2020).



A representatividade masculina é superior na gestão das unidades de agronegócio, já que 81% dos homens declaram-se administradores da terra, enquanto 19% das mulheres afirmam exercer essa função. Portanto, em termos quantitativos, não há equiparação de sexo no campo, pois a representatividade feminina ainda é muito baixa, principalmente quando relacionada as a funções de gestão do negócio. Outro dado interessante é que 20,3% dos estabelecimentos agropecuários são administrados por casais, dividindo todas ou parte das responsabilidades relativas ao estabelecimento (IBGE, 2017). No entanto, Deere (2020) afirma que a posse da propriedade rural pelas mulheres apresenta-se como uma pré-condição para sua presença no processo decisivo agrícola e na distribuição da renda familiar.

Em grande parcela do Brasil as mulheres rurais desempenham trabalhos nas hortas domésticas, vendem ou barganham produtos e contribuem com o sustento do núcleo familiar (NAÇÕES UNIDAS, 2020a). Todavia, em 2011, dentre os 27,1% de empregos formais da zona rural, apenas 5,1% eram ocupados por pessoas do sexo feminino. Apenas na estatística de trabalho não remunerado as mulheres saem na frente, com dados de 30,7% de representatividade, enquanto 11,1% dos homens encontram-se nessa situação. Constata-se, ainda, que, na zona rural brasileira, mais de 80% das trabalhadoras são remuneradas como o máximo de um salário mínimo mensal (RODRIGUES, 2012).

Neste íterim, é significativo o reconhecimento da mulher no âmbito agrícola, a ponto de fomentar a implementação de políticas públicas que reconheçam e impulsionem o desenvolvimento do trabalho realizado por elas (RODRIGUES, 2012). A idade predominante das mulheres na agricultura está na faixa de 45 a 64 anos, com 43,9% de toda população rural feminina, sendo bastante presente ainda a faixa de 35 a 44 anos, com 18,4% de participação (IBGE, 2017).

Após situar sua representatividade em números, torna-se fundamental entender a trajetória da mulher rural, seus principais desdobramentos e o que vêm desenvolvendo para conquistar seu espaço.

Perpetuou-se na história a ativista brasileira Margarida Maria Alves, notória na luta pelos direitos dos ruralistas e das mulheres. A líder sindical construiu seu caminho político no enfrentamento das injustiças sociais e do analfabetismo, mesmo sendo frequentemente ameaçada de morte pelo desconforto que gerava na classe patronal de latifundiários da região Nordeste. Em 1983, a alagoana, que incentivava os trabalhadores rurais a lutarem por seus direitos conforme a legislação trabalhista, foi brutalmente assassinada na frente de sua família<sup>7</sup> (AGUIAR; TEIXEIRA, 2016).

A iniciativa de Margarida Maria Alves foi a primeira de muitas, o que contribuiu para que as mulheres continuassem na luta pela igualdade de gênero. Margarida tornou-se um símbolo das trabalhadoras rurais, cuja luta tem inspirado a realização da Marcha das Margaridas que, desde 2000, acontece a cada quatro anos em Brasília/DF<sup>8</sup> e que tem como objetivo negociar os direitos e conquistas para as trabalhadoras rurais (AGUIAR; TEIXEIRA, 2016).

A partir dessa organização inicial, as mulheres rurais e sua problemática alcançaram visibilidade. O papel das mulheres é notório, transformando os aspectos políticos deliberados pelas organizações e poderes, adquirindo mudanças na construção da sua identidade e se posicionando efetivamente quanto à sua protagonização. “As mulheres reconhecem que não basta serem produtoras e trabalhadoras, é preciso serem reconhecidas como tal. [...] ao participar do campo político elas percebem que é preciso entrar no jogo, e jogar é tratar como imprevisível, o novo e o desconhecido” (SALES, 2007, p. 439).

---

<sup>7</sup> Margarida Alves foi cruelmente assassinada no dia 12 de agosto de 1983, por um matador de aluguel, que atirou contra seu rosto com um tiro de escopeta calibre 12. O assassinato ocorreu na porta de sua residência, na presença de sua família. (AGUIAR; TEIXEIRA, 2016).

<sup>8</sup> Em agosto de 2019, em sua sexta edição, a Marcha das Margaridas foi considerada um intenso movimento de trabalhadoras camponesas da América Latina. Cerca de cem mil camponesas advindas de caravanas de todas as regiões do país, além de representantes de 25 nações de diferentes continentes, tomaram as ruas de Brasília em um grande ato. Somaram-se à multidão artistas, políticos e outros apoiadores do movimento, que, tradicionalmente, agrega mulheres do meio rural, da floresta e das águas (SAMPAIO, 2020).

A mulher do campo vem debatendo sobre o seu papel e a divisão dos trabalhos, lutando por terras para produzir, buscando o direito de comercializar os seus produtos e, por meio circunstanciais, conquistar respeito e dignidade como mulher e cidadã (BUTTO, 2005). Na rotina produtiva no campo, as mulheres desempenham trabalhos em condições semelhantes às atividades masculinas e, muitas vezes, são quem efetivamente executam processos decisórios na propriedade, ainda que seja o homem conhecido como decisor e chefe da unidade agrícola. Mesmo em ocasiões em que a mulher assuma praticamente todas as atividades da propriedade, constantemente recai sobre ela a denominação de ajudante do homem. Atribui-se isso ao fato de que a desigualdade de gêneros não está atrelada à invisibilidade social da rotina laboral das mulheres ou a sua ausência no processo produtivo, mas a uma sociedade com valores e atributos patriarcais (CARNEIRO, 2001).

A fim de contextualizar o patriarcalismo no cenário rural, no século XX, o pensamento sociológico weberiano caracterizou as formas de dominação hierárquica baseadas na superioridade de gênero e classe social. O patriarcalismo está vinculado a relações de piedade estritamente pessoais, com a convicção de que não se pode mudar algo que sempre foi tratado da mesma maneira, alicerçado em uma tradição milenar (WEBER, 2004). A relação de “[...] dominação tradicional fundamenta sua legitimidade nas noções de fidelidade, santidade da tradição e na dignidade que dela emana” (ESLABÃO, 2011, p. 7). No entanto, quem tem o poder é o senhor que estatui normas e regras aos submissos a eles, seguindo as tradições, e quando ela não existir, pode exercer regras de forma arbitrária e ilimitada. Cabe ressaltar que o senhor era sempre o “homem” que tinha como seus submissos escravos, filhos e mulheres (WEBER, 2004).

Tal relação patriarcal pode ser descrita, muitas vezes, pelas próprias mulheres rurais em seu cotidiano, atrelando suas atividades e experiências à presença sobressalente masculina. Para melhor compreensão do papel da mulher rural, Pires (2020) descreve vivências de cinco mulheres inseridas no cenário rural do distrito de Varpa/SP, caracterizado por sua

colonização de origem leta. Um dos relatos sobre a igualdade de gênero dentro da ruralidade foi o da agricultora 4<sup>9</sup> transcrito a seguir:

Ah não...igualdade entre homem e a mulher não... porque a mulher trabalha igual uma condenada, mas o homem não reconhece... Meu marido quando era vivo desde quando eu casei eu já comecei a ajudar ele a trabalhar né? E sempre quando vinha alguém assim...um homem de fora da agricultura... porque ele sempre mexia com esse negócio da agricultura e tal,... ele sempre falava a mulher tá aí ajudando, sabe? E vai falar alguma coisa... ele disse que quem fazia tudo era ele... mas quem trabalhava igual uma condenada? (PIRES, 2020, p. 75).

Ao indagar sobre as decisões tomadas, referente aos negócios da família, a agricultora 1<sup>10</sup> complementa que as decisões são feitas em conjunto, contudo, na maioria das vezes o veredito do esposo prevalece:

Sim... o conjunto... ele coloca a situação e pede a opinião e a gente decide... ((reflexão)). Mais ou menos assim... Às vezes é ele que decide, mas assim, a gente não fica totalmente de fora do que é decidido... Mas... muitas vezes ele é que toma a iniciativa,... mesmo porque ele é uma pessoa mais experiente... tem mais experiência de vida e muitas vezes a gente não tem experiência e não sabe o que é o melhor né? (PIRES, 2020, p. 65).

As produtoras rurais desempenham inúmeros afazeres, além do serviço doméstico; as mulheres praticam serviços na agricultura e se encarregam do “quintal de casa”. Em seu recinto, as mulheres podem realizar tarefas como: “hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos e o trato dos animais, especialmente aqueles de pequeno porte destinados ao consumo direto da família” (HEREDIA;

---

<sup>9</sup> A agricultora 4 tem 60 anos, desde criança trabalhava na propriedade rural ajudando seus pais. Foi casada durante 14 anos, até o falecimento de seu marido. Sem o auxílio do cônjuge e com muita dedicação, sempre trabalhou na agricultura para sustentar os seus três filhos. Nos dias atuais, por sua debilitada condição de saúde, desenvolve atividades de baixo esforço físico com ajuda de sua filha, sendo que seus outros dois filhos são casados não moram na propriedade (PIRES, 2020).

<sup>10</sup> A agricultora 1 tem 36 anos, é casada, possui escolaridade de ensino médio incompleto e, atualmente, trabalha com seu marido na apicultura. Possui dois filhos casados, que não residem no distrito, e um filho menor de idade, que mora com os pais (PIRES, 2020).

CINTRÃO, 2006, p. 4). Esses serviços não são contabilizados como trabalho por não serem remunerados, nem mesmo quando essas tarefas contribuem à renda da família, seja por consumo direto ou barganha, já que o trabalho agrícola é considerado um acréscimo das obrigações domésticas da mulher (HEREDIA, CINTRÃO, 2006).

Quando o trabalho rural ocorre em propriedades agropecuárias, além das tarefas domésticas cotidianas, as mulheres são responsáveis por atividades de manejo do rebanho como: limpar a estrebaria, ordenhar vacas e alimentá-las. Enquanto isso, aos homens são atribuídas atividades externas como negociações de vendas dos produtos e compras de insumos. As tarefas são divididas entre homens e mulheres e, apesar de aparentarem equiparação, não há proporcionalidade na divisão, principalmente, quando comparadas as horas dedicadas às tarefas e aos tipos de atividades que lhe são atribuídas (HERRERA, 2016).

A acentuada participação feminina nas atividades deve-se ao fato de que a mulher agrícola é vista como um acréscimo do seu dever como genitora/cônjuge/do lar e provedora das necessidades familiares. Desta forma, os autores Sabbato *et al.* (2009) elucidam que esse papel se impõe às suas atividades desenvolvidas no campo, em especial no quintal, ocultando a condição de sua ocupação e menosprezando a sua jornada de trabalho.

O termo “*women’s triple role*” vai ao encontro deste debate e define o triplo papel feminino no campo. Primeiramente, o trabalho reprodutivo, o qual designa à mulher o “papel” de mãe, de gerar os descendentes e desempenhar as atividades voltadas à criação e cuidados de toda a prole, bem como a recorrência das atividades domésticas de manutenção do lar. Em segundo lugar, o trabalho produtivo, que inclui as tarefas familiares rurais ou não, provedoras de rendimento. Por fim, o trabalho coletivo, relacionado com a participação em eventos sociais e comunitários (NARCISO, 2008).

Os trabalhos domésticos realizados pelas mulheres estão voltados para o cuidado da casa, dos idosos e dos filhos, além da responsabilidade

de cuidar de pessoas doentes. Não deixam, ainda, de proporcionar benefícios para os maridos, que também são zelados pelas mulheres e privilegiam-se de bem-estar, estabilidade física e emocional. Porém, a sociedade não valoriza o fato de que, para essas tarefas, da forma que as mulheres as exercem, não existe substituto no mercado de trabalho (HERRERA, 2016).

Apesar de não valorizadas, as mulheres, assentem a relevância do seu trabalho, como afirma a agricultora 4 (PIRES, 2020):

Ela é muito importante (frase exclamativa). Porque eu falei... em todo lugar a mulher tá ali... que nem se vê no caso do meu marido,... na situação que ele ficou,... senão ia ter que abandonar... ia abandonar todos bicho... ia abandonar com tudo... ia parar né? E nós ia viver do que? Por ser mulher,... mas eu enfrentei... eu falei eu tenho os filhos pequeno,... vou em frente e seja o que Deus quiser e deu certo... Deu pra mim criar eles... graças a Deus... naquele tempo nós não tinha renda e nem ajuda né? Agora você tem... tem uma pensão uma coisa ou outra mas no meu tempo isso aí não tinha nada ou você trabalhava e comia ou você passava fome (PIRES, 2020, p. 74).

Sales (2007) reitera que as mulheres rurais estão tomando posse de terras, com plantações e colheitas próprias, cultivando, na ânsia de terem seu reconhecimento e de desfrutarem de seu trabalho. Além do mais, a autora legitima os trabalhos desenvolvidos por essas mulheres em casa, no enfrentamento pela posse de terra, e no esforço por sua condecoração como trabalhadoras.

As atribuições das agricultoras também são apontadas de forma analítica, o que possibilita compreender a participação das mulheres nas estratégias e articulações com os fatores extrínsecos e intrínsecos. “Essas dinâmicas estão associadas ao bem-estar das famílias, à educação dos filhos, à produção de alimentos para o autoconsumo, à sociabilidade para o trabalho e o lazer, e ao cuidado com a terra” (HERRERA, 2016, p. 216).

Já em relação ao meio urbano, seu empoderamento social foi mais visível. Reinventou-se e passou a ocupar seu espaço com mais destaque, a assumir papéis importantes tanto na vida pública quanto na vida social.

Apropriou-se, então, de posições profissionais que antes eram considerados impossíveis para as mulheres. Embora todos os obstáculos e dificuldades encontrados para alcançar essa posição, deixou para trás a visão da antiga mulher apenas responsável somente pelos afazeres domésticos (AZEVEDO; SOUZA, 2019).

Progressivamente, o papel da mulher foi alterando-se em decorrência da proteção dos seus direitos na Constituição de 1988, que alcançou todo o estrato das trabalhadoras agrícolas e alterou drasticamente sua posição. “Pela primeira vez, foi concedido o direito à previdência às mulheres rurais, consistindo na aposentadoria, no salário-maternidade e no auxílio-doença, que entraram em vigor no início da década de 90” (SCHAAF, 2003, p. 422).

## **2.2 Avanços e retrocessos: políticas públicas em face da desigualdade de gênero**

Conforme Pitanguy (2011), a avaliação de gênero tem sido elementar para determinar o desapareço feminino no decorrer dos séculos, traçando um caminho de menor representatividade. A história da ampliação de direitos humanos desenhou-se por diversos marcos históricos ao longo da evolução da humanidade. Neste contexto, nos séculos XIX e XX, as mulheres do mundo lutaram para adquirir direitos e participação na vida política e social em circunstância de equidade com o gênero masculino.

Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, homens e mulheres possuem direitos e obrigações iguais perante a sociedade (BRASIL, 2020a). Entretanto, esse cenário de igualdade ainda não é uma realidade para determinados grupos, como o sexo feminino. Em contrapartida, conforme Sales (2007), a prescrição da carta magna foi um momento de ampliação significativa da cidadania feminina, já que essa mesma constituição estabeleceu igualdade de direitos na reforma agrária, considerada uma grande conquista.

De acordo com Butto (2011), no final dos anos 1980, as mulheres organizaram-se e uniram forças marchando como agentes políticos questionadores em movimentos mistos na busca por sua independência como agricultoras. Formaram-se grupos organizados de maneira autônoma por mulheres, movimentos sindicais e sem-terra, assim como a própria Marcha das Margaridas, que a cada ano, vem tomando proporções maiores.

Entre meados da década de 1980 e início da década de 1990, ocorreram as lutas por direitos de distribuição proporcional de terras na reforma agrária, por obterem seus direitos sociais e, em particular, o acesso à previdência social, assim como sua aprovação como agricultoras. Essa demanda por reconhecimento incluía a participação em movimento sindical e sua integração como produtoras rurais, a inclusão das esposas no Bloco de Produtora Rural, assim como a participação de maneira democrática nas políticas públicas da agricultura familiar (BUTTO, 2011).

Respondendo às demandas femininas por valorização e reconhecimento, em 1985, criou-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que incentivou o desenvolvimento do “Programa de Apoio à Mulher Rural”. Seu objetivo era “[...] estudar e desenvolver planos de ação que proporcionassem à trabalhadora rural, melhores condições de trabalho, possibilitando sua maior participação no processo de reforma agrária”, porém, foi dissolvido no desmonte do governo Collor ao qual estava relacionado (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 11).

Em um segundo momento, o Plano Nacional de Reforma Agrária, também implementado em 1985, objetivou reduzir a desigualdade entre os gêneros nos assentamentos rurais. Para tanto, reavaliou o Programa Nacional de Reforma Agrária com o objetivo de incluir as mulheres na distribuição dos assentamentos. Diante disso, o direito à propriedade relacionado a igualdade de gênero foi garantido e reorganizou-se a metodologia classificatória de candidatura à reforma, privilegiando as mulheres chefes de família. Esse direito ainda possibilitou que o gênero feminino alcançasse outras políticas de desenvolvimento econômico, assim como a



obtenção do reconhecimento de seu trabalho produtivo (BUTTO *et al.*, 2014).

Após o primordial acesso à terra e aos direitos de reconhecimento como produtora rural, era momento de fomentar o desenvolvimento econômico do gênero feminino. Cintrão e Siliprandi (2011) reiteram que na trajetória histórica brasileira, o crédito rural sempre foi visto como um recurso para os homens, mas, com o crescimento das organizações de mulheres e suas reivindicações obteve-se uma significativa conquista.

Considerado um avanço para os trabalhadores rurais, no ano de 1996, criou-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), visando impulsionar as atividades agrícolas, contudo, o programa não provia as necessidades das mulheres (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

Então, na safra 2003/2004, criou-se o específico Pronaf Mulher preferencialmente às mulheres agricultoras, em seguida, incluíram as tarefas rurais e não rurais, até disponibilizar crédito de investimento e custeio às mulheres assentadas<sup>11</sup>. Paralelamente, outras medidas foram tomadas por parte do governo para identificar entraves e dificuldades que as mulheres enfrentavam no campo. Dentre elas, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), registro indispensável, no qual não continham os dados da mulher no formulário e foi reestruturado para que passasse a incluir obrigatoriamente o nome do casal, o que possibilitou a elas maior acesso à tomada de crédito (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

O Pronaf Mulher, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e a promoção ao comércio, entre outras ações, contribuíram à política de valorização feminina. A estruturação econômica gerada às mulheres rurais, com um crédito especialmente para elas, respondeu às demandas e representou um avanço na condição de sujeitas autônomas e não simples partes de uma relação familiar representada pelo marido (SABBATO *et al.*, 2009).

---

<sup>11</sup> Conforme Cintrão e Siliprandi (2011), em 2003, efetivaram-se 469 contratos (modalidade sobre-teto), já em 2007, a evolução da tomada de recurso chegou a 10.851 contratos em todo o território brasileiro.

Outro impasse na realidade feminina, relativo à posse de terras, é a herança familiar. Paulilo (2004) explana que o direito conquistado aos patrimônios não se aproxima da igualdade com seus irmãos do sexo masculino. Exceções ocorrem em condições em que não há homens na prole, quando a filha assiste os pais idosos, na ocasião de família que possui muitas propriedades, ou por matrimônio. Geralmente, as famílias rurais dividem a propriedade aos filhos que ali trabalharam e não foram às cidades buscar outras oportunidades.

Sabbato *et al.* (2009) afirmam que, seguindo as ligações culturais de poder, o pai determina a hereditariedade e a passagem das propriedades a um dos filhos do sexo masculino, enquanto os demais filhos, incluindo as filhas, não angariam seu espaço neste sistema. Para as jovens rurais, a herança da terra ocorre apenas pelo matrimônio com filho de agricultor, e isso representa concordar com o destino de dona de casa e genitora, voltada ao trabalho domiciliar e de reprodução. Essa condição subjuga a mulher continuamente e a coloca em desvalorização em um cenário machista como o da agricultura.

No artigo quinto da Constituição Federal de 1988, garante o direito de partilha de herança familiar de maneira indistinta a homens e mulheres:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXX - é garantido o direito de herança [...] (BRASIL, 2020a).

Dessa forma, verifica-se que, apesar de haver jurisprudência para a partilha de heranças, algumas famílias rurais encontram brechas para driblar os direitos civis e privilegiar os herdeiros homens. Segundo Sant’Ana e Costa (2004), a tradição brasileira de partilha de herança almeja manter a relação do sobrenome e a integridade patrimonial. Apesar de haver variação sobre qual herdeiro será privilegiado, em grande parte das situações, destitui-se de maneira total ou parcial as mulheres, denotando

claramente um componente de gênero na sucessão familiar e na divisão das propriedades rurais. Os interesses de manutenção da característica de família produtora agrícola são mais valorizados do que as aspirações dos membros, sobretudo das mulheres.

Se não bastassem as citadas dificuldades, outra questão que depreda a igualdade de gênero é a violência sexista. Para Pitanguy (2011) essa prática apresenta-se como parte de heranças socioculturais de um povo que banaliza a agressão e a impunidade, como se naturalmente fosse componente da sociedade.

Em resposta ao enfrentamento da violência sexista, um marco histórico na inibição da violência contra a mulher foi a publicação da Lei Federal nº. 11.340, denominada Lei Maria da Penha<sup>12</sup>, em 2006.

A jurisprudência brasileira estipulou meios para a repressão da violência doméstica e familiar feminina com providências para prevenir, prestar apoio e proteger a mulher exposta a todas as formas de agressão. A partir de então, a demanda por políticas públicas específicas ao combate à crueldade contra as mulheres rurais foi abordada de maneira mais invasiva, incluindo a violência no contexto agrário. Como resolução, o governo federal instituiu por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (PITANGUY; CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

Para Cintrão e Siliprandi (2011), o trabalho contra a violência das mulheres no âmbito rural demonstrou especificidades significativas, de modo que as decisões tomadas precisam ser desiguais àquelas do meio urbano. As autoras ressaltam que esse é um tema com pouca perceptibilidade, mesmo com os indícios de sua gravidade. A escassez de aparatos públicos para o seu combate ainda é amplamente percebida.

---

<sup>12</sup> Maria da Penha Maia Fernandes sofreu violência doméstica ao longo de 23 anos. Em 1983, ficou paraplégica após sofrer duas tentativas de assassinato pelo seu cônjuge, porém, o réu não foi preso. Maria da Penha foi assistida pelo Centro de Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), e pode recorrer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. No ano de 2001, o Brasil foi penalizado por negligência e omissão (PITANGUY, 2011).

Mais recentemente, um novo avanço considerável na proteção do gênero foi a Lei do Feminicídio. Em 2015, o Brasil sancionou a Lei Federal nº. 13.104, que prevê como crime hediondo o homicídio de mulheres por “razões da condição de sexo feminino” ocorridas em casos de violência doméstica e/ou parental, discriminação ou menosprezo à condição feminina. O Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres e o programa “Mulher, viver sem violência” são os principais programas estatais para encarar o problema atualmente (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020b).

A articulação política brasileira para atender as demandas sociais femininas na promoção do avanço das mulheres passou por inúmeras alterações, por diversos fatores (essencialmente ligados às questões políticas) ao longo do tempo. Em 1985, quando foi formado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), fora atendendo a um pedido do movimento de mulheres de criação de uma agência governamental, especialmente focada aos seus direitos. Seu momento mais favorável ocorreu sob o primeiro governo democrático, no período de 1985 a 1990 (IPEA, [2019/2020]).

Com o enfraquecimento gradual do CNDM, foi instituída em 2003, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a qual o conselho fora integrado posteriormente. O objetivo da secretaria foi o de “promover a igualdade entre homens e mulheres e o combate à todas as formas de preconceito e discriminação” valorizando o gênero feminino e sua inclusão no desenvolvimento do país nos aspectos político, social, cultural e econômico (BRASIL, 2020c). Entretanto, a SPM deixou de ter *status* de ministério em 2015 e passou a ser incorporada ao atual Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (IPEA, [2019/2020]).

De acordo com a ONU Mulheres (2020), no Brasil, a instituição atua junto à governança e às políticas públicas de gênero, apoiando suas atividades. São ações como cooperação técnica com o governo e suporte às ações do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, entre outras atividades de assistência técnica.

Esses arranjos institucionais, assim como o progresso da jurisprudência em relação à equidade de gênero, contribuem para a valorização e fortalecimento dessa questão no país, pois fornecem subsídios para que a mulher tenha domínio sobre sua própria vida e decisões, além de ocupar o espaço que lhe é de direito.

### 2.3 Engajadas e empoderadas: uma construção coletiva

A condecoração da mulher como peça notável na agricultura familiar destaca a visibilidade eminente do seu empoderamento, mas ainda assim, há de se observar a necessidade de práticas simultâneas a isso para que possam desfrutar dos direitos já alcançados (SALES, 2007).

O engajamento feminino gerou força e sustentação aos movimentos ao longo do tempo, despertando diversas ações, como é possível observar na linha temporal, demonstrada na Figura 1.

Figura 1 - Linha temporal das principais ações coletivas femininas



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Mesquita; Silva, (2019); Azevedo; Souza, 2019; Marinho; Gonçalves, 2016; Croda *et al.*, 2019.

As “Ondas Feministas” foram as primeiras ações praticadas pelas mulheres e suas reivindicações e todas as conquistas ao longo do tempo destacaram-se por diversos países, dentre eles, Reino Unido e Estados Unidos, entre os séculos XIX e XX. Símbolo da expansão da cultura feminina, o movimento modificou conceitos, contribuiu e deixou marcas em diversas áreas, alcançando gradualmente o seu espaço (MESQUITA; SILVA, 2019).

Os movimentos feministas ganharam força na década de 1960, despertando em muitas mulheres o anseio por suas causas. A revolta da “Queima dos Sutiãs”, foi o pontapé para outros grupos motivados pelas injustiças presentes na sociedade. Com grande influência da Revolução Francesa, gradativamente, as mulheres juntaram esforços na luta por seus direitos a fim de minimizar as desigualdades, obter direitos políticos, liberdade de escolha e inserção da mulher na vida pública – nesse momento surge o movimento do sufrágio feminino (AZEVEDO; SOUZA, 2019).

Da metade do século XIX até aproximadamente os anos de 1960, as mulheres batalharam pelo seu reconhecimento como cidadãs perante o estatuto civil. Pretendiam deixar de serem vistas como dependentes para terem direitos políticos, sociais e civis, assim como melhores condições de vida. A partir dos anos de 1980, a inserção feminina na vida familiar e no mercado de trabalho teve grande representatividade (MARINHO; GONÇALVES, 2016).

As mulheres questionaram também situações como a de liberdade sexual, direitos de reprodução e maternidade, fortalecendo a união entre elas na busca de soluções. Juntaram-se a essa luta as mulheres negras e lésbicas, para que nos anos 1990 o movimento atuasse na busca de total liberdade pelas escolhas de suas vidas (AZEVEDO; SOUZA, 2019).

Diante dessas lutas pela valorização, as mulheres do campo encontram ainda mais dificuldades, já que, historicamente, seu trabalho não teve o devido valor, situação essa que perdura até os dias atuais. No entanto, a criação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em 2004, proporcionou a essas mulheres um espaço maior diante da sociedade, reconhecendo o seu trabalho, superando a inferiorização a qual eram impostas (CRODA *et al.*, 2019).

A valorização da mulher do campo promove benefícios também para a sociedade. Elas estimulam a alimentação saudável, favorecem a segurança alimentar e nutricional e a diversidade de produtos artesanais do campo, destacando a identidade da mulher agroecológica (CRODA *et al.*, 2019).

Em 2010, foi criado o Programa ONU Mulheres, com a finalidade de ampliar os esforços mundiais por meio de estratégias na luta pelos direitos femininos. Há duas décadas, essas lutas já eram tratadas no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), no qual defendiam os direitos das mulheres, apoiando os movimentos feministas e abrangendo as trabalhadoras domésticas e rurais, negras, indígenas e jovens (ONU MULHERES BRASIL, 2020).

Schmitz e Tramontina (2017), apoiados em afirmações da ONU, descrevem que o empoderamento feminino visa despertar na sociedade o dever de empregar ações para a redução da desigualdade de gênero, principalmente no âmbito econômico. A razão é que as mulheres tenham a mesma representação que os homens em todas as situações, ao passo que, de acordo com afirmações de feministas, o empoderamento está relacionado com formas de liberdade e autodeterminação das mulheres.

Apesar da falta de reconhecimento do trabalho desenvolvido pela mulher do campo, essa veio ganhando espaço na sociedade. Historicamente, é possível reconhecer progressos alcançados pelas mulheres no que tange aos seus direitos, mas ao observar os dias atuais, ainda é possível encontrar olhares opressores contra a mulher. Assim, a união por meio de organizações torna-se imprescindível para a conquista de direitos (MESQUITA; SILVA, 2019).

As cooperativas são outra relevante forma de organização coletiva. No Brasil, a Lei Federal nº 5.764/71, descreve que “as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]” (BRASIL, 2020b).

Gouveia (2020) elucida que as cooperativas coordenadas por mulheres colaboram para o empoderamento feminino, pois cabe a elas o poder de decisão, autonomia e governança sobre as ações. Ademais, as cooperativas oferecem oportunidades de trabalho, renda e apoiam as produtoras a investirem em seus negócios.

Entre os agricultores, o associativismo se fortaleceu nos anos de 1980, em consequência da recessão econômica. Neste cenário, os produtores rurais buscaram diversas formas de organizações coletivas, beneficiando-se de incentivos governamentais. Deste modo, as organizações coletivas facilitaram o acesso a créditos agrícolas, compras públicas e em grupos, além de diversos canais de comercialização e redução de burocracias. Com a participação do Estado, o vínculo a associações ou cooperativas passou a ser uma condição para ter acesso a essas vantagens (FAGOTTI, 2017).

No que se refere às associações, as mulheres rurais foram organizando-se em grupos, com diversas configurações, desde igrejas<sup>13</sup>, novos sindicalismos ou sindicalismos opostos aos existentes. A participação das mulheres na Assembleia Constituinte foi despertada pelas organizações sindicais rurais e urbanas, por meio de ONGs feministas, juntamente com os Conselhos Nacional e Estaduais dos Direitos das Mulheres e da Cooperação Internacional. Já os anos de 1990 foram marcados por novas medidas de inclusão das mulheres no âmbito público (AGUIAR, 2016).

Nesse cenário político-social, em 1996, ocorreu a Marcha Mundial da Mulher (MMM), que se potencializou com o 1º Fórum Social Mundial, aproximando movimentos de mulheres urbanas e rurais por meio da Secretaria das Mulheres e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (AGUIAR, 2016).

Esse período foi de grande ampliação de estratégias das mulheres nas organizações coletivas na busca de cargos de direção e de direitos. Criaram-se vários movimentos em diversos estados, sempre visando a redução das diferenças existentes entre os gêneros (AGUIAR, 2016).

A luta das mulheres é para o progresso de uma sociedade sem distinções, com direitos, sem vitimismo. Observa-se que muitos resultados foram alcançados por meio dessas reivindicações, principalmente quando

---

<sup>13</sup> Aguiar (2016) ressalta que a igreja popular, por ser considerada um local destinado principalmente às mulheres, fez com que elas questionassem as condições sociais, pela abertura política e democrática, e a partir daí surgissem outros tipos de associações e, nesse momento, os movimentos feministas cresceram. Essas associações por meio de igrejas foram influenciadas pelas pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).



analisamos o passado da mulher na sociedade. Apesar das pressões de padrões sociais, elas obtiveram a liberdade com seu corpo, direitos políticos, bem como direito ao voto e ao divórcio, a estudar e a ter sua própria profissão – conquistas essas que eram inimagináveis há anos (AZEVEDO; SOUZA, 2019).

A união feminina integra demandas comuns às participantes, baseada na sensibilidade de trazer à tona necessidades ou desejos ignorados pela invisibilidade de seus anseios. O termo “sororidade” vem sendo cada vez mais empregado na atualidade, entretanto, permeia toda a história das mulheres e a do feminismo. Durante muito tempo, as abordagens clássicas focaram nos contrastes entre gêneros, no entanto, destacam a cumplicidade e cooperação entre o sexo feminino. Surgem “naturalmente” conceitos identitários relativos às vivências femininas, em suas relações de partilhas mútuas moldadas por sensibilidade e sentimentos, características inatas a esse gênero (COSTA, 2009).

Não se pode negar que preconceitos ainda estão vigentes, mas sabe-se que a luta das mulheres encontra apoio na própria sociedade, como também nas relações femininas carregadas de sororidade para a conquista de direitos e pela expectativa de redução da desigualdade de gênero. Ao longo dos anos, percebeu-se maior participação da mulher como provedora de família, trabalhando dentro e fora de lar, além de cuidar dos filhos. Para isso, a mulher tem buscado qualificar-se e conquistar dia-a-dia seu espaço e o seu empoderamento (AZEVEDO; SOUZA, 2019).

O gênero feminino fortaleceu-se com a criação de ONGs, associações coletivas e movimentos, deixando claro que não há uma receita pronta para o empoderamento. Contudo, faz-se necessário reconhecer as vivências individuais, entender as diferenças e particularidades de cada mulher e não utilizar apenas uma visão generalista sobre as situações (MARINHO; GONÇALVES, 2016).

### 3 Considerações finais

Nas últimas décadas, a mulher tem lutado para ter seus direitos reconhecidos, e a discussão perante a notoriedade delas nas propriedades rurais está cada vez mais presente. A desigualdade das mulheres no campo evidencia-se ao averiguar que a posse das terras é majoritariamente documentada pelos homens, mesmo com programas de reforma agrária e crédito rural específico ao público feminino.

O estado da arte levantado permite concluir que a mulher do campo tem batalhado por seu espaço na sociedade com muito mais dificuldade do que os homens, alterando seu papel ao longo dos períodos históricos por meio de suas lutas, conquistas e retrocessos. Além de exercer seus papéis de mãe-pai/esposa e dona do lar, tem saído de sua realidade primária para formar cooperativas, integrar instituições, inserir-se no mercado de trabalho, desempenhando inúmeras atividades que antes eram atribuídas aos homens.

Organismos internacionais pressionam e colaboram para que a igualdade de gênero seja praticada fora do âmbito legislativo, como é o caso da ONU Mulheres. O Estado contribuiu na sustentação de direitos sociais e construção igualitária da identidade feminina, entretanto, não é capaz de implementar leis que alterem a cultura de um povo. Esta é que exerce o autoritarismo e a submissão, enquanto a jurisprudência prescreve o contrário.

As alterações legislativas e o empenho feminino, paulatinamente, alteraram a consciência coletiva e propiciaram escrever novas linhas em sua história de enfrentamento por equidade. Com o levantamento bibliográfico realizado, constatou-se também que as organizações coletivas foram um dos pilares construídos pelas mulheres para alcançar seu espaço e valorização.

Como resultado de suas reivindicações, as mulheres obtiveram conquistas como direitos políticos, participação em cargos de direção e liberdades de escolhas afetivas. Entretanto, cabe ressaltar que nem todas

as mulheres acreditam veementemente no empoderamento como elemento de transformação de sua realidade rural. Assim, muitas mulheres passaram de coadjuvantes para elementos participativos e relevantes na sustentação do agronegócio brasileiro, mas ainda falta muito por avançar.

Os estudos elucidam que há participação feminina efetiva nas atividades agrícolas, entretanto, a falta de reconhecimento ainda se faz presente na ruralidade, sendo consideradas questões culturais e transgeracionais. Tamanho despreço é a justificativa sumária da invisibilidade do trabalho feminino dentro de qualquer setor, sobretudo no meio rural brasileiro. As questões de gênero refletem o tradicional patriarcalismo social no domínio masculino sobre o feminino.

Conclui-se, portanto, que a mulher do campo enfrenta diversas lutas igualitárias e essa temática não tem classe, cor, ou religião, pois é um problema de gênero arraigado na sociedade o qual transforma essas mulheres em indivíduos invisíveis. A igualdade entre os gêneros não é reconhecida, mas, caso a mulher deixe de exercer o seu trabalho, não há sucessor para ela, possivelmente ocasionando uma ruptura na estrutura social e familiar. Considera-se que homens e mulheres diferem em questões de gênero, entretanto, possuem condições de exercer atividades sociais, políticas e econômicas em pé de igualdade, já que são essencialmente semelhantes.

## Referências

- AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 261-295, 2016.
- AGUIAR, V. V. P. TEIXEIRA, A. C. C. B. Margaridas seguem em marcha... In: ASSIS, M. E. A.; SANTOS, T. V. (org.) **Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2016.
- AZEVEDO, M. A.; SOUSA, L. D. Empoderamento feminino: conquistas e desafios. **SAPIENS**. Carangola, v. 1, n. 2, out. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, art.5, caput. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 maio 2020a.

BRASIL. **Lei nº5.764 de 16 de dezembro de 1971**. Define a política nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm). Acesso em: 21 de maio de 2020b.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Secretaria de Políticas para as Mulheres** (SPM). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm>. Acesso em: 22 maio 2020c.

BUTTO, A. **Cirandas do Pronaf para mulheres**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA, 2005.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, A. *et al.* **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p. 11-34.

BUTTO, A.; HORA, K.; DANTAS, I. Políticas públicas para mulheres rurais: uma história de 10 anos. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. n. 5, ano IV, abr. 2014.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, vol. 9, n.1, p. 22-55, 2001.

CINTRÃO, R. P.; SILIPRANDI, Emma Cademartori. O progresso das mulheres rurais. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia. out. 2011, p.186-251.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-29, jan. 2009.

CRODA, J. P. et al. A importância do empoderamento da mulher camponesa na gestão da propriedade rural. In: RODRIGUES, T. A.; GALVÃO, D. O. **Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia**, v. 1, n. 1, Rio Grande do Sul, Atena, 2019. Cap. 2, p. 15-20.

DEERE, C. D. Objetivos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e a distribuição de terra na América Latina. **Dossiê e Desenvolvimento, Poder, Gênero e Feminismo**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n52/1809-4449-cpa-18094449201800520006.pdf>. Acesso em: 24 maio 2020.

ESLABÃO, D. R. O conceito de dominação em Max Weber: um estudo sobre a legitimidade do poder. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA MORAL E POLÍTICA, 2., 2011, Pelotas. **Anais...** Pelotas: UFPel, 2011.

FAGOTTI, Licia Nara. Associativismo e agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Conexão**, Araraquara, v. 9, n. 1, p. 1-29, fev. 2017.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **ODS 5: A luta das mulheres rurais pela igualdade de gênero**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1041989/>. Acesso em 25 de maio de 2020.

GOUVEIA, R. **Programa gênero e cooperativismo – coopergênero: análise e diagnósticos**. Programa Eurosócial. Disponível em: <https://eurosocial.eu/wp-content/uploads/2019/12/Herramienta-16.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2020.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. ano 9, n. 8. jan./jun. 2006.

HERRERA, K. M. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 15, p. 1-28, jan./jun. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília. **Razão de sexo, população de homens e mulheres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010**. Brasília. Censo Demográfico, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília. **Resultados definitivos: produtores**. Brasília. Censo Agro, 2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mecanismos institucionais para o avanço da mulher**. RIBAS, Maria Fernanda, [2019/2020].

MARINHO, P. A. S.; GONÇALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **Revista de estudos sociais**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 80-90, 2016.

MESQUITA, R. N. de; SILVA, M. S. N. Feminismo (S) rural (IS) em Tela—contribuições do movimento de mulheres camponesas do ACRE para o empoderamento feminino nos pas rurais Antônio de Holanda e Espinhara II no município de Bujari - ACRE. **Cari-beña de Ciencias Sociales**, s.l, jun.2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Direitos Humanos das Mulheres**. A equipe das Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/08/Position-Paper-Direitos-Humanos-das-Mulheres.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020a.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Registro de produção mostra importância das mulheres na agricultura familiar brasileira**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/registro-de-producao-mostra-importancia-das-mulheres-na-agricultura-familiar-brasileira/>. Acesso em 24 mai 2020b.

NARCISO, V. M. J. S., HENRIQUES, P. D. Desenvolvimento rural, mulheres e terra – um olhar sobre Timor-Leste. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. (SOBER), 2008, Rio Branco. **Anais...** Acre, 2008.

ONU, Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em 24 de maio de 2020.

ONU Mulheres Brasil. **Sobre a ONU Mulheres**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em: 04 ago 2020

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Direitos Humanos das Mulheres**. A equipe das Nações Unidas no Brasil. Disponível em:

[https://1zpekz1p5j1r16wogcvv23y1-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/sites/16/2020/01/ALEC\\_Propective-Student-Handout.pdf](https://1zpekz1p5j1r16wogcvv23y1-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/sites/16/2020/01/ALEC_Propective-Student-Handout.pdf). Acesso em 13 de jun. de 2020.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 12, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PIRES, G. F. **Protagonistas rurais**: um estudo sobre o papel da mulher na pluriatividade da agricultura familiar em Tupã - SP. 2020. 106p. Dissertação (Mestrado em Agro-negócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2020.

PITANGUY, J. *Advocacy* e direitos humanos. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (orgs.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia. 2011. p. 20-56.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 06 jun. 2020.

RODRIGUES, P. Os desafios e a superação da mulher na agricultura. In: A mulher no campo: os desafios enfrentados e a superação de mulheres que vivem da agricultura. **Hortaliças em revista**. Gama, v. 1, n. 1, p. 6-8, jan./fev. 2012.

SABBATO, A di. *et al.* **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, ago. de 2007.

SAMPAIO, C. Marcha das Margaridas termina com demonstração de força e união de 100 mil camponesas. **Brasil de Fato**. Política. Brasília, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/14/marcha-das-margaridas-se-encerra-com-mostra-de-forca-de-100-mil-mulheres-camponesas/>. Acesso em: 12 jun 2020.

SANT'ANA, A. L.; COSTA, V. M. H. M. Produtores familiares e estratégias ligadas à terra. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 42, n. 4, p. 663-683, dez. 2004

SCHAAF, A. V. D. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 412-442, jul./dez. 2003.

SCHMITZ, G. A. P. D.; TRAMONTINA, R. Empoderamento feminino: uma análise a partir da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 3, n. 1, p. 98-107, 2017.

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. **População, por sexo**. Brasília, Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5917#resultado>. Acesso em: 15 out 2020.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 2.ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília; 2004.



## Capítulo 5

### **Desenvolvimento sustentável nos territórios indígenas: uma perspectiva panorâmica <sup>1</sup>**

*Natália de Lima Gasque <sup>2</sup>*

*Ariane Taísa de Lima <sup>3</sup>*

*Renato Dias Baptista <sup>4</sup>*

#### **1 Introdução**

Os últimos anos revelaram mudanças significativas com a evolução do pensamento ambientalista. Abordagens e concepções teóricas, que vão além da esfera econômica, chegaram nas vistas de organizações mundiais e foram inseridas em agendas e programas que visam o desenvolvimento sustentável do planeta.

A abordagem de Desenvolvimento Sustentável (DS) considera as esferas social e ambiental tão fundamentais quanto à esfera econômica, de modo que o desenvolvimento possa atender as necessidades atuais, sem afetar negativamente o atendimento das necessidades das gerações futuras (CMMAD, 1988). Nessa perspectiva, compreende-se que o DS está em

---

<sup>1</sup> Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

<sup>2</sup> E-mail: natalia.gasque@unesp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9325631513418656>. Endereço: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Engenharia de Tupã.

Rua Domingos da Costa Lopes,780. Jardim Itaipu 17602496 - Tupã, SP - Brasil.

<sup>3</sup> E-mail: arianetaisalg@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5040681819789244>

<sup>4</sup> Livre-docente em Gestão de Pessoas (UNESP). Doutor em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Docente na FCE/UNESP Tupã e do PGAD/UNESP. E-mail: rd.baptista@unesp.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4316152759255562> Rua Domingos da Costa Lopes,780. Jardim Itaipu 17602-496 - Tupã/SP.

processo de evolução, reunindo esforços e estratégias de diversos grupos e meios - acadêmico, empresarial, político, civil, povos indígenas (PIs), comunidades tradicionais, entre outros - a fim de direcionar investimentos e ações que visam harmonizar o atendimento das necessidades atuais com as do futuro.

Diante dos desafios que englobam o DS no Brasil, a produção de monoculturas e a conservação do meio ambiente se sobressaem, em virtude da vasta territorialidade, chamando a atenção para o pilar ambiental e para a sustentabilidade deste território. No quesito sustentabilidade de território, abarca-se o modo de vida dos PIs, que visivelmente contribuem para a sustentabilidade ambiental, uma vez que estabelecem uma conexão mais íntima junto ao território que habitam.

Nesse sentido, o território para o indígena apresenta, além de um valor produtivo, valores social, cultural e político. Assim, o conceito de comunidade se aplica ao modo de vida e organização social dos PIs ao lhes considerara como grupos culturalmente distintos que se organizam socialmente de forma própria, ocupando territórios, utilizando recursos primários e o cultivo da terra para a autoexistência e reprodução de sua cultura e ancestralidade (BRASIL, 2007).

Assim sendo, levanta-se a seguinte questão: os territórios indígenas contribuem efetivamente com os pilares do desenvolvimento sustentável? Nesse aspecto, o objetivo desta pesquisa é identificar como os territórios indígenas contribuem com o DS.

Para tanto, buscou-se na literatura conceitos e reflexões acerca de: Desenvolvimento Sustentável e os seus objetivos; povos indígenas; importância do território para o desenvolvimento comunitário dos povos indígenas; gestão territorial; e, os desafios do desenvolvimento sustentável no contexto territorial indígena.

Isto posto, apresenta-se nos tópicos seguintes uma breve descrição do método utilizado para a elaboração do trabalho, o referencial teórico fundamentando os temas apresentados no parágrafo anterior desta introdução e, por fim, as considerações finais.

## **2 Metodologia**

Realizou-se neste trabalho uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Segundo Gerhard e Silveira (2009), a pesquisa exploratória fornece maior familiaridade com o problema de pesquisa, a fim de torná-lo mais conhecido e passível de construção de hipóteses e proposições. Em consonância com a pesquisa exploratória, para esse caso, a abordagem qualitativa proporcionou o aprofundamento em um contexto social e a indissociabilidade entre o mundo objetivo e a subjetividade que não pode ser explicada por meio de números (CONDURU, 2010).

Também foi realizada uma revisão bibliográfica e uma análise de dados secundários que favoreceram a compreensão do tema. Para coleta de dados, utilizou-se os periódicos Capes e Scielo, e as legislações vigentes. A seleção de artigos foi feita por meio de leituras iniciais, nos títulos, resumo e introdução, identificando os pertencentes a temática do trabalho e compatíveis com o objetivo desta pesquisa.

## **3 Desenvolvimento**

### **3.1 Povos indígenas: vida em comunidade**

Uma das principais características dos PIs é sua organização social, ancestral e territorial, essencialmente comunitária. A vida em comunidade diz respeito aos relacionamentos íntimos, emotivos e tradicionais e diferem, principalmente, da vida em sociedade por não se efetivarem por meio de contratos (CARNEIRO DA CUNHA, 2009; TÖNNIES, 1957; LIFSCHITZ, 2011).

A identidade pública conservacionista é um importante aspecto na construção de uma comunidade e envolve o uso de tecnologias de baixo impacto ambiental, igualdade na organização social, liderança local, particularidades culturais validados e reelaborados (BRANDÃO, 2015; SILVA,

2016). Apesar de o conceito de comunidade ser associado a quatro contextos, esse trata, sobretudo, das relações que se formam em um ambiente, seja de maneira natural ou imposta. As quatro concepções de comunidade são, segundo Brandão (2015):

- Comunidade primitiva: povos originários que, em algum momento de sua história, se confrontaram com povos colonizadores;
- Comunidade típica: local de habitação de povos pobres, expatriados, resistentes impostos pela sociedade hegemônica;
- Comunidade de exclusão: terras de sobra em que povos desabrigados e migrantes passaram a habitar;
- Comunidade de adesão: povos que se juntam de maneira natural, pois compartilham pontos em comum, cultura, fé, cujo objetivo é criar uma unidade de ação social.

No Brasil, no âmbito das legislações, foram adotados alguns conceitos para comunidades tradicionais. Neste contexto o Decreto 6.040/2007 traz o conceito de comunidades tradicionais como

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

É importante salientar que, no Brasil, o conceito de comunidades tradicionais englobam outros grupos além dos PIs, como os quilombolas; ciganos; geraizeiros; pantaneiros; ribeirinhos; caiçaras; faxinalenses; quebradeiras de coco de babaçu; pantaneiros; seringueiros; pomeranos; afro-religiosos; pescadores artesanais; castanheiros e povos dos fundos de pastos; retireiros; comunidades de terreiros; praieiros; sertanejos; cipozeiros, ilhéus e aprendizes de sabedoria (VIEIRA, 2014; NOHARA, 2016).

Contudo, o que difere os povos indígenas de outras comunidades tradicionais é que os primeiros foram formados antes das cidades e se reproduzem perfeitamente sem elas, já outros tipos de comunidades existem em função das cidades. Neste contexto, pode-se enquadrar as

comunidades indígenas no conceito de comunidade primitiva, pois, não integram outros setores da sociedade, quer vivam em estado de total isolamento quer estejam em contato intermitente ou permanente (ALBUQUERQUE, 1999; BRANCALEONE, 2008).

Apesar deste diferencial, é inconcebível apresentar uma definição para os povos indígenas, visto que existem mais de 300 etnias que apresentam características muito distintas entre si (IBGE, 2010). Contudo, existem alguns critérios que podem ser utilizados para compreender as diferenças entre povos indígenas e não-indígenas, são estes: (a) critérios raciais, que são inferidos a partir das características físicas que diferem os povos indígenas de outros povos; (b) critério legal, que é inerente às legislações específicas dos povos indígenas; (c) critério cultural, que abarca as especificidades culturais – como linguagem, costumes, crenças, hábitos que são transmitidos entre gerações (MELATTI, 2014).

Iglesias (2004) e Luciano (2006) evidenciam que os PIs apresentam alguns critérios de autodefinição, os quais apresentam variação mediante a diversidade indígena. São esses: a tradição histórica oriunda das sociedades pré-colombianas; estreita vinculação com seu território; modelos sociais, econômicos e políticos bem articulados; dialeto, hábitos e credo definidos; sistematização com outros povos indígenas.

Apesar da dificuldade em compreender as particularidades, é importante salientar a relação dos PIs junto a seus territórios, uma vez que, para esses, o mundo natural é a interrelação entre os agentes humanos e não-humanos. Além de toda simbologia presente nos elementos da natureza que se concebem de maneiras diferentes para cada grupo étnico. Neste aspecto, a próxima subseção abordará a importância dos territórios no contexto indígena.

### **3.2 O território e o desenvolvimento comunitário dos povos indígenas**

Pacheco e Pacheco (2010) afirmam que a questão fundiária é uma importante ferramenta de dominação e desigualdade social e política no

Brasil. A expansão de fronteiras no território nacional revela inúmeras transformações territoriais ocorridas nos últimos cinco séculos. Em suma, os processos de territorialização se formaram por meio de conflitos entre diferentes grupos. Neste contexto, destacam-se os indígenas (LITTLE, 2002).

A complexidade existente destes embates territoriais levou os indígenas a se refugiarem em locais remotos que não correspondiam à sua localização original, configurando rearranjos territoriais. Os PIs são os principais atores quanto à construção de territórios sociais, a partir de sua intensa diversidade cultural e fundiária (ARRUDA, 1999; LITTLE, 2002; GALLOIS, 2004; ARRUDA, 2005).

A desconexão com o território, no contexto indígena, resulta em perda de referenciais identitários, políticos e culturais. Nesse sentido, tiveram que reelaborar um significado junto aos territórios sociais que, muitas vezes, desprovidos de leis e títulos, passaram a abarcar expressões simbólicas e identitárias e de memória coletiva destes grupos minoritários, que até hoje desafiam os sistemas econômico e jurídico dominantes (LITTLE, 2002; GALLOIS, 2004). Santos Junior (2012) aponta que a territorialidade é uma expressão viva na formação social dos PIs.

Apesar da importância do território para o indígena, cabe destacar que seus direitos e conquistas se formaram em um cenário de progressos e retrocessos. Apesar da importância em reconhecer os territórios indígenas, o Estado, com suas particularidades fundamentadas no nacionalismo e soberania quanto ao uso e controle do território, historicamente sempre favoreceu grupos hegemônicos (LITTLE, 2002; HAESBAERT, 2004).

Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) – Artigo 231, – que os PIs tiveram garantido o direito originário às terras e de usufruto das riquezas nelas existentes (LOPES; MATTOS, 2006). Entretanto, por muitos grupos indígenas terem perdido seus territórios originais, o processo de demarcação das terras representa somente uma pequena porção em um território mais abrangente; ocorre assim, a transformação de um território em terra. Deste modo, a relação

de apropriação se configura para uma relação de propriedade (GALLOIS, 2004).

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é o órgão indigenista responsável pela proteção dos direitos territoriais dos PIs no Brasil. Uma de suas principais ações é promover a demarcação de Terras Indígenas (TIs), além de realizar a fiscalização e a proteção destas terras, que são destinadas para atividades produtivas, culturais, políticas e religiosas dos PIs. Trata-se, portanto, de um processo político-jurídico, regulado pelo Estado (CAVALCANTE, 2016).

A legislação vigente – Constituição Federal de 1988, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n. 1775/96), classifica as TIs nas seguintes modalidades: (a) terras tradicionalmente ocupadas; (b) reservas indígenas; (c) terras dominiais e; (d) terras interditadas. As terras tradicionalmente ocupadas são consideradas direito originários dos PIs, seu processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto 1.775/96. Contudo, é posto que 8% das 434 TIs já regularizadas não estão em plena posse dos PIs. Esse processo é, portanto, um desafio, uma vez que este direito foi estabelecido há mais de 30 anos (BRASIL, 1973; BRASIL, 1988; BRASIL, 1996; FUNAI, 2019).

Além das dificuldades presentes nas terras com pendências jurídicas, outros desafios incorrem nas terras já regularizadas. Um relatório do Conselho Indigenista Missionário – CIMI (2018), contabilizou 11 incidentes relativos a embates territoriais. Além disso, neste mesmo ano foram relatados 111 casos de invasão irregular e exploração predatória nestes espaços.

Outro retrocesso ocorreu em janeiro de 2019 com a Medida Provisória (MP) n. 870, de 01/01/2019. Esta MP estabeleceu ao Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), o processo de identificação, delimitação, demarcação e registro de TIs. Complementando, com o decreto n. 9.667, de 02/02/2019, a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários ficou à cargo do processo de demarcação de TIs, além do licenciamento ambiental de projetos ambientais nestes espaços (PALMQUIST

*et al.*, 2019). Em maio do mesmo ano, porém, a questão territorial indígena voltou a ficar à cargo da FUNAI, uma vez que as aspirações indígenas não condizem com a bancada ruralista no tocante ao uso e manejo do território.

É importante considerar que as políticas indigenistas devem considerar a pluralidade e a diversidade indígena. É incabível, portanto, que mesmo com o direito já garantido, especialmente pelo artigo 231 da CF/1988, os PIs ainda enfrentem problemas relacionados ao seu direito originário.

Assim, igualmente à importância do território para o desenvolvimento comunitário dos povos indígenas, a sustentabilidade desse se torna parte do modo de vida dos indígenas – por estabelecerem uma conexão íntima com território, proveniente de fatores culturais – contribuindo, desta forma, para a preservação e redução de impactos ambientais (BRASIL, 2007). Para uma melhor compreensão acerca da sustentabilidade do território indígena e a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável – principalmente no pilar ambiental –, o tópico seguinte apresentará conceitos e informações relativas ao tema.

### **3.3 Desenvolvimento sustentável**

O termo Desenvolvimento Sustentável foi mundialmente conhecido, em 1987, pelo Relatório de Brundtland e propagado pela Rio-92. No entanto, o Desenvolvimento Sustentável não é considerado como uma temática nova e, sim, um resultado da evolução do pensamento ambientalista originado em meados da década de 1960 e materializado em três correntes teóricas: Estratégias de Ecodesenvolvimento; Economia Ecológica; e Desenvolvimento Sustentado. A visão de desenvolvimento defendida nessas teorias diz respeito não apenas ao desenvolvimento econômico, trata-se de abordagens que incluem as vertentes social e ambiental, buscando integrá-las na visão de desenvolvimento (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011).



O *Relatório de Brundtland* define o desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988). Apresenta também dois conceitos-chave para a compreensão do DS: o conceito de “necessidade”, a considerar como primordial as necessidades primárias dos pobres do mundo; e, a noção das limitações que o avanço tecnológico e a organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presente e futuras (CMMAD, 1991 apud CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011).

Esse conceito foi aceito e utilizado por inúmeros órgãos internacionais, governamentais e não-governamentais, defendendo a ideia de que DS é o que promove condições para a erradicação da pobreza, redução das desigualdades, crescimento das nações e utilização dos recursos naturais de forma que atendam às necessidades do presente e também as futuras (MEUNIER; FREITAS, 2006). Nesse sentido, compreende-se que a essência do DS está no processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, com o objetivo de atender às aspirações humanas (CAMARGO, 2003).

Um outro fato marcante na evolução do Desenvolvimento Sustentável foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) - conhecida também como Rio-92 (ou Cúpula da Terra). A partir dessa conferência, o conceito se popularizou e culminou na elaboração dos oito objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em 2000, a Cúpula do Milênio das Nações Unidas elaborou a Declaração do Milênio e apresentou os oito objetivos como ponto central do DS e reforçou, dentre outros temas, a necessidade da implementação do DS nos países em desenvolvimento (CALEGARE; SILVA JÚNIOR, 2011). Os 8 objetivos eram: (1) erradicar a extrema pobreza e fome; (2) atingir o ensino básico universal; (3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; (4) reduzir a mortalidade na infância; (5) melhorar a saúde materna; (6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;

(7) garantir a sustentabilidade ambiental; (8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Assim, os ODM foram considerados instrumentos para a consecução do DS, um conjunto de metas que passou a ser buscado pelos países signatários entre os anos 2000 e 2015 (SOUZA, 2015). Os ODM foram incluídos em todas as agências da ONU e em acordos com países desenvolvidos que se comprometeram a disponibilizar 0,7% do PIB em prol do desenvolvimento dos demais países. Não obstante, monitoramentos globais apontaram que houve avanço em apenas alguns objetivos nos primeiros anos após a implantação, e mostraram também limitações ao omitir as causas estruturais dos modelos de consumo, produção e distribuição desigual de poder (BUSS *et al.*, 2012). Considerando as limitações dos ODMs, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs uma Assembleia Geral em que 193 países membros assinaram a Agenda 2030, um plano global composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem atingidas até o ano de 2030, visando estabelecer um mecanismo complementar de reajuste do modelo de desenvolvimento mundial (AGENDA 2030, 2019).

### **3.3.1 Objetivos do desenvolvimento sustentável e o pilar ambiental**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram instituídos na Agenda 2030 - "Declaração com os 17 ODS e 169 metas, em uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, bem como de um roteiro para acompanhamento e revisão" (AGENDA 2030, 2019). Os dezessete objetivos são integrados e indivisíveis, equilibram as três áreas do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. A longo prazo, os ODS têm como objetivo estimular e apoiar ações em áreas fundamentais para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (AGENDA 2030, 2019). Os 17 ODS são apresentados no Quadro 1:

**Quadro 1** – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS	Descrição
1	Erradicação da Pobreza
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável
3	Saúde e Bem-Estar
4	Educação de Qualidade
5	Igualdade de Gênero
6	Água Potável e Saneamento
7	Energia Acessível e Limpa
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico
9	Indústria, Inovação e Infraestrutura
10	Redução da Desigualdades
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis
12	Consumo e Produção Responsáveis
13	Ação Contra a Mudança Global do Clima
14	Vida na Água
15	Vida Terrestre
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
17	Parcerias e Meios de Implementação

Fonte: Agenda 2030 (2019).

Segundo Scharf (2004), a consecução desses objetivos estaria apoiando o desenvolvimento sustentável, e esse, por sua vez, fortaleceria o tripé formado pelos âmbitos ambiental, econômico e social, ou seja, o desenvolvimento sustentável estaria condicionado ao progresso concomitante dos três pilares.

Destaca-se nesse estudo o pilar ambiental, o qual, durante a Comissão de Brundtland, foi aludido pelo secretário Jim MacNiell - propulsor da pauta ambiental no plano de desenvolvimento sustentável. A defesa do secretário Jim MacNiell destacou a questão do consumismo exacerbado *versus* a capacidade natural de renovação dos recursos primários. (NOBRE; AMAZONAS, 2002).

Segundo Elkington (2001), o pilar ambiental está relacionado ao capital natural, classificado de duas formas: (1) capital natural crítico; e (2) capital natural renovável. O capital natural crítico é entendido como o essencial para a perpetuidade do ecossistema; e o renovável como aquele que se renova por ciclos, sendo os recursos naturais renováveis. Dessa forma, há uma antítese entre o ritmo dos ciclos naturais, principalmente a exploração de matérias-primas não regeneráveis, e o ritmo de consumo e

produção. De um lado, a indústria acelerada para atender a demanda do consumismo exacerbado e, do outro lado, a natureza com ciclos naturais comprometidos devido ao mau uso da terra - degradação dos ecossistemas naturais, rios poluídos, escassez das águas, desmatamentos, queimadas, poluição do ar, entre outros (TOMMASINO; FOLADORI, 2001 apud BORINELLI, 2011).

Diante desse contexto, a necessidade de sustentabilidade ambiental foi levantada na Agenda 21 (CNUMAD, 1996), elencada com meios de produção sustentáveis e uma maior eficiência no uso de energia natural visando reduzir as pressões ambientais, o esgotamento dos recursos naturais e a poluição. Sachs (1993) defende que a sustentabilidade ambiental pode ser efetivada com a limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos naturais não-renováveis, pela redução do volume de resíduos e de poluição, intensificação da pesquisa de tecnologias limpas, práticas como a reciclagem e reutilização, conscientização sobre o consumo exacerbado e questões ambientais, mudança cultural, redução de práticas agrícolas que agridem o solo, bom uso da terra, entre outros. Ou seja, exige-se meios de produção que permitam a renovação dos recursos naturais e se destaca também a mudança no modo de consumo. Diante do exposto, levanta-se a questão da sustentabilidade do território como parte da natureza e, assim, o modo de vida dos indígenas em relação ao uso da terra, a conexão íntima juntos aos territórios que habitam.

### **3.4 Gestão Territorial como forma de garantir o DS nas Terras Indígenas**

A sustentabilidade nos territórios indígenas está implícita no artigo 231 da CF/1988. Dias, Siqueira e Silva (2017) salientam que, a partir da década de 1990, a dimensão ambiental passou a ser relevante no processo de identificação de TIs que se alinhava às demandas dos PIs, os quais enxergaram nas medidas de proteção e conservação ambiental um caminho

para realizarem atividades sustentáveis numa concepção de gestão territorial. Essa estratégia dos PIs, foi uma forma de atrair recursos e parceiros em seus territórios, porém, sem deixar de dar a devida atenção a conservação territorial.

Souza e Almeida (2012) mencionam que para sua execução, a gestão territorial depende de parceiros como o Estado, iniciativa privada, Organizações do Terceiro Setor (OTS) e a intensa participação dos PIs para garantir sua continuidade no território. A sua consolidação se dá por meio da presença de capital humano que, de forma individual, é provido de saúde, educação, nutrição, cultura e segurança e de capital social, que implica nas relações sociais de uma comunidade e envolvem normas, valores, relações de confiança, cooperação e solidariedade.

A dimensão social tem papel estratégico no desenvolvimento, uma vez que ocupa espaço em todas suas fases, e considera principalmente os capitais humano e natural do território. Deste modo, a gestão de territórios utiliza a dimensão social como pilar para planejar ações, criar tecnologias que sejam condizentes com o ecossistema e que respeitem a cultura local. Quanto maior o nível de interação de uma comunidade com seu ambiente, maior a possibilidade de desenvolvimento sustentável (DIAS; SIQUEIRA; SILVA, 2017).

É importante a participação política dos membros da comunidade nas etapas do processo de desenvolvimento. Vale considerar que antes da promulgação da CF/1988, o Estado não fazia nenhuma conexão entre a questão indígena e a temática ambiental. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro (ECO-92), foi um divisor de águas que configurou o paradigma socioambiental e introduziu os PIs como modelo de gestão ambiental, devido a relação íntima dos indígenas junto ao ambiente que habitam e, conseqüente, maior participação nas tomadas de decisões (RICARDO, 2004; BRITO BARBOSA, 2015; COMANDULLI, 2016).

A dimensão econômica apresenta papel importante na Gestão Territorial de TIs, visto que pode consolidar a autonomia e independência dos

povos indígenas. O seu desenvolvimento implica, sobretudo, na garantia da sustentabilidade no manejo do solo. Esta dimensão, no contexto de gestão territorial, é sustentada por três pilares: as atividades devem ser realizadas mediante as características naturais e culturais do território; ênfase nas atividades tradicionais, mesmo que utilizando tecnologias externas; e a introdução de atividades não tradicionais, desde que estas respeitem as características do ambiente. Órgãos governamentais e OTS apresentam importante participação nesse sentido, uma vez que podem oferecer suporte para aumento de produtividade, investir em formas alternativas de produção e uso de tecnologias de baixo impacto ambiental (SOUZA; ALMEIDA, 2012).

Luciano (2006) destaca que a economia indígena pode ser analisada por diferentes óticas, tais como: economia tradicional – fundamentada na troca, solidariedade e autossustentação; economia de transição – baseada em como os PIs passaram a atuar a partir do contato; e, por fim, economia segundo a lógica de mercado – leva em consideração a produção indígena voltada para atender as necessidades internas da comunidade e externas, do mercado.

Nesse contexto, pode-se compreender que, ao seguir a premissa da gestão territorial, a economia de lógica de mercado é pouco considerada, visto que seu processo é fundamentado em redes de troca, não baseadas em moedas e não visando o lucro. Deste modo, a produção, comercialização e consumo seguem os princípios da economia solidária, visando os benefícios sociais e ambientais, que englobam a possibilidade de geração de trabalho, promoção de bem-estar e conservação ambiental (DIAS; SIQUEIRA; SILVA, 2017).

### **3.5 Desafios de Desenvolvimento Sustentável no contexto territorial indígena**

Silva (2013) destaca que, apesar de haver muitos discursos sobre relação a humana com o ambiente natural, os povos indígenas se destacam

como exemplo de interação sustentável junto ao ambiente que habitam. Nesse sentido, existem alguns aspectos que devem ser considerados implicados nesta afirmação: a temporalidade, a etnicidade e as condições socioecológicas que vivem ou viveram o referido grupo.

Sobre os PIs atuais no Brasil, existem cerca de 90 etnias que não estabeleceram contato com a sociedade não-indígena e pouco se sabe sobre suas organizações social, cultural e política. Sobre os PIs que já estabeleceram contato com o Estado, muitos indicadores bio-socioeconômicos indicam muitas disparidades em relação à sociedade não-indígena, especialmente no que toca à mortalidade infantil e ao acesso à empregos, mesmo que sob a ótica ambiental seja considerada um exemplo (SILVA, 2013).

Corroborando, Pimenta (2010) destaca que o Alto Juruá, situado na região Amazônica, apresenta umas das regiões mais abastadas no sentido de biodiversidade, porém, o município Marechal Thaumaturgo (AC), localizado nesta região, apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. O município não oferece incentivos para uma boa qualidade de vida da população, implicando na falta de emprego, saúde e educação. Essa precariedade recai sobre os PIs que habitam a região, cuja sobrevivência é colocada em risco.

Outro fator de extrema relevância é referente a mudança de hábitos frente à tecnologia ocidental, implicando diretamente sobre a segurança alimentar e nutricional dos PIs. Algumas etnias, mediante transformações das práticas alimentares, enfrentam desafios relacionados à saúde. Esses desafios se referem principalmente à degradação de seus territórios por pressões do setor do agronegócio, fazendo com que as práticas alimentares indígenas sejam, em boa parte, oriundas de produtos industrializados (PACHECO; XAVIER, 2015). Além disso, é recorrente a falta de assistência na área da saúde, que geralmente envolvem omissão de socorro, transporte de usuários, distribuição de remédios, e problemas relacionados à falta de infraestrutura sanitária, como falta de água ou a existência de água contaminada (CIMI, 2018).

É comum os PIs serem dependentes de programas de transferência de renda e ao mesmo tempo sofrerem com a desassistência do Governo Federal. No ano de 2018, um relatório do CIMI reportou dificuldades de diferentes amplitudes, como: residências com falta de acabamento e rachaduras, suspensão de cestas básicas, desleixo com cadáveres, não registro de crianças. Ocorrem também desassistência na área da educação escolar, especialmente no que concerne aos direitos relativos à educação diferenciada pautada nos conhecimentos tradicionais étnicos, de infraestrutura, de profissionais e de vagas (CIMI, 2018).

Fica implícito também que, apesar de suas práticas ambientais coincidirem com o que é proposto no Desenvolvimento Sustentável, neste âmbito, os indígenas enfrentam desafios voltados à invasão e exploração predatória em seus territórios, especialmente na região amazônica, local onde habitam a maioria dos povos indígenas no Brasil, gerando consequências negativas também nos âmbitos econômicos e sociais (CAVALCANTE, 2016; FUNAI, 2019). Ademais, o Governo Federal não atribui a devida importância à questão indígena, o que faz com que ocorram políticas contraditórias com aquilo que é proposta na CF/1988 e, consequentemente, nas aspirações dos PIs.

#### **4 Considerações finais**

Este artigo teve como objetivo identificar como os territórios contribuem para os pilares social, econômico e ambiental do DS. Observou-se que a redemocratização do Estado possibilitou uma participação mais ativa dos indígenas quanto aos seus interesses e necessidades, bem como garantiu a parceria junto ao Estado, iniciativa privada e OTS, especialmente no tocante à demarcação de terras, hoje considerado um direito originário.

Neste aspecto, considerando a dimensão social, notou-se fragilidades em muitas comunidades indígenas, que são altamente dependentes de programas de transferência de renda e que continuamente permanecem



desassistidas pelo Governo Federal, o que acarreta situações de insegurança alimentar, falta de acesso à saúde e educação e, conseqüentemente, atrapalha o modo de vida os PI e sua participação política nas TI e nas agendas de políticas públicas. Essa fragilidade recai também sobre a dimensão econômica que, mesmo nos moldes da economia solidária, se encontra enfraquecida, mesmo sendo extremamente necessária para garantir o autossustento e autorreprodução destes povos.

A dimensão ambiental apresenta maior força no contexto dos PIs, uma vez que o uso de tecnologias de baixo impacto para o manejo das atividades produtivas e de autossustento estão extremamente alinhadas à esfera ambiental do DS. A gestão territorial, neste contexto, possibilita a participação ativa dos PIs, especialmente na execução de planos que consideram os capitais humanos, sociais e naturais de dado território. É uma clara a expressão de apoio à diversidade cultural e étnica presente no contexto indígena brasileiro.

Esta dimensão, entretanto, perpassa por inúmeros desafios relacionados à diferença étnica, cultural, de demarcação de terras e proteção do meio ambiente. Além disso, o Governo Federal vem atuando de forma contrária as necessidades dos povos indígenas, uma vez que os territórios indígenas são palcos de constante disputas, acordos políticos e processos, fazendo que estes povos fiquem desassistidos e sem o principal recurso para sua sobrevivência.

## Referências

- ALBUQUERQUE, L. M. B. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. **Raízes**, v. 18, n. 20, p. 50 - 53, 1999
- ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação\*. **Ambiente & Sociedade**. v. 2 n. 5, p. 79-92, 1999.
- ARRUDA, R. Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais. In: SALOMON, M.; SILVA, J. A. F.; ROCHA, L. (Org.). **Processos de territorialização. Entre a história e a antropologia**. Goiânia: Universidade Católica de Goiânia, 2005, p. 81-104

BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 1, p. 98-107, 2008.

BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. In: UDRY, C.; EIDT, J. S. (Org.) **Conhecimento Tradicional**: conceitos e marco legal. Brasília: Embrapa, 2015.

BRASIL. Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm)> Acesso em 04 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16ª edição, São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Decreto nº 1775, de 08 de Janeiro de 1996. **Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm)>. Acesso em: 4 jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BORINELLI, B. Problemas Ambientais e os limites da política ambiental. **SERV. SOC. REV.**, LONDRINA, v. 13, n.2, p. 63-84, jan./jun., 2011.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. 1a ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CAVALCANTE, T.L.V. “TERRA INDÍGENA”: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. **História**, vol. 35, pp. 1-22, 2016.

CIMI. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2018**. Brasília: Conselho Indigenista Missionário/CIMI, 2019. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contr-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>>. Acesso em 04 de jan. 2019

CONDURU, M.T. Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas, critérios e procedimentos. 4 ed. Belém: UFPA, 2010. 278 p.

COMANDULLI, C.S. Gestão territorial e ambiental de terras indígenas: fazendo planos. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais**, v. 10, n.1, p. 41-71, 2016.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE. **Agência 21**. Brasília: Senado Federal, 1996

DIAS, R. dos A.; SIQUEIRA, A.; SILVA, N. L.S. A proposta de gestão territorial das terras indígenas, como meio de alcançar a sustentabilidade. **Rev. Tamoios**, v 13, n. 1, p. 24-36, 2017.

ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

FUNAI. **Terras indígenas: o que é?** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoed/demarcacao-de-terras-indigenas?start=2#>>. Acesso em 30 de nov. 2019

GALLOIS, D.T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F. **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA D.T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

IBGE. Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios; resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

IGLESIAS, M.T.P. Los pueblos indígenas ante el Derecho Internacional. **Agenda Internacional**, v 5, n. 20, p. 149-172, 2004.

LIFSCHITZ, J.A. **Comunidades tradicionais e neocomunidade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. 160 p.

LITTLE, P.E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. 2002.

LOPES, A.M.D.; MATTOS, K.R. O direito fundamental dos indígenas à terra. Do Brasil-Colônia ao Estado Democrático de Direito. **Revista de Informação Legislativa**, v. 43, n. 170, p. 221-233, 2006.

LUCIANO, G.S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - LACED, 2006. 227 p.

MATOS, M.H.O. Execução e gestão de projetos indígenas: criando tradição e/ou reflexão? In: **Povos indígenas: projetos e desenvolvimento**. SOUSA, C. N. I. de.; LIMA, A. C. de S.;

ALMEIDA, F.V.R.; WENTZEL, S.(orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

NOBRE, Marcos; DE CARVALHO AMAZONAS, Maurício. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. edições IBAMA, 2002.

PACHECO, R. A. S.; PACHECO, C. R. Questão agrária e regularização fundiária: a ação do Estado e o conflito de interesses entre trabalhadores rurais sem terra e povos indígenas. **Planejamento e políticas públicas**, n. 34, pp. 259-287, 2010.

PACHECO, S. S. Q. de M.; XAVIER, O. K. Práticas alimentares do grupo indígena Karirixocó, de Lauro de Freitas-BA: sustentabilidade e desafios em contextos de mudanças. **Demetra**, v. 10, n. 10, p. 649-662, 2015.

PALMQUIST, H.; ARAÚJO JUNIOR, J. J.; BOAVENTURA, L. de C. L.;

BECKHAUNSEN, M. V.; ZOLLINGER, M. B.; OLIVEIRA, de R. M. **Reminiscências tutelares**: A MP 870/2019 e seu projeto inconstitucional para os povos indígenas. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mp-870-e-os-povos-indigenas.pdf>>. Acesso em 21 de jan. 2019

- PIMENTA, J. O caminho da sustentabilidade entre os Ashaninka do rio Amônia. In: SOUZA, C. N. I. de.; ALMEIDA, F. V. R. de, LIMA, A. C. de S.; MATOS, M. H. O. (orgs.). **Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II**, Rio de Janeiro: Paralelo 15, pp. 97-111, 2010.
- RICARDO, F. (Org.) **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.
- SANTOS JR., A. A. Territorialização indígena no Brasil: uma análise da legislação indigenista e suas nuances civilizatórias. **Ateliê Geográfico**, v. 6, n. 1, p. 18-34, 2012.
- SCHARF, Regina. **Manual de Negócios Sustentáveis**. São Paulo, Amigos da Terra, 2004
- SILVA, H. P. A (im)provável pegada ambiental: uma provocação antropológica sobre o ideal de sustentabilidade entre os povos indígenas. **Revista Antropol.**, v. 5, n. 3, pp. 880-891, 2013.
- SILVA, P. T. G. da. Conceito de Comunidade Tradicional. In: STANICH NETO, P [Org.]. **Direito das Comunidades Tradicionais Caiçaras**. 1 ed. São Paulo: Editora Café com lei, 2016
- SOUZA, C.; ALMEIDA, F. **Gestão territorial em terras indígenas no Brasil**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Unesco. Coleção educação para todos, v. 39. Série vias dos saberes. n. 6. 2012.
- TÖNNIES, F. **Community and Society**. Trad. Charles P. Loomis. EUA: Michigan State University Press, 1957.
- VIEIRA, M.G. **Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais: crítica ao etnocentrismo ambiental brasileiro**. Rio De Janeiro: Lumen Juris, 2014.

## Capítulo 6

### **Gestão de pessoas em uma empresa de manufatura: análise e estratégias de melhorias para os subsistemas de recrutamento & seleção e desenho de cargos <sup>1</sup>**

*João Augusto Rodrigues <sup>2</sup>*

*Fernando da Cruz Souza <sup>3</sup>*

*Caroliny dos Santos Hamada <sup>4</sup>*

*Daniele Guastalli Miranda <sup>5</sup>*

*Renato Dias Baptista <sup>6</sup>*

#### **1 Introdução**

Devido às mudanças “[...] econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, legais, políticas, demográficas e ecológicas [...]” (CHIAVENATO, 2014, p. 1), mudanças de velocidade cada vez mais rápida, torna-se imperativo às organizações a adequação às exigências do ambiente externo.

Em outras palavras, a mudança paradigmática das realidades no mundo organizacional e do trabalho em que as pessoas, antes consideradas como recursos, passam a ser consideradas parceiras implica em

---

<sup>1</sup> Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

<sup>2</sup> E-mail: joaorodriguespmk@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4090301852187989>

<sup>3</sup> E-mail: fernandotraduz@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1620787503202142>

<sup>4</sup> E-mail: caroliny.hamada@unesp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0232377290532304>

<sup>5</sup> E-mail: danielimiranda393@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3825931937802158>

<sup>6</sup> Livre-docente em Gestão de Pessoas (UNESP). Doutor em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Docente na FCE/UNESP Tupã e do PGAD/UNESP. E-mail: rd.baptista@unesp.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4316152759255562> Rua Domingos da Costa Lopes,780. Jardim Itaipu 17602-496 - Tupã/SP.

considerar não apenas os cargos isolados, mas o trabalho em equipe; a não preocupação estrita com regras e regulamentos, mas com os resultados; a não subordinação simples a chefia, mas o atendimento ao cliente. Nota-se que a ênfase deixa de ser dada a simples execução de tarefas, passando a serem privilegiados o comprometimento, ética, responsabilidade e, sobretudo, inteligência e talento, os quais, no limite, agregam valor a produtos, serviços e processos, gerando mudança e inovação (CHIAVENATO, 2005; MACARENCO, 2006; CHIAVENATO, 2014).

Neste cenário, atrair, desenvolver e reter pessoas talentosas torna-se vital para a construção de vantagens competitivas às organizações, especialmente porque tais vantagens são intangíveis, por isso difíceis de serem copiadas (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2011). A relação da vantagem competitiva com as pessoas dá-se no nível das competências. As competências organizacionais e pessoais, quando convergentes, produzem valor, possibilitando que as organizações façam diferença no mercado (GRAMIGNA, 2002).

Algumas das competências gerenciais mais comuns são a resiliência, delegação de atividade, boa comunicação verbal e escrita, formação de equipes, capacidade para a resolução de problemas, planejamento e organização, entre tantas outras (GRAMIGNA, 2002). O grande desafio do gestor de pessoas nas organizações modernas, portanto, seria o de atrair e escolher as pessoas certas para o adequado desempenho das empresas (CHIAVENATO, 2005; ÁVILA; STECCA, 2015). Para tanto, torna-se central um conjunto de profissionais preocupados com o Recrutamento e Seleção (RS), com o Desenho de Cargos (DC), com as Recompensas e Remuneração, com o Treinamento e Desenvolvimento e com o Monitoramento do capital humano (CHIAVENATO, 2014).

Focando especificamente no Recrutamento e Seleção e no Desenho de Cargos, este trabalho busca realizar um levantamento do estado de tais processos em uma empresa, com a finalidade de apontar seus sucessos e

deficiências, elencando ainda possíveis aperfeiçoamentos aos subprocessos falhos nesses dois grandes conjuntos de processos de Gestão de Pessoas.

Assim sendo, após esta introdução apresenta-se a metodologia utilizada no trabalho, seguida pelo referencial teórico sobre os temas cujos embasamentos são necessários a avaliação da empresa - Recrutamento e Seleção e Desenho de Cargos. Após isso, são apresentados os resultados e discussões e, por último, as estratégias de melhorias para empresa no que tange aos dois aspectos abordados.

## **2 Metodologia**

Optou-se por realizar a estratégia de estudo de caso, cuja utilização ocorre quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos, e desta forma busca estudar os fenômenos inseridos em um contexto real (YIN, 2001). Definido o método de coleta de dados, determinou-se como objeto de estudo para a entendimento do Sistema de Gestão de Pessoas, uma empresa de manufatura<sup>7</sup>. Para a compreensão dos subsistemas de Desenho de Cargos e de Recrutamento e Seleção da empresa, realizou-se primeiro uma revisão bibliográfica sobre esses subsistemas, os quais possibilitaram a criação de um questionário com um total de 31 questões divididas entre questões abertas e fechadas (apêndice 1).

Partes das questões tinham como finalidade levantar informações básicas para a caracterização da empresa e de seu modelo de gestão, se mais voltado ao fator humano ou mais mecanicista, além das perguntas específicas sobre o Recrutamento e Seleção e Desenho de Cargos. As questões foram enviadas por e-mail e respondidas pela gestora de Recursos Humanos da empresa. A luz do referencial teórico apresentado, as respostas ao questionário foram avaliadas levando a produção, pelos autores, da seção de Resultados e Discussões deste trabalho, além da seção de Estratégias de Melhorias. Além de tais orientações, importa conhecer o ramo em que a

---

<sup>7</sup> Alfa, nome fictício da empresa pesquisada.



empresa atua e sua evolução ao longo do tempo, o que enseja no entendimento mais aprofundado dos prováveis aspectos de gestão de pessoas que utiliza. Para tanto, fica descrita abaixo, de forma breve, a história da empresa.

A empresa utilizada como objeto de estudo de caso foi fundada em 1980, no interior de São Paulo, com o objetivo de atender a pequenos produtos rurais e residências, iniciou suas atividades desenvolvendo e produzindo pulverizadores de pequeno porte e cortadores de grama. Posteriormente, entrou também no mercado de produtos de jardinagem e pulverizadores de alta pressão.

Anos depois, devido a uma pesquisa de mercado e a necessidade em expandir seus produtos, a empresa passou a produzir equipamentos fitness residenciais e profissionais, com esse aumento, gerou-se a necessidade de uma maior planta industrial, na própria cidade (Matriz), e, em seguida, em outra cidade.

Como forma de complementar os equipamentos de jardinagem e pulverizadores profissionais, a empresa torna-se distribuidora de roçadeiras, motosserras, aparadores de cerca viva, podadores de altura, sopradores profissionais e para uso doméstico, de marca renomada. Naquela época, com essa revenda, a empresa cria assistência técnica para a marca a qual representa. A empresa, ainda, passou a produzir equipamentos direcionados ao lazer e esportes radicais.

### **3 Revisão bibliográfica**

#### **3.1 Recrutamento e Seleção de pessoal**

O recrutamento é todo um conjunto de técnicas e procedimentos de trabalho que a empresa realiza para alcançar novos colaboradores. A atividade de recrutamento é uma ação, cujo objetivo é atrair e estimular os candidatos potenciais e capazes de suprir as lacunas da organização. Por se tratar da relação de uma empresa com o mercado de recursos humanos, isto é, o exterior da empresa, tal relação, denominada processo de recrutamento, não deve ser interrompida, mesmo quando não haja vagas ou

oportunidades de trabalho a serem ofertadas (CHIAVENATO, 2005; PEQUENO, 2012; CHIAVENATO, 2014).

Deste modo, observa-se que o recrutamento é constante e ininterrupto, de modo que a empresa sempre está de portas abertas para as pessoas. Com o processo contínuo, para a organização preencher uma vaga que surge de imediato, seus custos e tempo despendidos serão menores, devido ao referencial que a empresa já tem sobre os candidatos, já sabendo onde procurá-los (PEQUENO, 2012; FERREIRA; VARGAS, 2014).

Um processo de recrutamento inicia-se com a necessidade em substituir uma pessoa que deixou a empresa ou subiu de cargo; uma estratégia da empresa em buscar novas competências; uma expectativa de aumento na produção. Realiza-se o recrutamento de acordo com as necessidades contemporâneas e futuras de recursos humanos que se fazem presente na organização (CÂMARA; GUERRA; RODRIGUES, 2003; CHIAVENATO, 2009; PEQUENO, 2012).

A decisão de criar ou preencher um cargo começa exclusivamente pelo órgão responsável pela linha, isto é, o órgão preenche e assina uma requisição de pessoal, se o pedido for para cobrir uma vaga, é necessária somente a aprovação da área da vaga e do RH. Por outro lado, se a requisição for para aumentar o quadro de funcionários é preciso a aprovação da alta cúpula (PEQUENO, 2012).

O recrutamento realizado pela empresa pode ser usado tanto para preencher um cargo vago, sem alterá-lo, como também, buscar por novas competências presentes nos candidatos, que são necessárias para o sucesso da empresa. A questão principal no recrutamento é encontrar e atrair os candidatos que possuam as competências necessárias e potenciais para o cargo (CHIAVENATO, 2009; DESSLER, 2014).

Os meios para a realização do recrutamento são: externo e o interno. O primeiro busca os candidatos reais e/ou potenciais que estão trabalhando em outras empresas ou não. Tal forma de recrutamento inicia-se com o candidato preenchendo a proposta de emprego (formulário da empresa) ou apresentando o seu curriculum vitae (KNAPIK, 2008;

CHIAVENATO, 2009). No Quadro 1, a seguir, é possível observar algumas das vantagens e desvantagens em selecionar o meio externo como fonte de recrutamento.

**Quadro 1 - Vantagens e desvantagens do recrutamento externo**

<b>Recrutamento externo</b>	
<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
Sangue novo na equipe	Afeta negativamente a motivação do pessoal
Renova o patrimônio humano	Processo demorado, lento e custoso
Promove criatividade e inovação	Menos seguro e confiável
Aproveita ideias vindas de outras empresas	Pode reduzir a lealdade à empresa
Aumenta o capital humano	Pode frustrar as expectativas do pessoal
Renova e enriquece a cultura existente	Pode barrar os planos de carreira
Incentiva a interação da organização	Requer aplicação de técnicas seletivas

Fonte: Elaborado pelos autores baseados em Chiavenato (2005); Chiavenato (2009); Satake, et. al. (2011); Pequeno (2012); Chiavenato (2014).

Já o recrutamento interno aborda os candidatos reais ou potenciais que trabalham na empresa. Esse tipo de recrutamento ocorre quando a empresa busca preencher uma vaga movimentando funcionários para aquele cargo. O remanejamento pode se dar por meio da promoção (movimentação vertical); transferência com promoção (movimentação diagonal) ou transferência (movimentação horizontal), promovendo o desenvolvimento pessoal e planos de carreira (PONTES, 2004; MARRAS, 2007; CHIAVENATO, 2009; SATAKE, et. al. 2011). O Quadro abaixo apresenta as vantagens e desvantagens em aderir a essa fonte de recrutamento.

**Quadro 2 - Vantagens e desvantagens do recrutamento interno**

<b>Recrutamento interno</b>	
<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
Rápido e econômico	Pode gerar conflitos entre os colaboradores
Mais válido e seguro	Pode gerar atitudes negativas dos não escolhidos
Motivacional ao pessoal	Bloqueia a entrada de novas ideias
Proporciona o encarceramento	Ideal nas empresas Burocrata e Mecanicista
Colaboradores fiéis e leais	Mantém o patrimônio humano inalterado
Espírito competitivo saudável	Funciona como um sistema fechado
Menores custos	Mantém e conserva a cultura existente
Candidatos já conhecem a empresa e a empresa os conhece	Pode conduzir a um alienamento das pessoas

Fonte: Elaborado pelos autores baseados em Chiavenato (2005); Chiavenato (2009); Satake, et. al. (2011); Pequeno (2012); Chiavenato (2014).

Mesmo separando o recrutamento externo do interno, uma organização sempre usa os dois, pois um sempre deve complementar o outro. Quando um funcionário é deslocado, o seu cargo anterior fica vago, assim, necessita de um novo recrutamento, quando se utiliza dos colaboradores internos para cobrir tal vaga, nota-se que sempre haverá uma vaga, a menos que ela seja excluída do escopo organizacional. Quando se utiliza a fonte externa, os funcionários da empresa querem novos desafios e oportunidades, se isso não ocorrer os funcionários vão para outras empresas a procura de melhorias (CHIAVENATO, 2009).

Com um recrutamento interno o órgão que requisitou o pessoal, pode sugerir um colaborador. Caso seja necessário o recrutamento externo, fatores como a importância do cargo e o tempo e recursos disponíveis para investir no processo interferem na decisão. Muitas vezes, pela importância do cargo, a melhor opção é a contratação de uma consultoria desde o início da requisição da vaga (PEQUENO, 2012).

Algumas das técnicas utilizadas no recrutamento, para a divulgação das vagas são: os anúncios em rádios, jornais, revistas especializadas ou no próprio estabelecimento, cartazes ou anúncios em locais visíveis, por indicação de funcionários, consulta ao banco de candidatos ou de talentos, contatos com outras empresas que atuam no mesmo mercado, com escolas, universidades, associações de classe, agências de recrutamento, programas de trainee e recrutamento virtual (CHIAVENATO, 2009; CARVALHO; PASSOS; SARAIVA, 2008).

O recrutamento deve ser uma atividade conjunta a estratégia organizacional, o seu principal desafio é gerar valor às pessoas e à organização, proporcionando resultados para ambos. A avaliação dos resultados do recrutamento ajuda a verificar se ele está sendo eficiente, trazendo para a organização pessoas capacitadas e não um grande número de pessoas que não tem competências para o cargo (CHIAVENATO, 2014). Com a realização do recrutamento um número grande de candidatos pode surgir, sendo necessário filtrar para determinada vaga aqueles que têm maior aptidão para o cargo.

Uma das formas mais utilizadas para filtrar candidatos entre o recrutamento e o processo de seleção é a triagem. Consiste em buscar os melhores candidatos por balizadores pré-estabelecidos e inerentes à vaga disponível. Com este processo, pode-se reduzir o número de candidatos que efetivamente participarão de dinâmica e entrevistas, reduzindo assim os custos, além de ser possível tirar conclusões preliminares sobre o candidato, como seu desempenho, fidelidade para com a empresa e, superficialmente, sua capacidade intelectual (DESSLER, 2014).

Atualmente, com as ferramentas disponibilizadas pela tecnologia, a maior parte das empresas que realizam seus processos seletivos optam por formulários online ou até mesmo vídeos de apresentação dos candidatos. O primeiro, corriqueiramente, solicita informações como a formação, registro de antecedentes criminais, experiências anteriores, estado civil e endereço. O vídeo possibilita uma análise mais clara sobre o candidato, entretanto, quando rejeitados, estes podem alegar discriminação mais facilmente (DESSLER, 2014).

A etapa seguinte ao recrutamento e a triagem de candidatos, é a seleção de pessoas, atividade que consiste em uma escolha, de opção e decisão, de filtragem de entrada, e de classificação do candidato, e que, acima de tudo, implica também em comparação, ou seja, a comparação das características do candidato com as especificações do cargo. Deste modo, seleção de pessoas é definida como um processo no qual a empresa opta pela escolha do candidato mais apto a vaga da organização, ou seja, aquele que possui a maior parte dos requisitos da vaga (CORADINI; MURINI, 2009; CHIAVENATO, 2009).

Assim, a seleção possui como objetivo básico, a escolha e classificação dos candidatos adequados às necessidades da organização. E para que haja tal escolha, é necessária uma base de apoio em um padrão ou critério de comparação, o qual é definido a partir de informações sobre o cargo a preencher ou sobre as competências requeridas pela organização (RIBEIRO; BÍSCOLI, 2009).

A base de comparação pode ser realizada por meio de descrição e análise do cargo, seja, por meio de um levantamento do conteúdo do cargo e dos fatores de especificações de que o cargo exige do seu ocupante, ou por meio de técnicas dos incidentes críticos, o qual consiste em uma anotação sistemática e criteriosa, dos gerentes e sua equipe de trabalho, sobre determinado cargo, e que visa localizar as características desejáveis e indesejáveis que serão investigadas nos futuros candidatos (CHIAVENATO, 2009).

Logo, após a obtenção das informações sobre o cargo ou das competências exigidas, o próximo passo é o delineamento das técnicas que serão utilizadas na seleção dos funcionários. Tais técnicas auxiliarão no conhecimento, comparação e escolha dos candidatos, as quais permitem o rastreamento das características pessoais do candidato por meio do comportamento desse (CHIAVENATO, 2014). Alguns exemplos de técnicas são apresentados no Quadro 3:

QUADRO 3 - Técnicas de seleção de pessoas

Técnicas de seleção	Descrição
Entrevistas de seleção	Visa a comunicação entre duas ou mais pessoas, como por exemplo, o entrevistador ou entrevistadores e o candidato, aplicando alguns estímulos para verificar as suas reações, ou seja, seu comportamento.
Provas de conhecimento ou de capacidades	Provas de conhecimentos são realizadas para avaliar o nível de conhecimentos gerais e específicos dos candidatos. Já as provas de capacidades, são utilizadas para verificar o real desempenho dos candidatos para tarefas, como por exemplo, perícia em lidar com computador.
Testes psicológicos	Realizado para avaliar o desenvolvimento mental do candidato, suas aptidões, habilidades, conhecimentos etc.
Testes de personalidade	Visa analisar os traços de personalidade dos candidatos, seja por meio do caráter, isto é, traços adquiridos ou fenotípicos, ou pelo comportamento, traços inatos ou genotípicos.
Testes de simulação	Realizado em grupos e exclusivamente verbal. Alguns exemplos são dinâmicas de grupo, o qual simula uma situação e proporciona sensações da vida real, e dramatizações, no qual as pessoas assumem papéis específicos, transformando-se em um personagem.

Fonte: Elaborado a partir de Chiavenato (2014), Pequeno (2012).

Assim, no processo seletivo há a utilização de várias técnicas, tudo dependerá da necessidade de cada organização, além de que as etapas do processo seletivo podem constituir-se como etapas eliminatórias ou não,

ficando a critério também da organização (CHIAVENATO, 2014; PEQUENO, 2012).

Desta forma, após a seleção de pessoas é interessante que o processo seja avaliado, para então verificar o quão eficiente e eficaz ele foi, para melhorá-lo, caso seja preciso. Essa avaliação ocorre por meio da avaliação das métricas do processo seletivo, podendo estas serem diretas, focadas no processo de seleção em si, ou indiretas, visam verificar os resultados do processo seletivo para a empresa (CHIAVENATO, 2009).

Métricas diretas como o número, a qualidade dos candidatos selecionados, a rapidez da seleção destes e o custo da seleção podem ser mais detalhados de acordo com as prioridades da empresa e por meio desse detalhamento é possível realizar a avaliação e o controle dos resultados da seleção. Uma das formas é detalhar minuciosamente o processo seletivo e verificar os custos incorridos em cada etapa, tanto os diretos como indiretos (CHIAVENATO, 2009).

Por outro lado, a adequação do candidato ao cargo, tempo de adequação ao cargo, maior permanência na empresa, melhor aprendizado, maior sucesso do funcionário e o retorno do investimento feito são métricas indiretas. Esses fatores podem gerar uma sensível economia às empresas ao lado de um aumento da produtividade, seja por meio da maior estabilidade do funcionário na empresa, ou menores investimentos em treinamento de funcionários. Por fim, é preciso ser capaz de programar as melhorias necessárias no processo de seleção, evitando assim, erros recorrentes (CHIAVENATO, 2009).

### **3.2 Desenho de Cargo**

Nas pequenas organizações, os gerentes podem desenhar cargos de maneira informal, incluindo ou retirando atribuições ou tarefas, limitadas a acordos feitos com cada um dos ocupantes daqueles cargos. Em grandes organizações, este processo se dá de maneira mais formal e geralmente desenvolvida por departamentos de engenharia industrial, que

descrevem as atribuições e as tarefas. Existem manuais que contêm descrições ou padrões de desempenho e classificação de cargos. Desta forma, o desenho dos cargos varia em cada organização, envolvendo as tarefas desempenhadas e as quantificações requeridas para a colocação nas classificações de cargos. Existem três modelos básicos para desenho de cargos, o modelo clássico, de relações humanas e o contingencial (CHIAVENATO, 2016). Segundo Chiavenato, (2016, p. 23), desenhar um cargo significa:

- i) estabelecer o conjunto de tarefas que o ocupante do cargo deve desempenhar (conteúdo do cargo);
- ii) como esse conjunto de tarefas deve ser desempenhado (método e processos de trabalho);
- iii) a quem o ocupante do cargo deve se reportar (responsabilidade);
- iv) quem o ocupante do cargo deve supervisionar ou dirigir (autoridade). Os cargos das áreas administrativas, financeira e mercadológica são geralmente desenhados pelas respectivas gerências.

O modelo de cargos antigo, também chamado de modelo tradicional/clássico, busca a máxima eficiência possível. Este modelo teve dois desdobramentos, o primeiro, parte do estudo de tempos e movimentos, em que o método de trabalho é estabelecido racionalizando-se os movimentos do trabalhador, sendo mais eficiente quanto mais simples e mais repetitiva forem as tarefas; também é determinado um tempo padrão para realização da tarefa. O segundo desdobramento é o desenho burocrático, o qual tem como princípio a divisão do trabalho, na qual os cargos são retamente definidos, especializados e obedecem ao princípio da hierarquia (CHIAVENATO, 2005).

O modelo de relações humanas, surgido na experiência de Hawthorne, preocupa-se especificamente com o contexto do cargo e as condições em que é desempenhado. Este modelo difere do modelo clássico pois dá ênfase ao externo, ou seja, adota uma atenção especial ao ocupante do cargo, promovendo maior interação entre pessoas (CHIAVENATO, 2005).



Frente às limitações do modelo clássico e humanístico, surgiu uma nova abordagem de desenho de cargos, a qual leva em consideração a utilização da capacidade de autodireção e autocontrole para alcance da satisfação, o objetivo principal não é a satisfação das necessidades individuais, mas é um subproduto desejável (CHIAVENATO, 2005).

Segundo Chiavenato, (2005), a nova abordagem descreve que os cargos devem ser desenhados reunindo cinco dimensões, a saber:

- Variedade de habilidades: o grau em que o cargo exige da pessoa o uso de suas aptidões, habilidades e talentos;
- Identidade com as tarefas: grau de identidade do ocupante do cargo com a tarefa desempenhada, buscando entender o que ela está fazendo, alcançando maior envolvimento com o trabalho;
- Significado das tarefas: relaciona-se com o efeito do cargo com os demais cargos e seu impacto sobre as pessoas de dentro ou de fora da empresa;
- Autonomia: grau de liberdade do ocupante do cargo em programar suas tarefas, os métodos para realizá-la, desta forma, aumenta a responsabilidade que o ocupante tem reduzindo a dependência externa;
- Retroação: quanto de informação o cargo revela a seu ocupante sobre seu desempenho e resultados, ou seja, se recebe um feedback adequado, que lhe proporciona maior autocontrole e auto direção.

Ao realizar o desenho de um cargo não se pode negligenciar a satisfação de seu ocupante, portanto, deve-se ter em conta a autonomia dada ao cargo, de modo que seu ocupante sinta-se responsável pelas falhas e sucessos das tarefas que executa; os resultados do trabalho devem ser reconhecidos pelo seu executor como uma peça inteira para que o trabalho tenha significado pessoal para o ocupante do cargo. Atendidas estes dois requisitos, a retroação interna ou externa poderá aumentar a satisfação do indivíduo (CHIAVENATO, 2016).

Outra forma de dar maior significância aos cargos se dá por meio do enriquecimento (ampliação) desses, o que levaria a maior motivação de seu ocupante, assim como a seu melhor desempenho, melhores condições de trabalho, maior produtividade, menor rotatividade e absenteísmo. Estes resultados positivos se dariam em virtude de o ocupante do cargo

perceber maior sentido e desafio em suas tarefas. Quando o enriquecimento é horizontal, há a adição de novas tarefas com mesmo nível de complexidade, diferentemente do enriquecimento vertical, em que novas responsabilidades, com maior complexidade, são adicionadas ao cargo. No entanto, nem sempre o enriquecimento do cargo é bem visto, uma vez que pode ser entendido como a exploração do funcionário pela empresa, ou gerar ansiedade em seu ocupante devido às mudanças introduzidas em suas rotinas (CHIAVENATO, 2016).

Ainda de acordo com o autor, algumas formas de enriquecimento de cargos são: 1. Formação de unidades naturais de trabalho (agrupamento de diferentes tarefas significativas); 2. Integração vertical (adição de tarefas mais complexas); 3. Abertura de canais de retroação (autocontrole da qualidade do trabalho); 4. Relações diretas com clientes ou usuários (aumenta a variação das tarefas e expõe o ocupante a retroação); 5. Equipes (cria condições de trabalhar com maior eficácia, se feito da maneira correta).

## **4 Resultados e discussões**

### **4.1 Caracterização da empresa**

A empresa estudada é uma sociedade empresária limitada composta por 3 sócios, a qual possui um capital social de 66.742.460,00 (sessenta e seis milhões, setecentos e quarenta e dois mil e quatrocentos e sessenta reais). Segundo o seu número de funcionários, 345, essa indústria é considerada como sendo de médio porte.

Apesar de as respondentes caracterizarem a organização como departamentalizada por funções, ou seja, como tendo a “[...] a divisão dos órgãos da administração de acordo com a tarefa e responsabilidade a que se destinam [...]” (ANDREOLI; ROSSINI, 2015, p. 104), ao observarmos a

segmentação dos grupos de tarefas em 32 seções<sup>8</sup>, compreende-se que, além deste tipo de departamentalização, há também a departamentalização por processos e por produtos, configurando uma departamentalização mista.

Provavelmente como resultado da ampla departamentalização, nos níveis superiores de diretoria e gerência não há grande número de subordinados, situação que, a depender da função, pode ser oposta para os níveis de supervisão, nos quais há a possibilidade de um maior número de subordinados por supervisor. A amplitude administrativa estreita aponta a divisão bastante específica de tarefas, por isso para uma estrutura organizacional mais alongada na empresa, apesar de não se conhecer seu organograma por completo (CHIAVENATO, 2014).

Quanto à participação dos funcionários nas decisões que lhes concerne, a empresa se considerou democrática, considerando o programa de sugestões da empresa a principal política nesse sentido. Um programa de sugestões pode ser entendido como uma prática que incentiva e treina os funcionários para que sugiram maneiras de melhorar os processos, com vistas a melhora da qualidade e da diminuição dos custos (PENTEADO, 2010).

A participação dos funcionários é uma das formas de garantia de sua satisfação, que decorre da integração grupal, delegação de maiores responsabilidades, estímulo pelo líder e retroação (CHIAVENATO, 2005). No entanto, altos índices de rotatividade na empresa podem apontar para falhas de gestão, mesmo nas empresas mais democráticas. A partir dos dados obtidos com a empresa, percebe-se, no último ano, um turnover<sup>9</sup> de

---

<sup>8</sup> Admin. da produção; Recursos humanos; Controladoria e finanças; Assistência técnica - agro; Assistência técnica - fitness; Compras no mercado externo; Cortes e conformação; Diretoria; Engenharia de processos; Equipe de melhorias fitness; Engenharia de produto; Faturamento e expedição; Manutenção de ferramentas; Manutenção mecânica/elétrica; Marketing - agro; Marketing - fitness; Materiais e logística industrial; Montagem agro; Montagem fitness; Peças de reposição - fitness; Peças de reposição - revenda; Pintura; Polímeros; Qualidade; Solda elétrica; Solda estanho; Sopradoras; Treinamento - agro; Usinagem; Comercial fitness; Comercial agrícola; Tecnologia da informação.

<sup>9</sup> Turnover = ((funcionários admitidos + funcionários desligados/2) /total de funcionários)x100

22%, principalmente para os cargos de montador e analista de suporte técnico.

#### **4.2 Método de Desenho de Cargos da Empresa**

Com relação ao desenho de cargos, quando questionada sobre quais características considera mais importantes ao desenhar um cargo em relação ao futuro contratante, a empresa respondeu que a característica mais importante é a adequação do colaborador com a hierarquia estabelecida da organização, por isso, durante as etapas do processo seletivo, independente do nível hierárquico, sempre haverá entrevista com o superior. O segundo ponto considerado como importante foi a satisfação do colaborador para com o exercício de suas atividades. Nota-se então, características convergentes com o modelo de relações humanas e contingenciais. Outra característica, não menos importante, mas que foi respondida em um terceiro momento é o prezar dos colaboradores pela máxima eficiência possível. Assim, podemos ser direcionados a compreensão de que há uma menor ligação com o modelo tradicional (CHIAVENATO, 2016).

Para a descrição do cargo, as informações essenciais, ou seja, os requisitos prezados pela empresa são que o futuro funcionário trabalhe de forma transparente, o que gera a necessidade de a contratação ser assertiva. Segundo a empresa, é seu papel atuar de maneira exata para desenvolver o colaborador, identificando os espaços de aperfeiçoamento e de aprendizado, para que assim, o funcionário desempenhe bem suas funções. Contudo, deve-se levar em conta que há a necessidade das competências do indivíduo a ser contratado se equiparar com as da organização, a contratação assertiva, de fato, levando em consideração a adequação do profissional à vaga, seu potencial de desenvolvimento, mas não permitir que o potencial supere a importância das competências (CHIAVENATO, 2005).

Em desenho de cargo, outro elemento importante é a definição do salário para um novo cargo, o qual é definido com base no plano de cargos

e salários da organização. Quando questionados sobre os benefícios oferecidos pela organização, para diferenciar-se de outras, e sobre a atratividade deles para os funcionários, verificou-se que, no nível operacional, os benefícios mais atraentes são: plano de saúde, plano odontológico e restaurante na organização. Já no nível gerencial, são somente os planos de saúde e odontológico. Contudo, para a alta cúpula da organização, não foi considerado nenhum benefício.

Nota-se então, que a não atratividade dos benefícios oferecidos pela organização, corresponderá a uma difícil retenção de talentos para os funcionários, principalmente para os indivíduos da alta cúpula, visto que a retenção se destina ao reconhecimento dos funcionários, além de atender suas necessidades, levando-os ao desenvolvimento, a fim de manter um diferencial (LIMA; SANTANA; SANTOS, 2011). Quanto ao redesenho de cargos da organização, esses são realizados uma vez ano, juntamente com o propósito de avaliar as competências técnica esperadas para tal cargo (MAXIMIANO, 2007).

### **4.3 Método de Seleção de Pessoas**

A empresa pesquisada realiza recrutamento externo de forma ininterrupta, por meio de seu site, na aba “Trabalhe conosco”, demonstrando que está ciente de que mesmo não havendo vagas a serem ofertadas no momento o recrutamento não deve cessar. Além disso, fazem uso de redes sociais, jornais e bancos de vagas online e ainda informam, por meio dos murais internos e da intranet a existência de vagas. A combinação entre os dois tipos de recrutamento atribui para a empresa as vantagens e desvantagens de ambos, sendo necessário que consiga dosar estas formas, buscando evitar que o clima da empresa possa ser prejudicado, mas possibilitando a renovação da empresa (CHIAVENATO, 2005; PEQUENO, 2012; CHIAVENATO, 2014).

Devido a uma de suas formas de recrutamento externo, a empresa possui um banco de dados dos currículos recebidos, os quais, segundo a

empresa, não possuem prazo máximo para ficarem armazenados. Por meio de filtros nos bancos de dados, é recorrente a empresa realizar a triagem destes currículos segundo os parâmetros estabelecidos na requisição de pessoal, além de levarem em consideração a localidade onde reside o candidato e a estabilidade desses em empregos anteriores. Com isso a empresa restringe o número e a qualidade das pessoas que participarão do processo seletivo, assim, adequando o público recrutado para as intenções da empresa e para o processo seletivo, incorrendo na diminuição de possíveis custos (DESSLER, 2014).

A empresa em questão nunca contratou uma assessoria para realizar o processo seletivo. Esta escolha pode, a princípio, garantir redução de custos, pois não incorreria em gastos com a terceirização. Entretanto, caso a empresa não possua o conhecimento necessário para a condução de um processo seletivo, interpretação dos resultados, imparcialidade na escolha do candidato mais apto, geraria custos provavelmente maiores com a demissão deste candidato e contratação de um novo, ou, caso não o demita, geraria custos com um funcionário que não atende todas as suas necessidades, fazendo com que a empresa não atinja seu máximo potencial (CHIAVENATO, 2009).

Após a triagem dos currículos, baseados na requisição de pessoal, a empresa estabelece as etapas do processo seletivo, as quais podem variar dependendo no nível hierárquico da vaga. Vagas do nível operacional requisitam uma redação e entrevistas com o departamento de recursos humanos e com o gestor da área. Para uma vaga de nível gerencial, a redação é descartada, dando lugar para testes de levantamento de perfil, enquanto para vagas de alta cúpula o processo é o mesmo do nível gerencial. Todavia, a última entrevista é com o presidente. A avaliação de um processo seletivo é complexa, porém, devido a empresa possuir, para os diversos níveis hierárquicos, diferentes técnicas de seleção, desde que a imparcialidade e a ética estejam sempre presentes, gera-se a oportunidade de uma avaliação mais ampla e assertiva do comportamento, competências e habilidades dos candidatos (BRAGA; KUBO; OLIVA, 2017)

As entrevistas do processo seletivo podem variar em online e presenciais, podendo contar com apresentações por vídeos. Além disso, os testes utilizados podem ser de diversos tipos, a depender do cargo em questão, passando por testes de office, raciocínio lógico, psicológicos, comportamentais, conhecimentos gerais e até de línguas. Alguns dos testes utilizados são: Raven; Palográfico; Disc; Teique. As técnicas de seleção utilizadas pela empresa são vantajosas para verificar a capacitação dos funcionários, seu comportamento, assim como suas interações com a hierarquia organizacional, aproximando-se de um modelo contingencial, entretanto, não considera o autocontrole e a autodireção (CHIAVENATO, 2014; PEQUENO, 2012).

Após a contratação do novo funcionário a empresa realiza a avaliação do processo seletivo, verificando os custos incorridos nele, os quais, segundo ela tem uma variação perceptível a depender do nível da vaga. A avaliação dos custos do processo é sempre necessária, mas pode não ser completa e, como no caso, desconsiderar as métricas indiretas (CHIAVENATO, 2009). Além disso, a empresa privilegia os prazos acordados com o gestor solicitante para a avaliação, o que pode ser prejudicial para a máxima eficiência do processo.

#### **4.4 Estratégias de Melhoria**

##### **4.4.1 Desenho de cargos e seleção de pessoal da empresa**

Recomenda-se entender o porquê do alto índice do *turnover* para os montadores e analistas de suporte técnico, se são levados em considerações as habilidades técnicas, visto que a mão de obra de montadores não requer altos conhecimentos técnicos. Diferentemente, da mão de obra de um analista de suporte técnico, o qual necessita habilidades mais técnicas para a execução das suas atividades. Algumas possíveis causas destes acontecimentos são: baixa variabilidade das tarefas, a não identificação com as

tarefas, o fato de o trabalho não ser desafiante o suficiente. Logo, é imperativo a compreensão do índice de *turnover* para os diferentes cargos, uma vez que cada um corresponde a diferentes funções exercidas. É válido destacar que a gestão de pessoas, principalmente, para o entendimento deste índice, colabora para o crescimento e desenvolvimento das organizações, a fim de maximizar a eficiência das organizações as estratégias em busca da competitividade (MINTZBERG & LAMPEL, 1999; PINHEIRO, 2013).

Uma prática utilizada pelas empresas, desde cargos inferiores, a exemplo dos estagiários até mais superiores é a rotação de cargos. Tal método busca ampliar a exposição das pessoas às operações da organização e transformar especialistas, ou seja, dirimir a monotonia e alienação, gerando mais aprendizado e o desenvolvimento de pessoas (CHIAVENATO, 2014; BRAGA; SILVA, 2016).

De acordo com Munck e Souza (2010) em consonância com a estruturação e desenho de cargo, estão as competências requeridas para o desenvolvimento das suas funções, isto é, as competências individuais e organizacionais, que juntas constroem a vantagem competitiva do indivíduo e a sua diferenciação dentre os demais.

Segundo Romualdo et. al (2014), antes de se emitir alguma opinião sobre o comportamento de um funcionário, é de suma importância saber quais competências e habilidades são requeridas, podem ser estabelecidas por meio do desenho de cargos. Após a definição do desenho de determinado cargo. Ou seja, definidas as habilidades e competências esperadas, a empresa, em especial os cargos gerenciais, devem fornecer feedback para os seus subordinados, com o intuito de aumentar a satisfação do trabalhador, com as informações sobre as suas realizações e entregas. Colocando em comparação com parâmetros para correção, a fim de manter ou melhorar tal desempenho.



## 5 Considerações finais

A empresa possui seus pontos fortes e oportunidades de melhoria, pode ser interessante para que ela possa se aprofundar nos motivos da existência deste nível de *turnover*, a fim de diminuí-lo, se possível, sendo assim, há a necessidade do entendimento maior da estruturação dos cargos. O desenho de cargos e o processo seletivo encontram-se alinhados, devido à empresa prezar pela adequação dos funcionários à hierarquia e possuir entrevistas com superiores da vaga, como técnica de seleção, o que colabora para a contratação dos colaboradores.

No entanto, deve-se avaliar se tal orientação é adequada ao retorno que a empresa deseja obter de seus funcionários. Sua orientação no processo de seleção tende a ser humanístico, ou seja, deve-se ter maior atenção com o ocupante do cargo, assim como sua estrutura mostra sinais de maior verticalidade e amplitude administrativa estreita, o que seriam possíveis motivos para o alto turnover.

A decisão gerencial, nesse sentido, poderia levar em conta se o modelo atual de gestão de pessoas é de fato o mais adequado para gerar valor e economias para a organização, os quais se traduzem em maior competitividade. As mudanças implementadas para o alcance de uma gestão de capital humano eficiente podem ser incrementais, podendo ser iniciada em vários pontos da estrutura organizacional, de modo a torná-la mais dinâmica e orientada para o fator humano e para os resultados.

## Referências

ANDREOLI, T.P.; ROSSINI, F. **Organização, sistemas e métodos**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

ÁVILA, L.V.; STECCA, J. P. **Gestão de pessoas**. Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico; Rede e-Tec Brasil, 2015.

BRAGA, B.M.; KUBO, E.K.M.; OLIVA, E. **Dilemas éticos enfrentados por profissionais de recursos humanos**: explorando cursos de ação. *Revista de Administração Contemporânea*. v. 21, n. 6, nov./dez. 2017.

BRAGA, P.F.; SILVA, T.B. Estudo de treinamento e desenvolvimento de pessoas voltado para estratégias na organização. *Revista Científica e-locução*. Edição 10, ano 5, p. 96-115, 2016.

CÂMARA, P.B.; GUERRA, P.P.; RODRIGUES, J.V. **Novo Humanator**: Recursos Humanos e Sucesso Empresarial. Lisboa: Edições Dom Quixote. 2003.

CARVALHO, I.M.V.; PASSOS, A.E.V.M.; SARAIVA, S.B.C. **Recrutamento e seleção por competência**. Rio de Janeiro. FGV, 2008.

CHIAVENATO, I. **Desempenho humano nas empresas**: como desenhar cargos e avaliar o desempenho para alcançar resultados. 7 ed. Barueri: Manole, 2016.

\_\_\_\_\_. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.

\_\_\_\_\_. **Gerenciando com as pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

\_\_\_\_\_. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**: como agregar talentos à empresa. 7 ed. Barueri: Manole, 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. Barueri: Manole, 2014.

CORADINI, J.R.; MURINI, L.T. Recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa. *Disciplinarum Scientia: Ciências Sociais Aplicadas*. v. 5, n. 1, p. 55-78, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/1494/1408>>. Acesso em: 02 maio 2018.

DESSLER, G. **Administração de recursos humanos**. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

FERREIRA, F.S.; VARGAS, E.C. A importância do processo de recrutamento e seleção de pessoas no contexto empresarial. *Estação Científica (UNIFAP)*, Macapá, v. 4, n. 2, p. 21-39, jul.-dez. 2014

- GRAMIGNA, M.R. **Modelo de competências e gestão de talentos**. São Paulo: Makron Books, 2002.
- HITT, M.A.; IRELAND, R.D.; HOSKISSON, R.E. **Administração estratégica: competitividade e globalização**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- KNAPIK, J. **Gestão de Pessoas e Talentos**. Curitiba: Ibpx, 2008.
- LIMA, M.C.F.; SANTANA, M.; SANTOS, T.R. Retenção de talentos na profissão de secretariado. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 101-130, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://revistagesec.org.br/secretariado/article/view/46>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- MARRAS, J.P. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 12. Ed. São Paulo: Futura, 2007.
- MACARENCO, I. **Gestão com pessoas – Gestão, COMUNICAÇÃO e pessoas: Comunicação como competência de apoio para a gestão alcançar**. São Paulo, 2006. 233p. Tese (Doutorado em Ciências da comunicação) – Escola de Comunicação e Artes de Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.
- MAXIMIANO, A.C.A. **Introdução à administração**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MINTZBERG, H.; LAMPEL, J. Reflecting on the strategy process. **Sloan Management Review**, Massachusetts, v. 40, n.3, p.21-30. 1999.
- PEQUENO, A. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- PONTES, B.R. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal**. São Paulo: LTr, 2004.
- PENTEADO, R.F.S. **Programa de Sugestões: elementos que estimulam a geração de ideias para a gestão da inovação nas organizações**. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2010.

PINHEIRO, A.P. Causas e efeitos da rotatividade de pessoal - Turnover: Estudo de caso de uma microempresa do setor de educação. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 10, 2013, Resende. **Anais...** Resende: AEDB, 2013.

RIBEIRO, D.G.V.; BÍSCOLI, F.R.V. A busca por novos colaboradores através do recrutamento e seleção. **Revista Expectativa**, v. 3, n. 3, 2009.

ROMUALDO, S.R.L., et al. Análise da relação entre o processo de feedback e o desempenho organizacional. **Revista EDUC**, vol. 1, n. 02, p. 1-16, jul./dez. 2014.

SATAKE, E.F. et. al. Recrutamento e seleção com foco no recrutamento interno. **Revista Científica do Unisaesiano** – Lins – SP, ano 2, n.4, jul./dez de 2011.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## Apêndice 1

- 1 Qual a origem do capital, a empresa é de um único dono ou tem outros sócios?
- 2 - Qual o porte da organização?
- 3 - Quais os principais produtos da empresa?
- 4 - Quais os principais clientes nacionais e internacionais da empresa?
- 5 - Onde estão localizadas as plantas e polos produtivos da empresa?
- 6 - Ao desenhar um cargo, a empresa leva em conta primordialmente quais características quanto ao futuro contratado? Classifique as seguintes afirmações de acordo com o grau de importância para a empresa, sendo 1 o mais importante e 3 o menos importante.  
( ) - colaboradores que prezem pela máxima eficiência possível  
( ) - a adequação do colaborador a hierarquia estabelecida  
( ) - a satisfação do colaborador no exercício de suas atividades.
- 7 - Quais são as áreas funcionais da empresa (exemplo: finanças, produção, marketing e RH)?
- 8 - Qual o tipo de departamentalização da empresa:  
( ) por função (exemplo: marketing, recursos humanos, produção...)  
( ) por produto (exemplo: divisão de equipamentos de jardinagem, divisão de equipamentos náuticos, divisão de equipamentos de academia)  
( ) por localização geográfica (exemplo: Região Sudeste, Região Nordeste, Região Norte...)  
( ) por cliente (exemplo: pequenos e médios produtores, academias e esportistas náuticos)  
( ) por processos (exemplo: seção de cortes de peças, seção de montagem de equipamentos...) ( ) por projetos (exemplo: esteira X, esteira Y, esteira Z...)  
( ) mista.
- 9 - Em que situações a empresa realiza o redesenho de cargos?
- 10 - Para a empresa, quais são as informações essenciais na descrição de um cargo?
- 11 - Como é definido o salário de um cargo requisitado?
- 12 - Quais os parâmetros utilizados pela organização na triagem de currículos de candidatos e por que tais parâmetros são importantes?
- 13 - O Processo Seletivo é ou já foi terceirizado? Por qual razão contratou-se uma assessoria?
- 14 - A empresa mantém um banco de dados dos currículos recebidos? Há neste banco de dados uma separação por cargos? Por quanto tempo o currículo recebido é mantido no sistema?
- 15 - Quais os principais elementos observados na análise dos currículos dos candidatos a vagas de emprego na organização?
- 16 - Quais são as etapas do Processo Seletivo no nível operacional?
- 17 - Quais são as etapas do Processo Seletivo de nível gerencial?

18 - Quais são as etapas do Processo Seletivo na alta cúpula?

19 - Quais os nomes dos testes utilizados pela empresa:

Inteligência: \_\_\_\_\_

Aptidões: \_\_\_\_\_

Personalidade: \_\_\_\_\_

20 - Como os processos seletivos são quantificados e avaliados quanto a seu desempenho?

21 - Um cargo de diretor/presidente possui poucos ou muitos subordinados?

22 - Um cargo de gerente possui poucos ou muitos subordinados?

23 - Um cargo de supervisor possui poucos ou muitos subordinados?

24 - Quais as formas de participação dos colaboradores na tomada de decisões que lhes afeta?

25 - Quais das seguintes tecnologias são utilizadas durante a seleção de candidatos? ( ) entrevistas online

( ) banco de vagas online

( ) apresentação por vídeo

( ) teste com o Office

( ) testes online (raciocínio lógicos, conhecimentos gerais, inglês...)

( ) comunicação por e-mail

( ) outros:

26 - Quais os meios de divulgação de uma vaga para recrutamento de membros?

( ) sites

( ) redes sociais

( ) jornais

( ) murais de informações internos

( ) intranet

( ) outros:

27 - Cite exemplos de dinâmicas que são utilizadas na empresa:

28 - Qual o número de funcionários admitidos nos últimos 12 meses?

29 - Qual o número de funcionários desligados (demitidos ou que pediram desligamento) nos últimos 12 meses?

30 - Qual o número total de funcionários da empresa?

31 - Quais os cargos com maior rotatividade na empresa?

31 - Quais os cargos com maior rotatividade na empresa?

## Capítulo 7

### **Itinerário de comunidade à sociedade: um resgate multidisciplinar da interação sociedade e natureza no extremo oeste paulista <sup>1</sup>**

*Silvia Cristina Vieira Gomes <sup>2</sup>*

*Rodrigo Fernando Marandola <sup>3</sup>*

*Renan Pereira Zambianqui <sup>4</sup>*

*Angélica Góis Morales <sup>5</sup>*

#### **1 Introdução**

A relação sociedade e natureza apresenta-se como uma temática interdisciplinar. É pesquisada sob diferentes óticas e dialoga com inúmeros saberes, entre eles estratégias de preservação do ecossistema, saúde ambiental, turismo rural e inferências do patrimônio sociocultural. Estas

---

<sup>1</sup> Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

<sup>2</sup> E-mail: [silvia.cv.gomes@unesp.br](mailto:silvia.cv.gomes@unesp.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8102164578442549>. Endereço: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Engenharia de Tupã.

Rua Domingos da Costa Lopes, 780, Jardim Itaipu 17602496 - Tupã, SP - Brasil.

<sup>3</sup> E-mail: [rffmarandola@yahoo.com.br](mailto:rffmarandola@yahoo.com.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1737649127752856>

<sup>4</sup> E-mail: [renanzambianqui@hotmail.com](mailto:renanzambianqui@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0737940390086307>

<sup>5</sup> Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP). Pós-doutorado na Universidad Nacional de Córdoba/Argentina. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Mestra em Educação Ambiental (FURG). Graduada em Ciências Biológicas (UNESP). Líder do Grupo de Pesquisa PGEA/UNESP. Docente do PGAD/UNESP. E-mail: [ag.morales@unesp.br](mailto:ag.morales@unesp.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6150713282196250> Rua Domingos da Costa Lopes, 780, Jardim Itaipu 17602-496 - Tupã/SP.

interações tornam-se objetos a serem pesquisados neste ensaio, que encontra o cenário do desenvolvimento rural sustentável do agronegócio não agrícola como pano de fundo atual.

Para esta pesquisa, por meio de resgate histórico e cronológico será abordada a relação sociedade natureza no Distrito de Varpa (com enfoque no *lócus* da Fazenda Palma), hoje inserido em terras do município da Estância Turística de Tupã<sup>6</sup>, situado no extremo oeste do interior paulista.

Partindo de 1922 com a chegada de um grupo de imigrantes que vieram predominantemente da Letônia para o Brasil, em busca de um local para se instalar em comunidade. Procuravam por terras férteis à beira de um curso d'água. Parte do caminho em terras paulistas, vieram abrindo trilhas por entre a mata densa, chegaram às margens do Rio do Peixe. A Igreja foi um elemento de forte coalizão entre os imigrantes. A comunidade ficou por tempos, isolada na mata (TUPES, 1988).

Nos relatos de Tupes, (2007, p. 56) ao se referir à comunidade de Varpa, destaca que “a pequena colônia era um mundo à parte, longe de qualquer contato com a civilização; possuía inclusive o seu próprio governo. Essa autoridade era exercida por um grupo de pessoas reconhecidas pelos demais como capazes e mais religiosas”.

Este isolamento logo foi findado e o contato com a sociedade foi alavancado por questões comerciais. Segundo Moraes, Silva e Muller (2016, p. 3), a comunidade de Varpa buscou com o passar dos anos uma estruturação exitosa nas relações sociais com a sociedade de maneira geral, e como afirmam, os letos: “Muito longe de viver isoladamente, produz bens de consumo que são comercializados nos centros urbanos da região e, para tanto, experimentaram diferentes modelos organizacionais”.

Os recursos naturais eram muito valorizados pela comunidade leta de Varpa para fins de sobrevivência e qualidade de vida. Atualmente, embora com finalidades distintas, os recursos naturais estrategicamente

---

<sup>6</sup> Estâncias Turísticas são municípios intituladas assim por possuírem infraestrutura e serviços direcionados ao turismo, seguindo legislação específica e requisitos para tal. No Estado de São Paulo, a criação das Estâncias Turísticas se deu a partir da Constituição do Estado de São Paulo de 1967 conforme consta no artigo 146 - Constituição do Estado de São Paulo, 1967 (SÃO PAULO, 1967).



preservados servem de atrativos para fins turísticos, com destaque ao recurso hídrico, com cachoeira em águas límpidas.

Atualmente, o turismo rural está envolvido na Fazenda Palma com oferta de cenários, instalações e vivências no meio rural, que possibilitam uma experiência dinâmica. Segundo Brasil (2010, p. 5), “o turismo rural é o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, [...], agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

A relevância da interação do indivíduo com a natureza em equilíbrio vai além da contemplação, resgates históricos culturais e entretenimento, e possui estreito vínculo com a saúde. A própria Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946), reforçou essa condição, ainda na década dos anos de 1940 e esse conceito se mantém atual até a contemporaneidade.

A Organização Mundial de Saúde definiu saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. “A condição de saúde de um indivíduo, é um conceito complexo, multidimensional e dinâmico”, e o meio ambiente possui estreito vínculo para fomentar as condições salubres ou insalubres para os seres vivos. Para caracterizar a saúde, faz-se necessário recolher informação sobre diferentes aspectos que, apesar de poderem ser considerados individualmente, apenas quando são alvos de uma análise em conjunto com a inclusão do ambiente, fornece dados para descrever o estado de saúde de um indivíduo (CARRAPATO; CORREIO; GARCIA, 2017, p. 677).

Desse modo, frente ao exposto, o presente estudo estabelece como problema de pesquisa a seguinte questão: Qual a relação atual da comunidade de letos de Varpa com a natureza na Fazenda Palma, frente ao uso e ocupação do solo, impacto na saúde e o turismo rural?

Diante da problematização, objetivo geral da pesquisa é correlacionar o uso e ocupação do solo na comunidade de letos de Varpa.

A partir deste objetivo amplo, desdobraram-se os seguintes objetivos específicos, que foram interpelados no decorrer da pesquisa: 1) resgatar historicamente a cultura desta colônia leta, em especial o *lócus* da Fazenda

Palma na interface com o conceito sociedade natureza; (2) identificar o turismo rural em tempos atuais como elo para fomentar o resgate cultural e o desenvolvimento sustentável; (3) descrever a interação do indivíduo no cenário rural a partir do conceito de saúde ambiental; (4) verificar os usos e ocupação das terras como o principal fator de modificação das características naturais e principal aspecto na relação sociedade natureza.

## 1.2 Trilha Metodológica

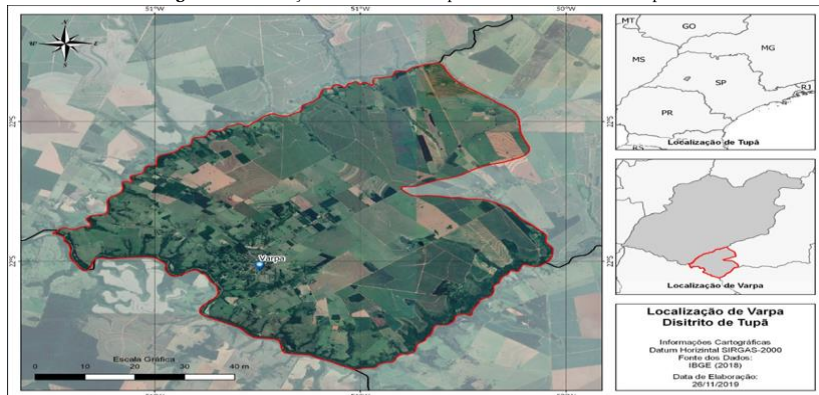
Trata-se de uma investigação científica, de natureza aplicada, realizada por meio de uma pesquisa de campo que, para Marconi e Lakatos (2013, p. 69), serve para “conseguir informações e/ ou conhecimentos acerca de um problema para qual se procura uma resposta, [...] descobrir novos fenômenos ou relações ou relações entre eles”. Requer a priori a efetivação de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão. Em segundo lugar, como escolha do instrumento de coleta de dados, a observação serviu para o levantamento de informações.

Possui um objetivo descritivo e exploratório. Caracteriza-se como pesquisa exploratória, pois terá como intenção familiarizar-se com a comunidade da Varpa e seu ambiente natural (sociedade/natureza). É descritiva, por realizar resgate cronológico histórico desde a chegada dos imigrantes no ano de 1922 e buscar descobrir as relações existentes entre os elementos que compõem a pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2013).

Como instrumento de coleta de dados foram elencadas a observação realizada na Fazenda Palma e pesquisa documental no Museu Histórico do Distrito de Varpa denominado Janis Erdberges.

A Figura 1 ilustra o espaço geográfico da pesquisa: Varpa. Foi criado oficialmente como Distrito de Tupã pela Lei Estadual nº 2.237, de 23 de dezembro de 1927, Varpa significa espiga no idioma leto (MONTES; MORENO; NAKAYAMA, 2012). O Distrito recebeu essa denominação, devido as lembranças da Letônia e a correlação com as espigas, típicas na produção de alimentos, onde os grãos encontravam-se unidos como os habitantes locais.

**Figura 1** - Localização do Distrito de Varpa – Estância Turística de Tupã



Fonte: Elaborado pelos autores (2020), com dados de IBGE, (2018)

Para a elaboração das cartas de Uso e Ocupação do Solo do Distrito de Varpa, Estância Turística de Tupã, interior do Estado de São Paulo, para as (1,4 e 5) foi utilizado o Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000, fuso 22S com coordenadas planas em Universal Transversa Mercator – UTM, tendo como origem das coordenadas as linhas do Equador e Meridiano de Greenwich. As bases cartográficas foram obtidas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e por meio de Imagens do Google Earth com dimensões de 4800x3600 pixels e processadas no Software Qgis.

## 2 Resultados

### 2.1 A comunidade de Varpa – Fazenda Palma e a Natureza

A historiadora Milia Tupes relatou nos dias 25 e 27 de outubro de 1986 ao Jornal Superior, atualmente denominado Diário de Tupã, que em meados do ano de 1923, durante a divisão das terras entre as famílias de imigrantes letos, em Varpa, verificou-se um grande número de pessoas solteiras, viúvas e órfãs de guerra incapazes de conduzir uma propriedade rural. Por este motivo, surgiu a ideia de fazendas coletivas que abrigasse a todos. No planejamento inicial era para haver quatro fazendas coletivas

com 50 alqueires cada, mas no final concluíram que uma única área propiciaria maior união e aumentaria a força de trabalho, sem desperdício de recursos (DIARIO, 2018).

Uma área de 750 hectares foi separada para a comunidade. Esta área ficava localizada às margens do pequeno rio Aldeia - Picadão, num declive suave. Formou-se ali a comunidade Palma, já nos fins de 1923 (TUPES, 1988). Até hoje, conhecida como a Fazenda Palma.

A Corporação Evangélica Palma objetivou o desenvolvimento e ações práticas do sentimento comunitário, do espírito associativista e o amor fraternal. Em sessão realizada dia 20 de julho de 1929, 137 dos seus membros aprovaram os estatutos da comunidade, com o nome de ‘Estatutos da Corporação Evangélica Palma’ (TUPES, 2007).

A comunidade implementou sua cultura típica leta na região e seus traços são visíveis até a contemporaneidade.

Bukvar e Rosin (2013, p. 68) quando se referem a colônia leta de Varpa, trazem que o amplo conceito de patrimônio cultural perpassa pelo “meio ambiente, recursos naturais de um lugar, o conhecimento, as técnicas e o saber fazer de determinado povo, e os bens culturais materiais desenvolvidos”.

Em complemento, o patrimônio pode ser conceituado com respaldo da Constituição Federal de 1988, por meio do Artigo 216, cita que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, sn).

Não é apenas por meio do viés do patrimônio cultural que retrata uma sociedade, toda sua estrutura e relações sociais, seu modo de vida,

interação e respeito com a natureza fazem parte deste complexo de saberes.

A estruturação da sociedade e de todas as relações sociais decorre da vontade humana, conceito cunhado pelo alemão Ferdinand Tönnies, (1887) e ressaltado por Brancalone (2008), é um processo sequencial de desenvolvimento das sociedades. Esse sistema abarca a participação social onde os sujeitos estabelecem múltiplas relações sociais que se materializam nas comunidades e na sociedade. A participação social é o ato de, além de participar do processo social por meio das relações estabelecidas, incluindo aí as vontades realizadas ou sofridas, que constrói ou destrói outras vontades, de também poder usufruir do produto produzido, mediante seu trabalho produtivo (BRANCALEONE, 2008).

Nas relações sociais da comunidade temos elementos de uma cultura holística, *“por hombres que se sientem y saben como perteneciéndose unos a otros, fundados em la proximidad natural de seus espíritus”* (TÖNNIES, 1942, p. 45, citado por BRANCALEONE, 2008, p. 99). Nas relações ambientais da comunidade com a natureza, essa cultura holística encontra-se presente e, por vezes, torna-se indissolúvel o viés social do ambiental, fundindo-se na visão socioambiental.

Para Leff, (2012), o ambientalismo constitui um processo de ressignificação do mundo na atualidade. “Os princípios de racionalidade ambiental reorientam as políticas científicas e tecnológicas para o aproveitamento sustentável dos recursos, visando a construção de um novo paradigma produtivo e de estilos alternativos de desenvolvimento” (LEFF, 2009, p. 30). Para o autor, a questão ambiental não está ancorada ao espaço físico, mas sua amplitude perpassa por todos os grupos, independente de classe social:

A questão ambiental aparece como uma problemática social e ecológica generalizada de alcance planetário, que mexe com todos os âmbitos da organização social, do aparato do Estado e todos os grupos e classes sociais. Isso induz um

amplo e complexo processo de transformações epistêmicas no campo do conhecimento e do saber, das ideologias teóricas e práticas, dos paradigmas científicos e os programas de pesquisa (LEFF, 2006, p. 282).

Em complemento, Castells, (2000, p. 143) aponta que o ambientalismo representa “todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos tanto em suas práticas visam corrigir formas destrutivas do relacionamento entre o homem e o ambiente natural”.

Foi intensificado por esta relação de ambientalismo numa coexistência da comunidade em sintonia com a natureza, com uso de práticas sustentáveis e respeito pelos recursos naturais que favoreceu o interesse de visitação, e a reabertura da Fazenda Palma para o Turismo Rural. (DIARIO, 2019).

Durante sua trajetória, a comunidade de Varpa, passou por experiências formais associativistas que se transformaram mais tarde na Cooperativa Látvia fundada em 10 de fevereiro de 1930, que findou suas atividades na década de 1970 (MORAES; SILVA; MULLER, 2016). Foi o declínio das atividades cooperativistas de produtos do agronegócio agrícola (TUPES, 1979).

Dalí em diante, a Fazenda Palma passou por diversas fases produtivas, períodos de transição de policultivo para monocultura de cana-de-açúcar em considerável parcela da área e atualmente concentra esforços em estratégias para promover o desenvolvimento sustentável no agronegócio não agrícola com ações no turismo rural.

## **2.2 Agronegócio não agrícola do turismo rural em Varpa**

Os turistas possuem interesse que extrapolam o espaço físico ou condições geográficas de um território. Na visão de Abramovay (2006), território não é apenas a noção de espaço físico, nem só geográfica, os conceitos são complementares já que as sociedades se organizam de forma a utilizarem os sistemas naturais que apoiam sua existência. Refletem seus

talentos sociais de cooperação, centralidade e objetivos para poder se realizar.

Toda essa herança cultural leta adaptada a realidade nacional da vivência em comunidade no Distrito de Varpa, ressalta características turísticas na localidade, destacando sua identidade e cultura.

Em coleta de dados no Museu Histórico do Distrito de Varpa denominado Janis Erdberges, observou-se a estreita relação da cultura leta com hábitos de preservação do meio ambiente.

Brancaleone, (2008) descreve que nas comunidades, os hábitos e costumes são princípios gerais que as orientam; são culturais. Esse pensamento é complementado por Azevedo, (1986) que acrescenta que:

Cultura é o conjunto de sentidos e significações de valores e padrões, incorporados e subjacentes aos fenômenos perceptíveis da vida de um grupo social concreto, conjunto que consciente ou inconscientemente é vivido e assumido pelo grupo como expressão própria de sua realidade humana e passa de geração em geração, conservado assim como foi recebido ou transformado efetiva ou pretensamente pelo próprio grupo. (AZEVEDO, 1986, p. 336).

A cultura típica da localidade encontra-se espalhada por diferentes pontos, mas é na Fazenda Palma que o turismo rural será focado nesta pesquisa, por escolha intencional, a partir de uma abordagem de turismo rural.

O caráter transversal, dinâmico e global do turismo rural, aos poucos vem sendo descoberto pelas comunidades rurais e torna-se “capaz de impactar as várias dimensões que afetam os processos de desenvolvimento de setores, atividades e territórios”. Lentamente os agricultores deixam de ser somente produtores de matéria-prima e descobrem possibilidades de desenvolvimento de atividades não-agrícolas, como é o caso do turismo” (BRASIL, 2010, p. 11). Que agrega valor a produtos e serviços.

Segundo o Ministério do Turismo brasileiro (BRASIL, 2010, p. 11):

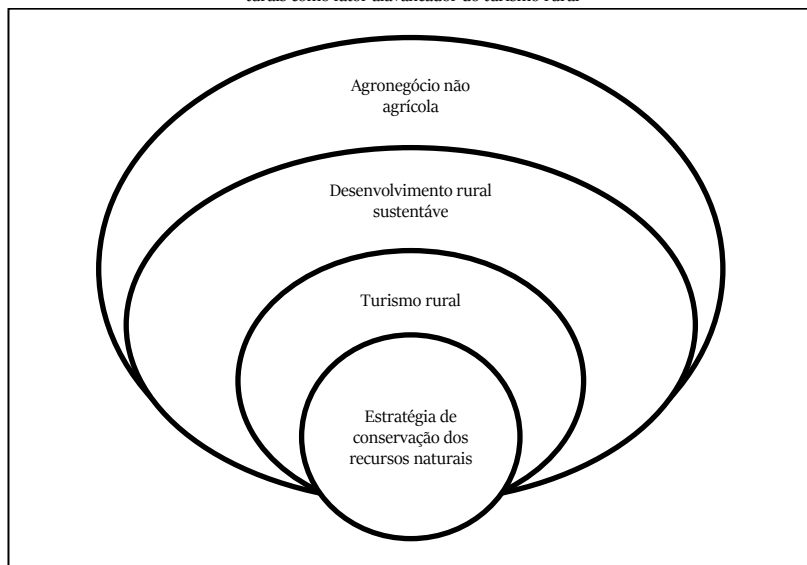
A sociedade vem descobrindo a importância ambiental e o valor estratégico de manutenção da paisagem rural, e passa a tratar rios, fauna e flora como elementos essenciais para o ser humano. Este contexto tem propiciado a revalorização do modo de vida e o surgimento de novas funções econômicas, sociais e ambientais para o espaço rural, permitindo ao agricultor novas maneiras de garantir sua permanência no campo.

O turismo rural é uma tendência e está enquadrado como um agroturismo não agrícola. A Organização Mundial do Turismo (OMT), que tem sede na Espanha, publicou pesquisa destacando os segmentos mais promissores para os próximos anos, entre eles: Turismo Cultural, Ecoturismo e Turismo de Aventura, sendo todas as modalidades passíveis de serem executadas na Fazenda Palma. O turismo compreende conjunto de atividades que os indivíduos realizam durante uma viagem a lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período de tempo inferior a um ano, com finalidades de lazer, negócios ou outras (SENAR, 2012).

Diante deste contexto do turismo, as relações ambientais devem ser consideradas quando a localidade decide explorar o turismo rural. A atividade do agroturismo não agrícola pode gerar inúmeros benefícios, desde que seja planejada, caso contrário, podem ocorrer desagradáveis problemas. Essas consequências positivas ou negativas são denominadas de impactos do turismo nas localidades receptoras. Já os impactos positivos do turismo rural, como apresentado na Figura 1, tendem ao fomento do desenvolvimento rural sustentável (TULIK, 2003; SALLES, 2003). Se consideramos o tipo de turismo por faixa etária, definido pelo Ministério do Turismo (MT), podemos abordar três tipos principais: Turismo juvenil ou Turismo de juventude; Turismo de adulto; Turismo de Terceira idade. Os produtos e serviços oferecidos na Fazenda Palma, atende à demanda destes três grupos, ressaltando que observou-se que a mobilidade na Fazenda Palma é restrita a pessoas que possuam deficiência de deslocamento.



**Figura 2** - Agronegócio não agrícola e o desenvolvimento sustentável: a estratégia de conservação dos recursos naturais como fator alavancador do turismo rural



Fonte: Elaborado pelos autores, (2020)

Organização, apoio externo e parcerias tornam-se fundamentais para o sucesso dos empreendimentos turísticos. Por meio da Secretaria de Turismo da Estância Turística de Tupã, foi implantado um roteiro turístico de grande potencial no Distrito de Varpa, denominado ‘Circuito Caminhos da Letônia’. Para Montes; Moreno e Nakayama (2012), o circuito foi lançado em 2006 sendo único no Brasil, com características originais, com objetivo de desenvolver o Distrito turisticamente.

Com o passar do tempo, o Circuito declinou em número de integrantes do projeto. A divulgação do Circuito Turístico foi de responsabilidade da Prefeitura Municipal, com a “divulgação por meio de panfletos, informações disponibilizadas no site da prefeitura municipal e ocasionalmente, oferecendo ônibus para a realização de visitas ao distrito a grupos de estudantes e entidades locais” (EVANGELISTA; LOURENZANI, 2014, p. 11).

Para as autoras Evangelista e Lourenzani, (2014, p. 13), os cenários do Circuito turístico “possuem uma abundância de recursos naturais, tais como: paisagens naturais, cachoeiras, artesanato, iguarias como queijos,

doces e embutidos, fazenda com área destinada a acampamentos e também a cultura característica do povo leto”.

Apesar de seu protagonismo, a comunidade nem sempre esteve preparada para a atividade turística em sua localidade tanto na divulgação, receptividade, escolha de atrativos (bens e serviços), quanto em fatores de acessibilidade e condições pertinentes a parâmetros de legislação de vigilância sanitária quando trata-se de alimentação fora do lar. Os produtos típicos artesanais não se encontram excluídos à legislação de alimentos para comercialização formal.

Como parametrizado pelo Ministério do Turismo, é imprescindível para a comunidade ser protagonista do desenvolvimento local sustentável. A pesquisa deixa transparecer a necessidade do “envolvimento da comunidade nas atividades desenvolvidas. Como já abordado, o valor do Turismo Rural está justamente na relação da comunidade local com o meio rural, é esta relação que o turista busca” (BRASIL, 2010, p. 45). Por um lado o turismo rural tende a promover um desenvolvimento sustentável, por outro o turista busca um ecossistema em equilíbrio com a comunidade, onde a valorização do patrimônio cultural e o respeito ao meio ambiente tornam-se fundamentais para a promoção de aspectos de saúde e qualidade de vida.

Para se assegurar um desenvolvimento sustentável, a apropriação e valorização da qualidade do meio ambiente, indicadores de saúde e bem estar dos indivíduos torna-se essencial.

### **2.3 Saúde e meio ambiente**

Devido sua relevância, a própria Constituição Federal, carta magna brasileira, datada do ano de 1988. Título VIII – Da Ordem Social. Capítulo VI – Do Meio Ambiente, em seu Artigo 225 versa que “Todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o

dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1998, grifo nosso).

Esse norte oficial explicita o estreito vínculo da conservação dos recursos naturais com a saúde do indivíduo e reforça um tipo de interação benéfica entre sociedade e natureza. Essa interferência do vértice ambiental para a promoção e manutenção da saúde nos leva a um conceito denominado saúde ambiental.

O caminho da Saúde Ambiental não é linear, apresenta -se como uma das possibilidades que podem ser assumidas no modelo de atenção à saúde pública. Observa-se o privilégio de uma forma de pensar, organizar e intervir nas relações humanas no seu ambiente físico, implicando a naturalização e moralização das mesmas (QUANDT et al., 2014, p. 154).

O Ministério da Saúde (MS) lançou no ano de 2011 um Guia básico de construção de indicadores, por meio da Saúde Ambiental, confirmando sua importância relacional com a saúde e relata que: “Compreender as inter-relações da saúde humana com o meio ambiente, a partir do reconhecimento dos efeitos da ação antrópica e dos reflexos das condições ambientais na saúde da população é indispensável para subsidiar a definição de políticas e estratégias de diversos setores” (BRASIL, 2011, p. 3).

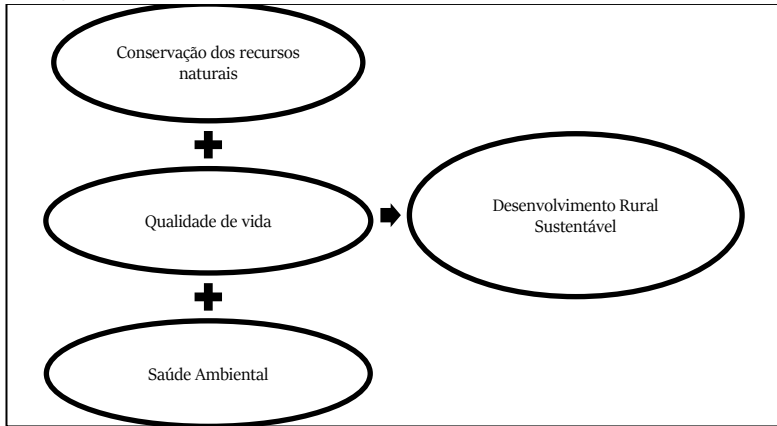
O meio ambiente rural do Distrito de Varpa, em especial da Fazenda Palma, proporciona aos turistas, além da contemplação dos recursos naturais um espaço agradável pela paisagem, motivador pela história e cultura ímpar do local, também possibilita o bom convívio social. As trilhas, caminhadas e os banhos de rio levam a atividades físicas. Tais elementos tendem a promoção e preservação da saúde.

Revisitado em 22 de janeiro de 1998, o conceito da OMS aponta que “saúde é um estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1998, p.1). O turismo rural e o ambiente fora dos centros de concentração, favorecem o bem-estar por meio deste dinamismo incluído na proposta e encontra-se intimamente pautado no conceito de saúde.

O ambiente equilibrado, favorece a saúde e as ações de entretenimento que a Fazenda Palma oferece por meio do Turismo Rural, propicia atividade física, mental e convívio social: a mesma tríade preconizada nos pressupostos da Organização Mundial da Saúde.

Como apresentado na Figura 3 os elementos discutidos neste tópico ‘Saúde e meio ambiente’ são alguns dos indicadores que confirmam o desenvolvimento sustentável.

**Figura 3** - Qualidade de vida e desenvolvimento sustentável: estreito vínculo com saúde e ambiente



Fonte: Elaborada pelos autores, (2020)

O turismo rural organizado, pode gerar benefícios para a saúde e qualidade de vida dos visitantes, além de tendências de promoção do desenvolvimento sustentável de uma comunidade, e ainda demonstrar vantagens advindas de um meio ambiente equilibrado.

A adoção de práticas de gestão ambiental, além de proteger o meio ambiente e garantir a permanência do empreendimento turístico ao longo dos anos, pode contribuir para a educação ambiental de hóspedes, funcionários e proprietários vizinhos. Para Brasil (2010, p. 51), a educação ambiental “(...) deve ser transversal à atividade turística, permeando o cotidiano das propriedades, e pode se tornar um fator de agregação de valor ao produto turístico”.

Neste contexto, a gestão ambiental, por meio principalmente da educação ambiental, corrobora para o uso e ocupação adequado da Terra, com tendência de contribuir como estratégia de conservação dos recursos naturais, reverberando melhor qualidade de vida com reflexos diretos nas condições de saúde.

## **2.4 Uso e Ocupação da Terra e suas influências**

A ocupação e utilização irregular do solo são um dos principais elementos para o desequilíbrio dinâmico da natureza e o “uso e ocupação” de áreas sem um planejamento integrado, trazem consequências significativas na relação homem/natureza, tornando-se um desafio gerenciar e garantir a todos a sadia qualidade de vida e um meio ambiente equilibrado (KOHORI, 2017).

Mendes e Cirilo (2001), definem que o “impacto decorrente das alterações do uso do solo refletem em todos os componentes do ciclo hidrológico”, ou seja, no escoamento superficial, na recarga de aquíferos e, por conseguinte, na qualidade da água.

A má gestão do uso do solo, recorrentes as atividades antropogênicas, têm importante influência sobre a qualidade da água como ressalta Dupasa *et al.* (2015) e são resultantes a uma das grandes preocupações ecológicas dos últimos anos (FIA *et al.*, 2015).

Inúmeros são os problemas relacionados com a qualidade da água vinculados pelo mau uso do solo, como urbanização, atividades industriais e agrícolas (KANG *et al.*, 2010; DUPASA *et al.*, 2015).

Assim, alguns estudos do meio físico devem ser realizados para analisar os impactos associados ao uso e ocupação do solo e a sadia qualidade de vida. Esses estudos devem abranger a análise integrada do ambiente natural, de modo a construir unidades naturais que expressem as relações entre os seus diferentes componentes, detectando suas potencialidades e limitações visto a interação da sociedade ali estabelecida (ITCG, 2006).

Nesse sentido, conseguir identificar a relação direta entre sociedade e natureza, quanto aos usos e ocupações impostos em determinado local, serão sempre um desafio, para uma gestão integrada dos recursos naturais, principalmente relacionados a água.

No entanto, para que exista um planejamento ambiental adequado, é de fundamental importância conhecer detalhadamente as características da ocupação local, os modelos de parcelamento, uso da terra ou de características sociais e econômicas de uma determinada área de estudo (MACHADO; TORRES, 2012).

Assumindo esta problemática, as técnicas de geoprocessamento são utilizadas para as mais variadas análises da natureza física, social e cultural, tornando-se um instrumento primordial para estudos que envolvem espacialização de dados (DINESH, 2008).

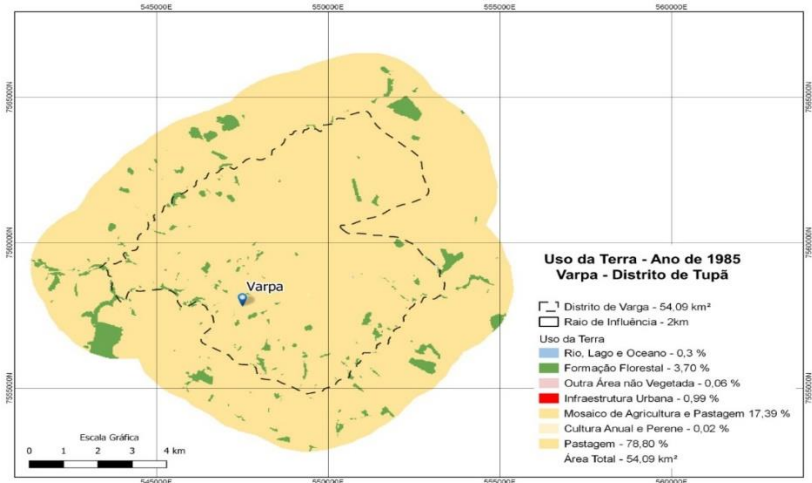
As técnicas de geoprocessamento podem ser definidas como processamento de informações geoespaciais georreferenciadas à um Sistema de Informação Geográfico (SIG), utilizando de aplicativos e equipamentos computacionais, com dados de diversas fontes, gerando informações individualizadas, afim de esclarecer fenômenos que ocorrem em determinado ambiente de forma específica e definida (VEIGA; XAVIER DA SILVA, 2004; PIROLI, 2010).

Ainda de acordo com os autores Machado *et al.* (2012), esses conhecimentos detalhados de gestão territorial, são ferramentas essenciais para a compreensão das interações que ocorrem entre os seus vários elementos, envolvendo toda a dinâmica da natureza em suas características físicas e as intervenções antrópicas.

Para o diagnóstico das relações de uso e ocupação do solo, são utilizadas imagens de satélite que permitem identificar as mudanças ocorridas ao decorrer do espaço e tempo como fomento de dados. Todavia, para obter informações a respeito da cobertura da área de forma rápida, confiável e econômica, utiliza-se as técnicas de sensoriamento remoto como principal ferramenta para auxiliar no mapeamento, identificação do uso do solo (SOUSA *et al.*, 2009).

O uso e ocupação da terra do Distrito de Varpa, no ano de 1985<sup>7</sup> encontra-se ilustrado na Figura 4, em que é visível o respeito pela mata ciliar.

**Figura 4** - Uso e ocupação da terra distrito de Varpa – Distrito de Tupã ano de 1985



Fonte: Elaborada pelos autores, (2020)

A ocupação na década de 1980 para o Distrito de Varpa evidenciado no uso da terra de 1985 é predominantemente, de agriculturas mediadas após a crise do café, em que culturas de ciclo curto e pastagem foram os usos prioritários pertencentes a região, predispondo de uma fração de mais 90% de toda área distrital.

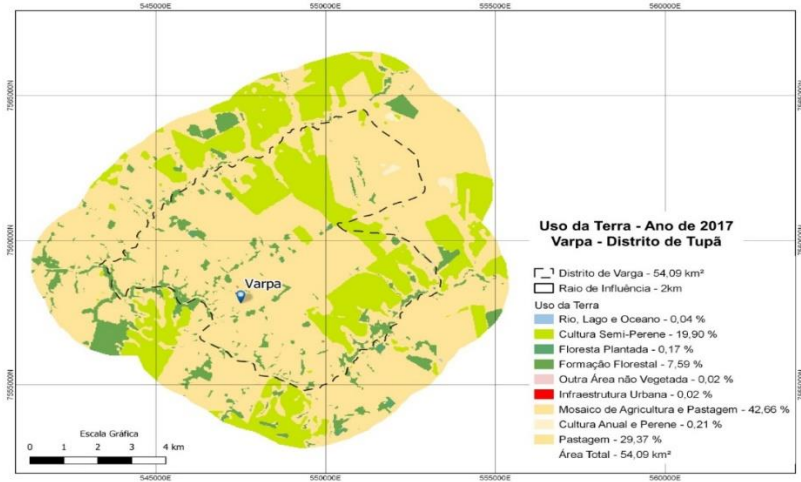
Nota-se que neste período onde a preservação de áreas florestadas era pouco cobrada por legislações pertinentes e que motivados pela aculturação de “aproveitamento” demais áreas para cultivar, uma fração de 3,7% de todo Distrito (6,8 hectares) foram evidencializados com remanescentes florestais. Uma grande dicotomia é vista, uma vez que a ocupação do distrito de Varpa encontra-se às margens do Rio do Peixe, e que a preservação de suas matas ciliares já era imposta nesse período.

Na Figura 5, com o passar dos anos e devido, provavelmente, ao rigor da legislação ambiental impostas pela Lei nº 12.651 do Código Florestal

<sup>7</sup> O ano de 1985 é o registro mais antigo da área em questão, disponível no sistema pesquisado.

brasileiro, e um processo de conscientização dos habitantes, nota-se a reconstituição de parte da vegetação, o que favorece a relação sociedade natureza e estimula um cenário propício ao turismo rural, perpassando pelo conceito de saúde ambiental e reverberando conceitos de gestão ambiental como estratégia de conservação dos recursos naturais.

**Figura 5 -** Uso e ocupação da terra distrito de Varpa – Distrito de Tupã ano de 2017



Fonte: Elaborada pelos autores, (2020)

Para a ocupação de Varpa após 32 anos como apresentado na Figura 5, ressalva a inserção de novas culturas e um olhar diferenciado quanto a natureza.

A exploração dos recursos naturais de modo mais consciente é evidenciando pelo aumento das áreas florestais, com acréscimo de 50% sobre as áreas previstas na década de 1980. Tais relações podem ser esclarecidas pela maior rigidez das legislações ambientais e também pelo destaque do turismo rural local, mitigando efeitos antrópicos negativos ao meio ambiente.

A inserção de novas culturas perenes, também podem ser correlacionadas a novas formas de relação com a natureza, uma vez que tais procedimentos condizem com metodologias de cultivos agrosilvepastoril.



A inserção de novas metodologias para o agronegócio não agrícola buscando o turismo rural e a busca de pacotes tecnológicos para o equilíbrio dinâmico da natureza, evidenciados no uso da terra no ano de 2019, elenca a dinâmica atual da sociedade local com o meio ambiente.

A junção destas práticas possibilita uma exploração mais sustentável dos recursos naturais, principalmente para os recursos hídricos como reforça Menezes *et al.*, (2016) que a ocupação e uso do solo pela sociedade alteram sensivelmente os processos biológicos, físicos e químicos dos sistemas naturais, impactando principalmente os recursos hídricos e a saúde dos que os usam.

O recurso hídrico dado pelo rio do Peixe, tão importante no passado para a sobrevivência e qualidade da vida da comunidade, atualmente serve de atrativo turístico para o fomento de um desenvolvimento sustentável no Distrito de Varpa. O recurso hídrico preservado é vestígio concreto do respeito dessa comunidade com a natureza ao seu redor. A ocupação e uso da terra favoreceu o meio ambiente equilibrado, minimizando impactos antrópicos severos.

### **3 Considerações finais**

Com o passar dos anos, ocorreu uma decadência populacional e parte da cultura leta que era tão presente na comunidade durante o período inicial foi se desgastando. O multiculturalismo aliado ao declínio populacional tende a alterar os parâmetros de comunidade e apresentam aspectos de sociedade. Os recursos naturais que no passado serviram para sobrevivência, hoje são atrativos autóctones de potencial turístico, favorecendo o agronegócio não agrícola.

Com o estudo, considera-se que estratégias de conservação dos recursos naturais apresentam-se como fator alavancador do desenvolvimento rural sustentável, o que implica uma mudança no foco não somente nas estratégias, mas também em um desenvolvimento que agrega promoção econômica junto com cuidado ambiental e participação social.

Embora o turismo rural venha ganhando espaço no Distrito de Varpa e apresente vários pontos positivos e, em especial, na Fazenda Palma, a acessibilidade é nula. Faz-se necessário concentrar esforços dos gestores públicos e agentes locais para inserir nas políticas de turismo as necessidades de acessibilidade de todos os cidadãos.

Essa interação da sociedade com a natureza, explicitada nesta pesquisa de maneira interdisciplinar, tende a parâmetros de promoção da saúde ambiental, seguindo o conceito da OMS.

O meio ambiente como prioridade de cuidados e conservação, favorece todo o ecossistema: revela o município fortalecendo sua chancela de Estância Turística, encanta os visitantes e propicia melhor qualidade de vida a população local.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In MANZANAL,M; NEIMAN, G.;LATTUADA, M.. **Desarrollo rural**: - Organizaciones, Instituciones y Territórios. Buenos Aires: ediciones Ciccus, 2006 9(p. 51-70) disponível no link < [http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/AbramovayPara\\_uma\\_teor%C3%ADa\\_dos\\_estudos\\_territoriais.pdf](http://nmd.ufsc.br/files/2011/05/AbramovayPara_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf) > Acesso em 18 fev. 2020.

AZEVEDO, M.. **Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé**. São Paulo: Loyola, 1986.

BRANCALEONE, C.. Comunidade, Sociedade e Sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, Universidade Federal do Ceará. v.39 n.1,2008. p. 98 a104 Disponível no site < [http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n2/rcs\\_v39n2a7.pdf](http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v39n2/rcs_v39n2a7.pdf) >. Acesso: mar. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em < [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp) >. Acesso em mar. 2020.

BRASIL. **Turismo rural**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. - 2.ed - Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em < <http://www.turismo.gov.br/sites/default/>

turismo/o\_ministerio/publicacoes/downloads\_publicacoes/Turismo\_Rural\_Ver-sxo\_Final\_IMPRESSxO\_.pdf>. Acesso em fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia para a construção de indicadores de saúde ambiental 2011. Disponível em < [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2563:svs-lanca-guia-para-a-construcao-de-indicadores-de-saude-ambiental&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=2563:svs-lanca-guia-para-a-construcao-de-indicadores-de-saude-ambiental&Itemid=839)>. Acesso em fev. 2020.

BUKVAR, A.I.A.; ROSIN, J.A.R.G. Preservação do patrimônio cultural da colônia leta em Varpa com ênfase no beneficiamento do turismo na Estância Turística de Tupã. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 1, n. 7. 2013. Disponível em < [https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento\\_de\\_cidades/article/viewFile/530/555](https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/viewFile/530/555)>. Acesso em mar. 2020.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DIARIO. **Jornal Diário de Tupã**. 2018. Disponível em <<http://www.tupanoticias.com.br/site/noticias/ver/noticia/10236/varpa-fazenda-palma-devera-ter-a-sua-posse-revertida-para-a-corporacao-evangelica-palma>>. Acesso em fev. 2020.

DINESH, S. Computation and characterization of basic morphometric measures of catchments extracted from digital elevation models. **Journal of Applied Sciences Research**, v. 11, n. 4, p. 1488-1495, 2008.

DUPASA, R.; DELMASC, M.; DORIOZD, J. M.; GARNIERE, J.; MOATARF, F.; GASCUEL-ODOUXA, C. (2015). Assessing the impact of agricultural pressures on N and P loads and eutrophication risk. **Ecological Indicators**, v. 48, p. 396-407

EVANGELISTA, F.A.; LOURENZANI, A. E. B, S. Turismo rural e agricultura familiar: uma abordagem do distrito de Varpa. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental**, v. 10, n.9, 2014. Disponível em < [https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum\\_ambiental/article/download/791/815](https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/download/791/815)>. Acesso em abr. 2020.

FIA, R.; TADEU, H.C.; MENEZES, J.P.C.; FIA, F.R.L.; OLIVEIRA, L.F.C. (2015). Qualidade da água de um ecossistema lótico urbano. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 20, n. 1

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIENCIAS (ITCG). Parte II – **Projeto ZEE Brasil**: Diretriz metodológica- 2006.

KANG, J.H.; LEE, S.W.; CHO, K.H.; KI, S.J.; CHA, S.M.; KIM, J.H. (2010). Linking land-use type and stream water quality using spatial data of fecal indicator bacteria and heavy metals in the Yeongsan river basin. **Water Research**, v. 44, p. 4.143-4.157

KOHORI, C.B. **Mudanças no uso da terra no alto curso da bacia do Ribeirão dos Ranchos – Adamantina/SP e impactos sobre os cursos d’água**. 2017. 110 f. Dissertação (Mestre), Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, 2017.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, P.J.; TORRES, F.T.P.O. **Introdução à Hidrogeografia**. Cengage Learnin, São Paulo. 2012, 178 p.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MENDES, C.A.B.; CIRILO, J.A. **Geoprocessamento em recursos hídricos: princípios, integração e aplicação**. Porto Alegre: ABRH, 2001. 536 p.

MENEZES, J.P.C.; BITTENCOURT, R.P.; FARIAS, M.S.; BELLO, I.P.; FIA, R.;

OLIVEIRA, L.F.C. Relação entre padrões de uso do solo e qualidade da água em uma bacia hidrográfica urbana. **Engenharia Sanitária Ambiental**. v. 21, nº 3, p. 519-534, 2016.

MORALES, N.R.; SILVA, N.L.B.R.; MULLER, N.M. Estudo sobre a busca de modelos organizacionais apropriados para a promoção do desenvolvimento de comunidades tradicionais brasileiras. In: **Anais do II SIPPEDS**. Franca: UNESP. 2016. Disponível em <[https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/sippedes\\_varpa\\_doc.pdf](https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/sippedes_varpa_doc.pdf)>. Acesso em fev. 2020.

- OMS. Organização Mundial da Saúde. **Conceito de Saúde**. 1948. Disponível em < [https://www.paho.org/hq/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14401:health-indicators-conceptual-and-operational-considerations-section-1&Itemid=0&limitstart=1&lang=pt](https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14401:health-indicators-conceptual-and-operational-considerations-section-1&Itemid=0&limitstart=1&lang=pt)>. Acesso em mar. 2020.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. **Direito a Saúde: Cobertura Universal**. 1998. Disponível em < [https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/encontro\\_internacional\\_saude/documentos/textos\\_referencia/oo\\_palavra\\_dos\\_organizadores.pdf](https://www.almg.gov.br/export/sites/default/acompanhe/eventos/hotsites/2016/encontro_internacional_saude/documentos/textos_referencia/oo_palavra_dos_organizadores.pdf)>. Acesso em fev. 2020.
- QUANDT, F.L.; HACKBARTH, B.B.; KOVALESKI, D.F.; MORETTI-PIRES, R.O. Saúde Ambiental e atenção à saúde: construção e ressignificação de referências. **Revista Caderno Saúde Coletiva**, vol. 22. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v22n2/1414-462X-cadsc-22-02-00150.pdf>>. Acesso em mar. 2020.
- SALLES, M.M.G. **Turismo rural: inventário turístico no meio rural**. Campinas: Alínea, 2003.
- SOUSA, et al. Mapeamento do uso e ocupação do solo da Bacia do Rio Descoberto – DF utilizando imagens de satélite CBERS-2 - **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal – RN. 2009. Disponível em <<http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.18.01.16/doc/2233>>- Acesso em mar. 2020.
- SP. São Paulo. **Constituição do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>. Acesso em mar 2020.
- PIROLI, E. L. **Introdução ao geoprocessamento**. Ourinhos: Unesp/Campus Experimental de Ourinhos, 2010.
- SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Adm, Regional do Estado de São Paulo. **Programa Turismo Rural**. Módulo 1. São Paulo: 2012.
- TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.
- TUPES, M. **Depois do crepúsculo, um novo alvorecer**: estudo sócio religioso da colonização leta de Varpa e Comunidade de Palma. Tupã/SP: Multigráfica, 2007.

TUPES, M. **Da aurora ao crepúsculo**: estudo sócio-religioso da colonização leta de Varpa e comunidade de Palma, SP. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira, 1988. 126 p.

TUPES, M. **Contribuição ao estudo da colonização no Estado de São Paulo. Ensaios sobre a colônia Varpa**. São Paulo, Coleção Museu Paulista. Séria História, v.8, 1979.

VEIGA, T.C., XAVIER. SILVA, J. Geoprocessamento aplicado a identificação de áreas potenciais para atividades turísticas: o caso do município de Macaé – RJ. **AGB-TL Revista eletrônica** ISSN 1808 2653. Disponível em < <http://www.orbital.ufms.br/index.php/revgeo-tl/article/view/414>>. Acesso em mar. 2020.

## Capítulo 8

### Memória e museus enquanto forma de comunicação social <sup>1</sup>

*Nelson Russo de Moraes* <sup>2</sup>

*Valquíria Cristina Martins* <sup>3</sup>

*Fábio Andrade Dias* <sup>4</sup>

*Francielli Gonçalves Rodrigues* <sup>5</sup>

#### 1 Introdução

O discurso que permeia o senso comum, normalmente, expressa uma narrativa de que as instituições museológicas e seus acervos estão ligados exclusivamente ao passado. Este discurso é um tanto equivocada, pois escamoteia a importância do papel social dessas instituições no momento presente das pessoas e da sociedade. Ao contrário da narrativa expressa no senso comum, os museus e seus acervos podem ser entendidos, enquanto fontes históricas, para se compreender uma determinada cultura. Além disso, podem assumir um recorte científico, um fenômeno e mesmo

---

<sup>1</sup> Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

<sup>2</sup> Livre-docente em Gestão e Educação Ambiental (UNESP). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Docente Permanente do PGAD/UNESP e docente do PPGCOM/UFT. E-mail: nelsonrusso.unesp@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848>. Endereço: rua Domingos da Costa Lopes, 780 - Tupã - SP.

Rua Domingos da Costa Lopes, 780. Jardim Itaipu 17602496 - Tupã, SP - Brasil.

<sup>3</sup> Pedagoga. Mestranda do PGAD/UNESP. E-mail: valcrismar@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5239306953093386>

<sup>4</sup> Pedagoga. Licenciado em Artes. E-mail: fabiodiastupa@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2776467093680265>

<sup>5</sup> Licenciada em História. E-mail: franciellirodrigues@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5265749674433379>

a história de uma comunidade ou sociedade. Neste último, enquanto equipamento histórico e pedagógico para a construção da memória local, ligada à temporalidade do presente, inclusive a partir de recortes do passado.

Os museus, enquanto fontes históricas e também como instrumentos para a construção da memória local, se propõem a diferentes abordagens em relação ao seu papel social para muito além de um espaço sociocultural em algum roteiro turístico. Portanto, nas trilhas para descobri-los em profundidade, torna-se necessário conhecer as suas origens e as finalidades para as quais essas instituições foram criadas, bem como a partir de qual período (e com este seu contexto) essas finalidades passam a ser repensadas a partir da ótica alargada de sua função social.

No Brasil, os museus têm a sua origem com a família real e tinham como objetivo formar coleções da história natural do país. Em 1918, foi fundado o primeiro museu do país, o Museu Real, que contava com um acervo mineralógico, objetos indígenas e naturais. Durante o final do período monárquico, foram fundados outros museus com a mesma tradição do Museu Real (XAVIER *et al.*, 2017).

Como destaca Bina (2011), neste primeiro momento os museus foram criados e mantidos pelo poder público e, sob influência europeia, tinham como objetivo fortalecer a identidade nacional, apresentando e exaltando as grandes realizações da história do país. A partir da década de 1950, a comunicação entre museus e sociedade se tornou mais significativa, devido à criação de Museus de Arte Moderna em várias cidades brasileiras, representando “[...] um pequeno avanço na direção da deselitização do museu e um passo importante na abertura dos museus às minorias [...] mesmo que de forma ainda muito aquém do desejável” (BINA, 2012, p. 26).

No período pós-segunda Guerra Mundial, intelectuais começam a repensar e levantar questionamentos sobre a função social dos museus. Diante disso, em 1972, foi organizada no Chile uma mesa redonda que deu



origem a Declaração de Santiago, declaração essa que apresentou o conceito de museu integral, colocando o museu como espaço a serviço do homem e não do objeto, e também como um agente no desenvolvimento das comunidades. Desde que as novas perspectivas vêm atingindo as instituições museológicas na América Latina, o Brasil tem procurado imprimir esses conceitos em suas instituições museológicas (JULIÃO apud XAVIER *et al.*, 2017).

Em 2003, foi criada a primeira Política Nacional de Museus, e para atender as demandas das funções culturais e sociais das instituições museológicas, em 2009, o antigo Departamento de Museus (DEMU), tornou-se o atual Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que tem como objetivo a promoção do campo museal no Brasil, incentivando seu desenvolvimento e qualificação (XAVIER *et al.*, 2017).

De acordo com o Conselho Federal de Museologia (COFEM), por meio da Lei Federal 11.904, de 14 de janeiro de 2009, foi definido o que seriam os museus no país:

[...] instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (COFEM, 2020, p. 01).

Como ressaltam Chagas e Santos (2002), a atuação do museu deve ser de uma instituição instrutiva, reconhecendo que, além de “preservar, conservar, expor e pesquisar, essas são instituições a serviço da sociedade e buscam através de ações educativas tornarem-se elementos vivos dentro da dinâmica cultural das cidades” (CHAGAS; SANTOS, 2002, p. 200).

Após conhecer as origens dos museus no Brasil e as finalidades para as quais essas instituições foram criadas, como foram repensadas ao longo do tempo e o papel social dessas instituições, o presente artigo busca apresentar alguns dos museus da cidade de Tupã/SP e suas características específicas, demonstrando a importância de cada um deles para a memória cultural e social da comunidade em que estão inseridos.

O presente trabalho trouxe enquanto metodologia adotada para o desenvolvimento do mesmo a pesquisa bibliográfica, utilizando base de dados on-line, com relato dos levantamentos feitos junto ao Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, Museu Casa Solar Luís de Souza Leão, Museu Histórico Janis Edbergse e Museu dos Tropeiros.

Tendo como objetivo descrever a memória e a comunicação museológica dos museus locais do município de Tupã/SP.

## **2. Museus enquanto forma de memória e comunicação social**

A comunicação praticada entre as instituições museológicas e comunidades, conforme descreve Bina (2011), foi caracterizada por diferentes diálogos e influências de acordo com cada momento histórico e configurações políticas, econômicas, sociais e culturais decorrente de cada época.

As instituições museológicas tiveram sua origem no prazer pelo colecionismo, e sua institucionalização foi demorada e gradativa. O acesso às instituições museológicas era restrito, permitido a um grupo distinto de pessoas, sendo estes considerados detentores do conhecimento nos temas abordados e nas coleções apresentadas (BARRETTO, 2002; CURY, 2005).

No século XVII, apenas “viajantes e especialistas podiam apreciar as coleções e os jardins botânicos dos príncipes europeus” (BARRETTO, 2002, p. 64). Foi a partir de 1700 que a “Galeria Imperial de Viena, o Palácio Quirinal de Roma e o Escorial da Espanha permitiram a entrada de público mediante o pagamento de uma taxa, e a Galeria da Corte de Dresden (atual Alemanha) facilitou as visitas a partir de 1746” (BARRETTO, 2002, p. 64).

Com a inauguração do Museu do Louvre, em Paris, no final do século XVIII, este caracteriza uma importante referência para a história da comunicação entre as instituições museológicas e a comunidade (BINA, 2011). O Museu do Louvre foi a primeira instituição museológica a abrir suas portas a população com entrada gratuita, porém, vale ressaltar, que tal atitude praticada não foi por intencionar à educação para as pessoas, mas sim, para atender à propagação dos valores pós Revolução Francesa, segundo Bina (2011).

As instituições museológicas conservam testemunhos primários para que possa construir, dialogar e aprofundar o conhecimento de determinada época, sendo assim, os museus “têm responsabilidades específicas para com a sociedade em relação à proteção e às possibilidades de acesso e de interpretação dos testemunhos primários reunidos e conservados em seus acervos” (ICOM, 2020, p. 19).

Cabe, então, aos profissionais das instituições museológicas serem geradores de conhecimentos existentes sobre o acervo exposto, desenvolver um método de comunicação, organizar os objetos museológicos associados a dados contextualizadores proporcionando um espaço físico dialógico (CURY, 2005).

A comunicação museológica é entendida como complexa e articulada com a vida cotidiana, nesse sentido, “constitui-se como um conjunto de processos, e não um único, por envolver, face à globalização, múltiplas e fragmentadas mediações multilocalizadas, que produzem significações e sentidos e adquirem sentidos para públicos específicos” (CURY, 2005, p. 370).

Os museus têm a função de desenvolver sua função comunicativa e educativa “atraindo e ampliando os públicos egressos da comunidade, localidade ou grupo a que servem, interagir com a comunidade e promover o seu patrimônio é parte integrante do papel educativo dos museus” (ICOM, 2020, p. 21).

Essa evolução da prática comunicacional e educacional museológica leva a observar que, a partir dos anos de 1960, as instituições museológicas, em geral, começaram a introduzir metodologias de ações educativas participativas, a experiência das instituições museológicas exploratórias veio reforçar essa tendência, de um museu dinâmico (SCHEINER, 2012).

Em sua relação com a educação formal, o que se observa hoje é que as instituições museológicas passaram a oferecer principalmente às escolas uma programação diversificada de ação educativa, preparada por visitas orientadas, palestras, oficinas culturais, cursos, apresentações de

vídeos temáticos, ou seja, ações que integrem os conteúdos programáticos das matrizes curriculares.

Essa articulação entre as ações educativas não formais das instituições museológicas com a educação formal vivenciada nas escolas é um aprendizado que tem comprovado ser favorável para as partes. As instituições museológicas recebem alunos que já estudaram de alguma forma as temáticas, e esse contato do aluno com a instituição museológica proporciona um maior aprendizado (BINA, 2001).

Vale ressaltar que os museus não são uma extensão da escola, e sim uma instituição com um papel fundamental para a implementação de políticas culturais. Por isso, hoje as instituições museológicas são percebidas como uma relação fundamental entre as pessoas e o espaço expográfico, o tempo e a memória, relação esta denominada como musealidade segundo Scheiner (2012).

Esta musealidade é a importância de uma responsabilidade cultural a partir da percepção de comunicação dos diferentes grupos de seres humanos sobre a relação que estabelecem com o seu ambiente e espaço, como tempo e com a memória, em reciprocidade com as sistematizações de pensamentos e dos princípios de suas próprias culturas (SCHEINER, 2012).

Portanto, a percepção e o conceito de musealidade poderão mudar, de acordo com as formas e maneiras de pensamentos das diferentes coletividades e sociedades, em seu percurso de desenvolvimento, “assim, o que cada sociedade percebe e define como museu poderá também mudar, no tempo e no espaço” (SCHEINER, 2012, p. 17).

Aperfeiçoar a comunicação realizadas pelas instituições museológicas e a comunidade ao seu entorno passa a ser uma inquietação constante entre seus profissionais, resultando em diferentes conferências, congressos museológicos que foram realizados na América Latina com objetivo de discutir problemas comuns aos mesmos e estabelecer novos procedimentos (BINA, 2011).

Portanto, o campo do conhecimento dedicado ao estudo e análise das instituições museológicas enquanto lugar de atuação na comunidade, no

tempo e no ambiente, compreende um estudo das múltiplas relações presentes entre o ser humano e o real, concebidas sob as diferentes configurações de museus: “museus tradicionais, baseados no objeto; museus de território, relacionados ao patrimônio material e imaterial das sociedades do passado e do presente; museus da natureza; museus virtuais/digitais” (SCHEINER, 2012, p. 18).

Segundo Bina (2011), as instituições museológicas, ditas como tradicionais, começaram a empenhar esforços para melhorar e se modernizar tornando as ações de comunicações educativas como um foco fundamental após a criação da instituição do Movimento Internacional para uma nova Museologia (MINOM).

Tais ações culturais educativas começaram a ser realizadas nas próprias instituições museológicas, em escolas ou em outras instituições, buscando sempre uma relação e comunicação dialógica com a comunidade do entorno, tendo a imagem como suporte que proporcione o aguçar da simbologia e do contexto exposto em cada espaço museológico (MARTINS, 2017).

Entende-se, portanto, que as ações educativas desenvolvidas por um educador do museu são de extrema importância para garantir que aquele conteúdo seja compreendido por todo público visitante, além de construir um elo comunicacional entre o museu e comunidade. Por meio dessas interações, as instituições museológicas tidas como tradicionais passaram a cumprir um trabalho social maior, e priorizar montagens de exposições mais atraentes e interativas (BINA, 2011).

Tais ideias aqui discorridas podem ser melhor entendidas nas próximas seções, nas quais serão apresentados alguns museus do município de Tupã, sua comunicação museológica e sua relação com a comunidade.

### **2.1. Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (MHPIV)**

O MHPIV é uma instituição da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. Teve sua fundação em 20 de setembro de

1966 e foi declarado como entidade de utilidade pública por meio de lei municipal nº 1.638, sancionada em 11 de junho de 1970 pela Prefeitura Municipal de Tupã, de acordo com o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (2020). Na figura 01 observa-se o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre.

**Figura 01:** Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre



Fonte: Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/>

Desde 01 de agosto de 2008, o MHPIV é administrado pela Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari (ACAM Portinari), que tem como objetivo o desenvolvimento de ações na área cultural, em especial a museológica e, por meio de suas atuações, busca proporcionar contribuições para a qualificação das instituições como centros regionais de referência na área museológica e núcleos das políticas públicas da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa no interior do Estado (MHPIV, 2020). O MHPIV (2020) tem como missão:

[...] preservar, valorizar e difundir patrimônio histórico e patrimônio etnográfico indígena, em especial o legado das culturas que ocupam o oeste paulista, e promover a reflexão crítica sobre valores humanos e cidadania levando em conta diferentes culturas e interações entre diversos grupos da sociedade (MHPIV, 2020, p. 1).

Em seu Plano Museológico destaca que sua visão é:

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre projeta ser uma referência em preservação e difusão de coleções histórica e etnográfica indígena e ter relevância como centro informativo, a partir de patrimônio cultural, para diversos grupos da sociedade (MHPIV, 2020, p. 01).

Sendo o MHPIV um lugar de fortalecimento para a preservação da memória cultural dos povos indígenas, este apresenta em sua exposição de longa duração cinco módulos, sendo um módulo destinado para a história local e quatro módulos direcionados para temática indígena regional e nacional.

A exposição de longa duração, de acordo com Martins (2014), está organizada de uma maneira a provocar e expandir as possibilidades de concepção identitária e coletiva, a construção de conhecimento, as possibilidades de lazer e de inclusão social. Prioriza também a socialização de acesso, uso de bens culturais em seus espaços, sejam eles físicos ou virtuais, e, aos poucos, esta respeitosa instituição, pela sua forma de comunicação, foi estreitando o relacionamento com a comunidade local, pesquisadores, dentre outras parcerias culturais estabelecidas (MARTINS, 2014).

Explorando as técnicas museológicas, o MHPIV aborda em seu *website*, como maneira de comunicação com seu público, diversos conteúdos culturais dos povos indígenas, em especial, da Terra Indígena Vanuíre, enfatizando a devida importância para a preservação dialógica da memória identitária indígena, como: ações de histórias orais, para manter um registro das memórias e conhecimentos das temáticas indígenas, boletins educativos, publicações dos seminários interdisciplinares ocorridos na própria instituição, jogos educativos para público infantil e juvenil, exposições virtuais, dentre outras informações.

Os povos indígenas precisam ter maior visibilidade para a manutenção de sua cultura e, dessa forma, o MHPIV, pensando na construção da autonomia indígena, contribui buscando dar voz a esses povos para que a

cultura indígena possa ser preservada, representada pelos próprios indígenas, tornando-os, assim, protagonistas de sua própria história.

Vygotsky (1987) enfatiza que a construção do desenvolvimento histórico e social e ação da linguagem no desenvolvimento de cada pessoa é um ponto fundamental para obtenção de conhecimento acontecendo pela interação do sujeito com o meio. Diante disso, o MHPIV (2018) acredita que a educação patrimonial deve estar ligada intrinsecamente à experiência pessoal de vida de cada público visitante, para que, com isso, esse crie uma empatia com o espaço museológico, compreendendo a importância da comunicação, memória e preservação.

No Plano Educativo<sup>6</sup> do MHPIV (2019), a comunicação dialógica é fundamental e o educador de uma instituição museológica tem um papel importante para promover a atuação e a construção do conhecimento por meio do acervo museal.

Para promover essa comunicação dialógica, o MHPIV conta com uma equipe multidisciplinar de educadores que, por meio de diferentes projetos, busca contemplar os diversos tipos de públicos, como: terceira idade; vulnerabilidade social; espontâneo; escolar; pessoa com deficiência; turista, dentre outros grupos. Desenvolve-se, assim, diversas ações educacionais culturais direcionados a um público específico, promovendo, com as atividades, reflexões por meio de experiências próprias de vida, correlacionadas com a exposição de longa duração e/ou temporária (MARTINS, 2014).

Para que as atividades de cada projeto tenham seus objetivos alcançados, cabe ao educador de museu pensar nas diferentes formas de dialogar com a exposição, seja ela de longa duração ou temporária, assim sendo, dedica-se a pensar e planejar estratégias de construção do conhecimento com o público acerca de cada temática exposta.

---

<sup>6</sup> Plano Educativo é um documento interno do MHPIV de caráter pedagógico elaborado pelo próprio Núcleo Educativo supervisionado pela gerente, objetivando o melhor aperfeiçoamento e direcionamento das atividades educativas já em andamento e outras a serem alcançadas.



Pensando na efetividade da comunicação museológica social do MHPIV, toda atividade cultural realizada pelo núcleo educativo está sempre interligada a outros setores da instituição museológica, pois, acredita-se que não existem atividades práticas educativas e comunicativas aos diferentes públicos sem o envolvimento de todos os profissionais da instituição, segundo Martins (2014).

As ações culturais devem sempre ser voltadas ao fortalecimento cultural e à construção da autoestima, acreditando no potencial das pessoas, considerando a diversidade de públicos.

Porém, para que haja essa comunicação de forma prazerosa a partir da observação do acervo, faz-se necessário que o educador de museus promova para cada tipo de público uma linguagem adequada, propiciando uma vivência preciosa ao visitante, buscando estimular a visita com autonomia apresentando os espaços do Museu e integrando o público visitante às atividades.

## **2.2 Solar Luiz de Souza Leão, Patrimônio Cultural da cidade de Tupã**

Construído em 1933, o Solar Luiz de Souza Leão foi a residência do fundador de Tupã até a sua morte, em 1980. Seguindo o estilo da época, o projeto inicial, do próprio fundador, ocupava toda uma quadra, sendo parte dela, cedida posteriormente para a construção do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (MONTES *et al.*, 2004). Na figura 02 abaixo observa-se o Solar Luiz de Souza Leão.

Figura 02: Solar Luiz de Souza Leão



Fonte: Disponível em: <https://www.tupa.sp.gov.br/>

Como descreve MONTES *et al.* (2004), o conjunto arquitetônico ocupa parte do terreno, conservando, além de objetos, materiais de construção da época, como azulejos portugueses nas paredes, tacos de peroba no piso e mosaicos de cerâmica. O restante do terreno é totalmente arborizado, conservando até hoje várias plantas nativas, como pau d’alho e pau-brasil, entre outras.

No ano de 1964 foi feita a doação do imóvel para a Prefeitura de Tupã, com a condição de que todo o acervo, tanto arquitetônico quanto dos objetivos de uso cotidiano da residência fossem conservados e permanecessem no local. Outra condição colocada pelo fundador Luiz de Souza Leão foi a de que seu corpo fosse sepultado nos jardins da propriedade, onde hoje se encontra seu túmulo sob um busto de bronze (MONTES *et al.*, 2004).

Hoje, o Museu Solar Luiz de Souza Leão constitui Patrimônio Histórico do Município de Tupã, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, e o preservar garante que a população da cidade tenha acesso a sua história.

No ano de 1998, foi deferido à Secretaria de Estado da Cultura, a permissão da utilização do Solar Luiz de Souza Leão, permitindo a realização de atividades relativas ao acervo. Assim, o papel social deste museu se concretiza através do acesso a esse patrimônio, possibilitando ao público a aproximação à história e à memória da cidade.

### **2.3 Museu Histórico Janis Edbergs (Museu Leto)**

Criado por força da imigração leta e russa, Varpa é um distrito do município de Tupã/SP, situado junto à estrada de ligação entre os municípios de Tupã e Quatá/SP, estando distante cerca de 22 quilômetros da sede do município.

O Museu Histórico Janis Edbergs foi fundado em 1980, ficando instalado no prédio da primeira igreja Batista de Varpa, mantendo as características dos anos da década de 1920. O museu é conhecido por seu valor etnográfico, pois expressa em seu acervo a história dos imigrantes vindos da Letônia para o Brasil e a formação da comunidade leta que se instalou na região da Alta Paulista, fundando Varpa, em 1922, as margens do Rio do Peixe (TUPACITY, 2013). Na figura 03 observa-se o Museu Histórico Janis Edbergs.

**Figura 03:** Museu Histórico Janis Edbergs



Os imigrantes tiveram inúmeros condicionantes em sua vinda para o Brasil, ocasionados, em parte pela Primeira Guerra Mundial e pela frágil República Letã, caracterizada por intensas crises econômicas e políticas. No entanto, o condicionante de maior predominância para a vinda dos imigrantes para o Brasil, em especial Varpa, foi o condicionante de caráter religioso (SILVA, 2000).

O Museu Histórico “Janis Edbergs” pode ser considerado uma importante fonte histórica, pois, desde sua instalação física, cada uma das peças de seu acervo – que é composto por diversos objetos que são identificados, contextualizados e historicizados – expressam uma narrativa de desenvolvimento da comunidade leta em Varpa e de como se mantém viva atualmente, preservando sua cultura e seus costumes. De acordo com Vi-  
era (2017, p.12).

Os museus históricos, pela definição moderna, possuem reminiscência do passado que estão expostas no presente. Nesse sentido, são fontes históricas que devem ser exploradas através de sua potencialidade discursiva de criar narrativas históricas que procuram dar sentido ao passado.

Assim os museus buscam de acordo com suas especificidades desenvolver um diálogo comunicacional com a comunidade em que o cerca, numa relação viva de manutenção de cultura e da memória de um passado que estrutura a percepção de participação e pertencimento ao tempo presente.

#### **2.4 Museu dos Tropeiros**

O Museu dos Tropeiros foi inaugurado em 24 de outubro de 2017, tendo a sua instalação física na Praça do Parque Rui Barbosa, ao lado da antiga Estação Ferroviária de Tupã, e tem como principal objetivo preservar a cultura das comitivas tropeiras no município de Tupã, além de retratar a história do grupo denominado “Chapéus Brancos”, que em 1964 organizou o primeiro rodeio na cidade de Tupã. O museu conta com mais

de duas mil peças relacionadas ao tropeirismo que foram reunidas ao longo dos anos pelo idealizador do acervo tropeiro e da comitiva tropeira, Luiz Gonzaga Tovo, “Nanguinho”, criada em 1993 (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TUPÃ, 2017).

De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura de Tupã, por meio das histórias voltadas à tradição tropeira da região, e do grande acervo de objetos da época presente no Museu dos Tropeiros, os visitantes podem lembrar um pouco de suas raízes e apreciar um marco da cidade de Tupã e região, ajudando a preservar a história de nosso município além de atrair turistas (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TUPÃ, 2017).

Dentre as participações de destaque dos museus dos tropeiros, está sua participação na 17ª Semana Nacional de Museus, evento realizado pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), que contou com a participação de 1.114 instituições de cultura de todo o país, oferecendo ao público 3.222 atividades especiais com o tema “Museus como núcleos culturais: o futuro das tradições” (TUPÃ, 2019).

O Museu dos Tropeiros torna um instrumento para que os indivíduos se identifiquem como sujeitos históricos, uma vez que a narrativa expressa pelo museu permite o visitante lembrar um pouco de suas raízes através do acervo e das histórias voltadas à tradição tropeira da região. Sendo assim, podemos também considerar o Museu dos Tropeiros como um instrumento importante para a construção da identidade cultural e da memória local. De acordo com Meneses (1991, p. 7).

Toda sociedade, para afirmar e reforçar sua identidade, procura construir uma memória, de preferência unificada, homogeneizada. A memória, assim, aparece como operação ideológica, formadora de imagem, representação de si próprio que reorganiza simbolicamente o universo das coisas e das relações e produz legitimações.

Os museus no Brasil ocupam um papel social desde a sua origem, porém, o papel social dessas instituições vem sendo repensado ao longo

do tempo, dando origem a uma nova perspectiva do papel social designado por essas instituições, permitindo que pudessem ser interpretadas enquanto fontes históricas e instrumento para a construção da memória local.

## 2.5 Museu da Cachaça

O Museu da Cachaça é único do município de Tupã que é de propriedade privada, pertencente ao Sr. Delfino Golfeto, empresário no setor específico de produção e comercialização de bebidas destiladas e da rede de franquias “Água Doce Cachaçaria”. O acervo de mil metros quadrados (aproximadamente) traz um pouco de temas antigos da própria vida do proprietário, como veículos antigos, coleções, peças de selaria e relíquias da casa de seus pais e familiares passados, como uma cozinha típica com fogão à lenha (MAPA DA CACHAÇA, 2020).

Sobre a origem da bebida destilada, o fundador e proprietário do acervo comentou ao site Mapa da Cachaça que:

A bebida foi criada pelos escravos, que não tinham acesso a outros destilados, por puro acidente: eles estavam manipulando a cana no preparo do açúcar. Era costume que os escravos separassem, sem que seus senhores soubessem, uma parte da produção para consumo nas senzalas. Porém, por um descuido, a ‘massa da cana’ fermentou e virou cachaça (MAPA DA CACHAÇA, 2020, p. 2).

O acervo museológico particular do Museu da Cachaça de Tupã está dividido em quatro seções, apresentado diretamente aos interessados que podem agendar visitas para terem o acompanhamento técnico e assim terem maior profundidade histórica sobre as informações referentes ao acervo.

A primeira seção traz a possibilidade de uma revisitação à toda história da bebida aguardente, que leva também o nome de caninha, cachaça, mée pinga, dependendo da região do Brasil. Nesta seção, painéis explicam

o processo de produção e antigos engenhos coloniais ajudam a compreender todo o contexto sócio-histórico de sua produção (MAPA DA CACHAÇA, 2020).

Na segunda seção, talvez aquela que desperta maior interesse dos visitantes, tem-se uma impressionante coleção de mais de duas mil peças (garrafas) de cachaças de diferentes tipos, padrões, marcas e embalagens de diferentes períodos históricos. A maioria de empresas e produtores que já não existem mais, sendo consideradas peças muito raras e museologicamente valiosas (MAPA DA CACHAÇA, 2020).

A seção 3, por sua vez, traz a história da própria empresa, a “Água Doce Cachaçaria”, desde o surgimento da ideia, a concepção do negócio e os primeiros produtos, até a estruturação da rede de franquias nacionalmente conhecida (MAPA DA CACHAÇA, 2020).

A última seção, a quarta, traz o que o proprietário chama de “paixões nacionais” e, neste salão, estão relíquias relacionadas ao futebol, desde camisetas autografadas, bandeiras, bolas e camisetas; peças que remetem ao samba como instrumentos musicais, discos e vestimentas relacionadas; diversas coleções e veículos antigos (MAPA DA CACHAÇA, 2020).

### **3 Considerações finais**

No presente trabalho foi apresentada uma nova abordagem dos espaços museológicos e seus riquíssimos acervos, que contrariamente às narrativas de senso comum, não ficam como um depósito do passado, mas sustentam fortemente as reflexões e passados plantados ao tempo presente. A nova abordagem apresenta os museus enquanto fontes históricas para entender como determinadas comunidades preservam suas heranças culturais no presente, como espaços e instrumentos para a construção da memória local e enquanto espaços de comunicação social que promovem ações sociais e pedagógicas.

O Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre é apresentado enquanto espaço de comunicação social que promove ações pedagógicas

direcionadas à temática indígena regional e nacional em diálogo com a comunidade local, desenvolvendo ações com a comunidade com diversos conteúdos culturais, ações de história oral para manter o registro das memórias, boletins educativos, publicações dos seminários internacionais ocorridos na própria instituição e jogos educativos para o público infantil. O Museu Histórico Janis Edbergs e seu acervo são apresentados enquanto fontes históricas, para entender como uma comunidade preserva suas heranças culturais no presente. O Museu dos Tropeiros vem apresentado enquanto instrumento para a construção de uma memória local, uma vez que sua narrativa expressa permite que os indivíduos se identifiquem como sujeitos históricos ao lembrar de suas raízes. E, por fim, o Museu da Cachaça liga com perfeição a história posta ao passado como alicerce de trabalhos contemporâneos.

Assim, as instituições museológicas pensadas, enquanto fontes históricas, instrumentos para a construção de uma memória local e uma forma de comunicação social foram apresentadas a partir de museus situados no município de Tupã/SP, devendo ser acrescidos ainda a esta listagem, para o ano de 2021, o Museu da Fotografia, sendo estruturado pelos tradicionais fotógrafos da cidade e o Museu da Memória Ferroviária da Alta Paulista, em produção a partir de projetos de extensão universitária e de pesquisa da Faculdade de Ciências e Engenharia – UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), Câmpus de Tupã (UNESP, 2020).

Diante dos museus apresentados enquanto fontes históricas, espaços para a construção da memória local e enquanto espaço de comunicação social que promovem ações sociais e pedagógicas, podemos concluir que a nova abordagem sobre estas instituições no Brasil, desde a sua origem, tem um papel social, porém essas instituições tiveram o seu papel e o seu significados repensados no período pós Segunda Guerra Mundial a partir de questionamentos levantados por intelectuais da época. Só a partir de então o Brasil começa a buscar um conceito para seus museus e por meio da Lei Federal de nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 define os museus



enquanto instituições que conservam, investigam, comunicam e expõem informações para fins de preservação, estudo e memória.

## Referências

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. **Museu dos Tropeiros comemora um mês de abertura**. Tupã: PMETT, 2017. Disponível em: <https://www.tupa.sp.gov.br/noticia/3895/museu-dos-tropeiros-comemora-um-mes-de-abertura.html>. Acesso em: 17 jul.2020.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Papirus, 2002.

CURY, M. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus. **História, Ciências, Saúde**, São Paulo, v. 12, p. 365-380, 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000400019&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000400019&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 06 jul. 2020.

DIÁRIO TUPÃ. **Tupã participa da 17ª Semana Nacional de Museus – SNM**. Diário Tupã, 2019. Disponível em: <http://www.diariotupa.com.br/Noticias/noticia.php?tupa-participa-da-17a-semana-nacional-de-museus-snm&IdNoticia=13074&IdCategoria=5> Acesso em: 17 jul. 2020.

ICOM, International Council of Museums. **Código de Ética**. Disponível em: [https://www.icom.org.br/?page\\_id=30](https://www.icom.org.br/?page_id=30). Acesso em: 06 jul. 2020.

COFEM, Conselho Federal de Museologia. **Lei Federal 11.904**. de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: [http://cofem.org.br/legislacao\\_/legislacao/#lei-11904](http://cofem.org.br/legislacao_/legislacao/#lei-11904). Acesso em: 21 jul. 2020.

MAPA DA CACHAÇA. **Museu da cachaça de Tupã**. Disponível em <https://www.mapadacachaca.com.br/artigos/museu-de-cachaca-de-tupa-sp/>. Acesso em 20 de julho de 2020.

MARTINS, A. S. F. **Da magia a sedução: ações educativas formativas para universitários em museus paulistanos**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322177/1/Fronza-Martins\\_AglaySanchez\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/322177/1/Fronza-Martins_AglaySanchez_D.pdf). Acesso em: 7 jul. 2020.

MARTINS, V. C. Programa de Acessibilidade do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. In: CURY, M. X. *et al.* **Fronteiras Regionais e Perspectivas Nacionais**. Blumenau: Museu Hering, Fundação Hermann Hering. 2014. 272p.

MENESES, U. B. T. de. Museus históricos: da celebração à consciência histórica. In: MENESES, U. B. T. de. *et al.* **Como explorar um museu histórico**. Museu Paulista da USP. São Paulo, s.n., p. 3- 1992. *E-Book*. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4508380/mod\\_resource/content/1/MENESES\\_Como%20explorar%20um%20museu%20histo%CC%81rico.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4508380/mod_resource/content/1/MENESES_Como%20explorar%20um%20museu%20histo%CC%81rico.pdf). Acesso em: 17 jul.2020. 28p.

MONTES, A. V. *et al.* **Depoimentos de uma cidade**. Tupã: Gráfica & Editora Multigráfica. 2004, 526p.

MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO ÍNDIA VANUÍRE. **Plano Museológico**. Brodowski: ACAM Portinari; SEC, 2018. Disponível em: [https://www.acamportinari.org/wp-content/uploads/2018/05/MIV\\_plano\\_museologico\\_2018.pdf](https://www.acamportinari.org/wp-content/uploads/2018/05/MIV_plano_museologico_2018.pdf). Acesso em: 7 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Sobre o museu**. Disponível em: <https://www.museuindiavanuire.org.br/o-museu/institucional/sobre-o-museu/>. Acesso em: 8 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Plano Educativo**. Documento não publicado. Acesso em: 10 jul. 2020.

ROCHA, T. S. F.; OLIVEIRA, Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: OLIVEIRA, L. M.; LOURES OLIVEIRA, A. P. P. **Problemáticas da Gestão do Patrimônio e Políticas Públicas: A educação na perspectiva de mudança paradigmática**. Juiz de Fora, 2008.

SECRETARIA DE TURISMO DE TUPÃ. **Museu do Tropeiro**. Tupã: PMETT, 2017. Disponível em: <https://turismotupa.com.br/paginas/pontoturistico.php?tokenid=90&title=Museu-do-Tropeiro>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SCHEINER, T. C. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan/abr. 2012.

SILVA, M. H. **Colônia Varpa: a adaptação pioneira e a construção de uma comunidade histórica e imaginária 1922-1940.** 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2000.

TUPÃ CITY. **Museu dos Pioneiros de Varpa “Janis Edbergs” é um dos mais famosos da região.** Tupã: Tupã City, 2013. Disponível em: <https://www.tupa.sp.gov.br/noticia/3895/museu-dos-tropeiros-comemora-um-mes-de-abertura.html> Acesso em: 17 jul. 2020.

TUPÃ. **Prefeitura Municipal.** Disponível em <https://www.tupa.sp.gov.br/>. Visitado em 10 de julho de 2020.

UNESP. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Câmpus de Tupã). **Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS.** Disponível em <https://www.tupa.unesp.br/#!/pesquisa/grupo-de-pesquisa-em-democracia-e-gestao-social>. Acesso em 21 de julho de 2020.

VIERA, G. L. **O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica.** Revista Mosaico. Rio de Janeiro. v.8, n.12, p. 139-162, 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65900>. Acesso em: 17 jul. 2020.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1988. *E-Book*. Disponível em: [http://www2.uefs.br/filosofia-bv/pdfs/vygotsky\\_01.pdf](http://www2.uefs.br/filosofia-bv/pdfs/vygotsky_01.pdf). Acesso em: 7 jul. 2020.

XAVIER, J. S.; VALE, R. F.; PINTO JÚNIOR, R. N.; JUNIOR, R. I. (2017). **PESQUISA HISTÓRICA EM MUSEUS: uma reflexão sobre a realidade brasileira.** Museologia & Interdisciplinaridade, v. 6, n. 11, 199-219. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17700>. Acesso em: 20 jul. 2020.

## Capítulo 9

### Cooperativismo como modelo organizacional e instrumento de geração de renda para comunidades tradicionais <sup>1</sup>

*Claudio Antônio Tavares* <sup>2</sup>

#### 1 Introdução

Todo ser humano tem em sua natureza vontades, sendo movido por estas à constituição de suas relações sociais. O sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1855-1936), que foi um dos grandes pioneiros da ciência social na última metade do século XIX e início do XX, em sua teoria acerca das vontades humanas e das relações destas com a sociabilidade, utiliza-se de algumas categorias teóricas de Karl Marx (1818-1883) para embasar seus estudos. (BRANCALEONE, 2008)

Tönnies, em sua obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Comunidade e Sociedade), de 1887, nos traz uma importante teoria sobre as relações sociais humanas a partir do estudo e da conceituação das vontades humanas, e que por sua vez, se relacionam de formas múltiplas com a estrutura social da humanidade, seja nas comunidades, seja na sociedade.

Para Tönnies as interações humanas se dão basicamente por meio de sua vontade que por sua vez são divididas em duas: natural e racional (arbitrária), sendo que a vontade humana em sua forma mais bruta foi

---

<sup>1</sup> Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

<sup>2</sup> E-mail: claudioatavares@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1041260654304990>. Endereço:

Fundação Educacional de Ituverava, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava. R. Cel. Flauzino Barbosa Sandoval, 1259 Cidade Universitária 14500000 - Ituverava, SP - Brasil

designada por ele como “vontade natural”, que está diretamente relacionada a autopreservação, reprodução, alimentação, ou seja, ligadas às necessidades orgânicas do ser humano. Sendo assim Tönnies nos reporta a uma noção aristotélica do homem como animal, que por mero instinto e força traz em seu bojo o sentido de conservação, que desencadeia a união e dessa forma dá origem a comunidade. (TONNIES, 1957)

Partindo do pressuposto que existe outra vontade que transcende o orgânico, Tönnies nos relata que essa nova vontade parte de representações artificiais sobre o ser humano e o mundo ao seu redor, assumindo assim um caráter racional que se manifesta então como vontade arbitrária ou racional. Logo, quando as relações sociais humanas possuem interesses racionais e são mediadas pela contratualidade, observar-se-á a predominância da vontade arbitrária, constituindo-se relações sociais societária e a sociedade. (BRANCALEONE, 2008)

Observou-se que na primeira tipologia tonniesiana de “vontade humana” o que prevalece então é a união, tendo como elo central a afetividade, formação de um grupo social sólido e durável; já na segunda tipologia de “vontade humana”, Tönnies destaca que a centralidade é o contrato, onde as participações são negociadas e contratadas, prevalecendo-se basicamente os interesses individuais, tornando-se então artificial e facilmente mutável. (BRANCALEONE, 2008)

Tendo como base as ideias de Tönnies, tem-se então que a relação de comunidade ocorre, a partir do momento em que existe uma vida social baseada em certa intimidade, nos laços entre as pessoas sem que estas não dependam de algo externo. Já nas relações societárias as influências vêm totalmente do meio em que vivem e as suas orientações são apenas para que sejam alcançados os fins a que são propostos. (BRANCALEONE, 2008)

A sociabilidade comunitária ocorre, segundo Tönnies, em três padrões: laços de consanguinidade, coabitação e afinidade espiritual onde todos se convergem para um ordenamento interativo. Já na teoria da sociedade cada vontade é reconhecida como uma unidade subjetiva e

moralmente autônoma, totalmente independente e de certa forma autosuficiente, sendo totalmente caracterizada pela frieza contratual e mercantilista. (BRANCALEONE, 2008)

No contexto social atual a comunidade tradicional vem em contraponto com as sociedades regionais modernas, que por sua vez são mais amplas e mais complexas, sendo assim a sociedade tradicional se tornou um objeto de estudos e pesquisas em várias áreas. A comunidade tradicional não surge em oposição à sociedade moderna, nem tão pouco tem relação com a sociedade primitiva ou tribal. Mas muitas dessas comunidades precedem o surgimento das próprias cidades, podemos citar a aldeia, a tribo, que subsistiu muito antes do surgimento das cidades e se reproduzem sem elas.

Observou-se que a antropologia, enquanto área do conhecimento humano que objetiva a compreensão e definição completa do ser humano, ao longo dos anos tem se preocupado cada dia mais com as comunidades modernas, em consonância a tais preocupações vários cientistas conjuntamente com um outro grupo de antropólogos passaram a se preocupar, e com um olhar mais crítico passaram a dar características sociais e culturais a essas comunidades. (LAPLANTINE, 2006).

Vale retomar aqui o conceito de comunidade como sendo um modo afetivo e não somente um modo contratual, sendo assim uma característica bastante interessante e peculiar nas comunidades tradicionais é a presença do outro na vida de todos. Seja nesse caso como sujeito individual ou um sujeito institucional, sendo que essa presença se torna muito marcante a ponto de amparar, reconhecer ou mesmo controlar a vida das pessoas pertencentes a essa comunidade.

Uma outra maneira de se pensar na etimologia da palavra “comunidade tradicional” é trazendo a ideia de que ao traçar-se uma linha do tempo pode-se ver que algumas dessas comunidades já estavam estabelecidas em suas terras e/ou territórios quando outros grupos humanos chegaram, trazendo a chamada civilização àquele lugar e àqueles povos.

Sobre as pequenas comunidades, onde estariam as tradicionais, Brandão (2015) assevera:

A pequena comunidade – entre a utopia e a realidade – nos parece como o oposto complementar da sociedade. Ela é o lugar das relações face a face, de uma vida social em pequena escala regradas por valores e gramáticas de direitos e deveres resultantes de relações contratuais personalizadas, internegociadas e consensualmente aceitas, mais do que impessoais e impostas. (BRANDÃO, 2015, p. 30).

Bauman (2003) foi enfático ao afirmar que a comunidade é o lugar mais humano para se viver, e que tal fenômeno do arranjo humano vem desde tempos remotos, esse lugar foi arrancado ou encravado na natureza por pessoas, famílias que se reuniram para viverem e acima de tudo dar sentido a suas vidas. Parafraseando então, comunidade é um lugar de escolha, para serem livres e na maioria dos casos a comunidade tem a expertise para plantar, colher e cultivar seus alimentos e ainda fazer vendas desses produtos como forma de geração de rendas e riquezas.

Contudo, as relações sociais, inclusive para a existência das comunidades e sobrevivência de suas famílias e indivíduos, carecem de laços com a sociedade de modo geral e com suas estruturas mais amplas e complexas em específico. Assim, as comunidades, mesmo as tradicionais, obrigam-se à instrumentalização legal para que haja representatividade, atendimento de demandas por políticas públicas e mesmo para que se possam estabelecer as relações negociais, das mais básicas às mais complexas.

A administração é a área do conhecimento que trata da gestão de organizações dentro da sociedade, primando pela busca de níveis exitosos de eficácia, eficiência e efetividade na condução destas organizações públicas, empresariais ou do terceiro setor (CHIAVENATO, 2001). Segundo Chiavenato (2001) a administração trata do planejamento, organização de recursos, gestão de pessoas, controle e avaliação dos processos de produção e da própria administração, sendo estruturada sobre funções da administração.

Neste sentido, as pessoas e seus grupamentos, buscam participar, se filiar ou empreender de modo informal (o que possibilita até um certo limite de relações negociais e representativas) e formal, quando buscam a consolidação contratual de uma organização, dentre elas a associação, a cooperativa, o sindicato, a empresa individual e a empresa por cotas de participação, dentre outras.

A partir deste contexto de aproximação entre as comunidades tradicionais e as organizações burocráticas (racionais), concebeu-se como problema: “quais são as potencialidades e os desafios para a convergência teórico-cultural orientada a mais ampla utilização do cooperativismo como modelo organizacional para comunidades tradicionais?”

Na busca por respostas ao problema proposto, existiram algumas questões norteadoras que foram estruturadas para facilitar a consecução dos objetivos de pesquisa, sendo assim estabelecidas:

- 1ª - Como são as relações sociais humanas, no campo político e organizacional, dentro das comunidades tradicionais?
- 2ª - Como são definidos e circunscritos os modelos organizacionais empresarial, associativo e cooperativo?
- 3ª - Quais os fatores motivacionais e estagnadores de uma maior apropriação do cooperativismo como modelo organizacional?

## **2 Materiais e métodos**

Essa pesquisa propõe-se como explicativa, passando e apoiando-se ao exploratório e ao descritivo, para então trazer uma tese de explicação para um problema posto. Segundo Conduru e Pereira (2010), a pesquisa explicativa se estabelece como um nível complexo de busca de respostas, pois traz a necessária articulação com o fenômeno circunscrito e com os processos que o compõem.

Essa pesquisa terá uma abordagem qualitativa de natureza aplicada, que segundo Silveira e Córdova (2009) conta com a descrição, compreensão, objetivação e a explicação das relações em vários fenômenos sociais, sendo assim objetiva a geração de conhecimentos para que sejam postos



em prática e dessa forma buscar ajudar à solução de problemas específicos relacionados ao tema projeto.

Importante destacar que as técnicas de exploração bibliográficas e documentais serão sempre utilizadas e se sustentam como a articulação de leitura e busca de subsídios teóricos junto aos livros e artigos já publicados, bem como dos documentos oficiais sobre os assuntos que compõem o tema de pesquisa (CRESWELL; CRESWELL, 2018).

Segundo Creswell e Creswell (2018), a pesquisa qualitativa se caracteriza advinda de uma necessidade de exploração e a descrição de um fenômeno, além do desenvolvimento de uma teoria. Sendo que na pesquisa qualitativa, o pesquisador é o instrumento chave para a condução do estudo, onde o mesmo pode se utilizar várias fontes de dados e análises, sendo que os processos indutivo e reflexivo são de grande importância para o correto direcionamento analítico (CRESWELL; CRESWELL, 2018).

Todo material de pesquisa utilizado no projeto será embasado nas teorias organizacionais e seus modelos, bem como nas leis específicas do cooperativismo e artigos científicos com foco organizacional.

As pesquisas empíricas (aplicação de entrevistas) serão aplicadas junto a três comunidades tradicionais, escolhidas de modo articulado à factibilidade da pesquisa e às características organizacionais desses grupos humanos. Assim, delimitam-se como recortes do universo das comunidades tradicionais, a Comunidade Leta de Varpa (Tupã/SP); a Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO) e a Comunidade Tradicional Quilombola de Lajeado (Dianópolis/TO). A escolha das comunidades, alvo de pesquisa científica, ocorre então de modo não aleatório e intencional, segundo o que prevê diversos autores que consideram a questão do acesso aos dados e informações junto ao universo estudado (THEÓPHILO; MARTINS, 2009).

### 3 Desenvolvimento

#### 3.1 Comunidades Tradicionais

No contexto social atual, a comunidade tradicional vem em contraponto com as sociedades regionais modernas que, são mais amplas e mais complexas. Sendo assim a sociedade tradicional se tornou um objeto de estudos e pesquisas em várias áreas.

A comunidade tradicional não surge em oposição à sociedade moderna, nem tampouco tem relação com a sociedade primitiva ou tribal. Mas muitas dessas comunidades precedem o surgimento das próprias cidades. Nesse sentido, podemos citar a aldeia, a tribo que, na verdade, existem muito antes do surgimento das cidades e se reproduzem sem elas.

Observa-se que a antropologia, ao longo dos anos, tem se preocupado cada dia mais com as comunidades modernas. Em consonância a tais preocupações vários cientistas, passaram a se preocupar e, com um olhar mais crítico, passaram a dar características sociais e culturais a essas comunidades.

Vale retomar aqui o conceito de comunidade como sendo uma forma afetiva entre os pares e não somente um modelo contratual, sendo assim, uma característica bastante interessante e peculiar nas comunidades tradicionais é a presença do outro na vida de todos. Seja como sujeito individual seja como um sujeito institucional, essa presença se torna muito marcante a ponto de amparar, reconhecer ou mesmo controlar a vida das pessoas pertencentes à comunidade.

Uma outra maneira de se pensar na etimologia da palavra “comunidade tradicional” é trazer a ideia de que, ao traçarmos uma linha do tempo, podemos ver que algumas dessas comunidades já estavam estabelecidas em suas terras quando outros grupos humanos chegaram, trazendo a chamada civilização àquele lugar.

Bauman (2003) é enfático ao afirmar que a comunidade é o lugar mais humano para se viver, e que tal fato vem desde tempos remotos. Esse

lugar foi arrancado ou encravado na natureza por pessoas, famílias que se reuniram para viverem e, acima de tudo, dar sentido as suas vidas. Parafraseando então, comunidade é um lugar de escolha, na maioria dos casos, a comunidade tem a expertise para plantar, colher e cultivar seus alimentos e ainda fazer vendas desses produtos como forma de geração de rendas e riquezas.

Alguns estudos nos mostram o conceito de sociedade como sendo um lugar abstrato, institucional, contratual, enquanto que comunidade nos traz um conceito de um lugar mais humanamente concreto interpessoal, livre.

As comunidades fazem parte do cotidiano e da própria história do país, fato esse que podemos observar quando o processo da constituição de 1988, onde a mesma reconheceu de fato e de direito que existem no interior do país grupos culturalmente diferenciados, decorrente desse fato, então, a constituição de 1988 passou a considerar esses grupos como “comunidades tradicionais”.

Não se pode negligenciar e nem tão pouco deixar de comentar que as comunidades tradicionais desenvolvem práticas sociais específicas de sua comunidade e praticam uma alta interdependência com o meio ambiente, tendo assim a consciência da preservação ambiental.

Estamos presenciando em nossos dias discussões acerca da sustentabilidade. Tal discussão traz à tona a relação com as comunidades, uma vez que existe discussões sobre demarcações de terras, fato que faria com que muitas dessas comunidades sucumbissem em meio a tantas lutas por terra.

Em 2005 foi instituído o Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais, que teve algumas discussões e obteve sucesso ao ter o decreto 6040/2007 publicado, texto este que deixa claro o significado de comunidade tradicional. Vale ressaltar que a comunidade tradicional não surgiu do nada e que ela não veio simplesmente para ser uma oposição à sociedade moderna.

### 3.2 Cooperativismo

Quando se fala em cooperativismo e se observam os anais da história, vê-se que o cooperativismo é mais antigo do que se imagina. Já na Babilônia, essa prática era difundida. Existia, naquela época, o costume de arrendar terra para o uso de grupos de pessoas. Os alimentos eram plantados e divididos por todos.

Há de se destacar que o cooperativismo nasceu como uma alternativa à função social de melhoria para a vida das comunidades, tendo como objetivo amenizar as diferenças sociais. Os anais da história registram que o cooperativismo nasceu de um movimento de um grupo de trabalhadores em resposta ao aumento de desemprego e aos salários baixos que eram pagos pelas empresas, tudo isso, após o início da Revolução Industrial, em que a maioria desses trabalhadores eram tecelões.

Alguns socialistas como, Robert Owen, William King, Charles Fourier, John Bellers e Louis Blanc, vislumbraram um sistema cooperativo, de forma que a organização social comunitária pudesse resolver ou amenizar os problemas econômicos e sociais dessa parte da população, que podemos chamar de proletariados, que segundo Karl Marx é representada pela classe dominada que produzem para que seus patrões ora “burgueses” se enriqueçam cada vez mais.

Dessa forma, pode-se entender então que a palavra cooperativismo está ligada a um verbo muito forte: **cooperar**. E, dessa forma, baseiam-se os princípios e conceitos que regem as cooperativas, porque cooperativa é toda e qualquer associação de pessoas que por algum motivo em comum se unem, de forma voluntária, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns a todos.

Segundo Pinho (1982), a criação de várias cooperativas com nichos específicos levou a especialização e certo grau de profissionalismo que, sem dúvida, é fundamental para o crescimento e perpetuidade da cooperativa, mas que desvirtuou muito o cooperativismo. Sendo assim, as

cooperativas cada vez mais se tornam empresas ou complexas organizações sociais que, acabam incorporando o capitalismo moderno.

A cooperativa tem como cunho social o ideal democrático, mas, na verdade, a sua constituição acaba sendo complexa e burocrática. Por esse motivo, em muitas comunidades esse modelo não consegue se encaixar ou até mesmo se estabelece com ajuda de órgãos não-governamentais. Mas, com o passar dos anos, não consegue se manter devido exatamente às exigências legais que permeiam esse modelo de gestão.

Como já foi dito, o cooperativismo surgiu como um contraponto a exclusão social e a desigualdade que era estabelecida na sociedade entre suas camadas, esperando que esse tipo de problema não ocorresse nesse modelo.

Com a ideia da cooperação entre as pessoas, surgiu a necessidade da criação de princípios (Iron 1997), que foram se adaptando no decorrer do tempo com a modernização da administração e com o surgimento de novas tecnologias. Esses princípios foram estabelecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), fundada em Londres em meados do século XIX. Esses princípios foram estabelecidos em 1937 e são eles: livre adesão, controle democrático, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação formação e informação, intercooperação, interesse na comunidade.

As sociedades cooperativas são sociedades que se diferenciam das sociedades mercantis, pois, toda discussão sobre sua gestão, investimentos e outras estratégias de negócios são tratadas diretamente entre seus associados, e as decisões tomadas no âmbito de diretoria devem ser repassadas aos associados em assembleias ordinárias ou extraordinárias, uma vez que os associados são, além de usuários dos sistemas desta organização, os proprietários da cooperativa, pois os mesmos ao se tornarem associados adquiriram cotas de capital.

Quando se fala em “gestão”, pode-se imaginar: organização, administração de processos e pessoas. Ainda, segundo Barbosa (2010), a gestão de forma profissional é algo relativamente novo em nosso país, e mais

ainda se aplicados ao cooperativismo de forma profissional. A globalização tem exigido crescentemente mais organização e gestão profissional nas sociedades mercantis, e com o cooperativismo não é diferente uma vez que as mesmas estão no mercado e se deparam com concorrentes altamente preparados administrativamente. Por esse motivo a profissionalização deve permear as sociedades cooperativas.

Pinho (2012) deixa claro que a cooperativa é uma organização muito importante para o setor econômico, uma vez que esse modelo consiste na autogestão voluntária e, acima de tudo, democrática dos seus associados, que buscam esforço em conjunto para o bem do negócio, a promoção social e a promoção econômica de todos os seus associados, uma vez que depois de vendida a produção e pagos os custos e despesas operacionais o que sobra, em forma de lucro líquido, deve ser distribuído com seus associados. Por isso, a gestão tem sido de certa forma a grande barreira a ser quebrada. Ainda segundo Pinho (2012), as cooperativas funcionam como organizações que intermedeiam o mercado a seus associados e produtos, sempre buscando alguma vantagem financeira aos seus membros. Pode se dizer que o cooperativismo é uma filosofia de vida, um modelo socioeconômico que une o bem-estar social com o desenvolvimento econômico de uma comunidade. Segundo a OCB/Sescoop (2014), os principais fundamentos cooperativistas são: participação democrática, autonomia, solidariedade e independência. Sendo que esses conceitos se fundem ainda com outro princípio muito discutido em nossos dias que é a sustentabilidade. As cooperativas têm essa preocupação de não apenas obter o desenvolvimento econômico, mas também preservar os recursos ambientais.

Pinho (2012) relata que os registros históricos que envolvem o cooperativismo datam de pelo menos 152 anos de existência, a ideia do cooperativismo é bem antiga, mas os princípios e seus ideais ainda são os mesmos e continuam a nortear o cooperativismo nacional.

Carvalho (2011), deixa claro que a cooperação entre pessoas sempre existiu, e que isso não é de certa forma recente, vem desde os tempos mais

remotos da sociedade, estando de certa forma arraigado à própria subsistência do ser humano.

Ressalta-se ainda que o cooperativismo é a única doutrina econômica que nasceu diretamente da prática e ideal de trabalhadores não havendo, nesse caso, nenhum tipo de interferência intelectual em sua constituição inicial.

### **3.3 Cooperativismo no Brasil**

Deve-se ressaltar que, no Brasil, o processo de cooperação mútua é observado desde a colonização portuguesa, sendo que esse processo do cooperativismo brasileiro se tornou uma realidade no final do século XIX, através do movimento dos funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários.

Oficialmente existe registro de que a primeira cooperativa constituída foi em 1889 no estado de Minas Gerais, com a constituição da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, com o foco no consumo de produtos agrícolas.

As primeiras cooperativas tiveram início com as comunidades de imigrantes alemães e italianos dando forma ao cooperativismo nacional. Tais imigrantes trouxeram a bagagem cultural de trabalhos associativos, bem como experiências de atividades familiares comunitárias. As comunidades fundaram suas próprias escolas e igrejas, iniciando as atividades cooperativas, como por exemplo preparo do solo, construção de galpões e colheitas, dessa forma as necessidades de seus membros eram supridas livrando os mesmos da dependência dos especuladores, uma vez que a cooperativa consegue vender a produção e distribuir com seus membros.

Surgiram inicialmente algumas cooperativas de consumo, bem como algumas de crédito e agropecuárias, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Fato interessante que a maior expansão das cooperativas de consumo se deu nas décadas de 1950 e 1960. Nessa ocasião, 45% da população se concentrava em regiões urbanas. Em meados

de 1960, as cooperativas urbanas tiveram uma paralização em seu crescimento e propagação da doutrina.

As Cooperativas Agropecuárias se desenvolvem por núcleos imigrantes, sendo que essas acabaram sendo estimuladas pelo governo a fim que houvesse uma ampliação na produção agrícola. Com os incentivos ao cooperativismo agropecuário, outros nichos do cooperativismo tiveram sérios problemas, isso tudo a partir de 1970. Outros fatores como fusões, incorporações, exigências impostas pelo mercado também contribuíram para o decréscimo do cooperativismo.

Com a expansão do cooperativismo, viu-se a necessidade de que o mesmo fosse regulamentado e, no início dos anos 1970, foi instituída a Lei 5.764/71 que passou a disciplinar a criação de cooperativas, mudando a forma de criação, restringindo a autonomia de seus associados, regulamentando o funcionamento e a fiscalização. Algumas limitações foram superadas pela Constituição de 1988, sendo que a principal delas foi a proibição de interferência do Estado nas associações, dessa forma dando início à autogestão do Cooperativismo, favorecendo o crescimento de alguns nichos de cooperativas, as principais delas a de crédito e a de trabalho.

No ano de 1995, ocorreu outro marco importante para o cooperativismo no Brasil, o reconhecimento internacional. Roberto Rodrigues foi eleito o primeiro não europeu a presidir a ACI – Aliança Cooperativista Internacional, fato este que contribuiu para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

### **3.4 Educação Cooperativista**

Devemos pensar na capacitação e na educação de forma indispensável nas instituições, mas gostaria de convidá-los a refletirem essa verdade dentro do cooperativismo, eu diria que esta questão é de importância vital, ou indo ao extremo diria que essas duas palavras é uma questão de sobrevivência. Devemos lembrar sempre que vivemos numa sociedade onde o sistema socioeconômico bem como um processo social abrangente e de



certa forma dominante é uma concorrência muito forte, e uma forma de conflito.

Ao falarmos em educar para a cooperação nos deparamos com algumas dificuldades, levando em consideração que o ser humano já nasce em um contexto de extrema concorrência, de individualismo de forma que a pessoa busca se destacar sozinho.

Pensando assim os dirigentes de cooperativas deverão dar grande importância a esse tema, e investirem na educação de seus associados e funcionários. Deve-se inculcar nas pessoas a ideia da ajuda mútua e dessa forma difundir os preceitos, conceitos cooperativos a fim e que obter um relacionamento eficiente entre cooperativa e cooperado.

Sendo assim a educação cooperativa deve focar a formação de um ser humano cooperativo, participativo, solidário aprendendo a viver de forma cooperativa, transformando-o em um competente produtor, prestador de serviço e poupador.

Quando falamos em cooperativismo logo nos salta a mente alguns nomes, mas daremos um enfoque inicial a Charles Gide, um dos pioneiros na pesquisa sobre o cooperativismo, ele analisou e aprofundou de forma sistemática na doutrina cooperativa, Gide foi professor de Economia Política na Universidade de Paris no fim do século XIX.

Gide era enfático ao fazer certas afirmações sobre a função real do cooperativismo ele dizia que o principal objetivo da cooperação era o de transformar de forma paulatina o proletariado. Dessa forma devemos entender que a classe de operários não trabalhará em forma de dependência, mas de mutualidade. Ainda segundo Gide, somente a cooperativa consegue, de certa forma, mostrar o operário não apenas como um simples meio de produção, mas como parte integrante do processo.

Segundo Roberto Rodrigues (ex-presidente da ACI) a cooperativa é a “ponte que liga o mercado à felicidade das pessoas”. As cooperativas devem promover uma economia de serviços e não de lucro aos seus associados, sendo que sua motivação principal deve ser a de prestar serviços de excelência a seus associados.

Lembremos que as cooperativas exercem um trabalho social muito forte perante uma comunidade ou nicho de profissões devendo buscar de forma insistente os aspectos educativos e morais, sendo que estes deverão prevalecer sobre o caráter socioeconômico, nunca se esquecendo da importância de uma administração de excelência, a fim de viabilizar os negócios de seus associados.

Vale ressaltar que o cooperativismo teve seu marco inicial na Inglaterra, mas foi na França, pelo professor de economia política Charles Gide, que o cooperativismo teve sua análise mais sistêmica e com olhar mais profissional de seus mecanismos bem como nos processos de constituição.

### **3.5 Cooperativismo na formação rural**

Ao observarmos a história do cooperativismo ao longo dos anos vemos que uma das portas de entrada para esse fenômeno que tem crescido a cada ano em número, em ativos e representatividade foi a área rural, uma vez há uma necessidade muito grande na parte econômica e no setor de escoação de seus produtos.

Na década de 1930, o cooperativismo passou a ser regulamentado e dessa forma passa a ser difundido não apenas no meio rural, mas no que podemos chamar de meio urbano, uma vez que ele passa a ser considerado por muitos como uma forma para o desenvolvimento econômico e social.

Segundo alguns estudos, esse modelo de negócio, se é que podemos chamar assim, vem sendo de grande ajuda em algumas comunidades, mas nos assentamentos as cooperativas passaram a exercer um papel fundamental principalmente para implementação de políticas públicas. Dessa forma, muitos assentamentos têm constituído cooperativas e vêm se organizando para que possam usufruir de benefícios fiscais e até mesmo de repasses das políticas públicas para melhorarem a produção e a rentabilidade das famílias.

O que temos observado ao longo dos anos acerca do cooperativismo é que em muitas comunidades, assentamento ou até mesmo na agricultura

familiar o nível de estruturação e de profissionalismo que é exigido para constituição desse modelo de organização às vezes se torna inviável, talvez por falta de formação técnica de seus futuros participantes ou pelas exigências legais que são muitas.

O cooperativismo acaba sendo uma saída bastante interessante principalmente para o pequeno e médio produtor uma vez que a competitividade no agronegócio força o produtor a se manter permanentemente de forma planejada a fim de que possa obter ganhos, uma vez que em muitos casos as livres negociações acabam sendo substituídas por contratos. Por esse motivo, então, os pequenos produtores ou agricultores familiares buscam parcerias como associações e cooperativas, pois dessa forma se fortalecem e conseguem melhorar seus ganhos financeiros bem como ajuda social a seus cooperados.

Quando falamos em cooperativismo e mais especificamente em cooperativa agropecuária com foco em agricultura familiar, comunidades tradicionais e, até mesmo, em comunidades indígenas, precisamos pensar em um alinhamento entre a os interesses sociais e recursos econômicos, não somente imaginarmos que o financeiro é o primordial, mas fazer os princípios cooperativistas sejam observados o tempo todo principalmente no que tange a área social, sendo assim, deve haver uma harmonia entre os interesses.

Diz Antonialli (2000), que um dos maiores desafios das cooperativas é sem dúvida alguma equilibrar os interesses social, políticos e econômico de seus associados. Já que podemos entender que o interesse econômico se relaciona não somente ao crescimento da cooperativa, mas também do negócio de seus associados. Interesse social pode se relacionar aos benefícios e ou serviços que o cooperado espera que a cooperativa possa promover. Sem deixar de lado o interesse político que leva a disputas de representatividade do cooperado em sua cooperativa, uma vez que a diretoria é eleita por votação, são cargos concorridos de forma eletiva. Caso a cooperativa não consiga de alguma forma equilibrar esses interesses isso pode causar na cooperativa alguns atritos internos e até mesmo falta de

competitividade comercial, o que acarretaria no não escoamento dos produtos.

### **3.6 Evolução do Cooperativismo em sua forma solidária de constituição**

Quando se utiliza a palavra solidário no meio cooperativo entendo que esteja relacionada com os conceitos e preceitos desse modelo de negócio, uma vez que se não houver um esforço mútuo não existira cooperativa. Mas, deve-se tomar alguns cuidados para que as cooperativas não se tornem “muletas” para grandes latifundiários que só querem ou só pensam em lucrar a qualquer custo e os pequenos que de alguma forma necessitam desse modelo como fonte não apenas de renda, mas para ajudar a vender seus produtos ficando à mercê de tais coronéis.

O cooperativismo deve servir como instrumento coletivo e de desenvolvimento não apenas econômico, mas como fortalecimento da comunidade como um todo. Nesse mundo globalizado algumas cooperativas sofrem com alianças comerciais e se tornam totalmente sensíveis ao mercado econômico financeiro. Muitas, têm se tornado empresas econômicas que já não observam mais os princípios cooperativos e que seus dirigentes pensam apenas em buscar trocas, barganhas com recursos públicos e a velha política do “ganha-ganha”, que em muitas situações beneficia apenas uma parte de seus associados.

Podemos ressaltar uma diferença básica entre cooperação e cooperativismo uma vez que cada um deles tem processos sociais distintos, cooperativa é um modelo organizacional, através do qual se origina uma sociedade constituída de forma democrática a fim de que possa atingir os fins específicos. Trata-se de uma associação com gestão dos próprios associados regida por legislação específica que busca a igualdade no que tange a gestão e a distribuição dos recursos e das sobras. O cooperativismo não deixa de ser um movimento social ou doutrina. Podemos ainda dizer

que se trata de uma “política de transformação social” de um grupo, de uma comunidade, que juntos aceitam a troca de ideias e de experiências.

Cooperação nada mais é do que uma ação social alinhada com alguns objetivos comuns a fim de solucionarem problemas concretos.

Temos observado que o cooperativismo rural tem contribuído para a crescente mecanização ou modernização da agricultura, uma vez que a mesma dentro de seus princípios de igualdade prima pelo crescimento econômico e é um agente de mudança social.

Segundo Schneider (1981), o cooperativismo agropecuário no Brasil procura de certa forma harmonizar os processos econômicos, culturais e sociais. Rios (1976) diz ainda que a questão organizacional tenha se generalizado mundialmente, devemos tomar como base cada experiência sempre levando em consideração aspectos históricos tais como; regime econômico e político, estágio de tecnologia onde determinada sociedade está inserida, pela simples capacidade estrutural e organizacional da cooperativa e pelas ações de seus associados. Por essa ótica, devemos então considerar sempre o contexto histórico e social em que essas cooperativas aparecem.

É de fundamental importância entendermos ainda que a relação dos associados com sua cooperativa não ocorre como uma via de mão única, pelo contrário podemos dizer que os associados têm uma tríplice relação com a cooperativa, uma vez que eles são ao mesmo tempo, donos, clientes e investidores. Ao desenvolverem bem essas funções cada um terá a sua recompensa específica.

As cooperativas devem atentar não apenas para a gestão empresarial, também atenção especial à gestão social uma vez que essa ajuda a criar laços entre cooperativa e associados, gerando uma fidelização e maior confiança do cooperado em relação a sua cooperativa.

Por isso as cooperativas devem priorizar não apenas as questões mercadológicas e financeiras, mas atentar e fomentar a capacitação de seus associados, a fim de que os mesmos entendam a importância da relação que deve existir entre associado e cooperativa.

Ao falarmos da escola Rochdaleiana entendemos que a evolução cooperativa se deu por conta da educação cooperativa, uma vez que tal escola primava pela educação de seus associados e de toda comunidade cooperativista. Onde eles não mediam esforços em educar seus associados. Sua filosofia era de que todos deveriam estar sempre bem informados, e que a transparência era parte integrante do negócio. Sendo assim, podemos dizer então que a educação é indubitavelmente um pilar de sustentação do cooperativismo. Entendo que através da educação cooperativista pode se entender e desenvolver as peculiaridades da organização, sua forma organizativa e econômica.

Schneider (2003) se refere à importância da educação cooperativista e essa como um mecanismo de certa forma indispensável a fim de garantir a sobrevivência das próprias cooperativas, sendo que as cooperativas correm sérios riscos de serem absorvidas pelo sistema socioeconômico. E cita ainda:

A educação cooperativa, além de capacitar as pessoas a adquirirem um melhor conhecimento sobre o que é e exige a cooperação, sobre o que é a identidade específica das organizações cooperativas, visa igualmente atrair novos associados, reforçar e qualificar a participação dos cooperados, reciclar os funcionários para que eles possam ter um bom relacionamento com os coproprietários do empreendimento e, também, para conhecer melhor a organização na qual trabalham. (SCHNEIDER, 2003, p. 15).

Segundo Schneider (2004), as cooperativas se tornaram uma resposta aos problemas ocasionados pela globalização, fazendo frente ao grande processo de exclusão de pequenos produtores rurais uma vez que o ambiente sócio econômico se torna uma competição totalmente acirrada e desta forma as cooperativas veem como um contraponto a concentração de riquezas, as cooperativas não buscam o chamado modelo capitalista de exclusão, mas sim o princípio da união de forças. Observando ainda o que diz Schneider (2004, p. 2), “[...] a integração/concentração de empresas que representam milhões de coproprietários cooperativados é um

processo que reforça as condições para uma melhor redistribuição da renda e das oportunidades”.

Segundo Zylbersztajn (1994), a cooperativa tem seu papel fundamental no desenvolvimento de seus associados, principalmente no que diz respeito a questão de custos na comercialização de insumos.

Segundo Bialoskorski (2004, p.3) as cooperativas representam uma importante função de desenvolvimento econômico, tendo como premissa principal a distribuição de rendas de forma justa e a criação de novos empregos.

Longe de sermos saudosistas em relação ao cooperativismo e de tal forma negarmos o capitalismo no meio cooperativo, mas devemos sim enxergar e entender o associativismo da cooperação como forma de sobrevivência de muitos produtores e ou comunidades tradicionais.

Tal fenômeno se dá por falta de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores rurais ou agricultura familiar sendo assim os pequenos se juntam em forma de cooperação a fim de resistirem as demandas econômicas internas e externas, que de certa forma impõem tecnologias e ou padrões de consumo e muitos casos voltados os padrões capitalistas.

Nos relata Pinto (2006) que a grande concorrência com empreendimentos capitalistas e o excesso de burocracia ajuda a promover uma descaracterização das cooperativas, o que as faz de certa forma capitalistas.

Nos escreve Singer (2008) que a cooperativa de Mondragón, que é uma das maiores cooperativas do mundo, fundada em 1956 na cidade de Mondragón, norte da Espanha, é empreendimento cooperativo conta com cooperativas de produção indústria, de serviços, com um banco cooperativo, cooperativa de seguro social e uma universidade, mas o que torna essa cooperativa diferente mesmo no tempo atual é a aplicação dos princípios cooperativistas.

No início do século XX, o cooperativismo sofreu algumas dificuldades, mas mostrou-se capaz de superar e acima de tudo resistir e se firmar no

cenário econômico nacional. Contudo, ao passar dos anos e com essas dificuldades enfrentadas algumas cooperativas passaram a ter um perfil próximo de empresas capitalistas fazendo com que algumas dessas cooperativas perdessem suas identidades.

Várias cooperativas têm aplicado a chamada autogestão e podemos ver casos de sucesso que vem utilizando esse modelo de gestão. Podemos citar como caso de sucesso a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (Copavi), que tem a sua sede no município de Paranacity, a 110 quilômetros de Maringá, com aproximadamente 6 mil habitantes. A sede da Copavi fica no assentamento Santa Maria, onde moram 22 famílias, num total de 98 pessoas (adultos e crianças). Um de seus associados, o Sr. Elson Borges dos Santos, mais conhecido como Zumbi, relatou que eles produzem “trinta toneladas de açúcar mascavo [orgânico] por mês, onde são distribuídas em catorze estados”. Um rebanho de gado leiteiro de 250 cabeças, onde são produzidos queijos, iogurtes, leite, produzem ainda rapaduras, hortaliças, verduras, pães e também cachaça, produzindo 150 mil litros por ano, sendo que a maior parte dessa produção é exportada.

O sistema organizacional da Copavi é composto por um Conselho Deliberativo com cinco membros, onde são realizados fóruns de discussão semanal, as famílias são organizadas em núcleos, que fazem reuniões mensais com discussões envolvendo prestação de contas, assuntos de ordem social. O órgão máximo de toda cooperativa é a Assembleia Geral, nesse caso eles se reúnem mensalmente para essa reunião traçando as diretrizes, estratégias e atividades da Copavi. Uma de suas associadas Joelci Dannacena relata: “o diferencial que faz com que a cooperativa venha a ser um empreendimento ao mesmo tempo econômico, de geração de renda e de inclusão social, sem dúvida é a autogestão”

Nesse modelo de autogestão os cooperados da Copavi têm uma participação direta e de forma democrática promovendo assim uma forma de sociabilidade. Eles trabalham muito fortemente a educação e o conhecimento cooperativo contribuindo para uma formação entre os adultos, jovens e crianças. O associado Francisco Stronzak, relata em sua fala que



uma das maiores dificuldades em agregar novas famílias é a cultura que vem arraigada com eles, uma cultura individualista que vem da bagagem da sociedade capitalista. Esse tipo de cultura se caracteriza pelo modo de pensar: “... eu tenho que ter uma vaca que é minha, eu tenho que ter um lote de terra que é meu, que ali eu faço o que eu quero, e aqui [Copavi] é administrado pelo grupo”. Na Copavi, a perspectiva é a valorização do coletivo, “tem que aprender a falar [...] o nosso, chega aqui, nós falamos, são nossas vacas, nosso trator”.

Esse deve ser o verdadeiro espírito cooperativista, que ultrapasse as barreiras do individualismo que de certa forma fragiliza, fragmenta os pequenos produtores rurais as comunidades tradicionais, onde todos participam dos processos decisórios, e que a cultura do “1 homem 1 voto” seja observada e cumprida, onde a autogestão seja levada a sério, e que os princípios cooperativistas sejam cumpridos.

#### **4 Considerações finais**

Quando olhamos para a história do cooperativismo desde seu nascimento até os dias atuais vemos que as dificuldades foram muitas e elas perduraram por longos anos. Mas o cooperativismo resistiu a tudo e a todos.

Vale ressaltar que o cooperativismo fortalece a relação social bem como as questões produtivas, venda, distribuição e melhora a renda de seus associados. Vimos ainda que o grande problema em se constituir uma cooperativa são as questões burocráticas uma vez que sua constituição depende de um número mínimo de 20 pessoas, bem como a exigência nas questões administrativas e financeiras, dessa forma acaba dificultando a administração por conta das exigibilidades.

É necessário que haja um trabalho efetivo por parte dos órgãos que regem o cooperativismo para que seja melhorado as exigibilidades, dessa forma poderíamos ter mais cooperativas em comunidades tradicionais em

aldeias indígenas. Fortalecendo o cooperativismo melhorando as questões sociais nas comunidades.

## Referências

- BAUMAN, N.Z. **Comunidade, a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BRANCALEONE, CASSIO. Comunidade, sociedade e sociabilidade: Revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 2, p. 98-104, 2008.
- BUAINAIN, A. M. et al. **O Mundo Rural no Brasil do Século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 267-294.
- CHIAVENATO, IDALBERTO. **Administração Teoria, Processo e Prática**. ed. Elsevier Editora, São Paulo, 2010.
- EIDT, JOSE SIMONI. et al. **Conhecimento tradicional Conceitos e Marco Legal**. Brasília: Embrapa, 2015. p. 267-294.
- HAVE, STEVEN TEM, WOUTER TEM HAVE, FRANS STEVENS, MARCEL VAN DER ELST. **Modelos de Gestão**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.
- KALAKI, R.B. **Uma proposta de plano estratégico para o setor citrícola brasileiro**. 2014. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – FEARP/USP, Ribeirão Preto, 2014.
- MORAES, N R, BAPTAGLIN, L A, MORALES, A G, MELO, V. G. N., RODRIGUES, J. A. **Povos originários e Comunidades tradicionais**. Editora da Universidade Federal de Roraima, v. 1, p. 137-198.
- OLIVEIRA, DJALMA DE PINHO REBOUÇAS DE OLIVEIRA, **Manual De Gestão das Cooperativas: Uma abordagem pratica**, São Paulo, Atlas, 2001.
- RODRIGUES, ROBERTO; **Agro é Paz: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo**. Piracicaba: ESALQ, 2018.
- SCHNEIDER, JOSE ODELSON. **Educação Cooperativa e suas práticas**, SESCOOP, São Paulo, v. Brasil.

SILVEIRA, D.T.; CÓRDOVA, F.P. **A pesquisa científica**. In: GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, T.D. Métodos de pesquisa. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42.

TUPES, MILA. **Depois do Crepúsculo ... um novo Alvorecer**. Multi Gráfica, 3 ed. Tupã.

VEIGA, S.M.; RECH, D. **Associações como constituir sociedades civis sem fins lucrativos**. ed. DP & A editora: Rio de Janeiro, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

## Capítulo 10

### Limites e possibilidades de trabalhadores que exercem em pequena escala a produção de leite no Município de Tupã<sup>1</sup>

*Guery Tã Baute e Silva<sup>2</sup>*

*Yara Barretto Oliveira<sup>3</sup>*

*Julia Maria Carmo<sup>4</sup>*

*Erica dos Santos Nogueira<sup>5</sup>*

*Ioly Gomes Fernandes Sacilotto<sup>6</sup>*

#### 1 Introdução

A economia pecuária bovina leiteira passou por grandes mudanças a partir da segunda metade do século XX. Os produtores de leite que se beneficiavam da intervenção governamental até o começo da década de 90 tiveram que se adaptar às mudanças neoliberais que ocorreram a partir de 1991. Nesse momento, foram abolidas diversas políticas subsidiárias entre elas o tabelamento dos preços, que antes eram regulados pela Comissão Interministerial de Preços (CIP) em que os produtores podiam ter participação nas decisões relacionadas a essa política pública (CARVALHO, 2010).

---

<sup>1</sup> Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

<sup>2</sup> E-mail: guerybaute13@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6526039207509707>. Endereço: Instituto Federal de São Paulo, Câmpus Avançado de Tupã. Avenida do Universitário Jardim Ipiranga 17607220 - Tupã, SP - Brasil

<sup>3</sup> E-mail: yara.barretto95@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0961107811389750>

<sup>4</sup> E-mail: ju.carmo3@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4433097408498005>

<sup>5</sup> E-mail: ericanogueira@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8089970360419992>

<sup>6</sup> E-mail: ioolysaci@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6537389498217659>

De acordo com Maia *et al.* (2013), anteriormente, a renda adquirida pelo produtor variava de acordo com a sazonalidade da produção, mas estava, de certa forma, preservada pelo regime de fixação de preços. Com a abertura comercial e a desestabilização de preços, foi criado um cenário novo, no qual o valor do leite era estipulado apenas pela relação entre oferta e demanda (CARVALHO, 2010).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), o Brasil ocupou a quinta posição no *ranking* mundial em relação à produção de leite, sendo o segundo em número de bovinos leiteiros. Atualmente, as maiores produções de leite no país se localizam nas regiões Sudeste e Sul. O Sudeste representa 26,6% do total da produção nacional.

A região de Tupã, em 2005, produziu cerca de 2.674.000 litros de leite, enquanto que, em 2014, a produção foi de 3.751.000 litros, representando assim 0,2% da produção no estado de São Paulo. Apesar do aumento em 2014, a produção variou durante os anos, tendo resultados de melhora como também de declínio (CILEITE, 2016)

Visando compreender as oscilações decorrentes da produção leiteira no Estado e na cidade de Tupã no decorrer deste trabalho serão demonstradas as dificuldades enfrentadas pelo produtor de leite. Visto isto, quais seriam as dificuldades enfrentadas pelos produtores de leite na região?

Dessa forma o objetivo geral é apresentar as peculiaridades da produção leiteira do município de Tupã. Para isso foram elaborados os seguintes objetivos específicos expor o atual cenário da pecuária leiteira nacional em especial do município de Tupã e identificar as principais dificuldades da produção de leite.

## **2 Metodologia**

Nesta seção são abordados os meios propostos para atingir o objetivo da pesquisa. Nesse sentido, apresenta-se os procedimentos metodológicos. O Quadro x sintetiza a metodologia adotada para o presente estudo.

Quadro 1 - Síntese metodológica

MATRIZ METODOLÓGICA	
Natureza da Pesquisa	Descritiva
Abordagem Metodológica	Qualitativa
Unidade de análise	Um produtor leiteiro que exerce a atividade e um que não a exerce mais
Técnica de coletas de dados	Bibliografia Documental Entrevistas Observação

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse trabalho terá como cerne a pesquisa descritiva, pois objetiva descrever os resultados adquiridos, ou seja, delimitar como é o cenário apresentando as peculiaridades da produção leiteira do município de Tupã (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Será utilizada a abordagem de pesquisa qualitativa, pois é um meio para explorar o significado atribuído ao problema através de um estilo indutivo para interpretação de sua complexidade principalmente visando as particularidades de um produtor leiteiro que exerce a atividade e um que não a exerce mais, ressaltando suas limitações e desafios (CRESWELL, 2010).

Segundo Flick (2013) as seleções das amostras nas pesquisas qualitativas são realizadas propositalmente como ocorreu em relação à escolha da nossa unidade de análise que são um produtor leiteiro que exerce a atividade e um que não a exerce mais, isso porque essa pesquisa busca trazer os impasses enfrentados nas duas condições apresentadas. Além disso, o autor aponta que essas pesquisas qualitativas são projetadas para serem o mais abertas possíveis, de modo que os resultados consigam ser “analisados extensivamente em sua complexidade” (FLICK, 2013, p. 24).

Além disso, segundo Godoy (1995) a abordagem metodológica qualitativa tem como principal ênfase o estudo e a análise do meio empírico em seu ambiente nativo, valorizando o contato direto e ampliado do pesquisador com o ambiente.

Como técnica de coleta de dados optou-se pela pesquisa bibliográfica, já que ela possibilita a reunião das informações e dados relevantes, que servirão de base para a construção da investigação e conseguiram delimitar sucintamente os cenários dos produtores leiteiros frente as políticas públicas brasileiras atuais (PEROVANO, 2016).

Ademais, as pesquisas bibliográficas são realizadas em base de dados de artigos científicos, para identificar o estado atual da temática estudada. Outrossim, foi realizada uma pesquisa documental em transformações ocorridas nas legislações referentes a temática apresentada (CRESWELL, 2010).

A técnica de entrevista também foi um dos métodos de construção dos resultados, uma vez que se qualifica como um procedimento útil na investigação social para coleta de dados ou para ajuda no diagnóstico. As questões das entrevistas foram fechadas e abertas de modo a possibilitar a análise dos pontos complexos do problema (LAKATOS; MARCONI, 2007).

O método utilizado foi o estudo de caso para conhecer o problema de forma ampla e detalhada, no qual foram analisadas duas propriedades agrícolas localizadas na Estância Turística de Tupã com escolha intencional não probabilística como já apresentada nesta metodologia (GIL, 2010). E foi por intermédio de uma pesquisa de campo, a fim de conhecer os fenômenos constituinte dessa realidade e esclarecer sua complexidade (PIANA, 2009, p. 167).

Para alcançar o objetivo geral foram elaborados dois objetivos específicos expor o atual cenário da pecuária leiteira nacional em especial do município de Tupã e identificar as principais dificuldades da produção de leite. Para exercer essa análise também foi utilizado como técnica a observação que usa os sentidos no exame de determinados aspectos da realidade e a entrevista que se trata de um procedimento utilizado na investigação social para coleta de dados ou para ajuda no diagnóstico (LAKATOS; MARCONI, 2007).

### 3 Resultados e discussões

Para explicitar resumidamente o atual cenário da pecuária leiteira essa pesquisa apresentou alguns dados quanto a produção Nacional, Estadual e Municipal dos produtores leiteiros. Ressalto que em geral os pequenos produtores são membros da classe trabalhadora e ficam esmagados em uma cadeia de em que a juzante e a montante é dominado por empresas de cunho multinacional.

Em 2014, segundo IBGE, a produção de leite no Brasil foi de 35,17 bilhões de litros, representando um aumento de 2,7% em relação à produção registrada no ano anterior. De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Department of Agriculture - USDA*), o Brasil ocupou a quinta posição no ranking mundial de produção de leite, em 2014, atrás da União Europeia, Índia, Estados Unidos e China (IBGE (2014) *apud* MILKPOINT, 2015).

A região Sul, pela primeira vez na série de dados, foi a região com maior produção do país, de acordo com o CEPEA-ESALQ/USP (2014). Em 2014, essa região foi responsável por 34,7% da produção nacional, enquanto a região Sudeste produziu 34,6% do total. O Estado de Minas Gerais permaneceu como o principal produtor de leite em 2014, com 9,37 bilhões de litros, o que corresponde a 77% de toda a produção da Região Sudeste e a 26,6% do total da produção nacional. Na segunda colocação, figurou o Estado do Rio Grande do Sul, seguido pelo Estado do Paraná. A Região Centro-Oeste participou com 14,1%, com o Estado de Goiás na quarta posição nacional. Em termos municipais, a primeira posição continuou com Castro (PR), seguido pelos municípios de Piracanjuba (GO) e Patos de Minas (MG) (MILKPOINT, 2015).

A produtividade média da produção de leite no Brasil foi de 1.525 litros/vaca/ano, em 2014, correspondendo a um crescimento de 2,2% em relação à observada em 2013 (1.492 litros/vaca/ano). A Região Sul apresentou a maior produtividade nacional, 2.789 litros/vaca/ano, um



umento de 4,3%, em 2014, comparado ao ano anterior. As maiores produtividades ocorreram no Sul do País, destacando-se o estado do Rio Grande do Sul com a maior produtividade nacional (3.034 litros/vaca/ano), seguido pelos estados de Santa Catarina (2.694 litros/vaca/ano) e Paraná (2.629 litros/vaca/ano). A menor produtividade foi encontrada no Estado de Roraima (345 litros/vaca/ano). Os municípios de Araras (SP), Castro (PR) e Carlos Barbosa (RS) apresentaram as três maiores produtividades (MILKPOINT, 2015).

De acordo com o Projeto LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do estado de São Paulo, desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a região do município de Tupã, em 2007/08, contava com 515 Unidades de Produção Agropecuária (UPA), tendo uma média de 25,7 cabeças por propriedades, totalizando 13.256 cabeças. No mesmo período, o município de Tupã contava com 90 UPAs com média de 14,7 cabeças/UPA totalizando 1.321 cabeças.

### **3.1. Caracterização e situação econômica do produtor de leite**

O produtor de leite tradicional tem perdido espaço no setor, sendo responsável por apenas 10,2% do total de leite cru entregue aos laticínios, sujeitos à inspeção federal no Brasil (IEA, 2015). Segundo Jank e Galan (1998), os produtores leiteiros no Brasil se distinguem em inúmeros tipos, porém, é dado destaque a dois tipos: os produtores especializados e os não-especializados.

Os especializados podem ser definidos como aqueles em que a principal atividade exercida é a leiteira, cujo rebanho é totalmente especializado, com investimento, *know-how*, tecnologia, diferenciação do produto (leite tipo A e B) e economia de escala. Apesar desses investimentos, não há garantia de que esse produtor alcançará grandes resultados e retorno financeiro desejado (JANK; GALAN, 1998).

Já o produtor não-especializado não tem o leite como sua atividade principal. O leite é utilizado apenas como um adicional, é o subproduto do

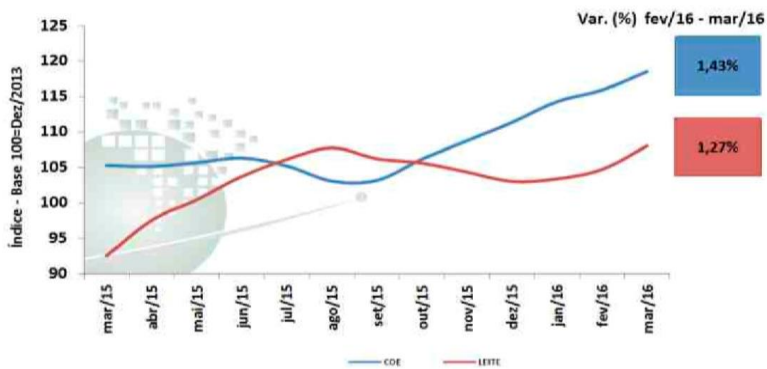
bezerro de corte. Normalmente, esses produtores não usam tecnologia de ponta e operam com baixos retornos e poucos riscos financeiros e, quando se deparam com as restrições legais, obrigatoriedade de certificações, acabam sendo desincentivados a continuar produzindo e se veem impossibilitados de comercializar os produtos (JANK; GALAN, 1998).

Diante da importância de ressaltar as proporções dos retornos financeiros desses produtores, foram consultadas informações fornecidas pelo Boletim do Leite, em abril de 2016. Notou-se ter havido um aumento de 4,67% do valor recebido pelo leite, o que pode ser justificado pela diminuição da oferta do produto. Ao contabilizar todos os tributos, o preço bruto recebido pelo produtor teve uma média nacional, em 2016, de R\$ 1,1451/ litro (CEPEA - ESALQ/USP, 2016).

Entretanto, ao considerar que o salário mínimo nacional, em 2016, atingiu R\$880,00, conforme a nota técnica publicada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2016), é possível concluir que para que um produtor de leite atinja uma renda bruta equivalente a um salário mínimo seria necessário produzir e comercializar aproximadamente 768,5 litros de leite no mês.

Além disso, desse valor precisam ser reduzidos os Custos Operacionais Efetivos (COE), os quais são, basicamente, as despesas que o produtor de leite precisa arcar durante todo o mês produtivo. O levantamento realizado pelo CEPEA - ESALQ/USP (2016), no “Boletim do Leite”, apontou que houve uma evolução no COE, principalmente nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Na imagem a seguir é possível observar que há uma discrepância entre o aumento da COE (representado pela cor azul) e o valor recebido pelo produtor por litro de leite (vermelho).

**Figura 1** – Comparativo entre o Custo Operacional Efetivo (COE) e o preço do leite no estado de São Paulo (2015 e 2016)

Fonte: CEPEA - ESALQ/USP (2016).

Juntamente a esses elevados custos, os produtores brasileiros precisam produzir e fornecer um leite de qualidade. No entanto, o termo qualidade não se restringe apenas às características do produto em si, mas à Contagem de Células Somáticas (CCs), à Contagem Bacteriana Total (CTB), aos teores de proteína e gordura, dentre outros elementos. Para atingir um patamar de excelência, além dessas características, é necessário que o produtor fique atento ao bem-estar do animal, obedeça rigorosamente às legislações trabalhistas, ambientais, sanitárias e busque as certificações relacionadas aos produtos (BRASIL, 2009).

De acordo com Correr *et al.* (2015), as normas e certificações determinam requisitos mínimos de qualidade que o leite produzido necessita apresentar para que possa ser comercializado legalmente. Além disso, exercem um impacto sobre a cadeia produtiva, já que para atender às exigências sanitárias é necessário que o produtor invista em uma maior especialização e infraestrutura.

As certificações de garantia da qualidade do leite mais reconhecidas atualmente são: IFOAM; ISO Guide 65; Demeter; USDA/NOP e INMETRO/MAPA. Já com relação normativas, a principal é a IN 62, publicada em 29 de dezembro de 2011, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa normativa é responsável por regulamentar

a produção, identidade, qualidade, coleta e transporte dos leites: tipo A, pasteurizado e cru (DÜRR, 2012).

Com essas imposições legais de qualidade, espera-se que ocorra uma melhor segurança do alimento disponível à população e que, assim, o país possa buscar novos mercados.

### **3.2 Dificuldades encontradas pelo produtor leiteiro**

Com a inserção do Estado mínimo e das políticas neoliberais, o agromercado leiteiro no Brasil passou por profundas transformações a partir do ano de 1990 as quais afetaram todos os elos da cadeia, desde os insumos até o consumidor final (GOMES, 1997). Em 1990, a abertura dos mercados e a consolidação do Mercosul gerou um novo cenário de hipercompetitividade. Essas circunstâncias foram acompanhadas pela cessação das políticas de preço, no fim de 1991, que passaram a permitir que o mercado autorregulasse o preço pago aos produtores pelo leite (GOMES, 1997).

Esse cenário permitiu o surgimento da nova estrutura econômica do mercado leiteiro atual, demonstrando, em estudos, a eficiência produtiva diretamente ligada às novas tecnologias. Para se manter no mercado, o produtor precisa investir em mecanização e especialização da produção no ponto de vista econômico para melhorias tecnológicas, que estão relacionados à estrutura, ao sistema de ordenha, ao transporte, entre outros fatores. Esses investimentos buscam auxiliar nos altos custos operacionais (SILVA et. al., 2008).

Devido a isto, é verificado um aumento dos custos “dentro da porteira” nos últimos anos, sobretudo devido aos grandes valores pagos às empresas estrangeiras pelos insumos (MILKPOINT, 2015). Além disso, há indícios históricos de queda nos preços pago ao produtor desde 2010 até o ano de 2015. Nessa conjuntura, é notado que houve diminuição da renda e redução de 9% na margem de lucro do produtor em 2016. Na pesquisa de Nogueira (2016), o autor ressalta que apesar do preço do leite ter subido 13,1 %, ao longo de 2015, o valor repassado aos produtores caiu em 2,8%,

fato justificado pelo aumento nos custos de produção em 7,5%, o que expõe a produção como elo mais frágil da cadeia produtiva do leite (MATTOS; ABUD, 2014).

Assim como indica a pesquisa realizada pelo CEPEA (2011), o retorno do capital investido em leite passa a ser pequeno, ficando atrás do obtido com soja, milho, café e pecuária de corte. Muito dos pequenos produtores não possuem capital para investir em mecanização, o que poderia otimizar seus retornos.

A característica dessa produção é de complementaridade à renda, portanto, o pequeno produtor acaba não se especializando. Sendo assim, a busca por tecnologia acontece, porém, ela ocorre de maneira gradual, como é o caso de tanques e ordenhadeiras mecânicas (SILVA et. al., 2008). Neste cenário, é provável que o pequeno produtor, atuante de forma individualizada, apresente incapacidade de influência nos preços, atingindo, assim baixa, lucratividade.

Nos estudos de Mattos e Abud (2014), para o desenvolvimento da atividade leiteira para os pequenos produtores, é preciso um conjunto de ações que os ajudem a se desenvolver, oferecendo linhas de créditos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual pode facilitar a compra de insumos e equipamentos coerentes com a atividade leiteira. Juntamente a isso, esses pequenos produtores precisam se unir e buscar trabalhar juntos e estrategicamente para, por meio da sinergia, com a cooperação desses trabalhadores para conseguirem melhores resultados.

Juntamente a esse contexto apresentado, é necessário apontar que há uma legislação ultrapassada com padrões de qualidade inferiores aos internacionais, o sistema pouco eficiente de inspeção sanitária do produto também favorece a realidade do produtor leiteiro que como apontado nos gráficos apresentados tem um custo operacional que pode ultrapassar seus lucros (JANK; GALAN, 1998). Entretanto, algumas das normatizações que foram implementadas para auxiliar nessa questão, como as certificações,

foram impostas aos produtores sem um suporte, fazendo com que encontrem dificuldades para se adequar às exigências normativas relacionadas à produção leiteira.

#### **4 Estudo de caso**

Nessa sessão será abordada os estudos de casos feitos no município de Tupã. Vale destacar, que visando manter o anonimato dos entrevistados foram utilizadas para identificar os produtores as representações X e Y, sendo Y o produtor leiteiro que exerce a atividade e X o que não a exerce mais. Para assim, poderem serem utilizadas todas as informações extraídas sem a necessidade de restrições ou descrições parciais.

##### **4.1 Estudo de caso: Estância X**

Contribuiu para o estudo preliminar da condição do produtor leiteiro o ex-produtor leiteiro da Estância X, localizada em Tupã - SP, o qual atualmente utiliza de sua propriedade para atividade de turismo rural e pedagógico. O proprietário forneceu dados a respeito de sua experiência produtiva nos anos de 2009 a 2013, relatando sua trajetória e o motivo que o levou a focar em outro seguimento rural.

Dono de empreendimentos em São Paulo e aposentado, o proprietário declarou que obteve grandes lucros no mercado, mas ressaltou a baixa qualidade de vida que se tem morando em uma cidade grande. Com um perfil visionário e empreendedor, mudou-se para o interior, prezando a tranquilidade oferecida. Desde então, o proprietário estava à procura de algo em que pudesse trabalhar, foi então que adquiriu uma propriedade rural.

Por meio de uma propaganda, tomou conhecimento do Congresso Internacional do Leite, demonstrando interesse pelo assunto e participando do mesmo. O objetivo principal deste congresso é promover a

sustentabilidade e discutir a atividade leiteira no Brasil, tendo como público os líderes dos empreendimentos leiteiros, produtores, dirigentes sindicais, cooperativas e associações, pesquisadores, estudantes e profissionais da assistência técnica e extensão rural; o congresso é promovido pela Embrapa (EMBRAPA, 2016).

Atraído pela mensagem transmitida, o proprietário acredita que a atividade leiteira demonstrava ser lucrativa, direcionando, assim, investimentos a essa atividade. A partir daí estudou algumas técnicas de produção, aprendeu procedimentos e métodos para concretizar seu novo enfoque e, em pouco tempo, produzia 80 litros de leite por dia. Desenvolvedor de ideias sustentáveis para a produção, o proprietário foi premiado e reconhecido, dando palestras com seus relatos pelo Brasil.

Ao final de 2013, o produtor relata que sua produção não se expandia e a visão de crescimento para o negócio já não era mais evidente. Ao mesmo tempo ele ainda afirma que a produção de leite é rentável, desde que haja uma boa gestão, ao analisar as experiências vividas com a produção leiteira, concluiu que há ganhos maiores relacionados à produtividade dos insumos usados e os derivados do que a própria venda do leite.

O produtor comprova, a partir de cálculos matemáticos básicos, que até mesmo os insumos para a produção leiteira possuem mais lucratividade do que a própria produção. Por exemplo, a venda de queijos, sorvetes, capim (que servia de alimentação para o gado de leite) passou a ser mais rentável do que a venda de leite. Os custos de produção, mão-de-obra, matérias-primas, cuidados específicos, armazenagem e estocagem do leite e tecnologias necessárias para a operação possuem alto custo, criando uma desvantagem competitiva.

O entrevistado enfatizou os efeitos da legislação sob o estilo de vida dos produtores, uma vez que antes eles podiam realizar a venda informalmente sem nenhuma normatização. Sua posição quanto a legislação é positiva, pois, acredita na importância da garantia de qualidade do produto na mesa do consumidor, mas pondera que é necessário suporte dos

órgãos responsáveis aos pequenos produtores, para que não sejam prejudicados.

O preço do leite não acompanha os custos de produção, e a falta de conhecimento dos produtores agrícolas desse setor indica que os produtores de leite vivem para se manter não para alcançar grandes lucros, por isso, foi deixando o negócio de lado para focar em outras extensões rurais.

#### **4.2 Estudo de caso: Estância Y**

O produtor da Estância Y, por sua vez, ainda tira seu sustento da prática de extração de leite. A propriedade está localizada no Bairro São Martins, no município de Tupã – SP, e possui uma extensão de 12 alqueires. O produtor reside na propriedade, arrendada há 10 anos, produz leite há 13 anos e, atualmente, conta com aproximadamente 2700 cabeças de gados de leite.

Durante a entrevista, o proprietário declarou que a crise econômica tem interferido de forma brusca no seu negócio, gerando um grande aumento no preço dos insumos. Disse ainda que para conseguir manter a propriedade em funcionamento, precisou vender bezerros e algumas cabeças de gado.

O produtor afirmou que, no presente, o ramo no qual trabalha não é um negócio lucrativo, devido ao aumento do preço da ração do gado, o que julgou ser a maior dificuldade na produção de leite. Tal aumento reflete em uma elevação dos custos de produção e diminuição da porcentagem de lucro. Afirmou ainda que, por volta de 4 meses atrás, era possível extrair até 700 litros de leite por dia, mas atualmente a extração caiu para apenas 270 litros diários.

Como consequência da queda na produção, houve uma diminuição ainda maior na porcentagem de lucro. De acordo com o produtor, há cerca de 5 meses atrás, era possível conseguir um lucro de até 30%, enquanto que, nos dias atuais, é comum ter uma equivalência entre a receita e os



custos, ou seja, são raras as situações nas quais o produtor consegue obter uma porcentagem considerável de lucro.

Mesmo diante de um cenário desfavorável para o ramo de produção de leite, o proprietário pretende dar continuidade ao negócio. Isso porque, como não possui especialização em outra área, seria difícil conseguir um emprego mais rentável em um mercado tão competitivo.

## **5 Considerações finais**

Após os anos 90, com a abertura de mercado, o cenário da produção leiteira no país teve grandes alterações. Apesar da grande representatividade do Brasil no mercado da pecuária leiteira, seu produtor tem enfrentado grandes problemas, entre eles podemos destacar a baixa qualidade do produto, a falta de capital para investimento em tecnologias, o baixo retorno do capital investido, entre outros.

Procurando fazer uma análise mais profunda sobre este mercado, foram feitas entrevistas com dois perfis diferentes de produtores. Um deles é ex-produtor leiteiro e aponta que o principal fator que o levou a mudar de setor foi a baixa rentabilidade do setor. O mesmo ressaltou que existem atividades muito mais lucrativas, o que também foi observado nos estudos teóricos que embasaram esta pesquisa.

O segundo produtor entrevistado tem uma grande produção de leite, porém disse que os custos operacionais estão quase superando sua lucratividade, o que faz com que ele precise produzir em grande escala para conseguir custear a manutenção de sua propriedade.

É indubitável que são necessárias intervenções institucionais que auxiliem os produtores de leite para incentivar a produção e impedir que ocorra escassez desse produto no mercado. No entanto, isso foge do escopo do nosso trabalho, que é apresentar as peculiaridades da produção leiteira. Por essa razão, os resultados servirão como base de estudos para trabalhos e pesquisas posteriores.

## Referências

- ANTONIALLI, L.M. ; GALAN, V.B. **Evolução tecnológica e competitividade de uma pequena empresa rural que atua em pecuária leiteira.** Cad. Adm. Rural, Lavras, v. 9, n. 1. Jan./Jun. 1997. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/129/126>>. Acesso em: 17 maio 2016.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produção integrada no Brasil:** agropecuária sustentável alimentos seguros. 2009. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Desenvolvimento\\_Sustentavel/Produ%C3%A7%C3%A3o%20Integrada/PI\\_Brasil.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Produ%C3%A7%C3%A3o%20Integrada/PI_Brasil.pdf)> Acesso em: 18 maio 2016.
- BRASIL. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral:** Levantamento de Unidades de Propriedades Agrícola, 2007. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosregionais/pdf/tedr39.pdf>> Acesso em: 13 junho 2016.
- BRASIL. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral:** Levantamento de Unidades de Propriedades Agrícola, 2007. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t609.pdf>> Acesso em: 13 junho 2016.
- CARVALHO, G.R. **A indústria de laticínios no brasil:** passado, presente e futuro. 2010. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/24349/1/CT-102.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.
- CEPEA -ESALQ/USP. **Boletim do leite.** 2016. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/leite/boletim/251.pdf>> Acesso em: 17 maio 2016.
- CILEITE. **Produção de leite e rebanhos** - município. 2016. Disponível em: <<http://www.cileite.com.br/content/leite-em-n%C3%BAmeros-produ%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 10 jun 2016.
- CHADDAD, F.R. **Cooperativas no agronegócio do leite:** mudanças organizacionais e estratégicas em resposta à globalização. 2007. Disponível em: <<http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/149/145>>. Acesso em: 17 maio 2016

CORRER, G.N. *et al.* **O complexo agroindustrial do leite:** estrutura e transformações. 2015. Acesso em <[http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Complexo\\_leite\\_FINAL\\_cautor.pdf](http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Complexo_leite_FINAL_cautor.pdf)> Acesso em: 19 maio 2016.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). **Política de valorização do salário mínimo: valor para 2016 é fixado em R\$ 880,00.** 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec153SalarioMinimo2016.pdf>> Acesso em: 17 maio 2016.

DÜRR, J.W. **Como produzir leite de qualidade.** 2012. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/CRC/SENAR%20-%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20leite%20conforme%20IN%2062.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/CRC/SENAR%20-%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20leite%20conforme%20IN%2062.pdf)> Acesso em: 17 maio 2016.

EMBRAPA. Embrapa, gado de leite: **congresso internacional do leite.** 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gado-de-leite/congresso-internacional-do-leite>> . Acesso em 18 de Maio de 2016.

FERRO, A.B.; OZAKI, P.M.; GEGOLLOTTE, I.G. Boletim do leite: **O retorno do capital investido em leite fica atrás do obtido com soja, milho, café, e pecuária de corte.** Cepea, 2011. Disponível em :<[cepea.esalq.usp.br/leite/boletim/200.pdf](http://cepea.esalq.usp.br/leite/boletim/200.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2016.

FLICK, U. **Introdução a metodologia de pesquisa.** Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p. Disponível em: <<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativo%20e%20qualitativo%20-%20IFES/Bauman,%20Bourdieu,%20Elias/Livros%20de%20Metodologia/Flick%20-%20Introducao%20%20C3%A0%20Metodologia%20de%20Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A.S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** 1995. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/ao8v35n2.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

GOMES, S.T. **Transformações na cadeia do leite.** 1997. Disponível em: <[http://www.ufv.br/DER/docentes/stg/stg\\_artigos/Art\\_105%20-%20](http://www.ufv.br/DER/docentes/stg/stg_artigos/Art_105%20-%20)

TRANSFORMA%C7%D5ES%20NA%20CADEIA%20DO%20LEITE%20(13-4-97).pdf> Acesso em: 13 maio 2016.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA). 2015. **Queda no rebanho e na produção de leite no Estado de São Paulo, 2005 a 2014**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=13692>>. Acesso em: 17 maio 2016.

IBGE. **Produção da pecuária municipal**. 2014. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm\\_2014\\_v42\\_br.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2014_v42_br.pdf)> Acesso em: 16 maio 2016.

JANK, M.S., GALAN, V.B. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite**. Disponível em: <[http://www.fundace.org.br/leite/arquivos/projetos\\_priorizados/elaboracao\\_competitividade\\_industrial/bibliot/vol\\_ii\\_Leite%20Competitividade\\_jank.pdf](http://www.fundace.org.br/leite/arquivos/projetos_priorizados/elaboracao_competitividade_industrial/bibliot/vol_ii_Leite%20Competitividade_jank.pdf)> Acesso em: 14 maio 2016.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAIA, *et al.* **Produção leiteira no brasil**. 2013. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3709.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3709.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2016.

MANZO, A.J. **Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis**. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MAPA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Programa leite saudável**. 2015a. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/Programa%20Leite%20Saudavel-Apresentacao.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Programa%20Leite%20Saudavel-Apresentacao.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2016.

MAPA, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Projeções do agronegócio: brasil 2014/5 a 2024/25**. 2015b. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/PROJECOES\\_DO\\_AGRONEGOCIO\\_2025\\_WEB.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PROJECOES_DO_AGRONEGOCIO_2025_WEB.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2016.

MATTOS, C.A.C.; ABUD, G.M.B. **Diversificação e pecuária leiteira: um estudo exploratório nos municípios de Tucumã e Conceição do Araguaia, no estado do Pará**. Revista

Cereus, v. 6, set/dez, 2014. Disponível em: <<http://www.ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/viewFile/639/304>>. Acesso em: 14 maio 2016.

MEDEIROS, J.B. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** Atlas: São Paulo, ed.11, v. 6, p.336. 2013.

MILKPOINT. **LEITE/CEPEA: preço médio líquido pago ao produtor de leite em 2015 é o menor desde 2010.** Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/leitecepa-preco-medio-liquido-pago-ao-produtor-de-leite-em-2015-e-o-menor-desde-2010-98347n.aspx>> Acesso em : 19 maio 2016.

MILKPOIINT.**IBGE: produção de leite cresceu 2,7% em 2014.** 2015. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br/cadeia-do-leite/giro-lacteo/ibge-producao-de-leite-cresceu-27-em-2014-sul-tornouse-a-maior-regiao-produtora-97326n.aspx>> Acesso em: 15 de Junho de 2016.

NOGUEIRA, M.P. **Custo do leite e o cenário atual.** IEPEC, 2016. Disponível em: <<http://iepec.com/custo-do-leite-e-o-cenario-atual/>>. Acesso em: 17 maio 2016.

PEROVANO, D.G. **Manual de metodologia da pesquisa científica.** Curitiba: InterSaberes, 2016

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 167. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

SILVA, E. R.F.; MONTEIRO, R. T.; GABRIEL, C.P.C.; FURQUIM, C. C. **O perfil do produtor na cadeia produtiva do leite na microrregião geográfica de Presidente Prudente.** 2008. Disponível em :<[http://www2.fatecourinhos.edu.br/retec2011\\_1/art5.pdf](http://www2.fatecourinhos.edu.br/retec2011_1/art5.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2016.

TESSIA, J.; TOLEDO, M. **O circuito espacial produtivo do leite: nota sobre a atuação da parmalat/lbr no brasil.** 2013. Disponível em: <[http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/territorium\\_terra/article/view/316/414](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/territorium_terra/article/view/316/414)>. Acesso em: 17 maio 2016.

XIMENES, L.J.F.; EVANGELISTA, F. R. **Leite: a produção aumenta e o lucro diminui.** 2011. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/ire\\_anos\\_n6.pdf/036f9f34-4269-4631-aea6-6de8b9be444f](http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/ire_anos_n6.pdf/036f9f34-4269-4631-aea6-6de8b9be444f)>. Acesso em: 17 maio 2016

## Capítulo 11

# O papel das diversas tendências pedagógicas e os desafios da gestão da sala de aula <sup>1</sup>

*Fábio Andrade Dias* <sup>2</sup>

### 1 Introdução

Quando dialogamos com professores sobre a atual situação da educação, sobre seus problemas e dificuldades profissionais, constatamos que, para além da questão salarial e desvalorização da educação como um todo, em sua maioria, as reclamações dizem respeito às salas de aulas, muitas vezes superlotadas, ou com alunos desinteressados e apáticos, o que gera uma enorme angústia nesses profissionais.

Muitos podem ser os fatores que interferem na qualidade do ensino e, conseqüentemente, no dia a dia da sala de aula, desde a capacidade profissional dos educadores, até um currículo adequado às necessidades e interesses da geração de alunos que ocupam os bancos escolares, passando pela escolha da profissão por parte do jovem que termina o ensino médio.

Nesse trabalho, buscamos analisar os resultados da revisão bibliográfica referente a prática docente, a partir das tendências e correntes educacionais existentes no país e suas influências para o resultado final da formação dos futuros profissionais da educação, sejam elas mais conservadoras ou mais progressistas e, conseqüentemente, a disparidade entre o

---

<sup>1</sup> Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa e de propriedade intelectual, os autores deste capítulo são plenamente responsáveis por todo seu texto e figuras, inclusive fotos.

<sup>2</sup> E-mail: fabiodiastupa@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2776467093680265>. Endereço: Faculdades Faccat. Rua Cherentes, 36 Centro 17600090 - Tupã, SP - Brasil

estudo teóricos da graduação e a realidade do ambiente escolar, mais propriamente da sala de aula.

A partir desta análise, discutimos atual situação das salas de aula e quais as posturas que, frente a realidade, podem colaborar para que o professor consiga desenvolver um bom trabalho e uma boa gestão da sala.

São vários os elementos que interferem na gestão da sala de aula, todavia também são vários os elementos e as posturas que podem colaborar decisivamente para o bom andamento das aulas, a fim de que atinjam os objetivos esperados.

## **2 Prática pedagógicas e seus desafios**

### **2.1 As Tendências e Correntes Pedagógicas da Educação Brasileira**

Em trabalho apresentado em 1983, Saviani (1983), pesquisando as publicações educacionais presentes em nosso país desde a década de 1930 até a década de 1970, inclusive os trabalhos apresentados nos programas de Mestrado e Doutorado em Educação, e limitando-se aos textos de autores nacionais, analisa as linhas educacionais brasileiras, a partir da visão da Filosofia da Educação (SAVIANI, 1983, p. 20-21).

Vale ressaltar que o conceito de Filosofia da Educação, neste sentido, é encarado como produto, ou seja, “[...] *enquanto concepção razoavelmente articulada à luz da qual se interpreta e/ou se busca imprimir determinado rumo ao processo educativo*” (SAVIANI, 1983, p. 22).

Após todo esse estudo, Saviani, define as linhas que esboçam os conceitos básicos da Filosofia da Educação. São elas: “1. *Concepção “humanista” tradicional*; 2. *Concepção “humanista” moderna*; 3. *Concepção analítica*; 4. *Concepção dialética*” (SAVIANI, 1983, p. 24).

A primeira concepção é caracterizada pela perspectiva de homem como ser imutável, o que obriga a educação a ajustar-se à essa perspectiva. As transformações que venham a ocorrer são vistas como “acidentes”. Dentro desta concepção existem duas vertentes: uma ligada à religião, e a

outra, laica. A religiosa tem suas raízes na Idade Média, com as maiores manifestações provenientes da escola de São Tomás de Aquino (tomismo e neotomismo). Já a laica tem seu centro na natureza humana, é elaborada pelos pensadores modernos e inspira a construção do sistema público de educação, caracterizado por ser leigo, obrigatório e gratuito (SAVIANI, 1983, p. 24-25).

Por fim, a visão tradicional enxerga o ser adulto como estando concluído, enquanto a criança é vista como imatura e incompleta. Sendo assim, a educação centra-se no educador, no conhecimento (SAVIANI, 1983, p. 25).

Na concepção humanista moderna o centro da visão sobre o homem está na vida, na existência deste mesmo homem. Enquanto a concepção tradicional diz que o foco está na essência, na concepção moderna o foco está na existência, que pode mudar a natureza humana. Assim, o homem é visto como um ser inacabado, e por esse motivo não pode ser um modelo. Sendo assim, na concepção moderna, a educação é centrada no aluno, e são aceitas formas de educação descontinuadas. Numa delas aceita-se que a educação acompanha o compasso determinado pelas diferenças de cada indivíduo. Na outra, admite-se que os momentos educativos são raros, passageiros e acontecem mesmo que não exista preparação ou vontade. Basta estar predisposto à possibilidade de aprender (SAVIANI, 1983, p. 25).

A concepção analítica defende a função da Filosofia da Educação como sendo a de analisar a linguagem. Sendo esta linguagem comum, não científica, a concepção analítica sugere que seja usada a chamada análise informal, que por sua vez declara que o sentido de uma palavra é determinado pela conjuntura na qual ela é usada. Todavia, a análise informal não se refere ao contexto histórico, mas ao contexto linguístico em que a palavra é utilizada. Em outras palavras, o significado de uma palavra se define pelo seu emprego, pela forma como ela é usada, não sendo necessário sair do âmbito da linguagem para assimilar seu significado (SAVIANI, 1983, p. 26).



Por fim, a concepção dialética se interessa pelo homem como sendo a soma dos seus vínculos sociais, entendendo que os dilemas pedagógicos não podem ser entendidos se não for levado em conta o contexto histórico, material e sociopolítico em que estão presentes (SAVIANI, 1983, p. 27).

As disparidades teóricas da concepção “humanista” moderna e da concepção dialética podem ser observadas por Saviani, 1983, p.27)

Como a concepção “humanista” moderna, admite que a realidade é dinâmica. Não erige, entretanto, o dinamismo em princípio metafísico, isto é, em uma força misteriosa, um “élan vital” que governa o processo objetivo de modo imperscrutável cabendo ao homem apenas admitir sua existência, sujeitar-se ao seu capricho, entrar no seu ritmo. Segundo a concepção dialética o movimento segue leis objetivas que não só podem como devem ser conhecidas pelo homem.

Assim, pela concepção dialética, a função da educação é colaborar para a criação de uma nova sociedade, que adormece no interior da velha sociedade (SAVIANI, 1983, p. 27-28).

Nesse ponto é necessário relacionar a explanação sobre as tendências descritas até agora com a prática educacional, o processo concreto desta atividade.

Segundo Saviani (1983, p. 28), “*a escola surge, então, como o grande instrumento de realização dos ideais liberais*”. Em meados do século XIX, é criada a concepção de escola como “redentora da humanidade”, e iniciando-se uma “*campanha pela escola pública, universal e gratuita*” (SAVIANI, 1983, p.28). Já no século XX, a partir da Primeira Guerra Mundial, percebe-se que os objetivos que levaram à criação da escola não são alcançados.

Ainda segundo Saviani (1983, p. 28)

A escola que nascera com a missão de redimir os homens de seu duplo pecado histórico: a ignorância, miséria moral, e a opressão, miséria política, revelou-se incapaz de levar a bom termo aquele objetivo. Acreditou-se, então, que a razão do fracasso não estava na escola como tal, mas no tipo de escola de que se dispunha. Consequentemente, manteve-se a crença na “escola redentora da

humanidade”. Todavia, para que ela pudesse desempenhar seu papel, era mister reformar a escola.

É graças a essa necessidade de reformulação da escola que surge o movimento da “Escola Nova”, mas que perde força desde a Segunda Guerra, pois aparece a desconfiança de que se entregou à escola atribuições muito maiores do que ela podia suportar (SAVIANI, 1983, p. 28-29).

Nesse momento, surgem outras formas de educação como a educação informal, a para escolar ou a não escolar, chegando-se a quem defendesse a destruição da escola. Por esse motivo, às atenções acabam se voltando para os meios de comunicação e sua capacidade educativa (SAVIANI, 1983, p. 29).

SAVIANI (1983, p.29) destaca que:

Nota-se que a fase da “escola redentora da humanidade” corresponde à escola convencional e tem suas bases naquilo que se convencionou chamar aqui de concepção “humanista” tradicional de filosofia da educação. A “Escola Nova” pretende reformular internamente o aparelho escolar, inspirada na concepção “humanista” moderna. Quanto à terceira fase, não é por acaso que ela toma corpo no mesmo período em que ganha terreno a influência da concepção analítica. É que esta está em estreita relação com o neopositivismo cujo postulado da neutralidade científica é estendido também às conquistas tecnológicas.

E a concepção dialética?

Primeiramente é necessário entender que, no movimento realizado pela passagem de uma etapa à outra, a etapa seguinte não substitui ou supera a etapa anterior. Como exemplo, o pensamento da “Escola Nova” não acabou com a educação tradicional, mesmo porque ela está presente até hoje em muitas de nossas escolas e até mesmo redes de ensino. E mesmo os meios de comunicação, que caracterizam a terceira etapa, influenciam muito pouco o sistema educacional (SAVIANI, 1983, p. 29-30).

Assim, podemos dizer que a concepção dialética surge ainda na etapa da escola “redentora da humanidade”, pois não é possível entender nenhuma das tendências descritas até agora se não considerarmos as circunstâncias históricas em que cada uma ocorre (SAVIANI, 1983, p. 32).

Nas palavras de Saviani (1983, p. 32):

[...] não é possível compreender criticamente as diferentes concepções sem recorrer à concepção dialética. Isto porque, sendo as diferentes tendências expressão das diferentes forças que contraditoriamente tecem o tecido social, elas não podem ser compreendidas senão por referência ao contexto histórico da estrutura da sociedade que as engendra.

Assim, a concepção dialética serve de inspiração, orientando aqueles que desejam que a educação e a escola tenham como objetivo a evolução da sociedade. Essa busca abre espaço para a manifestação dos desejos populares e busca “*tornar de fato de todos aquilo que a ideologia liberal proclama ser de direito de todos.*” (SAVIANI, 1983, p.33).

É possível ver que todas as diferentes tendências citadas até agora estão presentes, ao mesmo tempo, em nossas escolas nos dias de hoje, na ação de muitos educadores.

Podemos dizer que os professores, devido à influência progressista dos cursos de educação, possuem um pensamento “escolanovista”, por absorver os ideais do movimento (SAVIANI, 1983, p. 40).

De acordo com Saviani (1983, p.40-41):

Ele concebe o processo educativo como tendo um aluno por centro. O ato educativo se realiza na relação professor-aluno; relação interpessoal. Por isso ele está disposto a levar em conta, antes de tudo, os interesses do aluno. [...] Acredita que a sua classe será pouco numerosa para que ele possa se relacionar pessoalmente com seus alunos. E como o segredo da boa aprendizagem é a atividade dos alunos, ele espera também que irá contar com uma biblioteca de classe, laboratório, material didático abundante e variado.

Todavia, quando chegam à sala de aula, encontram uma realidade totalmente diferente da sonhada. Saviani (1983, p. 41), continua:

[...] armado de bons propósitos, o nosso professor se dirige à classe que lhe foi designada. O que encontra? Diante de si, a sala superlotada; atrás, um quadro negro e... giz, se tiver sorte. Mas... e a biblioteca de classe, o laboratório, material didático? Descobre que isso tudo não passa de um luxo reservado a

raríssimas escolas. Eis, pois, o primeiro ato de seu drama: sua cabeça é escolanovista, mas as condições em que terá que atuar são da escola tradicional.

Ao invés do aluno, ele, professor, será o responsável pela aprendizagem, dominando os conteúdos e transmitindo-os aos seus alunos. Não poderá se relacionar individualmente com cada um deles, pois a classe é numerosa demais, mas precisará garantir com que todos assimilem a matéria (SAVIANI, 1983, p. 41).

Saviani (1983, p. 41) afirma:

Na verdade, as coisas estariam menos complicadas se ele fosse um professor tradicional. Mas ele não foi preparado para essa situação. Está confuso. Não compreende bem o que se passa. Então ele se revolta, desanima, busca apoio nos colegas, se acomoda, se adapta.

Porém, esse é apenas o começo da realidade que o professor, formado com os ideais da escola nova, irá enfrentar na escola tradicional.

De repente, ele será bombardeado pelas cobranças da pedagogia oficial, que exige que ele seja competente e produza a maior quantidade de bons resultados com a menor quantidade de tempo e de recursos, tanto materiais quanto financeiros (SAVIANI, 1983, p. 41).

Sua disciplina não é individual, mas uma parte de um sistema. Se ele planejar e executar todos os passos de seu planejamento da forma correta, os resultados aparecerão naturalmente. De repente, ele perceberá que está totalmente ajustado ao padrão do sistema pedagógico, *“a tal ponto que ele poderá ser substituído indiferentemente, sem prejuízo do processo, por qualquer outro professor, ou, até mesmo pela máquina: a máquina de ensinar.”* (SAVIANI, 1983, p. 42).

Mas ainda não é o fim. Quando ele estiver adaptado ao sistema, será atingido pela tendência “crítico-reprodutivista”, pois para Saviani (1983, p.42):

Já que a escola reproduz as relações sociais vigentes através da formação da força de trabalho e da inculcação da ideologia dominante, sua função é garantir a exploração dos trabalhadores e reforçar e perpetuar a dominação capitalista.

O professor não é, pois, outra coisa senão um agente da exploração, porta-voz dos interesses dominantes, laçao da burguesia. Nosso professor não tem argumentos para responder a essas críticas.

Essas críticas levam os professores a fazerem perguntas do tipo: se meu trabalho não é valorizado, se sou cada vez mais explorado, como posso ser explorador? Mas a crítica responde a essas perguntas de forma irrespondível: “o professor é explorado para explorar; é dominado para dominar” (SAVIANI, 1983, p. 42). Quanto mais pensa que está colaborando para o desenvolvimento dos seus alunos, quanto mais eficiente se considera nessa função, mais está cumprindo seu papel de dominador. Esse pensamento leva o professor a se imaginar num mundo onde tudo e todos existem para enganá-lo e é aí que o desânimo e o pessimismo tomam conta de sua vida, levando-o, inclusive, a pensar em mudar de profissão.

Portanto, segundo Saviani (1983, p. 43):

O quadro acima esboçado retrata, a nosso ver, a situação da maioria dos educadores no Brasil de hoje. Em resumo: imbuído do ideário escolanovista (tendência “humanista” moderna) ele é obrigado a trabalhar em condições tradicionais (tendência “humanista” tradicional) ao mesmo tempo em que sofre, de um lado, a pressão da pedagogia oficial (tendência tecnicista) e, de outro, a pressão das análises sócio estruturais da educação (tendência “crítico-reprodutivista”).

Entretanto, pela concepção dialética, é possível compreender a necessidade de se superar essas tendências, que formam o ambiente pedagógico e caminhar em busca de transformar a escola em “*um instrumento de reapropriação do saber por parte dos trabalhadores, potencializando, assim, a sua capacidade de organização, de reivindicação e de pressão.*” (SAVIANI, 1983, p. 43).

## 2.2 Tendências Liberais e Progressistas

A prática escolar da maioria dos professores tem por base nada além das receitas pedagógicas que foram conhecidas nos cursos de graduação,

ou transmitidas por outros professores que já atuam há mais tempo no magistério. Porém, essas receitas ou mesmo a experiência dos colegas mais velhos, não levam em consideração, muitas vezes, um estudo mais profundo das correntes pedagógicas ou mesmo das teorias de aprendizagem, e quando se aprofundam, isso é feito de uma maneira que pouco tem a ver com as situações concretas da realidade escolar. Por outro lado, existem professores que adotam a última tendência da moda sem questionamentos sobre se esta levará seu trabalho a atingir os resultados esperados. E por fim, existem professores preocupados em desenvolver um trabalho mais consequente (LIBÂNEO, 1985, p.3).

Como vimos no capítulo anterior, existe um emaranhado de tendências na cabeça dos professores que acabam fazendo com que ele se sinta, muitas vezes, desorientado. Formados com ideias da Escola Nova, trabalhando em uma escola tradicional, obrigado pela pedagogia oficial a buscar a racionalidade e a produtividade (tecnicismo) e por fim, acusado de servir ao sistema dominante, como agente da exploração e defensor dos interesses dominantes (LIBÂNEO, 1985, p.4).

A partir destas constatações, faremos uma explanação das tendências mais presentes nas escolas, a partir da prática dos professores, e quais as teorias e métodos presentes em cada uma delas.

Libâneo (1985, p.5) classifica as tendências pedagógicas em dois grupos, como se segue:

**Tabela 1 - Tendências pedagógicas**

A - Pedagogia liberal:	1 - Tradicional 2 - Renovada progressivista 3 - Renovada não-diretiva 4 - Tecnicista
B - Pedagogia progressista:	1 - Libertadora 2 - Libertária 3 - Crítico-social dos conteúdos

Fonte: Libâneo (1985)

E em seguida, Libâneo (1985, p. 21) define:

O termo liberal não tem o sentido de “avançado”, “democrático”, “aberto”, como costuma ser usado. A doutrina liberal apareceu como justificativa do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada sociedade de classes. A pedagogia liberal, portanto, é uma manifestação própria desse tipo de sociedade.

Nossa educação, desde os anos 1930, vem sendo marcada por estas tendências liberais e, portanto, estão manifestadas na prática da maioria dos educadores, mesmo que eles não percebam (LIBÂNEO, 1985, p.6).

A corrente liberal defende que a educação deve capacitar o aluno para exercer seu papel social conforme suas capacidades pessoais. Para isso, ele precisa “*adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual.*” Obviamente, o termo cultura encobre a verdade sobre as diferenças de classes, uma vez que transmite a ideia de que todos tem as mesmas possibilidades de êxito, oculta a realidade da diferença de oportunidades entre as pessoas (LIBÂNEO, 1985, p.6).

A tendência Liberal Tradicional irá se caracterizar por uma pedagogia que enfatiza o ensino humanístico e a cultura geral. Dá-se ênfase aos conteúdos, às metodologias, sem que exista nenhuma relação desses conteúdos e metodologias com a realidade social ou o dia a dia do aluno. Predomina o discurso do professor e das regras (LIBÂNEO, 1985, p.7).

Na tendência Liberal Renovada a cultura também é vista como fator de crescimento pessoal, todavia, entende que a aprendizagem ocorre internamente. Essa educação tem início no interesse e nas necessidades de cada um para se adaptar ao meio. Tal tendência propõe uma educação que coloca o aluno como sujeito do conhecimento, valorizando a autoeducação. Ela irá se apresentar como renovada progressivista e renovada não-diretiva (LIBÂNEO, 1985, p.7).

Libâneo (1985, p 22-23) defende que:

[...] a renovada progressivista, ou pragmatista, principalmente na forma difundida pelos pioneiros da educação nova, entre os quais se destaca Anísio Teixeira (deve-se destacar, também, a influência de Montessori, Decroly e, de certa forma, Piaget); a renovada não diretiva, orientada para os objetivos de auto realização (desenvolvimento pessoal) e para as realizações interpessoais, na formulação do psicólogo norte-americano Carl Rogers;

A corrente Liberal Tecnicista prega que a educação está à serviço da sociedade, e sua finalidade é preparar mão de obra para exercer seu papel social. É a sociedade quem determina os objetivos políticos e econômicos para seu desenvolvimento, enquanto a educação treina os comportamentos dos alunos para que eles se adaptem a essas normas (LIBÂNEO, 1985, p.8).

A realidade, no tecnicismo, possui suas próprias regras e leis, e basta aos indivíduos descobri-las e aplicá-las. A tecnologia é o meio para se garantir o máximo da produção. Por outro lado, a educação é o instrumento que pode proporcionar o crescimento econômico dessa sociedade. A capacitação profissional, a distribuição de renda, a produção e o desenvolvimento de uma “consciência política” são fundamentais para a manutenção do Estado autoritário (LIBÂNEO, 1985, p.8).

Em oposição à pedagogia liberal, temos a pedagogia progressista, que, segundo Libâneo (1985, p.20):

[...] partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Evidentemente a pedagogia progressista não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais.

A educação progressista se apresenta na forma de três linhas distintas: a progressista libertadora, também denominada pedagogia freiriana; a progressista libertária e a crítico-social dos conteúdos, que salienta a importância do confronto entre a realidade social e os conteúdos trabalhados (LIBÂNEO, 1985, p.20).



A pedagogia progressista libertadora e também a libertária atuam contra o autoritarismo, valorizam as experiências vividas como fundamento para a educação e a autogestão pedagógica. Por esses motivos, o processo de aprendizagem em grupo tem mais valor do que os conteúdos ensinados. A prática educativa só tem sentido se em conjunto com a prática social (LIBÂNEO, 1985, p.20-21).

Por sua vez, a pedagogia crítico-social dos conteúdos propõe superar tanto a pedagogia tradicional quanto a pedagogia renovada. A prática pedagógica é valorizada se estiver dentro da prática social concreta (LIBÂNEO, 1985, p.21).

Nas palavras de Libâneo (1985, p.21), a pedagogia crítico-social dos conteúdos:

Entende a escola como mediação entre o individual e o social, exercendo aí a articulação entre a transmissão dos conteúdos e a assimilação ativa por parte de um aluno concreto (inserido num contexto de relações sociais); dessa articulação resulta o saber criticamente elaborado.

A escola tem o papel de transmitir os conteúdos, porém, não os conteúdos abstratos, mas aqueles concretos, vivos, que não podem ser separados da realidade social. A escola é o local para apropriação do saber, e por isso, instrumento através do qual é possível eliminar a seleção social e tornar a sociedade democrática. *“Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade”* (LIBÂNEO, 1985, p.29).

Portanto, seu papel é caminhar rumo para a transformação da escola, a partir da realidade existente, e em direção a garantir que todos possam se apropriar dos conteúdos básicos. Desta forma, os alunos terão condições de participar de forma efetiva para a transformação da sociedade.

Visto isso, para Libâneo (1985, p.30):

[...] a atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição

de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

Obviamente, algumas pessoas farão objeções à pedagogia dos conteúdos, argumentando que ela levará o professor a ter posturas antidemocráticas, autoritárias ou ainda que essa prática irá levar à submissão dos alunos em oposição à centralização do professor.

Mas, Libâneo (1985, p.35) argumenta:

Mas o que será mais democrático: excluir toda forma de direção, deixar tudo à livre expressão, criar um clima amigável para alimentar boas relações, ou garantir aos alunos a aquisição de conteúdos, a análise de modelos sociais que vão lhes fornecer instrumentos para lutar por seus direitos? Não serão as relações democráticas no estilo não diretivo uma forma sutil de adestramento, que levaria a reivindicações sem conteúdo? Representam as relações não diretivas as reais condições do mundo social adulto? Seriam capazes de promover a efetiva libertação do homem da sua condição de dominado?

### **2.3 Desafios da Sala de Aula**

São presentes e explícitas as dificuldades enfrentadas pelo professor na gestão de sua sala de aula. São muitas as teorias e tendências pedagógicas, entretanto a angústia e a desmotivação do professor se tornam cada vez mais presentes.

Por outro lado, enquanto muitos professores possuem o desejo de se superar, outros tantos são indiferentes, desinteressados e mesmo descrentes com relação a alguma mudança no atual cenário educacional do país. Muitas vezes, esses professores sofrem, adoecem e abandonam a profissão sem compreender totalmente o problema, não enxergando todo o conjunto (VASCONCELLOS, 2014, p.7).

Vasconcellos (2014, p.7) apresenta cinco elementos que formam uma armadilha histórica para o desgaste e até mesmo a desistência do professor.

O Desmonte Social, representado pela crise de valores, desemprego, exclusão social, violência, desestruturação familiar, além da alienação promovida pelos instrumentos de comunicação, que não permitem enxergar o problema no seu todo, mas apenas pontualmente, afetam professores e alunos de maneira angustiante (VASCONCELLOS, 2014, p.7).

A Desvalorização da Educação e dos Educadores, que deixou escolas sem estruturas básicas, classes superlotadas, falta de equipamentos, graças ao descaso dos governantes nas últimas décadas. Além disso, cada vez mais a escola tem reproduzido as desigualdades sociais, não cumprindo seu papel de formar cidadãos para terem um bom emprego. Assim, alunos, pais e até professores não vislumbram mais o objetivo da escola e da educação (VASCONCELLOS, 2014, p.8).

Um Currículo Disciplinar Instrucionista e uma Avaliação Classificatória e Excludente com currículos organizados de forma fragmentada, em disciplinas, acabam dando mais importância ao saber do que ao aluno. Graças a essa fragmentação do saber, a compreensão da realidade, a aprendizagem significativa, ficam comprometidas, piorando a situação quando junta-se a isso uma avaliação classificatória e excludente que tem o objetivo puro e simples de aprovar ou reprovar o aluno ao final do ano letivo (VASCONCELLOS, 2014, p.8-9).

Essa prática, segundo Vasconcelos (2014, p. 9), gera graves problemas, como por exemplo:

- Desvio dos objetivos: preocupação com a nota, com a classificação e não com a aprendizagem [...];
- Distorção da prática pedagógica: em nome de preparar para os exames, há a preocupação em “cumprir o programa” a todo custo, levando à metodologia meramente expositiva;
- Deformação ética: o aluno é tratado como coisa a ser classificada, e não como ser humano a ser formado.

A Formação Frágil do Professor, tanto pelo material disponibilizado para sua formação como por aquilo que é assimilado por ele. Se por um lado não existe muito interesse do sistema de educação em ofertar uma

graduação de alto nível aos futuros professores, por parte destes também não há muito interesse nos estudos. Este desinteresse pode derivar de alguns fatores como a falta de coerência do professor que discorre sobre o seu modelo de aula e atua de maneira contrária ao seu discurso, por exemplo, como cita Vasconcellos (2014, p.9):

O professor é vítima de uma formação frágil, aligeirada. Parte dos professores não tem noção dos fundamentos da educação escolar. Diante da pergunta básica de como o aluno aprende, há professores que ficam perplexos, sem saber o que dizer. Alguns chegam até a repetir certos chavões, termos da moda, mas quando são solicitados a que expliquem o que aquilo quer dizer, que “digam com as suas palavras”, é constrangedor.

Por fim, as Justificativas Ideológicas para o Fracasso dos Alunos nos fazem acreditar que a responsabilidade pelo fracasso escolar é do próprio aluno e não do sistema. Aprendemos que a escola existe para todos, mas nem todos usufruem da existência da escola, nem todos aprendem como deveriam aprender. Afinal, como foi dito anteriormente, observa-se partes separadas do problema, mas nunca o todo (VASCONCELLOS, 2014, p.10).

O Estado oferece a escola, mas não oferece funcionários e professores em número suficiente para que a estrutura escolar funcione adequadamente, não investe na formação continuada de qualidade, não paga salários dignos para os profissionais da educação, não faz concurso para efetivação, oferecendo apenas contratos temporários para professores. Mesmo assim, a responsabilidade é sempre do aluno que não aprende e não do abandonado sistema educacional (VASCONCELLOS, 2014, p.10).

A Justificativa Ideológica para o Fracasso dos Alunos se relaciona diretamente com a Avaliação Classificatória e Excludente, pois segundo Vasconcellos (2014, p.10):

[...] se o problema é o aluno, nada mais natural que puni-lo (reprová-lo), com a intenção de que acorde e mude. Aqui aparecem os argumentos, as representações subjacentes às práticas conservadoras, os preconceitos, os mitos, dificilmente confessáveis, até porque muitas vezes inconscientes.

É possível perceber também a relação entre a Formação Frágil do Professor e a Avaliação Classificatória e Excludente, pois uma vez mal formado, o professor se apoia em uma avaliação excludente para justificar o fracasso do aluno. Desta forma, a responsabilidade deste fracasso está no próprio aluno e não na formação deficiente do professor (VASCONCELLOS, 2014, p.10).

Todavia, não bastassem essas armadilhas mencionadas anteriormente, nos deparamos ainda com uma concepção equivocada quando nos referimos à profissão de docente: a ideia de que se o professor está na sala de aula, é óbvio que ele quer ser professor (VASCONCELLOS, 2014, p.17).

Mas será que quer mesmo, será que todos que estão na sala de aula gostariam de estar ali, exercendo sua função de professor?

É necessário que todo professor faça a si mesmo essa pergunta e questione, por consequência, sua opção pelo magistério.

Como diz Vasconcellos (2014, p.17):

O aluno, no Ensino Fundamental, está ali obrigado por lei; se ele não estiver ali, o pai até pode ser preso. Já o professor, não. Ninguém o obriga; não há uma lei obrigando a pessoa a ser professor. Logo, enquanto o adulto da relação, o que se espera é que tenha uma opção básica pela profissão. E se a opção não está clara, é preciso que esse professor seja ajudado a fazê-la, ou a procurar uma outra atividade, já que não é isso que o realiza pessoal e profissionalmente.

Segundo Vasconcellos (2014, p. 18), toda atividade depende, de maneira geral, do poder e do querer daquele que a executa. Todos conhecemos pessoas que querem, mas não podem, todavia, outras podem, mas não querem. Isso, obviamente, vale também para a atividade docente.

Neste aspecto o ânimo do professor depende do que ela considera importante e complexo em seu trabalho, isso determina seu empenho no dia a dia na sala de aula, pois *“se aquilo não tem relevância para ele, se não deseja profundamente que aconteça, para que se envolva”* (VASCONCELLOS, 2014, p.19).

Não é difícil encontrarmos professores que, ainda que desejem profundamente exercer a profissão, acabam desmotivados quando se encontram dentro da sala de aula. Com o passar do tempo acabam “entregando os pontos”, sucumbindo à mesmice do dia a dia, da repetição, da mediocridade.

Entretanto, ainda que as dificuldades sejam as mesmas (salas lotadas, famílias desestruturadas, alunos desinteressados, salários baixos, etc.), encontramos educadores, e mesmo escolas inteiras, que conseguem desenvolver atividades que fazem a diferença. Mas se o sistema é o mesmo e os problemas também, como explicar que em algumas escolas o trabalho desenvolvido atinge seus objetivos e em outras, não? Essa pergunta incomoda tanto professores quanto gestores e nos leva a analisar a questão da autonomia relativa do professor (VASCONCELLOS, 2014, p.19).

Quando não há autonomia temos o determinismo que nos diz que nada diferente pode ser feito, o que nos leva à impotência. Por outro lado, a autonomia plena, que nos diz que se pode tudo, nos leva à onipotência. *“A autonomia relativa significa resgatar a capacidade de intervenção, dentro da realidade dada, a partir da vontade, da consciência, da inteligência, da organização”* (VASCONCELLOS, 2014, p.19).

Vasconcellos (2014, p. 20) nomeia de Zona de Autonomia Relativa (ZAR) a região entre os limites externos do professor (formação deficiente do professor, baixos, salários, salas com grande número de alunos, a legislação, os recursos escassos das escolas, os espaços inadequados, o perfil da comunidade no entorno da escola) e seus limites internos (sua autolimitação e suas contradições).

A Zona de Autonomia Relativa nos mostra que existem coisas que podem ser executadas pelo professor, ou ainda, se o professor não a executar, ninguém mais pode fazê-lo, como por exemplo, auxiliar o aluno em sua dificuldade, durante a aula. Portanto, as atitudes realizadas dentro da ZAR possuem uma conotação ética (VASCONCELLOS, 2014, p.20).

Vasconcellos (2014, p.20) exemplifica com a seguinte história:

Segundo ela, na mesma escola, dentro de uma favela, uma professora é agredida, ameaçada de morte, tem seu carro riscado. Já com outra professora, os alunos vão lá fora esperá-la, funcionando como uma espécie de anjos da guarda. Como entender tal fato? Os elementos normalmente usados para explicar a agressão ao professor aqui não têm muito sentido, uma vez que o salário, as condições de trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a família, os meios de comunicação social, etc. são os mesmos, posto que as duas professoras atuam na mesma escola. Ora, se um professor chega em sala cheio de preconceitos em relação aos alunos (porque “são pobres”, “negros”, “filhos de marginais”, “displicentes”, “incapazes de aprender”, “mal cheirosos”, “sem berço”, etc.) como espera ser bem recebido por eles? Sabemos que estão aqui envolvidos processos inconscientes, em que não há necessidade de se dizer uma palavra que expresse o preconceito. O olhar o expressa! Neste caso, a violência física dos alunos, embora condenável, evidentemente, é compreensível: reagem a uma violência simbólica sofrida antes.

Esse relato nos auxilia a compreender quão importante é o contato professor aluno dentro da classe. As escolas e professores que conseguem promover mudanças transitam pela Zona de Autonomia Relativa, ao invés de ficarem presos aos seus limites internos (VASCONCELLOS, 2014, p.20).

Mas como utilizar a ZAR dentro da sala de aula? O que fazer? Como desenvolver suas atividades? Como atingir seus objetivos a partir da dura realidade educacional que vivemos?

O tema da Gestão da Sala de Aula aparece a partir da procura por uma estruturação da atividade docente, quais suas implicações e suas dimensões. A sala de aula é a alma da escola, é onde tudo acontece, ou não acontece. A maior preocupação parece ser com o conteúdo, a metodologia e a construção do conhecimento dos alunos, porém, existem mais dois aspectos que precisam ser levados em consideração ao tratamos da administração da sala de aula: O Relacionamento Interpessoal e a Organização da Coletividade da Sala de Aula (VASCONCELLOS, 2014, p.21).

Segundo Vasconcellos (2014, p.21)

A Educação Escolar é um processo coletivo, sistemático e intencional de interação com a realidade, através do *relacionamento humano* baseado no *trabalho*

*com o conhecimento e na organização da coletividade, cuja finalidade é colaborar na formação do educando na sua totalidade – consciência, caráter, cidadania –, tendo como mediação fundamental os saberes que possibilitam a emancipação humana.*

O Relacionamento Interpessoal está relacionado com a capacidade que professor tem de se aproximar de seus alunos, principalmente diante de uma dificuldade, o “olho no olho”, o contato humano. O professor trabalha com todos os seus alunos, mas os conhece individualmente, e assim pode ajudar a cada um em sua aprendizagem e crescimento humano (VASCONCELLOS, 2014, p.21).

Não se quer dizer que o professor deve ter conhecimento da vida íntima de cada aluno, provavelmente isso nem seja possível, graças à falta de tempo e a estrutura psicológica que seria necessário que o professor tivesse. Todavia, se o educador quer a atenção da sala, é preciso que ele também preste atenção em seu aluno. Essa prática leva o professor a ter um outro olhar sobre seus alunos, marcado pelo cuidado, pelo respeito pela crença de que o aluno pode aprender e se superar (VASCONCELLOS, 2014, p.21).

Quando o professor consegue estabelecer esse vínculo com seus alunos, passa a ter a autoridade reconhecida por todos, pois passa a ser visto como alguém que se importa com todos e com cada um, e por isso, se necessário, usará essa autoridade para corrigir, mesmo que seja necessário ser mais duro. *“Sem esse relacionamento podemos ter outra coisa (instrução, informação, etc.), todavia, não educação. Por esta vivência, o aluno passa a saber que não é apenas um no grupo, mas tem um nome, uma história, enfim, uma identidade.”* (VASCONCELLOS, 2014, p.22)

A Organização da Coletividade é a outro grande aspecto da administração da sala de aula, o que chamamos de disciplina ou clima de trabalho. É a dimensão com os pontos mais delicados, segundo os docentes. As queixas com relação à falta de disciplina são feitas por todos os professores, e muitos deles entendem que essa tarefa não cabe à escola ou ao professor, mas sim às famílias que deveriam enviar seus filhos para a escola já com



limites e disposição para aprender. A função do docente restringe-se, então, à transmissão de conteúdo (VASCONCELLOS, 2014, p.23).

Obviamente que este desejo raramente se concretiza e, na prática, integra as funções do docente organizar a coletividade da classe criando um ambiente adequado para o seu trabalho. Mesmo que a família contribua nesse aspecto, a tarefa de tornar a sala de aula em um ambiente disciplinado e de aprendizagem concreta é do professor.

Todavia, é necessário diferenciar autoridade de autoritarismo, pois o primeiro nada a ver com o segundo, como explica Vasconcellos (2014, p.23):

Autoridade, antes de tudo, é a capacidade de fazer-se autorizado pelo outro, para com ele poder interagir. Autoridade vem do latim *auctoritas*, que tem sua raiz em *augere*, fazer crescer. Portanto, autoridade, no sentido radical, significa a capacidade de fazer o outro autor. Nada mais necessário numa educação que visa desenvolver a autonomia dos alunos.

A fim de que a administração da classe seja eficiente, alguns pontos precisam ser observados tanto pelos professores quanto pelas escolas, a começar pelo Plano Político Pedagógico (PPP), que estabelece princípios que devem nortear o trabalho pedagógico de todos (VASCONCELLOS, 2014, p.23).

Segundo Vasconcellos (2014, p.24):

PPP é o plano global da instituição, é o documento de identidade, a referência maior, de todas as atividades que se dão na escola. É a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se objetiva e se aperfeiçoa na caminhada, a partir de uma clara intencionalidade (*Marco Referencial/Finalidade*), de uma leitura crítica da realidade (*Diagnóstico/Sondagem*), e da definição da ação educativa que se vai realizar (*Programação/Plano de Ação*), para diminuir a distância entre o que desejamos e o que estamos sendo.

Além da “carta de intenções” que é o PPP, o sucesso ou o fracasso da gestão da sala de aula resulta do contato firmado entre educador e educando nas primeiras aulas, ou ainda, segundo alguns autores mais radicais, nos primeiros momentos da primeira aula. Assim, é importante que o professor estabeleça esse vínculo positivo assim que adentra a sua classe, o que proporcionará uma gestão mais efetiva da sala (VASCONCELLOS, 2014, p.24).

Outro ponto importante para se organizar a sala de aula são os acordos pedagógicos. Deixar claro para os alunos quais são os objetivos, os métodos, o resultado esperado, qual a função da escola, pois, ainda que pareça óbvio, isso pode não estar claro para os alunos. É preciso lembrar que alguns, ou muitos, estão ali porque o pai mandou, porque a empresa exige ou porque a lei obriga. O contrato didático gera segurança para todos (VASCONCELLOS, 2014, p.25).

O outro aspecto da Gestão da Sala de Aula é o Trabalho com o Conhecimento. “*Trata-se do processo de apropriação da herança cultural e construção crítica, criativa, significativa e duradoura do conhecimento*” (VASCONCELLOS, 2014, p.28).

Didaticamente, o trabalho em sala de aula é realizado utilizando-se a Metodologia Dialética da Construção do Conhecimento. O trabalho é organizado a partir da necessidade de aprender do aluno e dividido nos seguintes aspectos: para aprender o educando precisa desejar, atuar e comunicar. A partir destas necessidades temos contato com os aspectos da estrutura dialética em classe. Temos, então, uma mobilização para a aprendizagem, ou seja, a provocação por parte do professor para que o aluno se interesse em aprender; a elaboração do pensamento, a partir da análise do material de estudo até a sua compreensão; e por fim, a produção e a comunicação do que foi compreendido, o momento no qual o aluno, na busca por expressar o conhecimento adquirido, precisa articular a organização das informações e a linguagem, ou seja, sintetizar o que aprendeu (VASCONCELLOS, 2014, p.28).

A fim de que a coordenação da sala ocorra de maneira eficiente, o docente necessita dar atenção às três dimensões, dedicando a cada uma delas o tempo e importância necessários para que os alunos sejam motivados, adquiram conhecimento e expressem o que aprenderam de maneira adequada.

### **3 Considerações finais**

Através do trabalho realizado pudemos elencar os maiores problemas com relação à gestão da sala de aula. Inicialmente foi possível perceber que são muitas as correntes e tendências educacionais que permeiam a educação em nosso país, desde a época da colonização até hoje, e sendo muitas delas, ainda, referência para a formação de professores.

Algumas dessas correntes, mesmo ultrapassadas, continuam orientando a formação de novos professores, ocasionando muitas dificuldades ao trabalho docente. Assim, para uma eficiente gestão do ambiente educacional, especificamente a sala de aula, não podemos deixar de analisar criticamente essas tendências e correntes, e sua efetiva importância e participação no trabalho educacional.

Além disso, segundo os autores pesquisados, é imprescindível que o educador se atenha a observar algumas dimensões que permitirão o desenvolvimento de um trabalho mais eficiente dentro da sala de aula. Ter consciência da armadilha histórica que leva ao desgaste e até mesmo à desistência de muitos professores e, a partir disso, a atenção às dimensões que permitem um melhor dia a dia da classe, quais sejam: O Relacionamento Interpessoal e a Organização da Coletividade da Sala de Aula, além, obviamente do Trabalho com o Conhecimento, permitirão ao professor, gerir adequadamente seu trabalho, bem como, a sua sala de aula, despertando em seus alunos o comprometimento com a educação, promovendo o conhecimento significativo, função essencial da escola.

## Referências

- BILL, R. **Gestão de Relacionamento e Comportamento em Sala de Aula**, tradução Gisele Klein. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- LIBÂNEO, J.C. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LÜCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- PINTO, U.A. **Pedagogia Escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional**, São Paulo: Cortês, 2011.
- SAVIANI D. **Tendências e Correntes da Educação Brasileira**. MENDES, D. T. (Coord.) *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- VASCONCELLOS, C.S. **(In)Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Libertad, 2012.
- VASCONCELLOS, C.S. **Desafio da Qualidade da Educação: gestão da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2014.

## Índice de assuntos e temáticas

ASSUNTOS E TEMAS	CAPÍTULOS
Administração	6, 10.
Cadeias produtivas	2, 3, 10.
Cidadania	1.
Comunidades tradicionais	7, 9.
Contrato social	1.
Cooperativismo	9.
Desenvolvimento local em bases sustentáveis	5, 7.
Direito	1, 4.
Educação, políticas públicas de	11.
Ensino-aprendizagem	11.
Frutas, legumes e verduras; cadeia produtiva de	2.
Função social	1.
Gênero	4.
Geração de renda	9, 10.
Gestão de pessoas	6, 10.
Indígenas	5.
Laticínio	3, 10.
Metodologia	11.
Microorganismos	3.
Modelos organizacionais	9.
Mulher no meio rural	4.
Museus e museologia	8.
Queijo, cadeia produtiva e processos	3, 10.
Rastreabilidade de produtos agrícolas	2.
São Paulo, Estado de	7.
Território	5.
Tupã/SP	2, 7, 8, 10.
Turismo	7.
Varejo	2.
Varpa, comunidade leta	7, 8.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



**[www.editorafi.org](http://www.editorafi.org)**  
[contato@editorafi.org](mailto:contato@editorafi.org)